Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires: da crise à construção popular do hábitat.

Kaya Lazarini

Kaya Lazarini

**Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires:
da crise à construção popular do hábitat.**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Habitat

Orientadora: Prof. Dra. Raquel Rolnik

São Paulo, outubro de 2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO. ESTA AUTORIZAÇÃO SE ESTENDE PARA CÓPIAS DE QUALQUER FINALIDADE E DISPENSA QUE SEJA FEITA CITAÇÃO DE FONTE OU AUTORA.

E-MAIL: kaya@usp.br / kaya.lazarini@gmail.com

Lazarini, Kaya
L431L Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires: da crise à construção popular do hábitat / Kaya Lazarini. -- São Paulo, 2014.
199 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) –
FAUUSP.

Orientadora: Raquel Rolnik

1.Habitação 2.Autogestão 3.Cooperativa habitacional
4.Habitação (Produção) 5.Movimentos sociais I.Título

CDU 711.58

Este exemplar incorpora revisões e alterações em relação à versão original apresentada à defesa pública em 03 de dezembro de 2014, sob responsabilidade da autora e anuência da orientadora. Todas as correções são pontuais e não alteram os argumentos apresentados e debatidos naquela ocasião.

O original se encontra disponível na sede do programa.

São Paulo, 29 de dezembro de 2014.

Esta pesquisa contou com apoio da bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

AGRADECIMENTOS

A todos os companheiros da Usina, especialmente à Isa, Bia, Pedro, Sandro, Cecília, Wagner, João e Zé. Aos companheiros do Grupo Risco, especialmente à Diana, André, Ulisses e Edu. Agradeço especialmente ao Flávio Higuchi, parceiro fundamental.

Aos companheiros do Movimento de Ocupantes e Inquilinos (MOI), especialmente à Carla, Néstor, Carmen, Milton, Sonia, Silvia, Elza, Paulina, Gastón e Guillermo. Aos companheiros do Piquiá de Baixo, especialmente Danilo Chammas, padre Dario, irmão Antônio e seu Edvard, e de Suzano, especialmente à Gilmara, Rita, Rosa, Helena, Odete, Paulo e Roberto.

À Raquel Rolnik, pela orientação assertiva e constante confiança na pesquisa. Às professoras Cibele Rizek e Luciana Lago pelo debate na banca de qualificação. Às professoras e professores Maria Stella Bresciani, João Marcos de Almeida Lopes, Caio Santo Amore, José Guilherme Magnani e Lucio Kowarick.

À interlocução e debates com os professores Adrián Gorelik, María Cristina Cravino, Alícia Novick, Pedro Pirez, Raul Fernandez Wagner, Ariel Jacobovich, Juan Cammá, Benjamin Nahoum e Guillermo Marzioni. Aos trabalhadores da Biblioteca Utopia, do *Centro Cultural de la Cooperación*, da Biblioteca e da Secretaria da FAU Maranhão.

Aos grandes amigos Luís, Tiago, Bêa, Marina, Luana, Débora, Maju, Leslie e Leila. Às discussões e sugestões de Isa, Zé, Flávio, Cecília, Sandro, Pedro, Débora Prado, Aninha, Lucas (Legume) e Andrei Massa. Em especial à Paula Constante.

Aos grandes amigos que conheci na Argentina, especialmente Cecília Zapata, Daniela Barberis, Marcelo Cataneo, Octavio Barna, Juan e Barbara (TaVa).

Ao Caminho do Canto e sabiás do entorno.

Aos meus pais, pela liberdade. Ao Yuri, Marília e Twila, por compreenderem o significado desta investigação.

Ao Andrei, com amor.

RESUMO

Esta dissertação trata da produção autogestionária do habitat na cidade de Buenos Aires, como parte de um processo mais amplo de debates e práticas autogestionárias na América Latina. Partindo do contexto histórico, estuda as consequências políticas e sociais das reformas neoliberais na Argentina no campo habitacional, e analisa a ação dos movimentos sociais a partir da crise de 2001. Esse contexto recente foi favorável ao crescimento das práticas autogestionárias na produção habitacional e na luta pelo direito à cidade, iniciando no combate ao neoliberalismo extremo “Menemista” até a queda do presidente De La Rúa, quando os trabalhadores passaram a ocupar fábricas, edifícios, ruas e praças em um processo de autogestão urbana sem precedentes na América Latina pós-ditaduras militares.

Como estudo de caso, esta pesquisa recupera as experiências desenvolvidas pelas cooperativas habitacionais a partir da Lei 341/00, que permitiu a produção habitacional por autogestão através de organizações sociais, impulsionada principalmente pelo Movimento de Ocupantes e Inquilinos (MOI), aprofundando questões relativas a este movimento. Há muitos estudos sobre a influência da Fucvam (Fed. Uruguaia de Cooperativas de Habitação e Ajuda Mútua) nos movimentos de moradia brasileiros, demonstrando como os princípios autogestionários “importados” do Uruguai desencadearam no Brasil uma nova forma organizativa, diferente inclusive da matriz original. A análise da importação de um modelo para outra realidade permite que o próprio modelo original seja analisado sob nova perspectiva. A experiência argentina recente do MOI - Movimento de Ocupantes e Inquilinos, que, assim como a experiência brasileira, se alimentou das ideias da Fucvam, se destaca entre as experiências de autogestão do habitat como proposta inovadora em termos arquitetônicos, urbanos e organizativos, com importantes novidades em relação às experiências uruguaias e brasileiras.

Palavras-chave: 1. Autogestão; 2. Movimento Social; 3. Habitação Social; 4. Produção habitacional.

ABSTRACT

This essay is regarding the self-managed production of the habitat in Buenos Aires, as part of a wide process of debates and self-management practices in Latin America. Starting from the historical context, it focus on political and social consequences of neoliberal reforms in Argentina on housing field, and analyses the action of the social movements since the crisis of 2001. The growth of the self-management practices in housing production and the fight for the right to the city were favored by this recent context, starting during the battle against the extreme neoliberalism "Menemista" until the fall of President De La Rúa, when workers began to occupy factories, buildings, streets and squares in a process of urban self-management with no precedents in Latin America after military dictatorships.

As a case study, this research brings back the experiences developed by housing cooperatives initiated with the Code 341/00, which allowed housing production for self-management through social organizations, mainly driven by the Occupiers and Tenants Movement (MOI), expanding the issues related to this movement. There are many studies about the influence of FUCVAM (Fed. Uruguay of Housing Cooperatives and Mutual Aid) in Brazilian housing movements, demonstrating how self-management principles, which were imported from Uruguay, have set off a new organizational form in Brazil, even different from the original former. The application of imported model to a different reality brings a new perspective to the original model situation. The recent Argentine experience MOI - Movement Occupants and Tenants, who, like the Brazilian experience, fed the ideas of FUCVAM, stands out between the experiences of the habitat self-management as innovative proposal in terms of architecture, urban and organization, with important news related to the Uruguayan and Brazilian experiences.

Keywords: Self-Management 1; 2 Social Movement; 3 Social Housing; 4. Housing Production.

RESUMEN

Esta tesis aborda la producción autogestionada del hábitat en la ciudad de Buenos Aires como parte de un proceso más amplio de prácticas y debates acerca de la autogestión en América Latina. Desde uno contexto histórico, analiza las consecuencias políticas y sociales de las reformas neoliberales en Argentina en el campo de la vivienda, y se analiza la acción de los movimientos sociales en la crisis de 2001. Este contexto reciente fue favorable para el crecimiento de las prácticas de autogestión en la producción de viviendas y la lucha por el Derecho a la Ciudad, a partir de la lucha contra el extremo neoliberalismo "Menemista" hasta la caída del presidente de La Rúa, cuando los trabajadores comenzaron a ocupar las fábricas, edificios, calles y plazas en un proceso de auto-gestión urbana sin precedentes en la post-dictadura militar Latinoamericana.

Como estudio de caso, esta investigación recupera las experiencias desarrolladas por las cooperativas de vivienda de la Ley 341/00, lo que permitió la producción de viviendas por autogestión a través de las organizaciones sociales, impulsados principalmente por el Movimiento de Ocupantes e Inquilinos (MOI), profundizando temas sobre este movimiento. Hay muchos estudios sobre la influencia de la FUCVAM (Fed. Uruguay de Cooperativas de Vivienda y Ayuda Mutua) en los movimientos de lucha por vivienda de Brasil, lo que demuestra cómo los principios de autogestión "importados" de Uruguay en Brasil desató una nueva forma de organización, incluso diferente de la matriz original. El análisis de la importación de un modelo a otra realidad permite que el modelo original en sí sea examinado bajo una nueva luz. La reciente experiencia argentina del MOI - Movimiento de Ocupantes e Inquilinos, que, como la experiencia de Brasil, se alimentó de las ideas de la FUCVAM, se interpone entre las experiencias de autogestión del hábitat como propuesta innovadora en términos arquitectónicos, urbanos y de organización, con importante novedades en relación a las experiencias de Uruguay y Brasil.

Palabras-clave: 1. Autogestión; 2. Movimiento Social; 3. Vivienda Social; 4. Producción habitacional.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. A PARTIDA	16
CAPÍTULO 2. A PRODUÇÃO HABITACIONAL PÓS 2001	43
O Contexto de Implantação da Lei 341	45
Organização popular e luta dos trabalhadores.....	47
A política habitacional em Buenos Aires.....	52
Construindo a Lei 341	57
A Lei 341: experiências cooperativas em Buenos Aires	62
Quatorze cooperativas em Buenos Aires	75
CAPÍTULO 3. A AUTONOMIA EXPERIMENTADA.....	97
Contexto político e origens do movimento: redemocratização.....	99
Da teologia da libertação à matriz cooperativista uruguaia	101
O lugar do movimento na Cidade: Direito à centralidade	121
O lugar da arquitetura no movimento: Direito à beleza.....	128
Teoria política e prática autogestionária: organização através do movimento social.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
BIBLIOGRAFIA	163
ANEXOS.....	170

ÍNDICE DE IMAGENS

- Imagem 01: Desenho do edifício que abriga o PVT 3, em San Telmo.
- Imagem 02: Desenho do dormitório no PVT 3.
- Imagem 03: Desenho do interior do edifício do PVT 3.
- Imagem 04: Desenho de uma das reuniões do PVT 3.
- Imagem 05: Desenho do edifício do ex-Padelai.
- Imagem 06: Desenho de uma das entrevistas nas cooperativas inseridas na Lei 341.
- Imagem 07: Desenho da cozinha do PVT 3, com Milton e Carmen trabalhando.
- Imagem 08: Conjunto Habitacional Soldati.
- Imagem 09: Conjunto habitacional General Savio I e II, conhecido como Villa Lugano, no bairro de mesmo nome, erguido em 1976, com 6.440 unidades habitacionais.
- Imagem 10: Covimt 9: Cooperativa de Vivienda Matriz de Textiles, com 172 unidades habitacionais, centro comunitário e equipamentos comerciais.
- Imagem 11: Covimt 1: Cooperativa de Vivienda Matriz de Textiles. 30 unidades, construídas entre 1971 e 1972.
- Imagem 12: Localização das áreas compradas pelas cooperativas da Lei 341.
- Imagem 13: Localização das cooperativas analisadas.
- Imagens 14 e 15: COFAVI – Cooperativa Familias para La Vivienda.
- Imagens 16 e 17: Cooperativa Alto Corrientes.
- Imagens 18 e 19: Cooperativa Uspallata.
- Imagem 20: Cooperativa Emergencias.
- Imagens 21, 22 e 23: Cooperativa Caminito.
- Imagens 24 e 25: Cooperativa El Palomar.
- Imagens 26, 27 e 28: Cooperativa Crecer.
- Imagem 29: Cooperativa Octubre.
- Imagens 30 e 31: Cooperativa El Molino – MOI.
- Imagens 32 e 33: Cooperativa Emetele – MTL.
- Imagens 34 e 35: Cooperativa Madres 27 de Mayo.
- Imagens 36 e 37: Cooperativa 28 de Junio.
- Imagem 38: Cooperativa Luz y Progreso.
- Imagens 39, 40, 41, 42 e 43: Cooperativas La Lechería.
- Imagens 44 e 45: Detalhe das esquadrias da Cooperativa El Molino e Perú, do MOI.
- Imagens 46 e 47: Oficinas de carpintaria e serralheria do Movimento de Ocupantes e Inquilinos.
- Imagem 48: Edifício do Patronato para la Infancia - Ex Padelai, 2013.
- Imagem 49: Perspectiva do projeto habitacional desenvolvido para o Edifício do Patronato para la Infancia - Ex Padelai. Arquivo de Marcelo Cataneo.
- Imagem 50: Localização das cooperativas e edificações do Movimiento de Ocupantes e Inquilinos.
- Imagem 51: Pátio interno da Cooperativa La Union, 2013.
- Imagens 52 e 53: à esquerda, Cooperativa Perú, s/d (foto: acervo do MOI), à direita Cooperativa Perú, 2013.
- Imagem 54: Cooperativa Yatay, 2013.
- Imagem 55: Cooperativa Fortaleza, 2013.
- Imagem 56: Unidade habitacional na Cooperativa La Fabrica, 2014.
- Imagem 57: Cooperativa La Fabrica, 2013.
- Imagem 58: Cooperativa El Molino, 2013.
- Imagem 59: Localização dos bairros de Barracas, La Boca e San Telmo em Buenos Aires.
- Imagem 60: Edifício Barracas Central. Fonte: www.casafoa.com.
- Imagem 61: Interior do Edifício Barracas Central.
- Imagem 62: Interior do Edifício Barracas Central, terraço com piscina.
- Imagem 63: Interior do Edifício Barracas Central, acesso para automóveis em cada pavimento dos lofts.
- Imagem 64: União da Juta – União dos Movimentos de Moradia - SP.
- Imagem 65: Mutirão Paulo Freire – UMM - SP.
- Imagem 66: Convimt 1 – Fucvam – Uruguay.
- Imagem 67: Cooperativa Yatay, 2014.
- Imagem 68: Cooperativa El Molino, 2013.
- Imagem 69: Cooperativa La Fabrica, detalhe dos contramarcos das janelas, 2013.
- Imagem 70: Planta pavimento térreo da Cooperativa La Fabrica.
- Imagem 71: Planta 2º Piso da Cooperativa La Fabrica.
- Imagem 72: Planta 3º Piso da Cooperativa La Fabrica.
- Imagem 73: Corte Geral da Cooperativa La Fabrica.

“Nada mais angustiante e penoso do que a definição e a escolha de caminhos, não só práticos mas, principalmente, teóricos, na arquitetura, quando se encara o problema com a responsabilidade devida.”

Sérgio Ferro, 1963.

INTRODUÇÃO

“(...) estava reservada uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Falamos do movimento cooperativo, especialmente, das fábricas cooperativas erguidas pelos esforços, sem apoio, de algumas «mãos» ousadas. O valor destas grandes experiências sociais não pode ser exagerado.

Mostraram com factos, em vez de argumentos, que a produção em larga escala e de acordo com os requisitos da ciência moderna pode ser prosseguida sem a existência de uma classe de patrões empregando uma classe de braços; que, para dar fruto, os meios de trabalho não precisam de ser monopolizados como meios de domínio sobre e de extorsão contra o próprio trabalhador; e que, tal como o trabalho escravo, tal como o trabalho servo, o trabalho assalariado não é senão uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado desempenhando a sua tarefa com uma mão voluntariosa, um espírito pronto e um coração alegre.” (Marx, 1864)¹

A proposta autogestionária de produção do hábitat é determinada por políticas de exceção em diversos sentidos. Quantitativamente, essas experiências são sempre reduzidas. Onde são implementadas, respondem, quase sempre, por apenas uma pequena parte da produção habitacional. Qualitativamente, a produção é regida por parâmetros construtivos e projetuais distintos dos habitualmente utilizados para a produção habitacional para a baixa renda, ou seja, a qualidade dos conjuntos concebidos e produzidos por seus próprios usuários é certamente superior aos conjuntos que não são pensados por esses sujeitos. Este projeto (político e arquitetônico) pressupõe participação efetiva e questiona, constantemente, a lógica de produção habitacional tradicional. O valor de uso sobressai em relação ao valor de troca.

¹ MARX, K. Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 28 de Setembro de 1864 numa reunião pública, realizada em St. Martin's Hall, Long Acre, Londres. 21 - 27 de Outubro de 1864. Primeira Edição: Escrito entre 21 e 27 de Outubro de 1864. Publicado no folheto Address and Provisional Rules of the Working Men's International Association, Established September 28, 1864, at a Public Meeting Held at St. Martin's Hall, Long Acre, London, publicado em Londres em Novembro de 1864. A tradução alemã, do autor, foi publicada no Social-Demokrat, n.os 2 e 3, de 21 e 30 de Dezembro de 1864. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!", tomo II, pág: 5-13.

Essa outra forma de ocupar os espaços e pensar a arquitetura pressupõe luta política por fundos públicos e organização social. Difere-se da autoconstrução individual porque defende que os recursos públicos do Estado, como parte da riqueza produzida pela sociedade, devem ser direcionados e utilizados pela população organizada, de forma transparente e com fins sociais. Dessa maneira, disputa-se o Estado burguês (desde seus recursos até seu caráter) ao mesmo tempo em que depende de forma crescente dos recursos do Estado. Nesta dissertação serão apresentadas experiências e organizações sociais que lutam pela autogestão e construção coletiva do hábitat, e que possuem um vínculo estrutural com o Estado².

A proposta autogestionária de construção do habitat enfrenta uma série de contradições, inerentes à sua inserção no sistema capitalista. Busca constituir canteiros de obras menos heterônomos, menos hierárquicos, e com relações de trabalho menos desiguais. São experimentadas formas organizativas mais horizontais, onde busca-se diminuir a distância entre o saber intelectual e o saber prático, a fim de diminuir também a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Nos canteiros autogeridos os trabalhadores experimentam o controle dos meios de produção, porém com os limites de um controle inscrito na produção de um bem que possui valor de troca, e que por fim irá se tornar a mercadoria casa.

Esta pesquisa se insere num território conflituoso. As experiências de produção habitacional pelos movimentos organizados indicam que, por um lado, os trabalhadores, apesar de precarizados e com seus espaços de debate trabalhistas frequentemente enfraquecidos, mostram que é possível se organizar de forma autônoma e autogestionária para reivindicar políticas públicas permanentes e de acordo com as suas necessidades. Por outro lado, se esforçam em denunciar quê modelo de cidade é desenhado e colocado em prática pelo Estado e pelo capital, buscando expor a muitas vezes oculta luta por habitação.

Assim, inseridas no contexto de desmanche das sociedades socialistas reais, principalmente a partir da queda do Muro de Berlim, e onde o crescente capital imobiliário é valorizado e dita as regras e normas de construção das cidades, as experiências de construção autogestionária da habitação mostram de que forma a sociedade ainda pode se organizar, reivindicar recursos públicos para serem autogeridos, e constituir sujeitos que buscam construir outro modelo de cidade, regida sobre outros valores.

Antes de apresentar em que consiste este trabalho, é importante situar de que lugar está falando a autora. Esta pesquisa nasce a partir das experiências práticas com os movimentos de luta por moradia do Brasil, ainda durante os anos da graduação. A primeira aproximação foi em 2005, com um grupo de estudantes de arquitetura e urbanismo da Unicamp, quando criaram o Grupo Risco, coletivo militante que buscava acompanhar os movimentos de luta

² O conceito de autogestão será apresentado adiante. É importante destacar que a autogestão habitacional não implica, necessariamente, vinculação estrutural com o Estado. Há experiências vinculadas à Sindicatos, cooperativas, ou mesmo recursos das próprias famílias para a produção habitacional, que também pode ser autogestionária (é o caso da Cooperativa de Consumo y Vivienda Quilmes). Neste sentido, a autogestão habitacional é definida mais pelo seu caráter de organização coletiva da produção e pelo projeto decidido coletivamente, do que pelos recursos advindos do Estado.

por moradia, sobretudo os ocupantes de edifícios da região central da cidade de São Paulo. Em uma aproximação mais direta, desde 2010 a autora faz parte da Usina – centro de trabalhos para o ambiente habitado, assessoria técnica aos movimentos e organizações sociais que lutam por moradia digna e de qualidade e por uma cidade construída em outros moldes, mais democráticos. A participação no Grupo Risco, e a experiência de trabalho na Usina (que, em parceria com os setores populares organizados busca elaborar os projetos de forma participativa e constituir canteiros de obras mais autônomos e onde as relações de trabalho sejam menos alienadas) foram etapas fundamentais para constituir um campo crítico no debate da produção autogerida do habitat, além de fornecer elementos concretos para uma análise fundamentada em experiências práticas.

Neste sentido, a partir da experiência com a produção autogestionária da moradia no Brasil, a busca por estudar e conhecer “de dentro” uma experiência Argentina teve como princípio buscar outros modelos de produção e organização, em contextos distintos do brasileiro, com a intenção de ampliar o campo de referências latino-americanas sobre a produção autogestionária do hábitat, além de tentar iluminar os caminhos e possivelmente mostrar novos percursos na luta por moradia através da autogestão.

Assim, esta dissertação tratará da questão habitacional pós-crise de 2001 na cidade de Buenos Aires, Argentina, com enfoque na produção autogestionária do hábitat pelos setores populares organizados, com recursos do Estado, através da Lei 341/00 e do *Programa de Autogestión para la Vivienda*.

A especificidade de um estudo inscrito em outro contexto político, histórico e social, como ocorre com qualquer investigação cujo lugar não seja familiar ao autor, acabaram colaborando para estruturar uma etapa fundamental desta dissertação: a pesquisa de campo. Não seria exagero dizer que, a partir do campo, esta dissertação tomou corpo e forma. O campo foi, ele mesmo, a realização do trabalho. Por isso, optou-se por uma estrutura de capítulos que fosse sincera e sensível a este fato: inicia-se com a experiência etnográfica na Vivienda transitória do Movimento de Ocupantes e Inquilinos. Este trabalho será desenvolvido em três capítulos.

O primeiro capítulo – “A Partida” – registra o produto da pesquisa de campo realizada durante o primeiro semestre de 2013 e o retorno, entre julho e agosto de 2014. Nesse capítulo estão presentes os primeiros passos da pesquisa, a descoberta dos cenários e sujeitos políticos apresentados adiante, bem como os principais questionamentos que nortearam esta dissertação. Nele serão apresentados os desenhos do caderno de campo, registrando o percurso da pesquisadora, os devires, suas inquietações e interpretações. Relata, a partir de fragmentos dos diários e cadernos de campo, o cotidiano da vida na Vivienda Transitória do MOI.

O segundo capítulo – “A produção habitacional pós 2001” – visa aprofundar o contexto político e econômico de surgimento das experiências autogestionárias de produção do hábitat, a partir das reformas neoliberais, que culminam na profunda crise de 2001.

Em dezembro de 2001 significativos fatos marcaram a história da Argentina. Entre as revoltas e os piquetes que dominavam as ruas naquele período, um fato desconhecido para a maioria

da população marcou as organizações sociais de luta por moradia: em dezembro de 2001 se deu a primeira compra de um imóvel na cidade de Buenos Aires pelos setores populares organizados, no marco da Lei 341, constituindo significativo avanço para a luta por moradia argentina.

Analisa-se no segundo capítulo o contexto de implementação da Lei 341, primeira lei de iniciativa popular da cidade de Buenos Aires que outorga créditos coletivos a organizações sociais para construção ou reforma de edifícios destinados à habitação social, focando no contexto político, econômico e social que possibilitou o surgimento desta experiência. Por fim, será feita uma breve análise dos conjuntos construídos com recursos da Lei 341 e através do *Programa de Autogestión para la Vivienda*, do ponto de vista da organização social das cooperativas, da arquitetura e da inserção urbana. Esta lei funciona como uma abertura de oportunidade política às organizações sociais? Indicamos duas interpretações possíveis, sendo uma delas a lei entendida como despressurizador da panela de pressão popular (por parte do Estado); e a outra como a própria abertura de oportunidade política (por parte dos movimentos).

O terceiro capítulo – “A autonomia experimentada” – retoma o objeto do primeiro capítulo – o Movimento de Ocupantes e Inquilinos, e percorre a trajetória da organização, desde seu surgimento até os dias de hoje. Busca aprofundar a análise nos aspectos organizativos do movimento, como as cooperativas de *vivienda* e seu funcionamento interno, a cooperativa de trabalho, os técnicos orgânicos e o próprio conceito de autogestão. Analisa brevemente a produção habitacional do movimento, dando especial atenção às transformações do modo de produção que são experimentadas cotidianamente.

*

Os textos e entrevistas em espanhol não foram alterados, para que pudessem ser lidos na língua original dos autores e para que o leitor não perdesse com as traduções da autora.

Todas as fotografias que aparecem sem menção de crédito foram registros feitos pela autora.

1

A PARTIDA

"Estudar as instituições, costumes, e códigos ou estudar o comportamento e a mentalidade sem o empenho na compreensão subjetiva do sentimento que as move, sem perceber a essência da sua felicidade é, em minha opinião, desprezar a maior recompensa que podemos esperar algum dia obter a partir do estudo do Homem". (Malinowski, 1997: 36)

A princípio buscava-se, com os estudos do mestrado, conhecer e debater uma importante experiência da luta por habitação na Argentina, realizada pelo Movimento de Ocupantes e Inquilinos (MOI), desde o início da década de 1990 até os dias atuais. O MOI é uma Federação de cooperativas de habitação que tem origem no fim dos anos 80, a partir de experiências de ocupações de edifícios no centro da cidade de Buenos Aires, quando técnicos e população organizada se aliaram para buscar a permanência no centro da cidade. É um movimento popular de luta por moradia que tem sua equipe técnica orgânica, isto é, os arquitetos, cientistas sociais, advogados fazem parte do movimento, colaborando em análises de conjuntura, organizando e participando de marchas e atos, etc. Um dos caminhos da luta deste Movimento se dá através do campo institucional, com a participação ativa na elaboração de novos marcos normativos progressistas, além do constante diálogo com diversas organizações latino-americanas de moradia, principalmente via Selvip (*Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular*).

A partir da pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2013, e que será apresentada neste capítulo, o foco da pesquisa se ampliou: este movimento, que surge no início dos 90, impulsionou a criação de uma Lei de construção por autogestão, que deu origem a diversas cooperativas de habitação para acessar recursos públicos para construção de moradia popular. Com a implementação da Lei 341, a partir dos anos 2000, o próprio Movimento de Ocupantes e Inquilinos também se transforma, pois a partir deste marco normativo organizações sociais puderam acessar recursos para reformar e construir nos edifícios que já estavam ocupando (ou que pretendiam ocupar). Desta forma, o foco da pesquisa passou a ser de que forma e em que contexto o Movimento de Ocupantes e Inquilinos – em conjunto com outras organizações sociais – impulsionou a criação desta lei, e, dialeticamente, como este mesmo movimento se transformou após a sua implementação.

Antes de apresentar em que consistiu a pesquisa de campo, cabe situar o que entendemos por autogestão. O termo *autogestão* é recente, se consolidou entre os anos 1960 e 1970, principalmente a partir da experiência da antiga Iugoslávia. Guillerme e Bourdet (1976) tratam da autogestão como uma forma autônoma de gestão da produção, onde a participação social e política dos trabalhadores deve ocorrer plenamente³.

Apesar de atualmente o conceito de autogestão estar muito vinculado ao campo da produção, entendido como “gestão operária” ou “participação dos trabalhadores”, Murray

³ GUILLERM, A. e BOURDET, Y., Autogestão: uma mudança radical, Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Bookchin (1998) defende que a autogestão é “fundamental a uma administração libertária da vida e da sociedade”.⁴

Neste sentido, entendemos que a autogestão é uma prática que busca se contrapor tanto ao capitalismo globalizado quanto ao socialismo estalinista, questionando, sobretudo, as estruturas hierárquicas de poder. A partir da autogestão, abre-se a possibilidade de uma sociedade cujas bases de participação política sejam mais igualitárias, e busca-se a contínua desalienação do trabalhador (Tragtenberg, 2008). No limite, praticar a autogestão significa recompor o sentido do trabalho, como ferramenta e meio de criação do trabalhador.

*“O embrião de uma associação emerge do processo da luta de classes e, depois, dá lugar à constituição de uma associação operária de luta e de existência comum, sem hierarquia e sem dirigentes ou dirigidos. (...) Esse processo realiza uma socialização proletária do poder, da vida, e do trabalho. Opõe-se à “socialização” capitalista, realizada a partir das cúpulas dirigentes, centralizadora, que **aliena** o trabalhador dos processos decisórios.”*
(Tragtenberg, 2008: 16)

Inicialmente este trabalho de campo consistiu em realizar um aprofundamento empírico da **pesquisa bibliográfica** sobre os aspectos práticos que caracterizam as atividades das cooperativas de construção por autogestão de Buenos Aires. Durante o primeiro período da pesquisa, foram levantadas e coletadas as informações dispersas em **fontes primárias**, sistematizadas em arquivos, notícias em periódicos, folders e material dos movimentos sociais e entidades, além de Relatórios Técnicos e Informes do IVC (*Instituto de Vivienda de la Ciudad*), e demais fontes de dados.

Também durante o campo foram levantados os projetos construídos e em obras das cooperativas de habitação da cidade de Buenos Aires realizados a partir da Lei 341/00⁵ - os casos foram identificados, mapeados, fotografados e apresentados de forma descritiva. Como processo metodológico sistemático, foi realizado um **levantamento fotográfico** das obras construídas para posterior análise. Em seguida, foram realizadas **entrevistas semi-estruturadas** com atores-chaves envolvidos no processo de construção dos conjuntos habitacionais, como coordenadores e ex-coordenadores das cooperativas, cooperados e ex-cooperados que participaram dos processos, técnicos dos órgãos públicos responsáveis por implementar a Lei, arquitetos e técnicos sociais que participam ou participaram do processo.

Por fim, para o estudo de caso do Movimento de Ocupantes e Inquilinos, foi realizada a pesquisa de campo aprofundada no Programa de *Vivienda Transitória* (PVT) do MOI. Para isso, a autora morou no edifício localizado em San Telmo, na *calle* Independência,

⁴ BOOKCHIN, Murray. Textos Dispersos. Lisboa: SOCIUS, 1998.

⁵ A Lei 341 (sancionada no ano 2000, na Cidade Autônoma de Buenos Aires) é a primeira lei que impulsiona a construção por autogestão na cidade: permite que organizações sociais acessem recursos públicos para comprar terras e construir ou reformar edifícios destinados à habitação de interesse social. Esta lei e seus desdobramentos serão tema do capítulo 2 desta dissertação.

denominado pelo movimento como PVT 3, de 21 de fevereiro até 31 de julho de 2013. Como procedimento de pesquisa, realizou-se o que os antropólogos chamariam de **observação participante** durante todo o período da pesquisa, juntamente com a elaboração de diversos **cadernos de campo**. Buscava-se entender o funcionamento e a organização interna do movimento, sua estrutura por vezes centralizada, outras vezes horizontal. Entre muitos outros pontos, também chamava atenção a forma como estavam inseridos os arquitetos e demais técnicos no corpo da organização.

Foram quase seis meses de realização da pesquisa de campo, e o retorno⁶, depois de um ano, para apresentar ao movimento os resultados dos estudos. Este texto apresenta **o ponto de partida** da pesquisa de mestrado. Para uma arquiteta que não conhece o *fazer-etnografia*, foram requisitados o apoio de alguns autores, mesmo que de forma breve ou pontual. Justamente por não ser antropóloga, foram eles que mostraram os possíveis desdobramentos teóricos dessa experiência.

A partir de Malinowski⁷ (1997: 31) o trabalho sistemático no campo ganhou importância. O autor afirma que *“existem vários fenômenos de grande importância que não podem ser recolhidos através de questionários ou da análise de documentos, mas que tem de ser observados em pleno funcionamento.”* Ele nomeia como os *“imponderáveis da vida real”*, que seriam os fatos rotineiros que mostram como realmente se comportam os membros de determinado grupo social, como por exemplo, a forma e os locais onde se relacionam ou conversam, a maneira de comer ou cozinhar, a existência de laços de amizade ou hostilidade entre seus membros, entre outros. Ainda segundo o autor (Malinowski, 1997: 36), o trabalho etnográfico deve sempre buscar compreender o ponto de vista do outro, a sua relação com a vida, percebendo aos poucos a sua visão de mundo.

Serão realizadas ao longo deste texto descrições de alguns traços da vida dos militantes deste movimento, trazendo aspectos que apenas um contato prolongado e de grande proximidade com eles poderia torna-los familiares (Malinowski, 1997: 30). Busca-se mostrar que se todas as conclusões deste texto fossem apenas baseadas em relatos de informantes ou deduzidas de documentos objetivos, teria sido impossível atualizá-las (Malinowski, 1997: 30) e provavelmente não chegaríamos aos mesmos pontos de reflexão.

Assim, os objetivos da pesquisa de campo foram ultrapassar as fronteiras tanto das aparências quanto dos discursos. As hipóteses e pressupostos iniciais do trabalho, em relação ao movimento, foram ao longo da pesquisa desconstruindo-se.

Por fim, Merleau-Ponty (1984) afirma que a antropologia nada mais é que *“a maneira de pensar quando o objeto é outro e que exige nossa própria transformação. Assim, também viramos etnólogos de nossa própria sociedade, se tomarmos distância com relação a ela.”* (1984: 199-200). Não tendo a pretensão de fazer um trabalho etnográfico, nem tendo o (por vezes necessário) rigor antropológico, este texto busca, da forma mais fiel possível, descrever os

⁶ A autora voltou à Buenos Aires e ao PVT 3 no período de 29 de julho a 11 de agosto de 2014.

⁷ MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. (Introdução: objeto, método e alcance desta investigação). In *Ethnologia*, n.s., nº 6-8, 1997, pp. 17-37. [1922].

caminhos percorridos durante a pesquisa de campo, analisando as descobertas e transformações sofridas pela pesquisa, mas sobretudo e principalmente, pela pesquisadora.

* * *

“O trabalho de campo é uma experiência total, profundamente marcante, dolorosa e individualizante. Ela retira o indivíduo do contexto habitual e previsível em que ele se encontrava para um contexto novo, imprevisível e, portanto, atemorizante.”⁸

Vivi durante pouco mais de cinco meses em um dos edifícios que abrigam o *Programa de Vivienda Transitoria* (PVT), habitação temporária para famílias em situação crítica habitacional, enquanto as unidades habitacionais das cooperativas do movimento estão em obra. O PVT 3, em San Telmo, abriga cerca de 30 famílias, organizadas de forma autogestionária, e, pelas características da edificação e sua localização, recebe as reuniões e atividades do movimento. Foi o PVT 3 que me recebeu.

A escolha do tema do mestrado indicava o caminho da militância que se delineava. Conheci os fundadores e atuais dirigentes do MOI – Movimiento de Ocupantes e Inquilinos – em 2011, durante um encontro de assessorias a movimentos populares promovido pela Usina⁹ e pela pesquisadora Maria Rosa Lombardi¹⁰, onde participaram grupos de São Paulo, Uruguai e Argentina. O tema do encontro era o papel dos técnicos na construção por autogestão da habitação social, e ali estávamos reunidos com o intuito de repensar nossas práticas, conhecer outras ali apresentadas e pensar conjuntamente alternativas para um processo que aparentemente tinha limites estruturais e contradições muito claras. O MOI era o único movimento que tinha sua equipe técnica orgânica, ou seja, os profissionais que assessoram o movimento fazem parte da organização. Portanto, era o único movimento presente, pois os demais eram assessores técnicos, e com isso possuía elementos distintos do conjunto das apresentações.

Tudo aconteceu muito rápido. Já havia enviado para o movimento o projeto do mestrado, então liguei para Carla Rodríguez, socióloga do MOI, perguntando sobre a possibilidade de me receberem. Em assembleia decidiram que eu poderia ficar no PVT 3¹¹. Carla me disse para ir antes de 24 de fevereiro, pois teriam uma Plenária Geral do movimento, para qual viriam todas as cooperativas, reunião que acontece apenas uma vez no ano. Oportunidade ideal

⁸ CABRAL, João de Pina. “Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa”, in *Análise Social*, vol. XIX. 1983.

⁹ A Usina – centro de trabalhos para o ambiente habitado – é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter interdisciplinar, fundada em 1990, que presta assessoria técnica a movimentos populares e administrações públicas em políticas urbanas e habitacionais. A pesquisadora faz parte da entidade desde o início de 2010.

¹⁰ Graduada em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo (1971), mestre e doutora em Educação pela UNICAMP (1999 e 2005). Atualmente é pesquisadora na Fundação Carlos Chagas e desenvolve investigações na área da Sociologia do trabalho, com ênfase em Estudos de Gênero.

¹¹ Como dissemos anteriormente, o *Programa de Vivienda Transitoria* funciona como moradia para as famílias de cooperativas durante o período de obras, até que estas sejam finalizadas. O MOI tem 3 edifícios que abrigam PVTs, com aproximadamente 50 famílias no total: 5 famílias no PVT 1 (no bairro Barracas), 15 famílias no PVT 2 (também em Barracas, a poucos metros do primeiro) e 30 famílias no PVT 3 (em San Telmo). O critério para decidir quais serão as famílias que irão morar nos Programas de Vivienda Transitoria é da participação. As pessoas que estão mais presentes no cotidiano do movimento, com funções importantes na militância, mas encontram-se com problemas habitacionais, têm prioridade para ocupar a moradia transitoria.

para eu ter um panorama do movimento de uma única vez. Passagens compradas na mesma tarde. Ida em 21 de fevereiro e retorno em 31 de julho. Vou antes do aniversário da minha mãe e volto depois do aniversário do meu pai.

Chego a Buenos Aires antes do almoço. Vou direto do aeroporto a San Telmo.

Imagem 01: Desenho do edifício que abriga o PVT 3, em San Telmo.

Toco a campainha e sou recebida por uma mulher. Pergunto por Carmen – como havia me indicado Carla – e Lili me leva até o porão. Carmen estava atarefada e chama Silvia para me mostrar onde ficaria. Eles me esperavam no dia seguinte, então não haviam preparado nada. Silvia abriu o quartinho e já começou a limpar comigo. Aquele era um pequeno espaço que devia funcionar como depósito da antiga clínica que o edifício abrigava, e que para o movimento não serviria como habitação, pelas dimensões (tinha cerca de 4 metros quadrados), mas servia para receber os *passantes*, os que vinham por um tempo. Era o transitório na *vivienda* transitória. Tinha um beliche, um armário de duas portas, um criado mudo e um cabideiro. Sem janelas, piso com carpete azul. Me via espantada, e espantada com meu espanto.

Imagem 02: Desenho do dormitório no PVT 3.

Imagem 03: Desenho do interior do edifício do PVT 3.

Com dificuldade de compreender a língua, sigo com as mulheres que vão me mostrando as áreas comuns do edifício. Cozinha, despensa, copa, banheiros. Na cozinha um grande fogão industrial. A despensa ficava trancada com cadeado, e a geladeira dentro dela. Banheiro sem chave, sem box ou cortina, sem chuveiro – só o cano de saída da água.

O cenário era de um edifício de arquitetura neoclássica francesa, típico de Buenos Aires do século XIX. Era uma antiga clínica médica, possuía salões enormes no térreo, dois elevadores que não funcionavam, um piso superior e um inferior, e mais cinco pisos em uma espécie de anexo. Eu ficaria no térreo, e usaria o banheiro do piso inferior, onde moravam Milton e Carmen – que se tornaram figuras centrais no processo de descoberta e caracterização do movimento.

Não havia portaria. Depois de um tempo eu notaria os esforços dos moradores de legitimação daquela moradia frente ao bairro, à cidade: não eram recomendados encontros longos na calçada, sentar e tomar algo, por exemplo, para que aquele não parecesse um lugar de desocupados.

O prédio não havia passado por nenhuma grande reforma desde que as famílias haviam chegado. Era necessária a realização de vários reparos. No geral, o edifício estava degradado. Tinha desde problemas mais superficiais, como a necessidade de pintura e pequenas reformas em alguns espaços, até questões mais estruturais, como a necessidade de reparo completo da cobertura – durante as chuvas vários cômodos inundavam – e da rede elétrica antiga – que colocava em risco todos os moradores. Cada família, quando entrava, fazia pequenos (às vezes grandes) consertos ou modificações onde iria habitar. A regra era que internamente à habitação a responsabilidade era de quem estivesse morando, e as áreas comuns eram de responsabilidade de todos os moradores do PVT. Eu percebia que as famílias viviam entre o conflito de fazer reparos melhores e mais significativos para viver melhor, porém num espaço transitório, com a constante promessa da mudança para a casa definitiva. “Primeiro íamos ficar aqui somente por 6 meses, depois por 1 ano, e já são dois anos que moro aqui, então acabo arrumando as coisas para viver bem”, me disse Paulina durante uma entrevista.

Esse primeiro dia, que contei com um pouco mais de detalhe, traduz um pouco o que experimentei nas primeiras semanas. A coletividade e a vida comunitária eram próximas de um fetiche pra mim. Era um ideal. Ao longo das primeiras semanas, ia me espantando com as contradições. A despensa trancada, os espaços esvaziados, como a biblioteca do térreo, quase nunca utilizada, pois também permanecia fechada.

Também nas primeiras semanas minha presença era totalmente estranha. Eu havia chegado e me instalado, e era uma pessoa diferente. Primeiro e óbvio, de outra classe social. Eu escolhera estar ali, não estava pela necessidade. Esse foi o primeiro e principal elemento que me distanciava de todos. Depois, eu era muito mais nova que o mais jovem dali – tirando as crianças, que não participavam muito das reuniões – e era brasileira¹². Apesar da quantidade de pessoas de outros países entre os militantes do MOI ser bastante significativa, era o

¹² Havia mais uma brasileira morando no PVT, chamada Simone, que morava com seu filho, Oswaldo, e viviam em Buenos Aires havia mais de dez anos.

português que também servia para me distanciar. Eu era 'a pesquisadora', um ser que havia pousado ali para estudá-los. Apesar de trabalhar no Brasil com os movimentos sociais de luta por moradia, ali ninguém sabia de onde exatamente eu vinha, o que precisamente eu fazia, em que acreditava e pelo que lutava. Só sobre a pesquisa.

Foi também nas primeiras semanas que eu percebia a movimentação: sempre tinha alguma atividade acontecendo no PVT ou alguma marcha, manifestação na rua. As primeiras reuniões de formação do *Bachillerato Popular* foram ali, as reuniões semanais da direção do movimento e do próprio PVT também. Ali se reuniam e se organizavam para sair às marchas, para pegar as bandeiras e faixas, era de onde saíam os ônibus.

Como técnica de pesquisa, começo a desenvolver um diário pessoal e um caderno de anotações do campo, que eu levava para todos os lugares, em todas as ocasiões. No caderno escrevia sobre todas as reuniões, fazia desenhos, registrava pensamentos e dúvidas. Nas primeiras semanas compro uma pequena máquina fotográfica, pois era muito o que precisaria desenhar pra mostrar.

O conflito entre o *observar* e o *participar* era constante e crescente. Como não tenho a formação em antropologia, a famosa observação participante da etnografia era uma categoria estranha para mim. Todo o tempo eu me questionava se seria capaz de traduzir aquela experiência em palavras, se poderia enfim escrever com certo distanciamento sobre o movimento, se deveria me distanciar mais ou entrar de uma vez.

*“No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu ‘participasse’, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse ‘observar’, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para ‘observar’. (...) tudo se passou como se tivesse **tentando fazer da ‘participação’ um instrumento de conhecimento.**”* (Favret-Saada, 2005: 157)

Imagem 04: Desenho de uma das reuniões do PVT 3.

Também é no primeiro final de semana que descubro a ocupação do Padelai – *Patronato para la Infancia*. No domingo saí para conhecer San Telmo, bairro onde estava morando, tradicional de Buenos Aires. Fui caminhando pela feira de artesanato e escutando as diversas línguas, os milhares de turistas comprando tudo que encontravam com os pesos desvalorizados, e quando viro uma esquina, vejo um grupo de mulheres vendendo *choripan*¹³. Várias faixas, pessoas dentro de um espaço rodeado por música alta e muito animada. Era naquele final de semana de fevereiro que eles celebravam 10 anos do despejo que expulsara mais de 100 famílias daquele edifício, e que 10 anos depois encontrava-se novamente ocupado. Pra mim foi incrível ver a localização do prédio, no coração de San Telmo, ver os turistas passando por ele, se perguntando sobre o que acontecera ali, os panfletos sendo distribuídos aos montes.

"Para além da nostalgia pela "velha rua moderna" de Berman (1989: 162) ou do "balé das calçadas" de Jane Jacobs (1992: 50), certamente haveria que se perguntar se o exercício da cidadania, das práticas urbanas e dos rituais da vida

¹³ O Choripan é um lanche de pão com linguiça apimentada, típico da Argentina.

pública não teriam, no contexto das grandes cidades contemporâneas, outros cenários: para tanto, é necessário procurá-los com uma estratégia adequada.”
(Magnani, 2002: 5)

Foi nestes dias que percebi onde estava inserido aquele PVT. O bairro de San Telmo, a poucos minutos a pé da Casa Rosada e da Plaza de Mayo, era um bairro absolutamente central em Buenos Aires. Vou aos poucos, e com a ajuda de Milton, descobrindo onde estão localizadas as cooperativas do MOI. A Cooperativa Perú está a poucas quadras do PVT, também em San Telmo – na rua de mesmo nome. A Cooperativa *La Unión* está a duas quadras do *Padelai* e a uma quadra de Porto Madero, fazendo parte inclusive do perímetro da reestruturação urbana.

Imagem 05: Desenho do edifício do ex-*Padelai*.

Desde o início participo de todas as reuniões, o que ocupava todas as minhas noites e grande parte das tardes. Vou conhecendo e reconhecendo como o movimento se organiza e como trabalha. No primeiro final de semana de março acontece a plenária que Carla havia comentado. Naquela ocasião estavam presentes membros de todas as cooperativas, tanto

da capital – que eram maioria¹⁴ – quanto da província de Buenos Aires – recém criadas – e de outras Províncias.

A Plenária é iniciada com vários discursos sobre a luta por moradia e autogestão. Após as falas de abertura, a dinâmica de trabalho se dava através de atividades para discutirem em grupo como estava cada área do movimento, quais as ideias e dificuldades para avançar. Aquele momento me ajudava a dimensionar a experiência: poucas obras em andamento – apenas quatro e todas na cidade de Buenos Aires – e uma compreensão coletiva, através da prática, de que as transformações sociais viriam através de pequenas mudanças cotidianas. Era outra organização da vida, que partia de um sentido de transformação cultural.

À medida que passavam os dias, a língua se tornava menos muralha e minha figura menos pesquisadora. Aos poucos as pessoas iam descobrindo que eu era arquiteta no Brasil, e que trabalhava já há alguns anos com os movimentos de moradia, através de processos participativos de projeto. Isso trazia novas possibilidades à pesquisa de campo: agora quem se sentisse à vontade poderia se abrir comigo, e muitos vinham contar o que realmente acontecia, inclusive perguntando como resolvíamos certas questões no Brasil. Eu ia começando a fazer parte.

Sentia muita falta da prática de arquiteta, do desenho e do canteiro. Antes de encerrar o primeiro mês de estadia, fui conversar com Néstor Jeifetz, arquiteto e principal dirigente do movimento de Ocupantes e Inquilinos, sobre a possibilidade de fazer um trabalho, como arquiteta, junto ao movimento. Pensava que poderia fazer com que minha estadia ali também trouxesse contribuições para o movimento – e não apenas para mim. Percebia que o processo de projeto participativo, do modo como defendíamos e praticávamos na Usina, ali era uma questão delicada, pouco debatida, ao mesmo tempo em que notava certas fragilidades na inserção da equipe técnica orgânica. A concepção do projeto e o papel dos arquitetos junto ao movimento eram uma questão central para mim¹⁵.

Após brigar internamente com meus objetivos originais ali, decido deixar-me *afetar*. Jeanne Favret-Saada, no artigo *Ser afetado*¹⁶, expõe que “aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer.” (Favret-Saada, 2005: 160).

“Os materiais recolhidos [na pesquisa de campo] são de uma densidade particular, e sua análise conduz inevitavelmente a fazer com que as certezas científicas mais bem estabelecidas sejam quebradas.” (Favret-Saada, 2005: 160 [grifo da autora]).

¹⁴ Naquele momento (março de 2013) eram seis cooperativas na cidade de Buenos Aires - Peru, La Union, Fortaleza, Yatay, El Molino e La Fabrica -, quatro na província de Buenos Aires - cooperativas Los Pinos, Unión Latinoamericana, Primero de Gallo e Mate Amargo. – e duas cooperativas fora de Buenos Aires, em San Martin de los Andes e Ushuaia.

¹⁵ Devido à atuação junto aos movimentos sociais através da assessoria técnica da Usina, a questão entre ser parte de um corpo técnico orgânico ou manter uma autonomia em relação aos movimentos sociais sempre permeou nossos debates internos.

¹⁶ “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. cadernos de campo n.13: 155-161, 2005. Original: FAVRET-SAAD, Jeanne. 1990. *Être Affecté*. In Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie, 8. Pp. 3-9.

Assim, à medida que ia avançando minha estadia em Buenos Aires, a pesquisa ia se modificando. O quadro de atores no cenário da luta por moradia na cidade ia se ampliando. Conhecia e entrevistava outras organizações além do MOI, como a FTV¹⁷, a *Madre Tierra*¹⁸ e a FOL¹⁹. Também entrava em contato com pesquisadores e intelectuais, principalmente da UBA, da *General Sarmiento* e da *Universidad de Quilmes*, como Maria Cristina Cravino, Adrián Gorelik e Pedro Pirez, e conhecia também outras instituições ligadas à luta por moradia, como o *Habitar Argentina*²⁰.

Enquanto se ampliava minha proposta original e a visão sobre a luta por moradia em Buenos Aires, eu percebia algumas coisas: a centralidade e a novidade que representava a Lei 341, de construção por autogestão; também o protagonismo do MOI na criação desta lei, apesar da sua pequena escala e pequeno número de militantes; a dispersão das organizações de moradia que quase não tinham canais de diálogo; a divisão entre kirchneristas e anti-kirchneristas; o peronismo, tanto de esquerda quanto de direita, presente e enraizado na cultura política argentina; também me parecia que o sindicalismo seguia sendo um caminho de organização popular mais sólido que o partido político; e que não havia de fato política habitacional nem a nível federal nem municipal, sequer havia planejamento urbano ou habitacional, o que se mostrava mais grave se eu comparava ao contexto latino-americano. Não há na Argentina um marco normativo que se aproxime do Estatuto da Cidade brasileiro ou da Lei 388 colombiana, leis progressistas em relação à regulação urbanística e fundiária, com instrumentos normativos que buscam (com limites) garantir o Direito à Cidade.

*

Em meados de março, em uma das reuniões diretivas do MOI – que ocorriam todas as quintas-feiras – onde estavam presentes os representantes de cada cooperativa, o movimento discutiu quais instrumentos teriam para pressionar o governo da cidade para pedir a reabertura da Lei 341 – lei municipal, que desde 2008 não comprava edifícios novos ou iniciava projetos, mas somente liberava recursos – a conta gotas – para cooperativas antigas acabarem as obras já iniciadas. Néstor dizia que era preciso dar visibilidade às experiências de construção por autogestão, mostrando que através desta lei muita coisa estava sendo feita e que o padrão daquelas construções era muito superior ao comumente produzido pelo Estado ou pelo mercado para a classe popular. Ele dava a ideia de organizar uma exposição, para que todos conhecessem as experiências, tanto na Legislatura Municipal de Buenos Aires quanto na Universidade (UBA), e até para os próprios militantes do movimento e de outras organizações.

¹⁷ De origem piquetera, a FTV - *Federacion Tierra y Vivienda* - é uma organização social que surgiu em 1997 para lutar por terra e moradia. Desde 2003 apoia o governo nacional (de Néstor Kirchner e sua sucessora Cristina Fernández de Kirchner).

¹⁸ De origem eclesial, a *Asociación Civil Madre Tierra* surgiu em 1985, ligada à caritas de Morón, para buscar enfrentar comunitariamente o problema da moradia e da terra.

¹⁹ A FOL - *Frente de Organización de Luchas*, é um movimento popular de ação direta que promove ocupações principalmente na periferia da cidade de Buenos Aires.

²⁰ A rede *Habitar Argentina* é um espaço que surgiu entre 2009 e 2010 onde organizações sociais, instituições acadêmicas e políticos ligados à luta por habitação da região metropolitana de Buenos Aires buscando criar e fortalecer marcos normativos que regulem a questão da habitação e do direito à moradia e à cidade.

Minha máquina fotográfica (nada profissional) havia chegado há pouco. E então me dispus a fazer as fotos das fachadas como parte do mestrado, e como uma contribuição para o movimento²¹.

A ida a campo se iniciou com uma lista de todas as cooperativas que compraram terrenos com recursos do PAV (*Programa de Autogestión para la Vivienda*) na cidade de Buenos Aires (cerca de 110²²). Durante os primeiros dias de trabalho, constatei que muitos dos pontos indicados na lista eram terrenos vazios, sem construção iniciada e que seria necessário, portanto, outra lista, apenas com as obras já iniciadas. Neste momento Raul Chávez, referência principal do *Movimiento Vivienda y Trabajo* (MVT) e da cooperativa *Asemblea 1º de Mayo*, sugere incorporar ao trabalho de levantamento e registro a socióloga Maria Cecília Zapata, da Universidade de Buenos Aires, já que ela havia realizado sua dissertação de mestrado sobre o *Programa de Autogestión para la Vivienda*²³, e iniciava a pesquisa de campo do doutorado sobre os edifícios já terminados da Lei para fazer uma comparação com a produção estatal na cidade de Buenos Aires.

A partir daí eu e Cecília visitamos, fotografamos e entrevistamos as lideranças dos processos de todos os edifícios já ocupados²⁴ construídos com recursos da Lei 341, através do *Programa de Autogestión para la Vivienda* (PAV).

Como resultado das idas a campo e, sobretudo com a realização das entrevistas, várias questões apareciam. Primeiro, e elementar: porque a experiência de construção por autogestão é sempre tão minoritária? Em mais de 10 anos da Lei 341, se haviam concluído pouco mais de 500 unidades habitacionais, sendo que em um único conjunto estavam 326. Assim, nos deparávamos com conjuntos de 12 a 20 unidades, em média. Uma escala muito diferente dos projetos no Brasil. Também observávamos que os processos do PAV tinham sido bastante plurais: havia cooperativas onde o grupo participava ativamente das instâncias de projeto e de obra, outros processos onde a organização contratava uma pequena construtora para gerir os recursos. Havia, portanto, vários níveis de autonomia de caso a caso. O que causava essa diferença substancial de uma experiência a outra? O que fazia com que certo grupo fosse mais participativo e outro não? Quais as consequências desses diversos graus de participação? O que mudava nos projetos, entre o próprio grupo e o que era defendido como modelo da política habitacional? Por outro lado a questão da localização dos conjuntos era evidente: salvo algumas exceções em *Lugano*, a maioria dos edifícios estava em bairros como *La Boca*, *Barracas* e *Constitución*. Bairros dotados de infraestrutura urbana e de serviços públicos, de praças e áreas verdes. Na sua maioria

²¹ Agradeço ao arquiteto e fotógrafo Eduardo Costa por todas as orientações para que as fotos dos edifícios ficassem menos amadoras.

²² Ao longo deste trabalho serão apresentados os dados completos do Programa.

²³ ZAPATA, M. C. *El Programa de Autogestión de la Vivienda: ¿una política habitacional habilitante del derecho a la ciudad?* Dissertação de mestrado em Administración Pública apresentada à Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, 2012.

²⁴ Observamos que a lista fornecida pelo IVC – *Instituto de Vivienda de la Ciudad* – estava significativamente defasada em relação ao estado atual das obras, sendo que durante o percurso pelas obras percebemos vários edifícios terminados quando o IVC declarava pequenas porcentagens de avanço de obra.

implantados na zona sul da cidade, setor mais popular se comparado à zona norte. Porém incomparável à Cidade Tiradentes de São Paulo²⁵.

Os conjuntos na sua maioria eram implantados em lotes urbanizados, e não em glebas. Assim, não formavam conjuntos murados, mas edifícios inseridos na malha urbana existente. Todos que visitamos mostravam preocupações com os espaços coletivos, tanto de uso privado – como as vagas de estacionamento que não eram prioridade em nenhum dos projetos – quanto às áreas de uso comum, como de lazer, varal para estender roupa, churrasqueira.

Enquanto fazíamos esse percurso pelas obras (que me maravilhava por estar conhecendo grande parte de Buenos Aires nesse caminho), tirando fotos dos edifícios, íamos tocando as campainhas e marcando as entrevistas com os participantes do processo. Muitas vezes com os coordenadores, e geralmente mais de um. As entrevistas eram realizadas no interior dos edifícios, nos salões comunitários ou na casa de um dos membros da coordenação.

Logo na primeira entrevista percebemos que a máquina fotográfica incomodava muito – às vezes nem era bem vinda. Então passei a desenhar os momentos das entrevistas para registrar a ocupação daqueles espaços, a arquitetura e como estava organizado, para ver como as pessoas estavam se apropriando dos espaços que elas mesmas estavam propondo. Os desenhos, por sua vez, às vezes permitiam fotos, já que todos ficavam muito animados quando se viam retratados como personagens de histórias em quadrinhos.

Imagem 06: Desenho de uma das entrevistas nas cooperativas inseridas na Lei 341.

²⁵ A Cidade Tiradentes é um distrito na Zona Leste de São Paulo, a 35 km do centro da cidade, que concentra grande parte da população trabalhadora que habita as mais de 40 mil unidades habitacionais construídas pelo estado ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990.

As entrevistas foram concluídas em meados de junho de 2013. Destas, 14 foram realizadas apenas com membros das cooperativas²⁶, envolvendo mais de 30 pessoas. O resultado principal esperado pelo movimento - as fotos das fachadas - foi recebido com ansiedade. Todas as fotos foram impressas, e fizemos um CD com o conjunto das imagens. Todos pediam uma cópia – lideranças e base – pois queriam conhecer e comentar aquele material.

Ao mesmo tempo eu visitava as obras do MOI com minha pequena câmera e com o caderninho preto, e era sempre uma festa. Se no começo eu era um ser externo, com o tempo fui me tornando a arquiteta brasileira que todos queriam mostrar coisas, que poderia ajuda-los com outras referências, outros modelos (uma opinião de fora, mas de dentro). As pessoas vinham me contar o que estavam fazendo, perguntavam se eu via a obra 'andando', se achava que ia acabar logo.

A experiência de campo dava “lugar à comunicação não verbal, não intencional e involuntária, ao surgimento e ao livre jogo de afetos desprovidos de representação” (Favret-Saada, 2005: 161), de forma que aspectos importantes da organização do movimento eram capturados por meio de conversas informais, não em entrevistas ou falas programadas. A identificação das pessoas, sobretudo das mulheres, com a proposta que eu apresentava, fazia com que em conversas cotidianas surgissem temas fundamentais para que fosse possível compreender a dinâmica e organização do movimento.

“escolhi conceder estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional: é voltando sucessivamente a elas que constituo minha etnografia.” (Favret-Saada, 2005: 160).

Em um dia comum, por exemplo, estávamos almoçando, e o assunto era Elza, senhora de aproximadamente 80 anos que morava com a filha, de uns 40, que tinha algum tipo de distúrbio mental. Um dia elas estavam discutindo e a filha empurrou Elza, que caiu no chão e ficou com vários hematomas. Ela tinha outros filhos em Buenos Aires, e um deles vivia numa

²⁶ Foram realizadas mais de trinta entrevistas ao longo de toda a pesquisa de campo: Eduardo Jozami (ex Presidente da CMV), Rocio Sanchez Andia (Deputada da Cidade Autonoma de Buenos Aires), Ana Pastor (referente *Madre Tierra*), Cristina Reynals (referente *FOTIVBA*), Arq. Guillermo Marzioni (referente *FTV*), José Acuña (referente *Ex AU3*), Arq. Marcelo Cataneo (ex *ETI* do MOI), Arq. Martin Zaitch (*ETI* da Cooperativa *Creando Cimientos*), Raúl Chávez (Presidente Cooperativa *1º de Mayo* e referente do *MVT*), Jaime Cossio (Presidente da Cooperativa *Luz y Progreso*), Emiliana (Presidente da Cooperativa *27 de Mayo*), Lourdes (Presidente da Cooperativa *Alto Corrientes*), Franco H. Jorge (Tesoureiro da Cooperativa *La Ribera*), Mario (Presidente da Cooperativa *Caminito*), Alberto Lacuesta (presidente da Cooperativa *Sembrar Conciencia*), Gloria, Carmen, José e Dolores (membros da Cooperativa *Uspallata*), Alfredo, Teodoro, María Esther, Daisy e Manuel (membros da Cooperativa *28 de Junio*), Susana (Presidente da Cooperativa *Octubre*), Analía e Ivana (membros da Cooperativa *El Palomar*), Cristina (Secretária da Cooperativa *Creceer*), Membros do Conselho do MTL – *Movimiento Territorial de Liberación*, Néstor Jeifetz (Presidente do MOI), Carla Rodriguez (Socióloga e responsável pela área social do MOI), Cristina Pridez (Cooperativa *El Molino* – MOI), Sonia Freire (Cooperativa *La Fábrica* – MOI), Maria Eugênia (Cooperativa *La Unión* – MOI), Leonor Rojas (Cooperativa *Perú* – MOI), Rosita (Cooperativa *Fortaleza* – MOI), Guillermo Reppel (Cooperativa *Los Pinos* – MOI), Silvia (Cooperativa *La Fábrica* e moradora do *PVT 3* – MOI), Paulina (Cooperativa *La Fábrica* e moradora do *PVT 3* – MOI), Liliana (Cooperativa *El Molino* e moradora do *PVT 3* – MOI).

casa grande, ajardinada, e já tinha pedido à mãe que fosse morar com ele. Todos a observavam com olhares confusos e pensavam 'porque não se muda?'. Enquanto ela mostrava as fotos dos filhos, alguém solta a voz e faz a pergunta: 'porque você não vai morar com seu filho, nessa casa enorme?' E ela, calmamente, olha e responde sorrindo: "e minha vida? Vou fazer o que lá, o dia todo, sozinha?".

Em outras palavras,

"trata-se da natureza, da especificidade do conhecimento proporcionado pelo modo de operar da etnografia e que – de acordo com a hipótese que está sendo trabalhada – permite-lhe captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números." (Magnani, 2002: 6)

Após alguns meses participando do cotidiano do movimento, eu percebia algumas ações ou dinâmicas que se repetiam constantemente, quase como rituais. Eram como mecanismos não explícitos, valores e relações que formavam socialmente o movimento e seus participantes, que só puderam ser identificados por essa pesquisa de campo, tal como se desenvolveu. Roberto DaMatta (1997) diz que "os rituais servem, sobretudo na sociedade complexa, para promover a identidade social e construir seu caráter"²⁷. Assim, identificar e analisar os rituais é fundamental para compreender os aspectos sociais e organizativos de um grupo, bem como suas ideologias nem sempre expostas claramente.

"É como se o domínio do ritual fosse uma região privilegiada para se penetrar no coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores". (DaMatta, 1997: 29)

O primeiro ritual identificado eram as reuniões diretivas do movimento, já mencionadas, que ocorriam todas as quintas-feiras no salão central do PVT. Eram abertas para que todos pudessem participar, porém participavam geralmente as mesmas pessoas – os coordenadores ou dirigentes de cada cooperativa e os dirigentes do MOI – somando cerca de 20 a 30 pessoas, em média, em cada reunião.

A dinâmica das reuniões obedecia a uma lógica não-explicita, porém sempre respeitada. Geralmente abriam a reunião um dos dirigentes do MOI, listando todos os temas que serão pautados e debatidos. Em seguida, Néstor fazia uma longa fala política e politizadora, que ampliava as questões que poderiam parecer pontuais. Falava sobre direito à cidade e à moradia, também sobre o direito à beleza que deveriam defender no movimento. Falava do contexto político e econômico local, nacional e internacional.

Em relação às políticas de habitação, destacava as reuniões que ocorriam ao longo da semana com o IVC – *Instituto de Vivienda de La Ciudad* – sobre a Lei 341 e o que era discutido

²⁷ DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

em cada reunião, tanto aportes financeiros para as cooperativas quanto questões mais estruturais de modificações da Lei.

Também destacava-se a importância da nacionalização do movimento, sempre com informes das cooperativas e dos grupos que começavam a se organizar fora da cidade de *Buenos Aires*, sobretudo em *Tierra del Fuego* e *Los Andes*. Falava sempre sobre a SeLVIP (*Secretaría Latinoamericana de Vivienda Popular*) e as agendas próximas.

Como fechamento desses discursos formativos, eram ressaltados os aspectos políticos da organização. A autogestão e a necessidade de fortalecimento da discussão política sobre o tema, a perspectiva de construção – política, social e cultural - de uma nova esquerda, e por fim de uma sociedade socialista.

Apareciam também, em alguns discursos, definições da organização interna que nem sempre eram claras. Falas como “não somos horizontalistas”, “acreditamos no centralismo democrático” ou “necessitamos de uma organização central” ressaltavam a filiação marxista-leninista dos dirigentes, e acabavam dando a linha do movimento. Esta forma de conduzir o processo por vezes entrava em contradição com a autogestão proposta (e posta em prática) pelas bases, no cotidiano da luta.

A reunião seguia com informes gerais do movimento e das cooperativas, e era o espaço onde os dirigentes organizavam os eventos e encontros do movimento, como as Plenárias e o recebimento dos *pasantes*, ou seja, militantes de outros movimentos que vinham conhecer o MOI e sua organização.

Já as reuniões das famílias moradoras dos PVT's, também semanais, funcionavam com uma dinâmica absolutamente diferente. Neste espaço todos tinham as mesmas responsabilidades e direitos, todos tinham voz. Não era possível identificar hierarquia no grupo.

As mulheres, geralmente em maior número que os homens, organizavam os temas das reuniões: organização e limpeza do edifício, divisão das tarefas, organização para reparos ou reformas, contratação de serviços e compra de materiais e pagamentos dos custos e despesas eram alguns dos temas mais recorrentes.

Também decidiam coletivamente sobre questões delicadas. Um dos casos mais complexos que observei foi entre os moradores e a cooperativista que era contratada para realizar a guarda noturna. Izabel era militante do MOI, moradora de outro PVT, e estava desempregada. Foi contratada pelos moradores do PVT 3, que estavam buscando contratar alguém para fazer a vigília noturna no edifício.

Em uma das reuniões, alguém levantou o tema de que Izabel fora encontrada dormindo durante o trabalho. Outra pessoa em seguida disse que já havia visto outras vezes o mesmo fato. Neste dia Izabel não estava presente na reunião. Iniciou-se então uma grande discussão, onde alguns a acusavam e outras a defendiam. Alguém propõe que seja colocado o tema na próxima reunião, em que ela estaria presente.

Na reunião seguinte, com a presença de Izabel, inicia-se novamente a discussão. Um grupo de pessoas começa a falar em descontar do salário dela os dias em que dormiu. Ela tenta se defender e se instaura no grupo uma situação absolutamente hostil. Então, algumas pessoas começam a falar em defesa dela, alegando que "não podemos tratar como patrões uma companheira, somos todos trabalhadores, somos iguais". Após longo debate, decide-se não descontar nada do seu salário, e que quando cada um visse Izabel dormindo, iria simplesmente chama-la.

As duas dinâmicas de reuniões, aqui metaforizadas como rituais, possuíam formas de funcionamento muito diferentes, e são como exemplos para compreender a dinâmica geral do movimento: o centralismo era presente, tanto técnica quanto politicamente, mas isso não impedia que formas de organização do trabalho e da vida mais autônomas pudessem surgir no interior do movimento.

Marcelo Lopes de Souza, em artigo para a série "Por dentro e por fora" do coletivo Passa Palavra²⁸, distingue dois padrões organizacionais no interior de movimentos populares recentes: a variante "por coordenação" e a variante "por coletivo". A variante "por coordenação" seria mais vertical, hierárquica, onde indivíduos com vínculos acadêmicos ocupam posições privilegiadas no movimento. A variante "por coletivo" seria mais horizontal, onde todos os membros de uma organização poderiam participar igualmente, e as decisões seriam tomadas coletivamente. No caso do MOI, se utilizarmos a mesma terminologia proposta pelo autor, observa-se que a organização trafega entre a variante por coordenação e por coletivo. As duas formas convivem, porém sempre em espaços distintos.

Já nas obras, a maioria dos trabalhadores eram mulheres fazendo os trabalhos de ajuda mútua e quase na totalidade homens trabalhando na cooperativa de trabalho²⁹. As obras espantavam pela beleza dos prédios e pela execução dos serviços com rigor e perfeição. A preocupação com a arquitetura e estética era evidente. O canteiro era sempre alegre, com música e muitas conversas. Algumas diferenças dos canteiros no Brasil, também autogestionários: os arquitetos lá não estavam no cotidiano da obra, não ajudavam a organizar a ajuda mútua. As tarefas eram decididas em assembleia semanal, por todos da cooperativa, que se dividiam em quatro comissões: ajuda mútua, aporte, obra e participação. A comissão de ajuda mutua controlava os trabalhos que seriam realizados com mão de obra dos próprios cooperados; a comissão de aporte discutia os aspectos financeiros da obra, bem como realiva a compra de materiais e ferramentas; a comissão de obra realizava o planejamento das atividades com o mestre e com a cooperativa de trabalho, e por fim a comissão de participação discutia os aspectos organizativos da cooperativa e a participação das famílias.

Durante as conversas, tanto nas obras, quanto no cotidiano ou em entrevistas, eu ia percebendo a grande quantidade de imigrantes estrangeiros no MOI. A maioria teria vindo

²⁸ SOUZA, Marcelo Lopes de. Os apoiadores acadêmicos dos movimentos sociais: seu papel, seus desafios. Disponível no site passapalavra.info e acessado em 21/05/2014.

²⁹ As obras do MOI não são executadas por empresas privadas, mas pela *Cooperativa de Trabalho Casa Base*, formada pelo movimento, com aproximadamente 50 trabalhadores, que executam os serviços em todas as obras. Os trabalhadores eram na maioria cooperativistas. Este aspecto será detalhado no capítulo 3 desta dissertação.

para Argentina fugindo da ditadura de seus países de origem – muitos uruguaios pela proximidade, mas também muitos chilenos pela crueldade do regime de lá; alguns bolivianos, colombianos e paraguaios. Muitos tinham histórias de luta anterior em sindicatos ou movimento estudantil. Alguns já tinham sido presos e torturados.

Foi apenas no último mês que me senti à vontade para pedir permissão aos moradores do PVT 3 para entrar em suas casas, entrevista-los e desenhar ou fotografar os espaços de moradia. Nesse momento, eu já era reconhecida por todos, e com alguns já tinha uma relação de maior proximidade, que me ajudava a chegar aos moradores que não se sentiam tão confortáveis.

As famílias ocupavam do primeiro ao quinto pavimentos, distribuídas em espaços de dimensões conforme as necessidades de cada grupo familiar. Como antes não era um edifício habitacional, os ambientes iam sendo adequados à moradia aos poucos, sendo que cada ‘apartamento’ tinha mais ou menos cômodos.

Como os elevadores estavam desativados, os idosos ficavam no primeiro piso e os mais jovens nos últimos. À exceção de um grupo familiar, todas as famílias viviam em um apartamento com banheiro privativo. Além da cozinha industrial no piso inferior, havia uma cozinha coletiva em cada piso. Ainda, algumas famílias construíam uma pequena pia no interior dos seus cômodos e instalavam um fogão, para ter uma cozinha particular. Os espaços particulares – como o banheiro e a cozinha – sempre eram motivo de questões entre o grupo (a limpeza, as regras de uso, etc). Os espaços de recreação ou estar eram temas menos comentados nas reuniões.

Geralmente a ocupação dos espaços se organizava pelo mobiliário que a família possuía – diversos grupos familiares dividiam um único ambiente de grandes dimensões, e armário de roupas fazia a separação entre o que seria dormitório e a sala/cozinha. Quase todos os andares possuíam banheiros coletivos e cozinhas. Algumas famílias usavam o banheiro do subsolo para tomar banho.

Cada andar funcionava como uma unidade de vizinhança, e algumas relações eram unicamente desenvolvidas pelos moradores de um único andar. A decisão sobre deixar aberta ou trancada a porta que dava acesso à cada andar, a limpeza dos corredores e espaços comuns daquele andar, festas na casa de cada um – que sempre os do andar eram convidados prioritariamente.

*

Do cotidiano

Imagem 07: Desenho da cozinha do PVT 3, com Milton e Carmen trabalhando.

O sono na cama não muito firme de madeira e no colchão fino de espuma era interrompido por latidos. Luna, Pancho e Carmelo. Tentava voltar a dormir. A cama se tornava o maior conforto no frio “do lado de fora”. Isso porque esse quarto era absurdamente mais quente que o pequeno depósito de cima, onde fiquei nos primeiros meses. Naquele entrava um ventinho constante e gelado por uma aberturinha no teto (que tentavam fechar com papel torcido) e saía pela porta que todos entravam. Tinha poucos metros quadrados, parecia um frigobar. Esse era maior, tinha uma abertura que dava para um corredor interno, – não janela – mas não era tão frio.

Tinha dificuldade de dormir e de acordar. Como era durante a noite que falava com o Brasil, acabava dormindo tarde e pouco. E no dia seguinte não havia sol, não havia janela. Também não havia muito ânimo. Tinha vontade, mas o frio era tanto que a vontade acabava rapidinho. Da cama ouvia a voz da Carmen, e escutava Milton lavando o chão. A moto saía pra trabalhar. Alguém (sempre) chamava Carmen. Muitos trabalhavam todo o dia, saíam bem cedo e voltavam à noite.

Finalmente me levantava. Frio. Ia ao banheiro. Decidia ligar o computador e permanecer na cama, debaixo da coberta. O banho, como não era muito fácil pela distância do banheiro e pela temperatura da água, não me acordava.

Ainda no quarto comia uma banana ou uma maçã e via os e-mails, organizava as tarefas do dia, entrevistas, bibliotecas, visitas.

No horário próximo ao meio dia saio, vou à cozinha 'ver' o almoço. Perguntava se Carmen precisava de algo, ia comprar pimentões, cortava os tomates, pegava os pratos e colocava a mesa. O vinho. O limão e o sal. O cheiro sempre era convidativo. E sempre havia algo "pra mim". A salada sem óleo, purê de batatas ao invés de carne, peixe assado ao invés de frito. Tocava música clássica na rádio. Carmen falava para nos servirmos e irmos comendo, pra não esfriar. Ia chegando mais gente, Guillermo, Carlito, Silvia, Elza. Algum outro convidado ou a neta de Carmen, algum dia da semana. Eu chamava Milton, que trazia o pão pra colocar no forno.

Aos poucos a mesa ficava completa, e todos comendo *muy rico*.

Os assuntos variavam conforme as pessoas da mesa. Muitas vezes era sobre política (no seu sentido amplo), naquele dia havia sido sobre a origem da família, da monogamia. Quando estava presente Carlito³⁰ o assunto era o mundo. Quando ele não estava, o assunto sempre passava por ele.

Enquanto íamos terminando, Milton perguntava se alguém queria um chá ou café. Esquentava água, trazia os saquinhos, açúcar, colheres e copinhos de isopor. Aos poucos os pratos iam sendo retirados, Elza ou Silvia iam lavar a louça (nunca me deixaram lavar, nem uma vez). Voltava para o quarto, e em poucos minutos tudo estava apagado, todos estavam dormindo a siesta, até os cachorros.

Aproveitava as tardes pra estudar. Na maioria dos dias saía pra passar a tarde na *Biblioteca Utopía*, no quarto andar do *Centro Cultural de la Cooperación*. Biblioteca especializada em movimentos sociais, cooperativismo, sindicalismo. Fiquei amiga do bibliotecário, que me ajudava na busca pela origem da autogestão, por tudo que tinha sobre a luta por habitação na cidade de Buenos Aires. Às vezes ia à biblioteca do Congresso, maior e mais intimidadora. Ou em algum café, mais quentinho.

Ia anoitecendo e eu ia voltando para casa. O jantar não era como o almoço. Muitas vezes tinha reunião do MOI no PVT. Depois da reunião, sopa ou chá. Ia finalmente para o quarto e chegava ao Brasil, ou à Venezuela, por *Skype*.

³⁰ Cubano que havia recém chegado na Argentina, tinha pouco mais de 40 anos e nunca, até então, havia saído de Cuba. Não entendia o funcionamento do sistema capitalista e crueldades por nós há muito naturalizadas.

Da generosidade

Com a vinda do inverno ganho um casaco de Silvia, que era de sua filha, e que me salvou durante toda aquela viagem. Também Milton me empresta uma estufa pra colocar no quarto, enquanto eu ia me acostumando com o banho não tão quente.

Pouco depois de mim chegou Carlos – Carlitos – de Cuba. Carmen o viu na igreja e, segundo ela, se espantou com um homem como ele (um negro de quase dois metros de altura, robusto) estar com uma cara de tamanha desolação. Foi conversar com ele e desde então almoçava sempre conosco no PVT. Às vezes dormia por lá, e ajudava Carmen levando os almoços que ela preparava para trabalhadores de uma obra próxima. Estava trabalhando para juntar dinheiro e voltar pra Cuba.

Do que ficou de fora

Em abril, fui ao Uruguai e conheci grande parte das obras da Fucvam com o auxílio de Juan Cammá – atual diretor do CCU (Centro Cooperativista Uruguayo), e entrevistei Benjamin Nahoum, assessor técnico da FUCVAM e Professor da *Universidad de la República* (Uruguai). A escala da produção cooperativa uruguaia é impressionante. Quando retornei várias pessoas me perguntavam onde é que eu estava, pois pensavam que eu havia ido embora sem me despedir.

Também fui ao Chile, em maio, e na volta fui obrigada a trocar de habitação – após uma chuva violenta, meu quarto havia se inundado, livros molhados, roupas, e tudo que não tinha ido para o Chile comigo. Fui para baixo, para o quarto maior e mais quente, ser vizinha de Carmen e Milton.

Ficamos, em meados de julho, sem água quente durante cerca de 15 dias, pois o aquecedor havia quebrado. Naquele momento a temperatura média era de 2 ou 3 graus. E o banho era de canequinha (e na casa da socióloga – que por fim se tornou uma grande amiga – Cecília Zapata, por dois dias).

Dei aulas de português no *Bachillerato* do MOI, de março a julho, para um grupo de 15 mulheres, em sua maioria mães solteiras.

Por fim, fiz uma disciplina no doutorado da Faculdade de Ciências Sociais da UBA, com o professor Pedro Pirez, que discutia os impactos do neoliberalismo na cidade de Buenos Aires.

Este capítulo buscou descrever e analisar dois pontos relacionados à pesquisa de campo vivida ao longo de cinco meses no edifício do Movimento de Ocupantes e Inquilinos (MOI), o PVT 3, no centro da cidade de Buenos Aires. O primeiro tratou da dinâmica geral do MOI, a partir da vivência cotidiana, das inúmeras entrevistas e observações feitas pela autora. Em paralelo, foram mostrados os caminhos e transformações sofridos pela própria pesquisa durante esse mergulho.

Com a pesquisa de campo, a questão de fundo se ampliou. Percebia-se, a partir das pesquisas bibliográficas e em conversas com as pessoas, que a crise econômica e social de 2001 era fundamental para compreender em que contexto estavam inseridas as experiências do MOI – e, conseqüentemente, da luta por moradia na capital argentina. No decorrer da década de 90, a sociedade argentina passou por mudanças profundas devido à crise econômica gerada pelas reformas neoliberais menemistas. Por um lado, configurou-se o quadro de uma sociedade empobrecida, desempregada, incapaz de acessar serviços básicos outrora públicos, que agora haviam sido privatizados. Por outro, a crise, que alcançou seu ápice em 2001, produzia novos atores sociais: os movimentos urbanos e os novos sindicatos, que lutavam contra as medidas econômicas que paulatinamente espoliavam a sociedade argentina.

A partir deste campo, o objetivo do mestrado passa a ser, por um lado, descrever e analisar o MOI, movimento que deu origem e se re-originou com políticas habitacionais de construção por autogestão, lutando por melhorias nas políticas públicas e por recursos do estado para organizações sociais, no contexto neoliberal e pós crise de 2001. Por outro lado, a pesquisa busca também, no contexto latino-americano da luta por habitação autogestionária, conhecer este mesmo movimento, que nasce a partir da experiência da Fucvam³¹, como tantos no Brasil, porém com propostas e projetos distintos.

A partir desta busca mais profunda, vários pressupostos foram deixados de lado, e *outro* movimento apresentou-se ao longo do trabalho. O ponto de vista mais internalizado, as conversas próximas e cotidianas trouxeram outras perspectivas à pesquisa do mestrado. A característica centralizadora dos dirigentes – observada e constatada durante o campo - deu lugar a uma organização autônoma da base dos militantes, e as duas formas conviviam – com maiores ou menores graus de conflitividade.

Geertz (2008), em “A Interpretação das Culturas”, afirma que praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos, manter um diário, entre outros pontos. Ressalta a importância de se realizar uma “descrição densa”, nos termos de Gilbert Ryle. Assim, o texto aqui apresentado busca ser o mais próximo possível de uma descrição densa e detalhada da experiência de viver em um edifício de moradia coletivo e organizado autogestionariamente. Apenas a partir desta descrição é possível buscar padrões de comportamento, analisar reuniões e atitudes políticas dos integrantes, para assim tentar compreender e mapear as linhas políticas e as práticas do Movimento de Ocupantes e Inquilinos para então dialogar com as práticas realizadas no Brasil.

³¹ A Fucvam (*Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*) é a maior e mais ativa organização social uruguaia de ação no campo da habitação popular. Congrega mais de 300 cooperativas de base, constituindo uma federação de alcance nacional. Será abordada diversas vezes ao longo desta dissertação.

Assim, esse contínuo mergulhar e emergir ao longo do processo, possibilitou mostrar pontos de vista absolutamente pessoais seguidos de análises objetivas, através de observações das pessoas, do objeto estudado - o MOI -, e da própria autora, que intuitivamente se tornou parte do estudo empírico que estava realizando. O relato apresentado foi elaborado a partir dos diários pessoais, escritos e desenhados, e segue o ritmo desses mergulhos, de maneira livre, mas sempre com o esforço para a volta a uma análise objetiva, distanciada, mais clara.

A partir deste mergulho, da visão de dentro, percebe-se claramente a necessidade do afastamento, da visão de longe. Com as inúmeras questões vindas da pesquisa de campo, torna-se fundamental buscar compreender o contexto histórico das experiências de luta por habitação e por autogestão. Também compreender quais foram as consequências urbanas e sociais das transformações econômicas feitas durante a década de 90 na Argentina, sobretudo na capital. Era necessário também tentar mapear como as organizações surgidas durante a crise, como os *piqueteros* e *asambleas bariales* participavam e eram protagonistas da luta por habitação na cidade de Buenos Aires.

A partir da experiência de campo relatada, deve ficar claro que o que chamamos de nossos dados, são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas (Geertz, 2008: 7). Significa compreender que o papel e o lugar da pesquisadora, suas buscas e inquietações, influenciou e foi influenciado pela pesquisa de campo, absolutamente.

* * *

A PRODUÇÃO HABITACIONAL PÓS 2001

Este capítulo pretende descrever e analisar a experiência da construção cooperativa de habitação social através da Lei 341/00 e o *Programa de Autogestión para la Vivienda* (PAV) na Cidade Autônoma de Buenos Aires. A Lei 341/00 é uma lei de iniciativa popular e que, através do PAV, permitiu a destinação de fundos públicos para a construção de habitação social por grupos organizados. É a primeira lei argentina que destina recursos públicos para entidades através de créditos coletivos, tendo como principal importância o estímulo à construção do hábitat pelos setores populares organizados.

O contexto de implementação da Lei era de crise política e social. Após as reformas econômicas neoliberais (1989-1999) grande parte da população argentina vivenciou níveis de pobreza extremos. A política que se desenhava ao longo da década de 1990 buscava uma intervenção cada vez menor do Estado na economia, com medidas como a privatização de diversos serviços públicos, venda de imóveis e terras estatais, entre outras³².

Em resposta às medidas neoliberais, organizações populares lutaram contra a supressão de direitos sociais, como os *piqueteros* e as *asambleas barriales*. Junto com a onda de protestos, movimentos de luta por moradia reivindicaram, não somente a questão da habitação, mas o hábitat e o direito à cidade.

A partir da organização popular que buscava minimizar os efeitos sociais da crise recente, surge em 2000 na cidade de Buenos Aires a proposta de criação de um marco normativo que transferisse recursos aos movimentos sociais ou entidades organizadas em cooperativas, a Lei 341/00.

³² Svampa (2009), Almeyra (2004).

O Contexto de Implantação da Lei 341

“Soy de Bolivia. (...) Vine acá porque justo trabajaba en el ejército de personal civil y como Menem sacó el recorte de presupuesto en el Estado, yo siendo extranjero quedé perjudicado. Me quedé sin trabajo entonces bueno, había un conocido que me trajo acá, y me vine a vivir a la casa tomada.” (Jaime, Cooperativa Luz y Progreso)

A partir da década de 1970 e mais vigorosamente em 1980 e 1990, diversos países latino-americanos aderiram às reformas estruturais propostas pelo Consenso de Washington ³³ e implantaram medidas que mudaram consideravelmente as políticas econômicas locais. Países como México, Chile e Brasil sofreram as consequências da abertura das suas economias aos capitais internacionais e a Argentina foi um caso paradigmático.

Durante a ditadura militar argentina (1976-1983) foi colocado em prática o *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN), processo de valorização econômica que procurava dismantlar o modelo de Industrialização para Substituição de Importações (ISI) (política implantada durante o período peronista, que visava o desenvolvimento do mercado interno através da industrialização e melhoria dos salários dos trabalhadores para estimular o consumo). Como o período anterior à ditadura militar fora marcado por instabilidade financeira e constantes reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, os presidentes do regime militar inauguraram uma política para reduzir o poder de ação do proletariado. Para os militares era preciso atacar a raiz do problema, que segundo eles era a própria sociedade argentina³⁴.

De acordo com Ana Gabriela Castellani³⁵ a política de governo do primeiro Ministro da Economia José A. Martínez de Hoz (1976-1981), teve três pilares: reforma do sistema financeiro, abertura comercial e ajuste dos preços domésticos, especialmente dos salários. Os objetivos, além de reestruturação da lógica econômica interna, eram reduzir as políticas redistributivas associadas ao peronismo e consequentemente reduzir o poder que os trabalhadores haviam conquistado durante o período, sendo marcada com uma política disciplinadora.

Em 1989 Carlos Menem é eleito presidente da Argentina pelo Partido Justicialista (peronista). Com o caos da situação financeira do país (crises econômicas e uma profunda dívida externa herdadas do período ditatorial do regime militar) e através das medidas propostas pelo

³³ O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas econômicas implementadas nos países da América Latina, de cunho neoliberal, que defende a privatização das indústrias nacionais e a abertura da economia ao mercado externo.

³⁴ ROMERO, Luis Alberto. p. 324.

³⁵ CASTELLANI, Ana Gabriela. “Implementaciones del modelo neoliberal y restricciones al desarrollo en la Argentina contemporánea”. En: Schorr, et. al. Más allá del pensamiento único. Hacia una renovación de las ideas económicas en América latina. Buenos Aires: CLACSO-Unesco, 2002.

Consenso de Washington, ele sancionou duas leis que modificaram drasticamente a estrutura econômica do país: a *Ley de Emergencia Económica* e a *Ley de Reforma del Estado*. Através da primeira foram suspensos os regimes anteriores de promoção industrial, regional e de exportações, assim como todos os outros benefícios concedidos pelo Estado a empresas nacionais. Além disso, ficou estabelecido o início do processo de venda de imóveis do Estado que eram considerados desnecessários. A segunda foi o instrumento legal criado para permitir os processos de privatização de empresas nacionais sem grandes entraves.

Apesar das duas leis terem sido responsáveis por substanciais mudanças na economia do país, a estabilização econômica não se deu até 1991, quando o então Ministro da Economia Domingo Cavallo pôe em ação o *Plan de Convertibilidad*, que implementava um conjunto de medidas estruturais consolidando uma política econômica regida pelo modelo neoliberal. O Plano reestruturava profundamente o Estado seguindo as diretrizes ditadas pelos organismos financeiros internacionais (sobretudo FMI e Banco Mundial). Através de políticas de disciplina fiscal e reordenação dos gastos públicos, o Estado deveria limitar seus gastos à arrecadação e eliminar o déficit público. A liberalização financeira acabava com as restrições que impediam instituições internacionais de atuar em igualdade com as nacionais permitindo investimento direto estrangeiro – através de uma taxa de câmbio competitiva e liberalização do comércio exterior –, visando impulsionar a globalização da economia. Por fim, as políticas de privatização deram cabo de empresas estatais como as de telefonia, aviação e petróleo – ENTel, Aerolíneas Argentinas e YPF –, dentre outras.

Através das políticas de abertura comercial se permitiu a entrada irrestrita de importações (que prometia funcionar como um mecanismo regulador dos preços internos), porém quando em 1991 os impostos para importações foram drasticamente reduzidos, muitos produtores internos foram à falência. Por fim, o processo de desregulação implicou a eliminação do regime de controle de preços, sobretudo dos produtos estrangeiros. As medidas de reestruturação estatal, portanto, favoreciam a concentração de capitais e a constante centralização do mercado³⁶.

Em meio às diversas mudanças econômicas, a classe trabalhadora argentina sofreu as consequências da mão livre do mercado: diversos setores da população foram prejudicados, sobretudo os trabalhadores de antigas empresas estatais que foram privatizadas e reduziram (ou substituíram) seu corpo de funcionários; os pequenos e médios empresários e industriais não foram capazes de concorrer com as grandes corporações internacionais, muitos fechando as portas de um dia para o outro; os funcionários públicos, ligados aos setores de serviços, também sofreram com as demissões, já que parte das medidas consistia em reduzir os gastos do Estado com atendimento à população. Nesse momento, o país observa uma mudança na estrutura econômica social da população: a Argentina, que era um dos poucos países latino-americanos com uma sociedade salarial estável e desenvolvida (Svampa, 2009: 76), viu sua população chegar à condição de pobreza e miséria em poucos anos.

À medida que a população foi atingindo níveis de pobreza inéditos, os problemas sociais como falta de moradia e desemprego generalizado foram aumentando. Entre 1996 e 1997

³⁶ PUCCIARELLI, Alfredo. *Los años de Menem. La construcción del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

surgem os primeiros piquetes, movimento de desempregados que reclamava programas sociais em meio àquela conjuntura econômica. A crise social chega ao auge em dezembro de 2001, quando o câmbio do dólar (na economia absolutamente dolarizada) sobe de 1 peso por 1 dólar, para 1,40. Em 19 e 20 de dezembro de 2001 as ruas são tomadas pelas maiores manifestações do período, denunciando a profundidade dos conflitos sociais argentinos.

Tabela 1: Evolução da porcentagem de pessoas abaixo da linha da pobreza (LP) e da linha da indigência (LI) na Área Metropolitana de Buenos Aires³⁷ (1990-2007).

Data	AMBA		CBA		GBA	
	LP	LI	LP	LI	LP	LI
1990	38,1	9,6	17	2,6	46,3	12,2
1995	23,5	6	7,7	1,7	28,8	7,4
2000	29,3	7,6	9,9	2,3	35,4	9,3
2001	34,1	11,3	10,4	1,9	41,3	14,1
2002	52	23,7	20,5	6	61,8	29,2
2003	49,3	22,7	21,8	7,3	57,4	27,3
2004	40,2	14,6	14,9	4,5	47,7	17,6
2005	34,5	11,6	12,7	3,6	41,2	14
2006	27,5	9,2	11,4	3,4	32,4	11
2007	21,8	8,2	11,6	5,2	25	9,1

Fonte: Elaboração de Pablo Ciccolella com base na Encuesta Permanente de Hogares (EPH).

Organização popular e luta dos trabalhadores

As ondas de transformações econômicas que agitaram o país a partir da ditadura militar (1976-1983) até os dois mandatos do governo Menem (1989-1999) acabaram por reconfigurar completamente as bases da sociedade. Surgem, como citamos anteriormente, os *piqueteros*: movimento de desempregados cuja expansão e relevância foi destaque nos acontecimentos mundiais da época. Além dos piquetes, outras formas distintas de protesto surgiram na Argentina neste mesmo período, inaugurando um momento de agitação política que merece atenção.

“Que se vayan todos y que no quede ni uno solo!” [slogan que expressava a insatisfação da população organizada, referindo-se a todos os políticos]

³⁷ Entende-se por Região Metropolitana de Buenos Aires (RMBA) as seguintes jurisdições: a) Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA ou CBA), com uma área de 200 km² e uma população atual de aproximadamente 3.100.000 habitantes; b) Grande Buenos Aires (GBA), conformada por 24 partidos (departamentos ou municípios) que formam a 1ª e 2ª coroa da aglomeração; e c) o restante da RMBA ou 3ª coroa, integrada por 16 partidos, com uma área aproximada de 15.800 km² e uma população atual de 1.600.000 habitantes. Em conjunto, a RMBA compreende uma área de 19.680 km² e uma população atual aproximada de 13.700.000 habitantes. A expressão AMBA (Área Metropolitana de Buenos Aires), se utilizará para denominar o conjunto CABA+GBA, e a expressão RMBA (Região Metropolitana de Buenos Aires), para o conjunto total da aglomeração (Ciccolella, P. 2010).

“El tema de los piqueteros... Ahí tiene que ver mucho con los símbolos, que se van marcando en la organización, que es el tema de las herramientas de lucha, los métodos, el tema de los piquetes, creo que a partir de ahí. Nosotros escuchamos a los compañeros por ejemplo que están en seguridad, y les preguntan qué es un piquete para ellos y te dicen: ‘Bueno, para mí es un grito de libertad, es... En el piquete mandamos nosotros, la caña no pasa.’” (Referente do MTD, Coordinadora Aníbal Verón, Solano, in SVAMPA, Maristella; PEREYRA, Sebastián, p. 175)

Durante anos, o movimento *piquetero*, que nunca foi unitário ou uniforme, foi bastante ignorado e em grande medida condenado por boa parte da população. Segundo a socióloga Maristella Svampa (2009), isso deve-se ao fato da luta dos trabalhadores desempregados ter sido estigmatizada pelo caráter violento de suas ações, e pela dificuldade de grande parte da população em entender que a responsabilidade pelo desemprego não era dos próprios trabalhadores, mas de uma política econômica excludente e perversa.

Os primeiros confrontos políticos ou piquetes foram desencadeados por pessoas comuns de Cutral-Co Y Plaza Huincul (cidades petroleiras da província de Neuquén) e de Tartagal e Mosconi (província de Salta) entre 1996 e 1997. Tais confrontos reuniram desempregados, pequenos e médios empresários, comerciantes, sindicatos e políticos locais, organizados através de assembleias, que utilizavam os *cortes de ruta* como forma de protesto (Svampa; Pereyra, 2009).

Um ponto fundamental que se destaca nesse período é a maneira como surgiu o movimento *piquetero*. As organizações sociais argentinas durante as décadas anteriores estiveram ligadas à tradicional organização classista de seus operários, através dos sindicatos. Seus novos representantes e militantes sindicais buscavam construir por fora e em oposição a essas estruturas sindicais tradicionais, majoritariamente vinculadas ao Partido Justicialista, outra estrutura agregadora de sindicatos e movimentos sociais. Assim, em 1992 surge a CTA, *Central de Trabajadores Argentinos*, organização sindical de oposição ao governo Menem e aos sindicatos ligados ao partido Justicialista (representados pela CGT - *Central Geral dos Trabajadores*).

Os movimentos *piqueteros* eram essencialmente heterogêneos, formados por diversos grupos organizados pela Argentina. Muitas vezes possuíam características tão distintas que poderiam ser considerados de organizações sociais diferentes. Segundo Maristella Svampa e Sebastián Pereyra, podem-se observar duas linhas principais que conduziam as ações e discursos do movimento *piquetero*: uma sindical e outra política. Os grupos ligados aos sindicatos, como a FTV (*Federación de Tierra y Vivienda*) e a CCC (*Corriente Clasista y Combativa*), ambas ligadas à CTA, tinham como principais características a ação massiva, a atuação do movimento em escala nacional e a institucionalização. Já da linha política faziam parte os grupos ligados aos partidos políticos (*Polo Obrero*, ligado ao Partido Obrero, *Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive*, vinculado à Esquerda Unida) e os grupos autônomos, que apesar de menos numerosos, como o *Movimiento Tereza Rodriguez* e o *Movimiento*

Independiente de Jubilados y Desocupados, concentravam grande parte dos intelectuais e classe média de esquerda que havia sofrido com as reformas de mercado³⁸.

Apesar da visível heterogeneidade e da constante busca pela identidade, o movimento *piquetero* recriou repertórios de ação a partir da metodologia da ação direta. O piquete se caracteriza principalmente por interromper avenidas ou estradas com a queima de pneus, seguidos de passeatas. Os repertórios foram desenvolvidos e aprimorados ao longo do tempo e reproduzidos por outros movimentos.

Além dos repertórios, o movimento *piquetero* desenvolveu múltiplas formas de democracia direta, organizando-se de forma horizontal através de assembleias. As assembleias marcaram fortemente a organização da população neste período, pois reivindicavam uma mudança na estrutura organizativa centralizadora do Estado, e mostravam na prática que era possível a organização popular democrática direta.

Apesar das estratégias de intervenção territorial levadas à cabo pelo movimento *piquetero*, quase sempre consideradas violentas e transgressoras da ordem vigente, o que os grupos reivindicavam eram políticas públicas para os desempregados e subsídios para as famílias. A partir de 2002 o governo nacional passa a lançar diversos planos para o atendimento aos trabalhadores desempregados³⁹, como o *Jefes y Jefas de Hogar* – com mais de 2 000 000 de beneficiários, sendo 10% destinado para os movimentos de desempregados.

Em consonância às práticas de democracia direta, surgem em 2001 as *asambleas barriales*, organizações de moradores de diversos locais que reivindicavam todo o tipo de serviço público, que, por conta das reformas neoliberais, tiveram sua oferta diminuída pelo Estado e aumento dos preços dos serviços existentes. As *asambleas* reivindicavam outras formas de democracia, contra a centralização das decisões, e através de uma proposta de aprofundamento democrático. Seu surgimento está ligado aos acontecimentos de dezembro de 2001, ocorrendo em diversas cidades, dentre elas Buenos Aires, La Plata, Mar del Plata, Rosário, Santa Fe, Córdoba e outras tantas no interior da Argentina, chegando a cerca de 150 assembleias no começo de 2002. Maristella Svampa⁴⁰ (2009: 117) afirma que *“las asambleas barriales fueron, en este sentido, las legítimas herederas de este mandato destituyente, expresando un corrimiento en favor de la política como una dimensión originaria de lo social.”*

“Piquete, cacerola, la lucha es una sola” era o grito das organizações *barriales* e dos apoiadores do movimento *piquetero*, evidenciando as relações de cooperação e redes de apoio entre os movimentos sociais. Juntamente com os piquetes, as *caceroladas* eram as manifestações diante de bancos e edifícios públicos das classes médias que tiveram suas poupanças retidas pelo governo.

³⁸ Muitos autores argentinos estudaram as experiências piqueteras. Apenas a título de referência, para uma compreensão detalhada das experiências das organizações piqueteras: SVAMPA, Maristella e PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

³⁹ É deste período os Planes Trabajar I, II e III, plan Jefes y Jefas de Hogar, entre outros. São programas que tem por objetivo garantir a saúde e educação dos filhos com a doação aos desempregados de um salário, com fundos do estado e internacionais, em troca da realização de trabalho comunitário ou atividades de capacitação.

⁴⁰ SVAMPA, Maristella. *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

Em complemento à crise gerada pelo reajuste fiscal, a queda nos salários e direitos dos trabalhadores, as altas taxas de desemprego e a pauperização da população, devido à dinâmica do mercado imobiliário, cada vez mais as famílias com baixos salários são expulsas para as periferias da cidade.

A habitação social se torna uma questão urgente, com milhares de pessoas desempregadas nas ruas, sem condições de pagar aluguel ou acessar financiamentos pelo mercado. Portanto, as medidas neoliberais que previam reduções nos serviços do Estado – dentre eles a habitação social – e, especificamente a situação de Buenos Aires, onde os altos preços da terra e dos aluguéis expulsavam a população para as bordas periféricas da metrópole, enquanto crescia a quantidade de edifícios vazios (sobretudo antigas fábricas e galpões esvaziados com a desindustrialização local), ajudam a explicar o conturbado período histórico de crescentes mobilizações e confrontos em torno do tema.

“Las ocupaciones de edificios, en la ciudad central, por su parte, fueron construcciones ‘endógenas’, de puertas adentro. Masivas para las dimensiones poblacionales de la Capital – se calculan unos 150.000 ocupantes hacia 1991, es decir, alrededor del 5% de su población –, pero intersticiales y dispersas.”
(Rodríguez, 2005: 50)

Com base em levantamentos realizados pelo Movimento de Ocupantes e Inquilinos, Carla Rodríguez destaca os dados acima: 150 mil pessoas ou 45 mil famílias eram ocupantes. María Cristina Cravino (2006: 33)⁴¹ afirma que *“de acuerdo a la Contraloría Municipal al 2001, 20.000 familias y 55.799 personas se encontraban desalojadas en hoteles-pensión, mientras que a 1991 se encontraban en esa situación 25.000 hogares y 75.000 personas.”*

“La confluencia de los efectos generados por las políticas de ajuste y el marco de tolerancia de los primeros años de la transición democrática, son variables contextuales que contribuyen significativamente a explicar el surgimiento y desarrollo masivo de las ocupaciones de edificios (Rodríguez, 2005: 134).”

Os processos de organização em edifícios ocupados foram inicialmente limitados. Famílias não previamente organizadas ocupavam prédios abandonados e a partir de então se organizavam em maior ou menor grau de coletividade. Alguns grupos formavam cooperativas e realizavam assembleias periódicas para decidir os assuntos comuns, enquanto outros permaneciam na ocupação apenas como uma emergência habitacional transitória (Rodríguez, 2005).

Neste período, os despejos na cidade de Buenos Aires eram práticas rotineiras de expulsão dos setores populares dos centros urbanos. Um dos casos mais conhecidos, segundo María

⁴¹ CRAVINO, María Cristina. *Las villas de la ciudad. Mercado e informalidad urbana*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2006.

Cristina Cravino e Valéria Mutuberría Lazarini (2009)⁴², foi a reintegração de posse das fábricas *Marcó del Pont y Bodegas Giol*, quando 1500 pessoas foram violentamente despejadas, com a presença de mais de 300 policiais, no ano de 1993. Ainda segundo as autoras, a *Defensoria del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires* no ano de 2008 informou que havia cerca de 2300 famílias que sofreram ações de despejo no ano de 2007.

Com a intensidade das manifestações, o governo federal argentino implantou uma série de políticas assistencialistas, como o programa citado anteriormente *Jefes y Jefas de Hogar*. Basicamente esses *planes sociales* distribuíam quantias de dinheiro (geralmente 200 pesos, equivalente a 50 dólares) para os chefes das famílias que estavam desempregados.

Utilizando termo cunhado por Maristella Svampa e Sebastián Pereyra⁴³ (2009: 190) que afirmam que os *planes sociales* estavam *entre la urgência y la oportunidad*, os movimentos organizados, sobretudo os *piqueteros*, buscavam utilizar os recursos de forma produtiva, e não apenas para solucionar os problemas mais imediatos. Formavam um fundo comum com uma quantia pequena por família, cerca de 10 pesos por mês, e com isso criavam cozinhas comunitárias, padarias, e outras iniciativas para reduzir os custos de vida dos desempregados. “Estas iniciativas eram articuladas por pequenas cooperativas que compravam os produtos de quem recebesse um *plan* e os distribuíam numa rede de entidades espalhada pela área metropolitana de Buenos Aires (Baravelli, 2006: 53).”

Guillermo Almeyra⁴⁴ (2004: 142) destaca o carácter ampliador da luta dos piqueteros: “*los piqueteros se definen, incluso en el nombre de sus organizaciones, como Trabajadores Desocupados y exigen trabajo genuino, no sólo planes asistenciales.*”

Assim, a partir de uma política de Estado essencialmente focalizada e assistencialista, as organizações sociais contornaram a lógica e utilizaram os mesmos recursos para retomarem práticas cooperativas e autônomas.

* * *

⁴² LAZARINI, V M; RODRÍGUEZ, M F: *Análisis de los desalojos en la Ciudad de Buenos Aires: Resistencias y reivindicaciones*, 2009.

⁴³ SVAMPA, Maristella e PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

⁴⁴ ALMEYRA, Guillermo. *La protesta social em la Argentina (1990-2004). Fábricas recuperadas, piquetes, cacerolazos, asambleas populares*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2004.

A política habitacional em Buenos Aires

A cidade de Buenos Aires tem se caracterizado por um desenvolvimento muito limitado em matéria de políticas habitacionais (Rodríguez, 2009). Devido ao seu caráter de cidade central da região metropolitana mais importante do país, o enfoque tradicional das políticas urbanas durante décadas consistiu em transferir a pobreza aos municípios periféricos, reservando o direito à cidade para os setores sociais de maiores recursos (Oszlak, 1991).

Em 1968 foi criada, através da Lei 17.174, a *Comisión Municipal de la Vivienda* (CMV), que seria responsável pela aplicação das políticas nacionais de habitação na cidade de Buenos Aires. Durante as décadas de 1970 e 1980 a instituição viabilizou a execução de conjuntos habitacionais através de recursos do *Fondo Nacional de Vivienda* (Fonavi) e por meio da produção via capital privado, através de empresas construtoras.

Também durante o final da década de 1960 se destacou a política de erradicação de favelas, através do *Plan de Erradicación de Villas de Emergencia* (PEVE), que foi responsável pela construção de grandes complexos habitacionais, como o Conjunto Soldati (1972-1979), com 3200 unidades habitacionais.

Imagem 08: Conjunto Habitacional Soldati, Buenos Aires, 2013.

Durante a ditadura militar argentina (1976-1983), a instabilidade econômica e as altas taxas inflacionárias dificultaram progressivamente o acesso ao crédito pelas famílias de médios e baixos recursos, e o acesso à habitação através do aluguel, que se encontrava regulado desde a década de 1940 pelas políticas implementadas por Perón⁴⁵, passara a ser (des)

⁴⁵ Segundo Di Filippo (2009: 7), durante os dois governos de Perón a moradia se tornou um elemento central entre as políticas sociais. Durante o período, foram construídas aproximadamente 300.000 novas unidades e implementadas 13 leis ligadas à habitação, entre as quais se destacam a lei de congelamento dos aluguéis e suspensão dos despejos e a lei 13.581 que obrigava os proprietários de imóveis vazios a disponibiliza-los para aluguel.

regulado pelo mercado. São deste período as primeiras *casas tomadas* e as violentas políticas de despejo promovidas pelos militares.

Oscar Yujnovsky (1984: 223), afirma que durante o processo de reorganização nacional, a partir de 1976, *“se pusieron en marcha programas específicos de vivienda pública, que facilitaron la acumulación del sector de la construcción privada y redujeron el impacto del desempleo (...)”*. Também destaca que *“durante el trienio de los gobiernos peronistas, la participación estatal en la inversión en vivienda había sido de 47% y, durante 1974, el año de máxima contribución, de 54%. La participación estatal se redujo a un promedio de 26% para el cuatrienio 1976-79 (Yujnovsky, 1984: 223).”*

María Cristina Cravino (2009: 46)⁴⁶ destaca que a partir de 1983 ocorreu uma mudança nas políticas habitacionais, pelas seguintes razões:

*“el surgimiento de **nuevas reivindicaciones**, como la de los ‘asentamientos’, que iniciaron a comienzos de los años 80 (...); el fracaso de las políticas ‘llave en mano’ (...); la profunda **reforma del Estado** que se acentuó a partir de 1989 (...) permitió la venta de tierras ociosas, dentro de la lógica de las privatizaciones (...); las nuevas orientaciones de las políticas sociales que propugnan **acciones focalizadas** hacia los sectores de mayores necesidades, junto con las propuestas de los organismos financieros internacionales en política habitacional que portulan que el Estado debía ofrecer distintas ‘soluciones habitacionales’ flexibles y progresivas, consistentes en **acciones parciales** (...).”* [Grifos no original]

A década de 1980 caracterizou-se por uma constante queda nos investimentos em habitação na cidade de Buenos Aires. Enquanto em 1984 cerca de 0,71% do PIB era destinado às políticas de hábitat, em 1990 a porcentagem passa a ser 0,53% (Zapata, 2012).

Ao fim dos anos 80, a política municipal pautou-se, por um lado, pela expansão e valorização da área central através da Corporação de Porto Madero, e por outro pela criação da *Secretaria de Planeamiento Urbano*, redefinindo programas habitacionais diferentes da política tradicional da CMV. Iniciou-se um processo de descentralização da política e promoção de instâncias de participação popular, através de mesas de trabalho em diversas secretarias, oficinas setoriais em diversos bairros porteños, etc. (Rodríguez, 2009).

Gorelik (2004) destaca que ações como a criação da Corporação de Porto Madero se apresentam como modelo baseado na ideia de *‘ciudad de los negocios’*. Esta não é a *“resultante necesaria de una coyuntura de cambio planetario – globalización, ciudad post-industrial, crisis del Estado de Bienestar y del socialismo, revalorización del mercado en su relación con la democracia, etc. – sino apenas una versión muy particular, local, de la respuesta*

⁴⁶ CRAVINO, María Cristina. Entre el arraigo y el desalojo. La Villa 31 de Retiro. Derecho a la ciudad, capital inmobiliario y gestión urbana. – 1 a ed. – Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009.

neoconservadora a esa coyuntura, que potencia sus aspectos negativos y garantiza su reproducción”(Gorelik, 2004: 4).

Entre 1992 e 1995 suspenderam-se as ações em matéria de políticas de habitat. Em 1992, durante as negociações para descentralização do Fonavi – *Fondo Nacional de la Vivienda*, que concentrava os recursos para produção de habitação social na Argentina, a cidade de Buenos Aires contou com a destinação de apenas 1,4% do fundo à habitação, porcentagem esta absolutamente desvinculada ao déficit ou à quantidade da população da região (Rodríguez, 2009).

A CMV praticamente parou de funcionar neste período. Segundo dados da *Subsecretaria de Vivienda de la Nación*, para superar o déficit habitacional em 10 anos em Buenos Aires, a cidade precisaria produzir 14.600 unidades por ano e destina-las aos setores de médios e baixos salários da sociedade. A CMV transitava em caminho inverso: em 1990 construiu 536 unidades habitacionais e foi diminuindo até chegar, em 1995, a apenas 135 unidades (Rodríguez, 1998). Foram deste período políticas como a autoconstrução assistida e a construção de moradias *semillas* (semente, ou embrião, como no Brasil) ou progressivas, que previam o complemento das próprias famílias após se estabelecerem nos locais.

A partir de 1994 iniciou-se a reforma constitucional nacional concretizada em 1996, e o processo de autonomia política da cidade de Buenos Aires, que passa a ser Cidade Autônoma de Buenos Aires, abre espaço para participação de novos atores na definição da agenda política local.

Assim, durante a elaboração da constituição da cidade, diversas organizações e movimentos sociais participaram da criação do artigo 31, importante marco normativo na luta pelo direito à cidade:

CAPITULO QUINTO – Hábitat: Artículo 31

*La Ciudad reconoce el derecho a una vivienda digna y a un hábitat adecuado.
Para ello:*

- 1. Resuelve progresivamente el déficit habitacional, de infraestructura y servicios, dando prioridad a las personas de los sectores de pobreza crítica y con necesidades especiales de escasos recursos.*
- 2. Auspicia la incorporación de los inmuebles ociosos, promueve **los planes autogestionados**, la integración urbanística y social de los pobladores marginados, la recuperación de las viviendas precarias y la regularización dominial y catastral, con criterios de radicación definitiva.*
- 3. Regula los establecimientos que brindan alojamiento temporario, cuidando excluir los que encubran locaciones.*

A partir de 1996 inaugurou-se, portanto, uma nova fase na agenda política municipal, com mais autonomia e participação popular que a anterior. Apesar disso, a nível executivo, a lógica de atuação continuava fragmentada. Eram responsáveis pela produção habitacional diferentes órgãos, com distintas características e focos de atuação: CMV, *Secretaria de Promoción Social*, *Secretaria de Hacienda* e Corporações como a de Porto Madero.

Além do artigo na constituição, outras propostas de iniciativa popular foram elaboradas neste período. Em 1997 implementou-se a Operatória 525⁴⁷, que financiava diretamente a demanda de áreas de risco – sobretudo para a população afetada pelas reformas no bairro de La Boca - para autoconstrução de suas moradias.

Durante a gestão de Fernando de La Rúa como Chefe de Governo da cidade⁴⁸, entre os anos de 1997 e 1999, a política habitacional apoiou-se em programas baseados no conceito *‘llave en mano’*, tradicionalmente implementados pelo governo nacional, e que desenvolveram 1400 soluções habitacionais em favelas, além de obras em *conventillos*⁴⁹ no bairro de La Boca (Zapata, 2012).

A partir de 2000, durante a primeira gestão de Aníbal Ibarra como Chefe de Governo⁵⁰ e Eduardo Jozami como Diretor da CMV, assumiu-se que a CMV seria a instituição que deveria canalizar as demandas habitacionais. Neste sentido, pode-se afirmar que houve uma tentativa de redirecionar os escassos recursos das políticas sociais para os setores populares. Segundo Carla Rodríguez (2009: 69, 70) esta gestão foi responsável pelo aumento no investimento em obras em favelas, através da Lei 148 (*Plan de Radicación y Urbanización de Villas y Barrios Carenciados*) com participação social, e pela suspensão tanto dos processos de licitação empresarial em curso através do programa *“Proyecto, terreno y precio”*, quanto da Operatória 525, substituindo-a pela Lei 341.

“Porque la 341 viene articulada con la experiencia de la 525. La 525 en La Boca es que a vos te daban una cantidad de plata para que vos arreglaras tu conventillo, que no dejaba de ser un conventillo, con problemas de planos, la gente no sabía cómo dividir el patio central, y hay gente que modifico su casa con la 525 pero que tienen grandes problemas hoy, porque no fue suficiente, no alcanzo. La 341 fue un salto de calidad que fue trabajada en la legislatura y fue aprobada, entonces ellos agarran, descomprimen la presión política y dicen bueno “quieren

⁴⁷ A normativa 525 “cumpría o duplo propósito de gerar mecanismos de financiamento direto à demanda da Lei Federal 1994 e ‘aplarar’ um ciclo de mobilização por risco de despejo iniciado em La Boca, diante do processo de renovação urbana impulsionado pelas defesas costeiras (Rodríguez, 2009: 60).”

⁴⁸ Eleito por seu partido, a Unión Cívica Radical, partido social democrata e liberal.

⁴⁹ Sobre os *conventillos* (correspondente ao que no Brasil denomina-se *cortiços*), Torres y Schteigart (1973) apud Herzer et al (2012) relatou que *“en 1887 aproximadamente el 30% de la población de Buenos Aires vivían en los 331 conventillos del barrio [de La Boca].”* As autoras afirmam que *“en la actualidad, según los datos del censo de población y vivienda del 2001, los inquilinatos albergan al 2% de la población de la ciudad. De ese 2%, el 15,6% habita en el barrio de La Boca.”* (Herzer et al, 2012: 166).

⁵⁰ Ibarra foi eleito em 7 de maio de 2000 pela Alianza por el Trabajo, la Justicia y la Educación, aliança política de partidos de centro e centro-esquerda.

construir, construyan, armen tantas cooperativas como quieran” pero no es una iniciativa gubernamental del derecho a la ciudad, si no una estrategia para descomprimir un hecho político, esto es lo característico del estado.” (Consejo MTL)

Era uma abertura de oportunidade para os movimentos, que viam naquele contexto a possibilidade de construir um marco normativo que permitisse e estimulasse as ações autogestionárias de construção habitacional com recursos públicos. De acordo com Lúcio Rennó (2003: 71) “não são só motivações pessoais, como supõe grande parte da literatura sobre capital social, que afetam decisões individuais sobre o envolvimento com entidades da sociedade civil”.

Assim, a Lei 341 surge (também) como uma resposta às pressões feitas por organizações sociais como o MOI (Movimento de Ocupantes e Inquilinos), a Mutual de *Desalojados de La Boca*⁵¹, o *Comedor Los Pibes*⁵² e os Delegados da ExAu3⁵³, que após meses de debate com o Governo Municipal, através inicialmente da CMV (*Comisión Municipal de la Vivienda*) e mais tarde do IVC⁵⁴, conseguiram estabelecer um canal de diálogo entre essas organizações e as instituições públicas para que se estruturasse um marco normativo para a construção habitacional por autogestão da população organizada.

*“Yo creo que uno de los aportes, que Anita lo decía, que nosotros hacemos importante en ese periodo es el derecho a vivir en la ciudad. Fuimos una organización grande que puso todo el peso necesario y se planto en decir que tenemos todo el derecho a vivir en esta ciudad, eso por un lado. En segundo lugar, **la crisis que existía en ese momento habitacional en la ciudad y la cantidad de desalojos pasivos que se producían por parte del aparato judicial y político eran tales, que esto era como una olla a presión, en cualquier momento estallaba.**” (Consejo MTL, grifo da autora)*

* * *

⁵¹ A Mutual de Desalojados de La Boca é uma organização social ligada ao Bairro de La Boca, ao lado de San Telmo, em Buenos Aires, que acompanhava e organizava as resistências aos vários despejos que ocorriam em função das obras de recuperação do Bairro.

⁵² O *Comedor Los Pibes* é uma organização social proveniente da luta *piquetera* que surgiu para reivindicar *comedores*: restaurantes populares para os trabalhadores desempregados.

⁵³ Organização social que surge a partir dos conflitos entre moradores e poder público relacionados à construção da autopista Au3, em Buenos Aires.

⁵⁴ O IVC (*Instituto de Vivienda de la Ciudad*) é um ente autárquico que tem por objeto a execução das políticas habitacionais do governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Construindo a Lei 341/00

“Esta ley se crea en el año 2000. Teníamos neoliberalismo a full, y esta ley fue focal porque el neoliberalismo era esto el mercado, y cuando te quedan los últimos que se estan cayendo del mapa y te rompen las bolas todos los días, decís “bueno, tírales una miguita”, eso es una ley focal, esta fue una ley focal, entonces la gran mayoría de la gente que llegó a esta ley es gente que está muy desfavorecida por muchas cosas, la vida los ha maltratado mucho y es muy difícil sostener esto.” (Susana, Cooperativa Octubre)

Em 2000 foi sancionada a Lei 341 que instrui políticas de acesso à moradia para famílias em situação de crise habitacional. Em 2002 é criado o *Programa de Autogestión para la Vivienda*, que operacionaliza a Lei.

Essas medidas geraram disputas internas e pressões empresariais, que levaram à destituição, em 2002, de Eduardo Jozami da diretoria da CMV⁵⁵. Ernesto Selser sucedeu Jozami na diretoria, e deu continuidade aos processos de reurbanização das favelas, porém reativou o programa empresarial *“Terreno, Proyecto, Construcción”*, além de regulamentar a Lei 341 e a Lei 964, que modificava alguns aspectos da Lei 341. Em 2003 a CMV se torna *Instituto de Vivienda de la Ciudad* (IVC) através da Lei 1255, adquirindo, ao menos na intenção, maior autonomia política.

A Lei 341 foi um importante contraponto às políticas habitacionais produzidas anteriormente pelas gestões municipais, caracterizadas tanto pela produção de grandes conjuntos habitacionais na periferia de Buenos Aires, como a Villa Lugano e Soldati, quanto pela ausência de políticas locais na cidade.

⁵⁵ Entrevista a Eduardo Jozami em julho de 2013.

Imagem 09: Conjunto habitacional General Savio I e II, conhecido como Villa Lugano, no bairro de mesmo nome, erguido em 1976, com 6.440 unidades habitacionais.

Conceito geral da Lei e do Programa

A Lei 341 é a primeira legislação argentina que destina verbas públicas através de créditos para construção de habitação de interesse social a entidades coletivas. Através dela foi possível que movimentos de luta por moradia e grupos organizados pudessem acessar recursos públicos coletivamente para elaborar seus próprios projetos e executar as obras habitacionais através da autogestão.

Os créditos podem financiar a construção, a compra simplesmente ou a compra e reforma de moradias econômicas, e a compra de edifícios de outros usos para reforma e posterior transformação em moradia. Financiam também a equipe técnica profissional para assessorar as organizações. Portanto o *Instituto de Vivienda de la Ciudad* outorga crédito às organizações que inclui (1) a compra de terreno, (2) a contratação da equipe técnica e (3) a construção ou reforma das moradias. A Lei não prevê a criação de nenhum mecanismo econômico-financeiro (Fundo), sendo que os recursos dependem do orçamento votado anualmente na Legislatura da Cidade (Câmara).

O *Programa de Autogestión de la Vivienda* (PAV)⁵⁶ possui duas modalidades: créditos individuais para famílias de baixa renda, e créditos para pessoa jurídica (que podem ser cooperativas, *mutuales*, associações civis, todas sem fins lucrativos) mediante garantia hipotecária. Promove a autogestão dos recursos públicos para a construção da moradia, e permite (não obrigada) que seja realizado o aporte de trabalho mutirante (trabalho aos finais de semana, realizado pelas próprias famílias).

⁵⁶ Sancionado pela Lei 341 de 24 de fevereiro do ano 2000, implementado e executado pela *Unidad de Gestión del PAV* do *Departamento de Autogestión de Viviendas*, que depende da *Subsecretaría de Programas de Viviendas Colectivas*, que por sua vez se inscreve na *Gerencia de Créditos* do *Instituto de Vivienda de la Ciudad de Buenos Aires*.

Destina o montante de 380.000 pesos argentinos por unidade habitacional⁵⁷ (setembro de 2013), o equivalente a aproximadamente 66 mil dólares⁵⁸. O crédito deve ser devolvido pelas famílias no prazo de 30 anos, e as parcelas mensais não devem ultrapassar 20% da renda familiar. Não há regulamentação sobre as construções, como metragem quadrada mínima ou especificações técnicas de materiais. Além disso, uma das características importantes do programa é que financia, além da construção de moradias novas, a compra de edifícios ociosos e solo urbano vazio na cidade de Buenos Aires. Assim, há diversos casos de reformas de imóveis por cooperativas, fazendo com que cada projeto seja específico e único.

A forma de propriedade, após a conclusão das obras, é individual, ou seja, cada família recebe o título de propriedade. Isso colabora para que a cooperativa tenha um caráter transitório e que os grupos, à medida que conquistam a casa, não deem continuidade à organização coletiva. Apenas o MOI, cujas cooperativas sustentam o sistema de direito de uso e não de posse, é uma exceção⁵⁹.

Como conceito geral, a proposta da lei é um avanço no contexto da luta pela Reforma Urbana, já que os movimentos e organizações sociais contestam os modelos dominantes de provisão habitacional, em muitos casos através de reflexões a respeito da localização dos conjuntos na cidade, do tamanho deles, da participação na elaboração do projeto, além de potencializar a capacidade de organização popular através de princípios autogestionários.

Guillermo Almeyra⁶⁰ (2004: 64) diz à respeito da autogestão: *“Qué es la autogestión? Es la gestión directa de la producción por los productores mismos, organizados libre y democráticamente, de modo tal que todos sean a la vez dirigentes y dirigidos porque las decisiones se adoptan colectivamente y no hay imposiciones jerárquicas sino aceptación voluntaria y razonada de las recomendaciones de quienes demuestran tener mayores conocimientos en una situación puntual.”*

Além dos fatores materiais, a proposta de gestão pública não estatal de recursos do Estado é ensaiada nesse tipo de iniciativa. Novas formas de poder são experimentadas a partir de uma consciência a respeito das possibilidades e da responsabilidade pública sobre os recursos públicos. No Brasil, da mesma forma que nas experiências uruguaias, podemos citar o caso do programa Funaps Comunitário implantado pela gestão da prefeita Luiza Erundina - 89 a 93 - em São Paulo.

⁵⁷ Valor que varia conforme correção – que ocorre mediante pressão das organizações sociais para que o preço por unidade acompanhe o ritmo acelerado da inflação no país.

⁵⁸ O cambio oficial do dólar, segundo o periódico La Nación (de 20 de setembro de 2013) era de 5,76 pesos por dólar, ou seja, cada unidade habitacional pode acessar até U\$65.972,22.

⁵⁹ O MOI tem como uma de suas bandeiras a propriedade coletiva (junto com a autogestão e a ajuda mútua). Apesar de defender o conceito entre todos os membros e alegar que o regime de propriedade será coletivo em nome da cooperativa, após a conclusão das obras o IVC dá o título individual de propriedade a cada família, e como o MOI não tem obra concluída até a data de conclusão desta pesquisa (julho/2014), não é possível saber de que forma colocarão em prática a propriedade coletiva.

⁶⁰ ALMEYRA, Guillermo. *La protesta social en la Argentina (1990-2004). Fábricas recuperadas, piquetes, cacerolazos, asambleas populares*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2004.

A influência da FUCVAM

*“Fuimos a Montevideo, Uruguay. La ley 341 fue como una copia de la ley de Uruguay. (...) **Es parecida pero no igual, igual.** Ellos tienen otra forma que a mí no me gusto mucho eso, como que nunca son dueños, la vivienda es de una familia, después esa familia envejece y les queda grande el lugar entonces se van a otra casa que es chica y vienen de mas cantidades a esa casa . Eso no lo entendí mucho, hay que verlo, capaz es bueno.”* (Mario, Cooperativa Caminito – grifo da autora)

A Lei 341 teve forte influência da legislação uruguaia, pois diversas organizações argentinas foram à Montevideo durante a comemoração dos 20 anos da Fucvam em 1991⁶¹. A experiência uruguaia de construção por cooperativas tornara-se referência para os movimentos sociais urbanos argentinos, sobretudo de Buenos Aires.

A *Ley Nacional de Vivienda* uruguaia, de 17 de dezembro de 1969, é até hoje um dos mais importantes marcos normativos da urbanização uruguaia. Segundo Daniel Chávez e Susana Carballal, a lei é fruto de mobilizações de classe (tanto operárias quanto de empresários) em um contexto de crise econômica e política. Em 1967 a inflação no país ultrapassava 136% ao ano e o câmbio elevava a cotação do dólar a 128 pesos, quando era de 11 pesos em 1962 (Baravelli, 2006: 63).

A Lei Nacional procura organizar a produção habitacional do país, através de algumas medidas, como a criação de um *Fondo Nacional de Viviendas*. O Estado cobra um imposto fixo de 2% sobre os salários, que é administrado pelo Banco Hipotecário do Uruguai. A *Dirección Nacional de Vivienda* é o órgão responsável pelo planejamento e execução dos programas habitacionais do país. (Baravelli, 2006: 64).

A partir da Lei surge a Fucvam (*Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*) que unifica mais de 300 cooperativas de habitação por ajuda mútua no Uruguai, “numa proporção capaz de se contrapor à concentração de poder do Estado ou das entidades empresariais da construção civil.” (Baravelli, 2006: 67).

Em tempo: uma diferença fundamental entre a Lei 341 argentina e a *Lei Nacional de Vivienda* uruguaia é que a primeira é municipal, se aplicando apenas à cidade de Buenos Aires. Já a segunda é nacional, e isso permite um desenvolvimento da política habitacional em uma dimensão ampliada.

⁶¹ Ao promover a conversa entre coordenadores da UMM – União Nacional dos Movimentos de Moradia (do Brasil), militantes do MOI e de outras cooperativas, o Encontro Latino Americano de Moradia Popular em 1991 no Uruguai foi um importante marco para os movimentos conhecerem a experiência cooperativista de produção habitacional.

Imagem 10: Covimt 9: Cooperativa de Vivienda Matriz de Textiles, com 172 unidades habitacionais, centro comunitário e equipamentos comerciais (Montevideo, Uruguai).

Imagem 11: Covimt 1: Cooperativa de Vivienda Matriz de Textiles. 30 unidades, construídas entre 1971 e 1972 (Montevideo, Uruguai).

A Lei 341: experiências cooperativas em Buenos Aires

As experiências das cooperativas habitacionais de Buenos Aires, como mostraremos, são bastante heterogêneas, porém podem ser agrupadas de forma a buscar chaves comuns de entendimento de algumas delas.

Seriam as cooperativas responsáveis “(...) por uma prática política que aposte na capacidade das classes ainda subalternas em modelar seu destino histórico e que abra caminhos, necessariamente conflituosos, desbastados por processos de participação e reivindicação vigorosos e autônomos em relação aos centros de poder”, como afirmou Rodrigo Lefebvre na sua dissertação de mestrado? Seriam estas experiências libertárias ou libertadoras?

O surgimento das cooperativas

“Soy de la provincia, Entre Ríos. Somos todos provincianos los que estamos acá también, fuimos excluidos de las provincias porque son todos oligarcas los que hay en el poder. (...) estamos en un conventillo tomado, que somos gente muy humilde, muy pobre...” (Mario, Cooperativa Caminito)

“Nosotros éramos un grupo de desalojados, vivíamos en la calle Corrientes y Talcahuano, sobre Corrientes. (...) Eran muchísimas familias porque a su vez se alquilaba el departamento y se subalquilaban las habitaciones. Como decirte que yo alquilo mi departamento y a la vez lo sub alquilo las 7 habitaciones a familias. (...) Jamás nos reconocimos como usurpadores, incluso fuimos capa de Clarín⁶² y nos pusieron mal vivientes, porque nosotros salimos a los balcones diciendo “de acá no nos sacan”, cerramos la puerta, hicimos barricada para que no venga la policía. (...) Soy de Tucumán.” (Analía e Ivana, Cooperativa El Palomar).

“Soy de nacionalidad uruguaya. Yo estoy desde el año 2000. Nosotros éramos una familia de hoteles subsidiados por el gobierno de la ciudad donde teníamos una habitación. Dentro de esta habitación teníamos una cucheta de 4 pisos donde dormían todos los chicos y bueno, yo tenía mi cama, todo dentro de la misma habitación. Y teníamos un baño para compartir, una cocina para compartir. En ese piso éramos 17 familias y todas tenían 4 o 5 hijos, imagínate

⁶² "Era diciembre porque estaban por terminar las clases y nosotros pedíamos que esperen que terminen las clases porque los chicos tenían que ir al colegio. Era en diciembre del 2000. Entre noviembre y diciembre, porque mi nena nació en marzo del 2000 y eso paso a los meses. El edificio quedaba en Corrientes 2818/58."

para cocinar y bañarte. Un baño por cada piso, era un hotel de 4 pisos. Y había 17 en un solo piso, la mayoría de las familias tenía 2, 3, 4 o 5 hijos, habían entre 50 a 60 familias en el hotel entero.” (Cristina, Cooperativa El Molino)

“Nosotros venimos la mayoría de hoteles, hubo un sistema que nos daban un subsidio y nos pagaron el hotel, y después que se cansaron de pagarnos el hotel nos trataron de sacar de ese circuito del gobierno que ayudaba a muchas familias que no teníamos donde ir. Yo fui desalojada de un lugar y tenía mis dos chicos que eran chicos, de 10 y 14 años. Cuando nos quisieron sacar nos unimos todos en una Plaza, la Martín Fierro, íbamos al Garrahan y luchábamos. Así empezamos a la lucha.” (Gloria, Carmen, José y Dolores , Cooperativa Uspallata)

“Soy de Paraguay. Vivía en un departamento. Después conocí al papa de mi hija y vivimos en la Villa 31, dos años más o menos. Hasta que un día me fui a Paraguay y cuando volví dije “yo a la villa no vuelvo nunca más”. Cuando volví de Paraguay ya no volví a vivir a la villa, fui a un hogar de caritas y estuve cuatro meses ahí, en lo que se llama “hogar de transito para personas en situación de calle”. (Lourdes, Cooperativa Alto Corrientes)

“Veníamos de hoteles, casas de inquilinatos, acceder a una vivienda digna es muy difícil” (Consejo do MTL – Emetele)

A partir da regulamentação da Lei 341 em 2001, famílias em situação crítica habitacional organizaram-se em cooperativas e estruturas jurídicas das mais diferentes origens.

Apesar do impulso à criação da Lei ter sido dado por organizações sociais consolidadas e existentes desde o início dos anos 90 (como o MOI e os delegados da Ex-AU3), grande parte das cooperativas, como veremos adiante, conformou-se para atender às prerrogativas da 341, não estabelecendo vínculos formais com organizações políticas ou movimentos sociais.

No espectro das 110 organizações que compraram imóveis ou terrenos desde a implementação da Lei, as famílias eram provenientes de diferentes origens. Os grupos, em sua maioria, possuíam de 10 a 20 membros e não estavam organizados por uma entidade ou movimento ‘guarda-chuva’. Muitas se consideravam independentes, apartidárias e não ligadas a qualquer movimento. Em termos políticos, as consequências desse cenário heterogêneo era o enfraquecimento do poder reivindicatório das próprias organizações, levando a disputas entre as próprias cooperativas.

Algumas organizações e cooperativas originaram-se nas *asambleas barriales* que se conformaram durante a crise de 2001, como é o caso das Cooperativas *Septiembre, Vivienda*

Digna e Asamblea 1º de Mayo. O vínculo territorial foi determinante nestas organizações, e as experiências organizativas como a prática assembleária fazia com que o caminho cooperativo de construção fosse facilitado.

Outras provêm de instituições ligadas à igreja católica como as Cooperativas *María del Rosario* e *San Judas*, porém não são maioria já que surgem em um momento que a comunidade eclesástica estava enfraquecida ou o apoio às comunidades de base não era prioridade para a igreja católica, como havia sido entre os anos de 1970 e 1980.

Importantes entidades, como o *Comedor Los Pibes*, têm origem na organização da população para promover *comedores barriales*. Os comedores eram restaurantes populares organizados pela própria população residente em bairros pobres, onde as consequências da crise econômica haviam sido mais ferozes, pois parte dos moradores não possuía recursos sequer para se alimentar. Geralmente os comedores serviam de duas a três refeições diárias para as crianças e idosos, e eram geridos pelos moradores com escassos recursos do município.

Hilda Herzer e outros autores⁶³ afirmam que esses comedores estão ligados a uma participação mais reivindicativa e menos assistencialista, sendo mais política em diversos aspectos. A heterogeneidade que define este tipo de organização também se traduz em uma heterogeneidade de vínculos políticos. Os comedores tinham distintas formas de relação com o campo político. Assim, a tarefa social (servir refeições) se tornava parte de uma tarefa mais ampla, política (ou politizadora), buscando não se reduzir a um serviço clientelista, mas entendendo as projeções políticas como parte desta atividade social que abarca e pretende mudanças. Essas organizações veem a política como uma via para a mudança, como um projeto futuro.

Algumas organizações são ligadas a fábricas falidas, como as cooperativas de *La Lechería*, por exemplo. Não constatou-se, como ocorreu frequentemente no caso uruguaio, a formação de cooperativas a partir de sindicatos em Buenos Aires, apesar da tradição sindical argentina (ver o item *Organização popular e luta dos trabalhadores* desta dissertação, sobre a desvinculação dos movimentos *piqueteros* aos sindicatos classistas tradicionais). Como veremos a seguir, após a formação e consolidação de algumas organizações, sobretudo aquelas ligadas aos movimentos populares, ocorreu uma posterior inserção na central sindical (CTA), como medida de fortalecimento da luta⁶⁴.

Outras cooperativas surgiram de despejos e de famílias provenientes de hotéis ou pensões, como as cooperativas *La Positiva*, *Belgrano*, *El Palomar*, *Alto Corrientes* e *Nuevo Rumbo*. Algumas também se formaram a partir de famílias com nacionalidade compartilhada, como *Puka Llajta* e *Santa Rosa de Lima* (de peruanos) e a *Coop. 27 de Mayo* (de mulheres bolivianas).

Algumas dessas cooperativas eram filiadas a organizações sociais mais amplas, como *Dulce Hogar* e *Los Vecinos Luchadores* (*Polo Obrero* – agrupação piquetera com filiação ao partido político *Polo Obrero - PO*), *La Fabrica*, *El Molino*, *Peru* e *Yatay* (MOI – *Movimiento de Ocupantes*

⁶³ HERZER, H; DI VIRGILIO, M; LANZETTA, M; MARTÍN, L; REDONDO, A y RODRÍGUEZ, C: El proceso de renovacion urbana en la Boca: organizaciones barriales entre nuevos usos y viejos lugares.

⁶⁴ É o caso do MOI e do MTL, que se filiaram à CTA na segunda metade da década de 90.

e Inquilinos), cooperativa Emetele (MTL – Movimiento Territorial de Liberación⁶⁵), Asamblea 1 de Mayo, Union de Saavedra, Puka Llajta, La Positiva (MVT – Movimiento por Vivienda y Trabajo).

Geralmente as cooperativas se formavam para acessar os recursos e não havia formação política ou social sistemática dos membros para compreender os conceitos de autogestão ou cooperativismo. O nascer das cooperativas já institucionalizado colaborava para a dificuldade que se observava ao tentar desenvolver um trabalho de formação política com o grupo.

A diversidade de organizações sociais fez com que seus próprios objetivos também fossem distintos. Para algumas, a moradia era concebida como instrumento de luta pelo direito à cidade, para outras como meio de superar situações de crise habitacional.

Thomasz (2008: 131) e Zapata (2012: 77) em seus trabalhos sublinham que a participação política das organizações no processo de edificação da moradia se via explicitado através da liberdade que as organizações tinham para escolher as pessoas com as quais iam associar-se, com quem iam trabalhar – equipe técnica - e a forma jurídica de se associar. Porém em muitas organizações essa liberdade não foi capaz de garantir o desenvolvimento do trabalho autogestionário, que exigia processos de formação política em autogestão e cooperativismo com as famílias que não foram desenvolvidos de forma sistemática. Ou seja, apesar de serem de fato os sujeitos do programa, muitas vezes eles experimentavam graus limitados de autonomia – recorrentemente eram dependentes dos arquitetos das equipes técnicas, das empresas construtoras que contratavam para construir e por vezes gerir as obras, ou dos técnicos do IVC. Assim, em várias situações, a técnica sobrepunha-se à política, e a proposta autogestionária de construção, que apontava para a emancipação dos usuários/trabalhadores, limitava-se a resolver questões técnicas pelos técnicos, e não pelos trabalhadores.

As equipes técnicas

“Yo viví en casa de villas, pero si hablas por ejemplo de Soldati y de Lugano la gran diferencia que hay con las cooperativas es el ETI [Equipe Técnica Interdisciplinar], porque la socióloga en el transcurso de la construcción te hace entender que tenes que respetar al otro. Nosotros tenemos un reglamento interno que dice: no animales y ninguno tiene. Tampoco podemos poner música fuerte, si hay cumpleaños pedimos permiso y solo los sábados, el que viene a la madrugada trata de venir despacio, pagamos las cuotas, esa es la gran diferencia. Es entender y educar.” (Alfredo, Teodoro, María, María Ester, Manuel e Daisy, Cooperativa 28 de Junio, grifo da autora)

⁶⁵ O MTL é um agrupamento *piquetero* que faz parte do Bloco Piquetero Nacional – organização radical de trabalhadores ocupados e desocupados, politicamente ligado ao Partido Comunista (PC) e vinculado à CTA.

Em 2002, já sob a direção de Selzer, regulamentou-se a Lei 341 através da Lei 964⁶⁶, que estabelecia a documentação que os beneficiários deveriam apresentar, o valor do crédito por família (a devolver), e a obrigatoriedade da contratação de equipes técnicas interdisciplinares, com no mínimo quatro profissionais, para a assessoria aos projetos e obras habitacionais. Nesse momento inscreveram-se no IVC cerca de 50 equipes técnicas profissionais (Rodríguez, 2009: 214).

Semelhante à organização cooperativa, as equipes técnicas também se constituíram de forma heterogênea. Algumas vinculadas politicamente aos movimentos ou grupos que assessoravam, como o caso da inserção militante da equipe técnica do *Polo Obrero* e da inserção entre o militante e o profissional do MOI⁶⁷, e outras equipes sem vínculos diretos com as organizações, como a Nexus, Sorín, Dolmen e Frangella.

Carla Rodríguez (2009: 215) afirma que os modos de intervenção profissional das equipes técnicas ficam entre dois eixos, gerando uma dupla tensão: por um lado, a predominância da lógica mercantil (trabalho profissional rentável) *versus* a proposta política (que, apesar de não estarmos de acordo, constitui de fato nó e conflito na relação de técnicos e movimentos sociais); por outro, entre a promoção da autonomia (princípios autogestionários e relação não clientelar com as associações, mas de parceria) e a prática assistencial. Acrescentaríamos que observamos também o movimento duplo entre o profissional e o militante – muitas vezes as equipes técnicas realizavam os trabalhos sem receber, em péssimas condições contratuais, para não deixar de assessorar os grupos. Além do duplo movimento entre o trabalho autoral e o trabalho de fato participativo, ou seja, os constantes conflitos entre a participação real das famílias na tomada de decisão e ao longo dos processos, e a questão da autoria e do saber técnico dos arquitetos.

Dolmen (2004) indica que a Lei 341 não precisa aspectos referentes à execução das obras. As cooperativas podem optar por variantes que vão desde a autoconstrução (força de trabalho dos sócios da cooperativa) até a contratação de uma empresa construtora, podendo ser esta conformada pelas organizações ou não.

Desta maneira, acreditamos que a assessoria técnica (ação que se orienta pela parceria preferencial com as organizações populares – ou com as gestões públicas que lhes garantam a voz –, articulando a ação técnica profissional como luta política pelo acesso à terra e à moradia como direito e não como mero atendimento à carências sociais), é fundamental ao processo de emancipação dos trabalhadores livremente associados, aliando técnica e política. Neste sentido, seria fundamental que, apesar das dificuldades práticas observadas em campo para as equipes técnicas formadas no marco da Lei 341, que estas desenvolvessem canais de diálogo e debate interno entre os profissionais. Ou seja, representaria avanços políticos se técnicos também se organizassem enquanto classe, como trabalhadores, para que o trabalho profissional engajado – que enfrenta uma série de dificuldades tanto com o desenho do Programa quanto em adequar o ofício (a construção)

⁶⁶ Sancionada em 5 de dezembro de 2002, promulgada em 30 de dezembro de 2002 e publicada no Boletim Oficial da Cidade de Buenos Aires nº 1606, em 10 de janeiro de 2003.

⁶⁷ Este tema será abordado com maior profundidade no próximo capítulo.

aos projetos artesanais, e pudessem de fato concretizar o saber ainda não tão democratizado, e redesenhar os processos de projeto, ainda não tão participativos.

A produção e seus resultados

Para compreender e analisar a produção habitacional por autogestão dos últimos anos em Buenos Aires foram levantadas algumas características da Lei 341, que delimitam sua atuação: a restrita abrangência da Lei e do Programa, a escala reduzida dos projetos e obras, e a heterogeneidade das cooperativas e organizações sociais que atuaram e atuam neste processo.

A Lei 341/00 é uma lei municipal, portando abrange a área da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Assim, só é possível comprar terra ou edificação para reformar dentro do limite da Cidade de Buenos Aires. O resultado é que, por um lado, os movimentos passaram a lutar e reivindicar terras na cidade consolidada, lutando e avançando em questões importantes relacionadas ao direito à cidade. Por outro lado, as dificuldades de se viabilizar terra pela lógica mercantil na cidade faz com que seja urgente a inclusão das cidades ao redor de Buenos Aires, que fazem parte do conurbano ou da Grande Buenos Aires, tanto porque lá a oferta de solo é maior (portanto o valor da terra é acessível e a possibilidade de se concretizar uma compra também) quanto porque são nesses municípios ou partidos onde se encontram os mais graves problemas habitacionais.

En el grupo de las 110 cooperativas de vivienda y asociaciones civiles que adquirieron terreno, existen diversas situaciones que se pueden sub-agrupar (a modo analítico): actualmente son 46 las organizaciones sociales que cuentan con terreno ya comprado con fondos públicos del Programa (que representan el 41,8% de éste grupo) pero que aún no lograron iniciar sus obras (16 de estas organizaciones ya se encuentran listas en términos administrativos, a la espera de la llegada de los fondos); 41 organizaciones (37,3%) se encontraban con sus obras actualmente en construcción (involucrando a 903 familias porteñas), 23 organizaciones (21%) ya finalizaron sus obras y 736 familias ya están habitando esas viviendas y 4 cooperativas ya escrituraron de manera individual sus viviendas (74 familias ya están devolviendo el crédito prestado). Es importante señalar también que existe seis cooperativas de viviendas de la organización La Lechería que cuentan con un alto grado de avance sus obras (por encima de un 90%), e al ser intervenida por la Justicia por irregularidad en el manejo de los fondos, sus adjudicatarios decidieron ocupar las viviendas de hecho. En esta

*situación se encuentran unas 93 familias que hoy están habitando viviendas en el barrio de Mataderos.*⁶⁸

Os dados da socióloga Cecília Zapata (2014) mostram que a Lei está caminhando a passos lentos. Desde sua criação, há 14 anos, apenas 110 terrenos foram comprados na cidade de Buenos Aires, envolvendo cerca de 2500 famílias. Dessas, apenas 736 estão morando em suas casas, ou seja, menos de um terço.

Tabela 2: Cooperativas que compraram terreno, iniciaram e terminaram obra, por ano (até dezembro de 2013).

Ano compra terreno	Coops. que compraram terreno	Nº de famílias	Organ. iniciaram obra	Nº de famílias	Organ. terminaram obra	Nº de famílias
2001	5	70	2	55	1	6
2002	15	299	13	286	6	185
2003	15	506	9	422	5	380
2004	20	202	11	143	4	65
2005	22	457	13	326	3	123
2006	23	572	14	287	3	56
2007	9	281	2	58	1	22
2008	1	22	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0
total	110	2409	64	1577	23	736

Fonte: Elaboração própria com base de dados do IVC (Instituto de Vivienda de La Ciudad).

A próxima tabela mostra todas as cooperativas que compraram terreno com recursos públicos por meio da Lei 341. No total, são 110 organizações envolvendo 2409 famílias, ou seja, aproximadamente 8 mil pessoas. Dessas organizações, 64 começaram a construir nos terrenos comprados, envolvendo 1577 famílias, ou seja, 58%. Assim, há 46 terrenos comprados pelo IVC que estão vazios, esperando a liberação de recursos para que se iniciem as obras.

Das cooperativas que iniciaram obras, em cerca de metade dos edifícios as famílias já estão morando - 33 organizações, envolvendo 837 famílias. Significa dizer que 30% do total das

⁶⁸ Zapata M.C. (2014): "El rol de la institucionalidad pública en procesos autogestionarios de viviendas en Argentina". En Revista Economía, Sociedad y Territorio; ISSN 1405-8421. México. Evaluación de pares. [En prensa].

cooperativas que compraram terrenos na cidade de Buenos Aires, desde 2001, está atualmente vivendo em suas casas. Parte dessas organizações foi morar nos edifícios mesmo que estes não fossem considerados terminados pelo IVC, como é o caso das Cooperativas La Lechería.

As obras consideradas terminadas pelo IVC são de 23 organizações, e representam 20% das 110 cooperativas que compraram terreno. Aí estão envolvidas 726 famílias, cerca de 30% do total das famílias inscritas no programa. Das obras que já tem escritura e nas quais as famílias já começaram a devolver o crédito ao IVC, apenas 4 organizações, envolvendo 74 famílias, estão escrituradas.

Os dados evidenciam as dificuldades de se avançar com o programa: a baixa proporção de cooperativas que estão morando em suas casas e a evidência de que ele está desde 2008 estagnado.

Tabela 3: Cooperativas inscritas na Lei 341, que compraram terreno, iniciaram e terminaram obra (até dezembro de 2013), com as famílias já morando e as consideradas terminadas pelo IVC.

Ano da compra do terreno	Entidade	Localização	Quantid · famílias	Iniciaram obra (terminada s ou não)	Famílias morando	Terminados, segundo IVC	Com escritura
2001	DESALOJADOS DE LA BOCA	NECOCHEA 1051	8	não	não	não	não
	DESALOJADOS DE LA BOCA	SUAREZ 469	4	não	não	não	não
	DESALOJADOS DE LA BOCA	MAGALLANES 987	3	não	não	não	não
	LA FÁBRICA	ICALMA 2001/5	49	sim	não	não	não
	LOS PIBES	LAMADRID 1053	6	sim	sim	sim	não
2002	COPITOS	NECOCHEA 775	5	sim	sim	sim	não
	EL MOLINO	SOLÍS 1967/81	100	sim	sim (parte)	sim (em parte)	não
	EMERGENCIAS	SANTA MAGDALENA 325	15	sim	sim	sim	não
	EMERGENCIAS	HERNANDARIAS 885	22	sim	sim	não	não
	LA LECHERÍA	DERQUI 4053	9	sim	sim	não	não
	LA LECHERÍA	DERQUI 4057	9	sim	sim	não	não
	LA LECHERÍA	ECHEANDIA 4158	9	sim	sim	não	não
	LA LECHERÍA	P. MONTES CARBALLO 1674	31	sim	sim	não	não
	LA LECHERÍA	MORETO 1675	27	sim	sim	não	não
	LA LECHERÍA	P. DE LA PAMPA 4552	8	sim	sim	não	não
	MANOS SOLIDARIAS	BRANDSEN 439	9	não	não	não	não
	MANOS SOLIDARIAS	PALACIOS 1051/53	4	não	não	não	não
	TRES CUARENTA Y	COSQUÍN 2169	14	sim	não	não	não

2003	UNO						
	USPALLATA	USPALLATA 2750	27	sim	sim	sim	não
	ALFA Y OMEGA	CONSTITUCIÓN 1339	10	não	não	não	não
	ALTO CORRIENTES	A. ALCORTA 1601/07	14	sim	sim	sim	não
	ARGENTINA PUEDE	JUFRÉ 602/10	23	sim	sim	sim	não
	C.A.S.	FEIJOO 1077	3	não	não	não	não
	CEVALLOS	LEIVA 4535	12	não	não	não	não
	CONSTRUYENDO	CABOTO 829/35	5	sim	não	não	não
	COVISO	HUMBOLDT 248	12	não	não	não	não
	DEL SUR	IRALA 822	12	não	não	não	não
2004	EMERGENCIAS	VIEYTES 1428/36	21	sim	sim	sim	não
	LA RIBERA	ALTE. BROWN 742/8	15	sim	sim	sim	não
	MANOS SOLIDARIAS	SUAREZ 1036	35	não	não	não	não
	NUESTRO HOGAR	MELO 529/35	10	sim	não	não	não
	NUESTRO HOGAR	PALACIOS 865	6	sim	não	não	não
	NUESTRO HOGAR	RIO CUARTO 2423	2	sim	sim	sim	não
	28 DE JUNIO	CASTAÑARES 2171	10	sim	sim	sim	não
	CONSTRUYENDO	ALVARADO 2137	6	não	não	não	não
	CONSTRUYENDO	ALVARADO 2181	6	não	não	não	não
	CONSTRUYENDO	ALVARADO 2185	6	não	não	não	não
2005	DULCE HOGAR	MONTE 5865	14	não	não	não	não
	FAMILIAS DE LA RIVERA	ALVAR NÚÑEZ 50	12	sim	não	não	não
	HUMANISTA FÉNIX	USPALLATA 2944	24	sim	não	não	não
	LA CARPA DEL AGUANTE	ALBARIÑOS 2392	8	não	não	não	não
	LA CARPA DEL AGUANTE	1 ° JUNTA 5365	6	não	não	não	não
	LA CARPA DEL AGUANTE	ALBARIÑOS 2388	6	não	não	não	não
	LOS PIBES	PINZÓN 954	5	sim	sim	sim	não
	LOS PIBES	NECOCHEA 1316	2	sim	sim	sim	não
	LOS VECINOS LUCHADORES	LANÍN 8	27	sim	não	não	não
	NUESTRO HOGAR	BRANDSEN 638/640	3	não	não	não	não
2005	NUESTRO HOGAR	MARTÍN RODRÍGUEZ 565	4	não	não	não	não
	VOLVER A EMPEZAR	MONTEAGUDO 492/94	7	sim	não	não	não
	VOLVER A EMPEZAR	CORTEJARENA 2989/99	8	sim	não	não	não
	YATAY	ICALMA 2007/9	15	sim	sim (em parte)	não	não
	6 DE MAYO	J.B.JUSTO 2372/74	53	sim	não	não	não
	ARGENTINA PUEDE	HUMBOLDT 295	10	sim	sim	não	não
2005	CENTRO DE ESTUDIOS JAUTRECHE	BALBASTRO 3291/99	3	não	não	não	não
	COFAVI	MORENO 3249	22	sim	sim	sim	não
	CONSTRUYENDO	BRANDSEN 995/999	11	não	não	não	não

	CRECER	VIRREY CEVALLOS 953	28	sim	sim	sim	não
	EL OBELISCO	EINSTEIN 250	12	sim	não	não	não
	EL PALOMAR	CHICLANA 2856	55	sim	sim	sim	não
	INDEPENDENCIA	JUAN DE GARAY 324	26	sim	não	não	não
	LA COLMENA	CRUZ 873/75	38	sim	não	não	não
	LA NUEVA ESPERANZA	PAVÓN 1394	14	não	não	não	não
	LA NUEVA FAMILIA	SUAREZ 562/64	36	não	não	não	não
	LOS HORNEROS	AZARA 1360	12	sim	não	não	não
	LOS PIBES	LAMADRID 208	33	sim	não	não	não
	MARÍA DEL ROSARIO	MIRAVE 2737	12	sim	não	não	não
	NUESTRO HOGAR	MTRO. BRIN 1149	12	não	não	não	não
	NUESTRO HOGAR	SUAREZ 201	11	não	não	não	não
	NUESTRO HOGAR	MAGALLANES 959	12	não	não	não	não
	NUESTRO HOGAR	GARIBALDI 1975	9	não	não	não	não
	NUESTRO HOGAR	OLAVARRÍA 1015	23	não	não	não	não
	SARAZA	SARAZA 5661	17	sim	não	não	não
	SEMBRAR CONCIENCIA	VIRREY LORETO 3761	8	sim	sim	sim	não
2006	ASAMBLEA 1º DE MAYO	CARLOS CALVO 2803/13	21	sim	não	não	não
	BUSCANDO ESPACIO	CARACAS 2766	51	sim	não	não	não
	CAMINO A CASA	CALIFORNIA 1014	14	não	não	não	não
	CENTRO DE MADRES 27 DE MAYO	LARRAZABAL 2476/78	12	sim	sim	sim	não
	CONSTRUYÉNDONOS	BELÁUSTEGUI 958	21	sim	não	não	não
	CREANDO CIMIENTOS	SANTIAGO DEL ESTERO 1345	12	sim	não	não	não
	DESDE EL PIE	IGUAZÚ 732	15	não	não	não	não
	DESPERTARES	CHICLANA 2868	34	não	não	não	não
	DOMINGO 7	VIRREY CEVALLOS 1179	20	sim	não	não	não
	EL CARACOL	CARLOS ANTONIO LÓPEZ 3573	31	sim	sim	sim	não
	GARIBALDI	PINZÓN 487	12	sim	não	não	não
	LA POSITIVA	HUMBERTO PRIMO 2056/60/62	31	sim	não	não	não
	NUEVA IMAGEN MANOS A LA OBRA	AV. SAN MARTÍN 2847	28	sim	não	não	não
	NUEVO HOGAR	MOMPOX 1670	18	não	não	não	não
	PERÚ	PERÚ 770	11	sim	não	não	não
	PUKA LLAJTA	FAMATINA 3351/55	12	sim	não	não	não
	SAN JUDAS	SALVIGNY 1687	24	não	não	não	não
	SANTA ROSA DE LIMA	SANTIAGO DEL ESTERO 1909	36	não	não	não	não
	SEPTIEMBRE	REMEDIOS 5051	12	sim	não	não	não
	SOLIDARIA SUAREZ	AV. PATRICIOS 715/53	61	não	não	não	não
	COLONIA SOLA	AUSTRALIA 2757	71	não	não	não	não
	TRABAJO, EDUCACIÓN Y CULTURA	FRAY CAYETANO 600	13	sim	sim	sim	não
	URITORCO	POLA 2238	12	não	não	não	não
2007	CASA DE AMIGOS	LUIS SÁENZ PEÑA 1775	36	sim	não	não	não
	CONVIVIMOS	ALTE. BROWN	26	não	não	não	não

		1242/44					
	COVIPRO	RINCÓN 1562	18	não	não	não	não
	EL PROPÓSITO	F. CRUZ 3247	34	não	não	não	não
	LA UNIÓN DE SAAVEDRA	REG. PATRICIOS 957	34	não	não	não	não
	LOS BAJITOS	BASUALDO 1737	85	não	não	não	não
	OCTUBRE	BENEDETTI 159	22	sim	sim	sim	não
	SENSIBLES EN CRECIMIENTO	LAUTARO 1496	14	não	não	não	não
	TUPAC AMARU	AMANCIO ALCORTA 1931/33	12	não	não	não	não
2008	LA RUCA	CNEL. SALVADOR 927	22	não	não	não	não
TOTAL DE FAMÍLIAS			2409	1577	837	726	74
TOTAL DE ORGANIZAÇÕES			110	64	33	23	4

Fonte: Elaboração própria com base de dados do IVC (Instituto de Vivienda de La Ciudad).

Imagem 12: Localização das áreas compradas pelas cooperativas da Lei 341.

Fonte: Elaboração própria com base de dados do IVC (*Instituto de Vivienda de La Ciudad*).

Conforme observa-se no mapa acima, à leste localiza-se a área portuária de Buenos Aires e a região central. Os pontos brancos indicam todos os terrenos comprados por cooperativas, as linhas pretas indicam as linhas de trem que ligam Buenos Aires às cidades do conurbano, e as linhas alaranjadas indicam as principais vias de acesso da cidade. Ao norte e em sentido noroeste o vetor de crescimento dos setores de renda média e alta da população, com a localização de grande parte dos condomínios fechados (*countries*⁶⁹), edifícios de escritórios e

⁶⁹ Para informações sobre os condomínios fechados em Buenos Aires, ver SVAMPA, Maristella. *Los que ganaron. La vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

shoppings centers⁷⁰. Ao sul, impulsionado pela epidemia de febre amarela de 1871⁷¹, se localizam os setores sociais desfavorecidos da cidade⁷².

Como os terrenos eram comprados via mercado formal e não havia uma política que previsse a formação de um banco de terras do IVC para disponibilizar para as cooperativas, evidenciando a desarticulação entre a política habitacional e a política fundiária, aparecem questões como a prevalência de terrenos localizados na zona sul da cidade, em áreas relativamente centrais, porém evidentemente no eixo contrário ao da especulação imobiliária e interesses do capital fundiário (vetor norte).

A grande maioria dos empreendimentos está localizada nos bairros La Boca, Parque Patricios, Constitución e Barracas, caracterizados por processos de desindustrialização e historicamente esquecidos pelo poder público⁷³. Por outro lado, são bairros onde se notam processos de reestruturação urbana promovidos pelo poder público, sobretudo em La Boca (estímulo ao desenvolvimento do turismo) e Parque Patricios (estímulo à instalação de empresas do ramo tecnológico)⁷⁴.

Segundo dados do IVC de 2009, existiam em La Boca 38 projetos do PAV (35% do total de imóveis comprados na cidade) pertencentes a mais de 15 organizações sociais e que somavam a construção ou reforma de 516 unidades habitacionais (20% do total do programa).

* * *

⁷⁰ Sobre a localização concentrada no eixo noroeste dos equipamentos para os setores de altos salários da população, ver CICCOLELLA, P. y VECSLIR, L., 2010: "Nuevos espacios del terciario y transformación metropolitana en Buenos Aires" en *XI Seminario Internacional de la Red de Investigadores en Globalización y Territorio*, Mendoza.

⁷¹ Após a febre amarela de 1871 a população que tinha recursos abandonou suas casas e foi em direção ao norte da cidade, deixando grandes casarões vazios nos bairros de San Telmo, La Boca e Barracas, principalmente. É deste momento a aparição dos primeiros *conventillos* e inquilinatos, que se formavam a partir da ocupação ou aluguel desses espaços pelas camadas populares, semelhantes aos cortiços nas áreas centrais das grandes cidades do Brasil.

⁷² Para informações, HERZER, Hilda. *Barrios al Sur. Renovación y pobreza en la ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2012.

⁷³ HERZER, Hilda. *Barrios al Sur. Renovación y pobreza en la ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2012.

⁷⁴ Este processo de renovação urbana nos bairros ao sul do centro de Buenos Aires faz parte de uma política de Estado mais ou menos explícita de renovação da área central da cidade. Gorelik (2004) afirma a continuidade de um projeto de "modernização excludente", onde a orientação primordial do processo de urbanização é dada pelos capitais privados, que paulatinamente limitam a capacidade do Estado para reorientar a urbanização e promover uma maior integração social.

Quatorze cooperativas em Buenos Aires

As cooperativas apresentadas a seguir foram selecionadas durante a estadia da autora em Buenos Aires no primeiro semestre de 2013, seguindo o critério de que fossem edificações terminadas⁷⁵ com recursos da Lei 341 e onde as famílias já estivessem morando, o que permitiria análise mais profunda. Além disso, foram considerados os aspectos organizacionais de cada cooperativa, e os aspectos arquitetônicos de cada projeto. Assim, é possível observar no próximo mapa a localização das cooperativas que já terminaram suas obras, tornando possível visita à maioria dos conjuntos e realização de entrevistas aos moradores.

1, 3, 6 e 8: Respectivamente *COFAVI (Cooperativa Familias para la Vivienda)*, com 22 unidades habitacionais, *Cooperativa Emergencias*, com 21 famílias, *Alto Corrientes*, com 14 famílias e *Uspallata*, com 27 famílias, todas com famílias originárias de hotéis ou pensões.

2 e 9: Respectivamente *Caminito*, com 10 famílias e *El Palomar*, com 55 famílias, com famílias provenientes de cortiços ou ocupações, sendo Caminito em La Boca.

4 e 13: Cooperativas *Creceer*, com 28 famílias e *Octubre*, com 22 famílias, de famílias originárias em sua maioria de aluguel, e com a população de uma classe social distinta das demais.

5 e 7: Cooperativa *El Molino*, com 100 famílias e pertencente ao MOI e cooperativa *Emetele*, com 326 famílias e pertencente ao MTL, ambos movimentos sociais organizados que participaram da elaboração da Lei 341. Além de serem parte de movimentos sociais mais amplos, a escolha das duas cooperativas se dá também por ambas serem realizadas em edifícios reciclados.

10, 11 e 12: Respectivamente cooperativas *28 de Junio* com 10 famílias, *Madres 27 de Mayo* com 12 unidades e *Luz y Progreso* com 12 famílias, compostas por famílias em crise habitacional porém não organizadas através de movimento social, mas independentes.

14: Cooperativas *La Lechería*, ocupando algumas quadras do bairro Parque Avellaneda, com origem da ocupação anterior de uma fábrica. No total são 6 edifícios, todos da Cooperativa *La Lechería*, sendo três deles com 9 unidades habitacionais, um com 8, um com 27 e um com 31 unidades.

⁷⁵ Durante as visitas, a ideia foi selecionar e entrevistar todas as cooperativas que já estivessem com obra concluída – ou com as famílias morando. Não foi possível selecionar todas as cooperativas onde já haviam famílias morando pois algumas (como *La Lechería*) possuíam problemas internos e ninguém se arriscava a dar entrevistas ou conversar sobre o processo, ou não foi possível entrar em contato com nenhum coordenador para pedir entrevista (como *Emergencias*).

Imagem 13: Localização das cooperativas analisadas.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do IVC (*Instituto de Vivienda de La Ciudad*).

Imagens 14 e 15: COFAVI – Cooperativa Familias para La Vivienda.

Imagens 16 e 17: Cooperativa Alto Corrientes.

Imagens 18 e 19: Cooperativa Uspallata.

Imagem 20: Cooperativa Emergencias.

O primeiro aspecto a destacar nas cooperativas *Emergencias*, *Uspallata*, *Alto Corrientes* e *COFAVI* é o perfil dos cooperados. São cooperativas formadas por famílias provenientes de hotéis municipais, política emergencial municipal para segurar a crise habitacional gravíssima por qual passava a cidade na década de 90.

Nas cooperativas *Uspallata* e *Emergencias* podemos observar uma continuidade construtiva no projeto (elaborado pela mesma Equipe Técnica – Nexus). Pode-se notar a preocupação com os volumes das fachadas e posição das esquadrias nos projetos, além da opção por se deixar o '*ladrillo visto*' – solução recorrente em vários projetos visitados.

Com exceção da *COFAVI*, todas as cooperativas optam por ocupar o máximo do terreno porém mantendo um gabarito baixo, de até 5 pavimentos, sem elevadores. No caso de *Emergencias* e *Uspallata*, a ocupação das laterais do terreno faz com que se crie um vazio central que forma um pátio no térreo, para onde as janelas são voltadas.

Imagens 21, 22 e 23: Cooperativa Caminito.

Imagens 24 e 25: Cooperativa El Palomar.

As cooperativas *Caminito* e *El Palomar* têm em comum o fato de seus associados serem provenientes de cortiços (*conventillos*) ou ocupações de edifícios. Mario, que foi durante muito tempo presidente da cooperativa *Caminito*, relatou como era o *conventillo*: “*en la entrada del conventillo había una porta de hierro, patio, escalera, planta baja, primer piso, todo madera y chapa arriba, típico conventillo. Estaba en muy mal estado, viejo, como del 1900, viste que Caminito es un lugar histórico.*”

Quando a equipe técnica começou a pensar o projeto, foi proposto para as famílias manter aspectos do *conventillo*, utilizando as chapas na fachada e mantendo a memória da moradia anterior. As unidades têm de 50 a 80 metros quadrados, de acordo com as necessidades de

cada família. Internamente, os revestimentos são de madeira, e como a implantação do projeto se dá nas bordas do terreno, um pátio central se forma no interior do edifício, com as escadas e esquadrias voltadas para lá.

Já a cooperativa *El Palomar* construiu um edifício vertical para abrigar as 55 famílias. Está localizada em uma área central da cidade, e a compra do terreno foi descrita por Analía e Ivana como *'todo un laburo'*, pois teriam que *'convencerlo (o proprietário) de que te quiera esperar hasta que lo compre, era hacer todo un trabajo psicológico con el dueño para que espere, (...) que el tampoco aumente el precio.'*

As unidades habitacionais têm a possibilidade de ampliação com a construção de um segundo piso (pode ser visto no croqui ao lado, elaborado durante a entrevista).

Imagens 26, 27 e 28: Cooperativa Crecer.

Imagem 29: Cooperativa Octubre.

Em entrevista com a cooperativa Crecer, Cristina definiu: *"nosotros somos clase media trabajadora, y no teníamos vivienda propia."* Quando foram realizadas as visitas ao edifício, o projeto e os acabamentos já mostravam que esta era uma cooperativa distinta das demais. Para formar a cooperativa, ela relatou que os sócios *"tenían que ser personas que tengan las mismas prioridades que tenemos nosotros, primero el trabajo, después el estudio de los chicos, que más o menos reunieran al mismo perfil. Así, Silvia trajo a una amiga de ella, yo traje a mi sobrino, mi sobrina y mi consuegra, y nos fuimos juntando. ¿Más o menos de la misma clase social? (pergunta da entrevistadora) Claro, gente trabajadora que no tenía casa, pero con las mismas prioridades, no faltar al trabajo para ir a una marcha porque si, sino priorizar el trabajo. Si tenés la posibilidad de ir a la marcha a apoyar el programa, perfecto, pero si eso va a significar que vas a correr riesgo de perder tu trabajo, no, que prioricen la educación para sus hijos. La mayoría de los chicos jóvenes que viven acá, que viven solos tienen educación terciaria. Más de la mitad son chicos jóvenes solos."*

A cooperativa Octubre está implantada em frente a uma praça, e a compra do terreno foi descrita por Susana (uma das coordenadoras) como complicada: *"Compramos en 2007, unos de los últimos."* *"Cuando compramos no podíamos creerlo. No por el proceso inflacionario si no por los rumores que venían de que ya iban a cerrar el programa, eso nos desesperaba."*

Imagens 30 e 31: Cooperativa El Molino – MOI.

Imagens 32 e 33: Cooperativa Emetele – MTL.

Os dois edifícios apresentados são de cooperativas formadas por movimentos sociais organizados, respectivamente o MOI e o MTL, ambos ligados à CTA – *Central de Trabajadores Argentinos*, central sindical criada na década de 90 que agrega também trabalhadores desempregados e movimentos populares. As cooperativas são as duas maiores de todo o espectro de cooperativas do PAV, respectivamente com 100 e 326 famílias.

Além do aspecto organizativo que as difere das outras organizações, as duas cooperativas tem projetos em edifícios reciclados em regiões da cidade que passam por remodelações urbanas, como o Parque Patrícios (bairro onde está a coop. *Emetele*). A arquitetura dos dois conjuntos mantém os edifícios antigos preservados, porém com a mudança de uso, além de agregar construção nova. No caso do MOI, a antiga edificação era uma fábrica de farinha desativada, e no caso do MTL uma antiga fábrica de tintas, de 18 mil metros quadrados, também abandonada.

Também é característica desses dois exemplos a construção de equipamentos comunitários abertos para o bairro, de usos complementares à moradia. Equipamentos comerciais nos térreos, creches, rádio comunitária e padaria, além de oficinas para desenvolvimento de atividades em cooperativa são alguns dos usos propostos pelos movimentos.

Por fim, os dois movimentos desenvolvem cooperativas produtivas. No caso do MOI, a *cooperativa de Trabajo* é responsável pela execução das quatro obras em andamento na cidade de Buenos Aires (*El Molino*, *La Fabrica*, *Perú* e *Yatay*). Além disso, o movimento possui uma oficina de serralheria, onde executa todas as peças metálicas dos seus conjuntos, de

esquadrias a escadas, guarda-corpos e corrimãos. Já o MTL tem a maior cooperativa de construção da cidade, envolvendo cerca de mil trabalhadores, e que foi responsável pela obra de diversas cooperativas do PAV.

Imagens 34 e 35: Cooperativa Madres 27 de Mayo.

Imagens 36 e 37: Cooperativa 28 de Junio.

Imagem 38: Cooperativa Luz y Progreso.

As cooperativas *Madres 27 de Mayo*, *28 de Junio* e *Luz y Progreso* são amostras que representam grande parte das cooperativas do PAV. As famílias têm origens diversas – aluguel, muitas vindas de hotéis ou despejos de ocupações, *villas* etc. Em entrevista com a cooperativa *28 de junio*, um dos coordenadores contou: *“Yo antes vivía alquilando honestamente en una casa en La Matanza, cuando pasó lo del corralito en el 2001 llegó el desalojo, y me fui a una villa, a Piletones.”* *“(...) no era nuestra costumbre ni cultura tomar terrenos (...)”*. Essas cooperativas não possuem vínculo com movimentos sociais ou organizações de base, se consideram ‘independentes’ e têm um número reduzido de sócios – respectivamente 12, 10 e 12. Nas palavras de Emiliana, da coop. *27 de Mayo*: *“Yo siempre decía que como no somos numerosos no les servimos, somos 12 familias nada más y no les servimos.”*

Quase todos os apartamentos da cooperativa *Madres 27 de Mayo* são iguais e tem 72m² e dois dormitórios (dois apartamentos tem alguns metros a mais e a possibilidade de dividir um dormitório e fazer um terceiro). A obra levou dois anos para ser concluída, sendo uma das mais rápidas do *Programa de Autogestión para la Vivienda*. Segundo Emiliana, não pelo IVC, mas por elas, pelas mulheres da cooperativa.

As cooperativas *Luz y Progreso* e *28 de Junio* possuíam a mesma Equipe Técnica Interdisciplinar (ETI), e os edifícios têm desenhos muito semelhantes. Todos os grupos afirmaram que aportaram trabalho em mutirão e autogestionaram os recursos da obra.

La Lechería era uma antiga fábrica que fechou no final da década de 70. Durante a década de 80 os trabalhadores da fábrica formaram uma cooperativa e durante as reformas neoliberais a fábrica foi à falência. Em 2009 os cerca de 200 trabalhadores da cooperativa *La Lechería*, então desocupados, ocuparam a fábrica para utilizá-la como moradia.

Por meio da Lei 341, se formaram três cooperativas habitacionais com famílias ocupantes da fábrica *La Lechería*: (1) de mesmo nome, *La Lechería*, que concluiu as obras e que apresentamos a seguir; (2) *Buscando Espacio*, com 51 famílias, que comprou terreno com créditos da Lei, porém não iniciou as obras e (3) *Los Bajitos*, com 76 famílias, que também comprou terreno e não iniciou as obras⁷⁶.

Alguns grupos importantes, como as cooperativas de *La Lechería*, se dissolveram por conflitos internos ou decorrentes da presença do tráfico de drogas. Durante as entrevistas, quando fomos visitar os conjuntos abaixo, logo fomos alertadas a deixar o local pois não seria seguro, e ninguém conversaria conosco.

É visível a importância que se dá para aspectos da volumetria arquitetônica nos projetos, bem como o desenho das esquadrias nas fachadas. Os projetos possuem a mesma linguagem, e são muito próximos, ficando a algumas quadras de distancia um do outro. Assim, os diversos edifícios se configuram como um conjunto no bairro, ocupando diversos lotes e sem a necessidade de serem fechados em uma grande área.

Imagens 39, 40, 41, 42 e 43: Cooperativas La Lechería.

⁷⁶ <http://www.hic-net.org/articles.php?pid=2287>. Consultado em 26 de junho de 2014.

Em relação à inserção urbana dos conjuntos, observa-se que a produção habitacional do PAV é absolutamente distinta dos programas habitacionais estatais tradicionais. São geralmente pequenos conjuntos (em média são 20 famílias por conjunto) e edifícios localizados em lotes inseridos na malha urbana e não glebas ou vazios urbanos de grande escala⁷⁷, de maneira que não conformam grandes condomínios ou empreendimentos habitacionais isolados, gerando enormes ganhos de qualidade urbana.

As unidades habitacionais geralmente são de tamanho superior ao padrão usualmente realizado para habitação de interesse social na Argentina, e possuem metragem que varia de 50 a 90 m², de acordo com as necessidades das famílias⁷⁸. Geralmente são elaboradas diferentes tipologias em cada conjunto, de acordo com as necessidades do grupo a partir das discussões durante a elaboração do projeto. Muitas unidades permitem a ampliação através da construção de outra laje para a execução de um ou dois dormitórios extras.

Os conjuntos possuem áreas coletivas e de convivência para as famílias, sobretudo com espaços para as crianças brincarem. Geralmente havia preocupação com a manutenção das áreas coletivas, sendo que na maioria das cooperativas as tarefas de limpeza das áreas comuns eram divididas entre todos⁷⁹.

As tecnologias empregadas para a construção dos conjuntos era tradicional, na sua maioria com sistema convencional de pilares e vigas de concreto e alvenaria de vedação. Não

⁷⁷ Isso se dá, principalmente, pelo fato de que em Buenos Aires a malha urbana foi planejada no final do século XIX, fazendo com que a cidade já tivesse sido desenhada desde antes da sua expansão urbana.

⁷⁸ Durante as visitas realizadas na pesquisa de campo observamos que nenhuma unidade possuía área para lavanderia, e as famílias instalavam a máquina de lavar geralmente na cozinha – próximo à pia – e estendiam as roupas ou nas varandas, individualmente, ou nos terraços, coletivamente.

⁷⁹ Em um caso notou-se que todas as famílias pagavam uma família para fazer a limpeza, e em outro as famílias contratavam o serviço e dividiam os custos.

podemos notar a presença de muitos elementos industrializados ou modulares que buscassem facilitar e acelerar a produção da obra.

A respeito do projeto, durante as entrevistas percebeu-se que não há uma metodologia de projeto participativo desenvolvida (ou em processo)⁸⁰, embora existam algumas instâncias de participação, como consultas aos cooperados.

O processo produtivo das unidades habitacionais se dava através de pequenas empresas construtoras na maioria dos casos, obedecendo uma forma tradicional de construção civil e de organização do canteiro. Apenas as obras do Movimento de Ocupantes e Inquilinos, a obra da cooperativa Emetele, e algumas outras de cooperativas da Lei 341 foram executadas por cooperativas de trabalhadores da construção civil organizada pelos respectivos movimentos (MOI e MTL). Em todas as cooperativas foram realizadas algumas atividades em mutirão, sobretudo no início dos processos e obras, quando ainda não havia sido liberados recursos para início dos trabalhos. Demolições, pequenas limpezas e reparos eram realizados pelas famílias, organizadas em regime de mutirão aos finais de semana, até que a primeira parcela fosse liberada pelo IVC.

* * *

*Se o objetivo do grupo é produzir moradia para seus associados – moradia de qualidade a um custo socialmente justo – e se também seria objetivo do Estado mediar condições para que a provisão de moradia de boa qualidade e preço justo se realize como um de seus papéis, então, coadunando objetivos, estabelece-se um padrão de relação entre grupo e Estado diferente daquele estabelecido entre Capital e Estado [...] Isto é, **trata-se de um partilhamento de um poder fracionado e não de uma parceria privatista de um poder centralizado** (Lopes; Rizek, 2005: 20-21).*

⁸⁰ Sobre metodologia de projeto participativo, ver ARANTES, Pedro Fiori; HIRAO, Flávio Higuchi; LAZARINI, Kaya. Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo. *A experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST), 2010*, e USINA. Processos de projeto como construção de autonomia. Revista Urbânia 5. Editora Pressa, 2014.

A partir da matriz cooperativista uruguaia, a Lei 341 e o *Programa de Autogestión para La Vivienda* permitiram o desenvolvimento de diversas experiências de produção cooperativa de habitação social na cidade de Buenos Aires.

Algumas diferenças entre a experiência uruguaia e a argentina são fundamentais para a compreensão da Lei enquanto política pública. Em primeiro lugar, não há na iniciativa argentina uma figura organizativa que cumpra o papel da FUCVAM. A *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*, apesar de não possuir nenhuma função no quadro institucional e normativo da política de habitação uruguaia, “desenvolve um trabalho permanente de capacitação de quadros de direção e de organização da demanda por moradia que, de outra forma, não poderia ser realizado apenas entre cooperativas e entidades de assessoria técnica. Com a diminuição de grupos formados previamente em sindicatos, a FUCVAM se torna cada vez mais a organizadora de cooperativas a partir de vínculos comunitários e oriundos de redes de trabalho informal” (Baravelli, 2006: 67).

Ainda nas palavras de José Baravelli,

“sem esta unificação, dificilmente o cooperativismo teria sobrevivido às diversas derrotas que sofreu na disputa pela gestão do fundo de habitação ou se renovado através de suas poucas vitórias” (Baravelli, 2006: 67).

O MOI (*Movimiento de Ocupantes e Inquilinos*) é a organização que mais se aproxima deste papel. Com o intuito de se consolidar como *Federación de Cooperativas Autogestionárias MOI*, o movimento desenvolve trabalhos de formação sobre as questões ligadas ao cooperativismo, autogestão, reforma urbana, direito à cidade, bem como discussões sistemáticas sobre a Lei 341 e possíveis modificações, além de sua ampliação e nacionalização.

Apesar dos constantes debates e trabalhos formativos e da busca pela ampliação dos processos cooperativistas, os grupos participantes do Programa acabavam não integrando o MOI, principalmente pelo fato de que na organização a propriedade é coletiva, ou seja, em nome da cooperativa.

Nesta linha, outra diferença fundamental entre a Lei de Habitação uruguaia e a Lei argentina é a figura da propriedade coletiva. O artigo 144 da lei habitacional uruguaia indica que *“las unidades cooperativas de usuarios sólo atribuyen a los socios cooperados derecho de uso y goce sobre las viviendas.”* Ou seja, o regime de propriedade coletiva faz com que os cooperados se tornem usuários das unidades habitacionais, e não proprietários. Dessa forma, a figura da cooperativa é mantida após a conclusão das obras, pois *“só a cooperativa (quer dizer, o conjunto de todos os usuários que são seus associados) pode transferir o direito de uso que toca seu patrimônio.”* (Baravelli, 2006: 69).

Como não há um questionamento sobre o regime de propriedade na Lei 341 argentina, ou seja, ao final dos processos as unidades são escrituradas em nome de cada uma das famílias, a figura da cooperativa muitas vezes acaba com o término das obras, apesar de se manterem práticas assembleárias e formas coletivas de tomada de decisões, como no Brasil.

Outro ponto que perpassa a experiência argentina é a respeito dos trâmites burocráticos e tempos (ou demoras) para cada passo do programa avançar.

“Todo depende de que director esta en el IVC” (Alfredo, Teodoro, María, María Ester, Manuel e Daisy, Cooperativa 28 de Junio)

“Una vez que ya estaba conformada la cooperativa empecé a entrar más en el Instituto de la vivienda y a ver cómo era la cosa, porque no era nada fácil. Te mandaban para todos lados, era todo difuso.” (Susana, Cooperativa Octubre)

Segundo a Resolução 1430/06 da *Defensoria del Pueblo* da Cidade de Buenos Aires, em pesquisa realizada com 98 entidades participantes da Lei 341, devido aos tempos excessivos de tramitação, 33% dos grupos declarou que pagou (e perdeu) o sinal dado para o imóvel que iriam comprar, 49% dos casos superou os 90 dias de gestão (declarada pelo IVC) e registraram demoras de até 15 meses, 28% dos grupos passou pela perda de pelo menos 1 imóvel e 7% passou pela perda de dois ou mais, e 13%, naquele momento, se encontravam na busca por imóvel ou terreno, depois de ter perdido já um imóvel ou terreno por demoras da administração.

*“Creo que la ley es muy buena pero también es castigadora, porque a su vez es buena y mala, porque esta ley no es un subsidio, es una hipoteca. Yo siempre me pregunté, si esto es una hipoteca, **¿a ellos les conviene demorarnos tantos años?** Si ellos hacen rápido la inversión, también nosotros vamos a pagar rápido. Creo que a ellos no les conviene que la plata esté durmiendo porque no se trata de un subsidio. Pero esto a nosotros nos lo dieron como si fuera un subsidio. Había que ir a pelear, a pedir, a suplicarles que nos bajen el certificado⁸¹. Era una tortura total”. (Emiliana, cooperativa Madres 27 de Mayo)*

Ao longo do trabalho foram observadas diversas dificuldades com relação à Lei 341. Algumas delas reclamadas pelas organizações sociais, como atrasos na liberação dos pagamentos e a dificuldade na atualização dos valores das unidades habitacionais defasadas pela inflação. Outras dificuldades eram mais estruturais, como a inexistência de uma política urbana fundiária, que causava uma dificuldade enorme em encontrar terreno ou edifício a um custo acessível, além da recorrente questão do direito à moradia *versus* direito à propriedade. Outra questão observada foi o direito à moradia *versus* direito ao hábitat⁸² – pois o financiamento se aplica somente à construção ou reforma da unidade habitacional e não

⁸¹ Os certificados são os documentos elaborados pela equipe técnica que comprovam que a cooperativa realizou determinada etapa da obra, para que depois a mesma seja paga.

⁸² Aqui entendemos como hábitat a dimensão completa do habitar: é mais do que a unidade habitacional em si, compreende também as demais dimensões da vida urbana (o trabalho, o lazer, a educação, etc.)

financia a produção de outros edifícios necessários à reprodução da vida, como equipamentos educacionais, de saúde ou de lazer à população.

É evidente que este modelo de política habitacional não é prioritária para a administração pública, tanto por observarmos os tempos longos de tramitação dos processos, quanto por vermos que nela existem várias lacunas, que poderiam ter sido repensadas ao longo desses 14 anos de existência da Lei, e não foram. Dada a natureza do próprio estado burguês, espanto seria se essa fosse uma prioridade da gestão pública.

Em relação à quantidade de unidades habitacionais, este não foi um pressuposto básico a ser atingido quando o programa foi formatado, diferentemente dos programas habitacionais normalmente implementados, como o recente Pro.CRE.AR (Programa de Crédito Argentino), programa federal que busca outorgar 400 mil créditos hipotecários para construção ou reforma de unidades habitacionais unifamiliares. Ainda assim, cabe destacar que as experiências autogestionárias são absolutamente minoritárias em termos quantitativos.

Paralelamente, as experiências apresentadas ao longo deste capítulo também cumprem o papel de despertar novas questões para um problema estrutural: o trabalho.

“A forma manufatureira de produção do espaço só pode ser explicada como uma das manifestações localizadas da luta de classes na produção, manifestação diversa e necessariamente contraditória. E só pode ser modificada pelo aguçamento da luta de classes generalizada, também, portanto, na produção.”
(Ferro, 2006: 139)

Entre as diversas *cooperativas de vivienda* formadas para alcançar a mercadoria casa, cooperativas de produção mostravam que a organização poderia ser ampliada, e que aquela forma de divisão do trabalho, baseada na cooperação e igual peso de decisão de todos os membros, poderia ser modelo para outras dimensões da vida. As cooperativas de construção do MOI e do MTL são dois casos que mereceriam aprofundamento. Trabalhadores ligados ao movimento se organizam e passam a executar as obras, até as que serão suas futuras moradias, e aprimorar as técnicas e processos. Por exemplo, o MOI possui, além da *Cooperativa de Trabajo*, que executa as obras, uma fábrica de componentes de madeira e serralheria. Nesta oficina eles executam todas as peças dos projetos, desde esquadrias e portas até estruturas, ganhando em qualidade e promovendo processos de produção distintos da lógica capitalista.

Imagens 44 e 45: Detalhe das esquadrias da Cooperativa El Molino e Perú, do MOI.

Imagens 46 e 47: Oficinas de carpintaria e serralheria do Movimento de Ocupantes e Inquilinos.

O MTL, durante a obra de construção das 326 unidades habitacionais, criou uma Empresa dos Trabalhadores (MTL Construcciones AS) de escala significativa, com mais de quinhentos trabalhadores (chegando a ter até mil). Eles executaram o próprio conjunto (326 unidades, o maior conjunto do Programa) e participaram de diversas outras obras de cooperativas inscritas na Lei, além de outras obras particulares.

“¿La cooperativa del MTL hizo esta obra? - Si.” “¿decidieron contratar al MTL porque es una cooperativa? - No, fue por un tema de costos, además eran conocidos. Cuando Lopez y asociados se retira de la obra en construcción había 4 presupuestos para hacer la estructura del edificio, uno era por \$240.000, otro por \$210.000 y otro por \$170.000 y el MTL envió el mismo presupuesto por \$86.000.”

“¿Hay alguna diferencia entre la cooperativa de trabajo y una constructora común? - Si, por eso la agarramos. El MTL era un movimiento y tenía un poder político...”

“No, nada. La relación del MTL con la cooperativa 28 de junio es de empleado y empleador, nada más, de trabajo por hacer y trabajo por pagar.”

“A veces paralizaban la obra y sacaban a los obreros para llevarlos a marchas, porque el MTL es un movimiento.” Alfredo, Teodoro, María, María Ester, Manuel y Daisy (28 de Junio)

A cooperativa de trabalho do MTL é estruturada como uma construtora convencional, porém o excedente da construção é revertido em benefícios sociais para os trabalhadores e para o movimento.

“Para nosotros el tema era obtener viviendas pero también trabajo genuino para los compañeros, porque éramos un movimiento de desocupados, entonces entraba todo en discusión, desde el armado y el diseño hasta quienes iban a trabajar.” (Consejo MTL)

Neste sentido, Maurício Tragtenberg afirma, sobre as experiências dos trabalhadores organizados em cooperativas que “a classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos.” (Tragtenberg, 2008: 9).

Esses movimentos também são responsáveis por fomentar as discussões em torno da nacionalização ou criação de um marco normativo que regule a construção por autogestão, destinando recursos públicos federais a entidades organizadas, para além da cidade de Buenos Aires. Algumas províncias⁸³, como Santa Fé e Ushuaia⁸⁴, atualmente possuem projetos de lei em trâmite nos moldes da Lei 341.

Além da possibilidade de criação de marcos normativos semelhantes em outros municípios ou províncias, um desdobramento importante da Lei 341, promovida pelos movimentos, foi a criação do *Programa de Vivienda Transitoria*, destinado a outorgar soluções habitacionais temporárias para famílias integrantes de organizações sociais constituídas em cooperativas ou associações sem fins lucrativos, estabelecido através do Decreto 97 de 2005. Nesse programa o IVC entrega subsídios para gastos com aluguel ou manutenção dos imóveis onde as famílias estão alojadas, constituindo importante apoio às organizações, já que a solução habitacional não é imediata.

Na cidade de Buenos Aires, as políticas de hábitat e moradia da última década (2004 – 2014) combinam alguns movimentos:

- desfinanciamento dos programas habitacionais: desde que se iniciou a gestão de Mauricio Macri, tem decrescido o orçamento destinado à habitação na cidade de Buenos Aires. Em 2008 o orçamento total do IVC era de 3,2% do total da cidade (\$484.425.710) e no ano de 2012 era de 2,3% (\$766.448.433). Ou seja, por mais que a arrecadação municipal tenha dobrado – passou de \$13.103,5 milhões em 2008 para \$26.213,3 milhões em 2011, o orçamento para habitação decresceu.
- Sub-execução do orçamento municipal: Em 2008 o IVC executou 81,9% do orçamento, enquanto em 2009 executou 56,7%, em 2010 não passou de 50,1% (Zapata, 2012). Hilda

⁸³ Unidades territoriais como os Estados brasileiros.

⁸⁴ Essas são províncias onde o MOI tem projetos, sendo eles a principal organização que luta pela nacionalização da Lei de construção por autogestão.

Herzer e Mercedes Di Virgilio (2011), afirmam que em 2010 o *Programa de Autogestion para la Vivienda* (PAV) executou apenas 28% do seu orçamento.

“En 2013, por ejemplo, el Gobierno de la Ciudad no gastó el 26 por ciento del presupuesto que había aprobado la Legislatura para el Instituto de Vivienda de la Ciudad (IVC), y de lo que tenía disponible sólo utilizó para obras el 41 por ciento, de acuerdo con un informe elaborado por Rocío Sánchez Andía, legisladora porteña (mandato cumplido) de la Coalición Cívica.”⁸⁵

- Paralisação das obras dirigidas aos setores populares: desde o início da gestão, várias obras foram paralisadas e nenhuma iniciada. São 38 obras das cooperativas autogestionárias (mediante recursos da Lei 341) que sofrem lapsos de paralisação de períodos superiores a 6 meses, desde o ano de 2006.

- não alimentação do Banco de Imóveis do IVC: o executivo não tem realizado compra de imóveis para alimentar o banco de terras do IVC, e ao contrário, em 2009 mandou projeto de lei à Câmara para que vendesse 36 imóveis que são de propriedade do IVC. (Lazarini et al, 2013: 57-58)

Observamos que, além do fato das políticas habitacionais por autogestão ligadas aos movimentos organizados não serem fomentadas ou, ainda, estarem sendo constantemente sub-executadas, as ações do governo local parecem caminhar no sentido oposto ao da Moradia e da Cidade como direitos.

Da mesma maneira, atualmente a Lei 341 e o *Programa de Autogestión para la Vivienda* têm sido levados a passos extremamente lentos. O governo local da Cidade de Buenos Aires, atualmente na gestão de Mauricio Macri (Partido Republicano – PRO) tem priorizado outras políticas habitacionais, como o programa ‘Primera Casa BA’, que outorga créditos individuais e hipotecários a jovens que queiram financiar sua primeira casa, com juros mais acessíveis que os aplicados pelo mercado.

Desde 2008 nenhum imóvel é comprado com recursos da Lei 341 e nenhuma nova entidade acessa o programa. Cravino e Lazarini (2012: 322) destacam que *“con la gestión del Gobierno de Mauricio Macri, la situación empeora, dada la desarticulación de las políticas habitacionales, la inacción del IVC, el recorte del presupuesto (sin contar que los recursos se utilizan únicamente para sostener la estructura y a los funcionarios) y las políticas expulsivas por parte de este gobierno.”*

A falta de vontade política ao executar a Lei e o orçamento destinado a ela mostra que experiências de construção por autogestão não são estimuladas ou apoiadas, e sim

⁸⁵ VIDELA, Eduardo. *La vivienda desfinanciada*. Diario Pagina 12, 01 de março de 2014. Acessível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-240873-2014-03-01.html>.

constantemente combatidas. A autogestão dos recursos públicos representa uma contraposição à forma como o Estado está organizado, pois aponta experiências práticas onde a população vai se tornando capaz de tomar decisões sobre o que a afeta, buscando controlar os processos em que esteja envolvida, e em alguns casos tentando reivindicar uma maior autonomia da organização da sua vida em sociedade.

*

Ao longo do texto foram apresentadas diversas cooperativas, com distintas características e projetos muito diferentes. Mas, mesmo com tantas diferenças, algumas características são comuns: a qualidade arquitetônica, a inserção urbana e as dimensões das tipologias habitacionais são maiores e melhores que os conjuntos desenvolvidos pelo Estado para baixa renda.

Com maiores ou menores graus de participação, todas as famílias apropriavam-se dos projetos de suas futuras moradias. A preocupação com a composição das famílias daquele grupo e o desenvolvimento de diferentes unidades de acordo com as necessidades diversas estava presente em todas as cooperativas.

A localização da área onde a cooperativa se instalaria também era uma decisão de cada grupo, apesar de não depender unicamente de questões relacionadas à qualidade dos espaços urbanos, mas também aos custos das áreas. Como os terrenos deveriam ser comprados via mercado, e não havia um instrumento jurídico urbanístico que possibilitasse a limitação dos valores para as cooperativas, o acesso à terra se tornava um dos nós do Programa. Juan Pablo del Río e Juan Ignacio Duarte (2012: 89) destacam que *"una política de hábitat que realmente atienda la deuda histórica con los sectores populares del Conurbano Bonaerense no puede limitarse a construir viviendas, debe construir ciudad."* Para isso *"es necesaria una mayor articulación entre la política urbana y la política habitacional"*, sobretudo devido à *"imposibilidad de gobernar el desarrollo urbano sin políticas activas de suelo"*.

Por fim, as unidades habitacionais ganham consideravelmente em área e qualidade do espaço quando o projeto é feito em autogestão, tanto por reivindicação das famílias por um espaço digno quanto pela utilização mais racional dos recursos e a não obtenção de lucro no processo de construção. Após a conclusão das obras, assim como no Brasil, as unidades podem ser vendidas pelos usuários/proprietários. Nas cooperativas que visitamos durante as entrevistas, a maioria das famílias moradoras estavam desde o início do processo de luta pela terra, observando poucos casos de venda após o término das obras.

Neste sentido, as experiências mostram outro modelo organizativo, baseado na cooperação e no protagonismo dos usuários. São exemplos de organizações que buscam formas de democracia direta, inserindo muitas pessoas no contexto de luta política direta, possibilitando a criação de novos sujeitos.

*“Es por eso que, **construir poder desde abajo** implica, ante todo, **una lógica diferente** de la tradicional acerca de **cómo construir el poder popular**, el poder propio, desde dónde, y quiénes lo harán.”* (Rauber, 2012: 127 [grifo no original])

Essas experiências podem, portanto, indicar novos caminhos aos Estados, com diversas instâncias de participação popular, verdadeiramente efetivas.

*“A mí, en mi vida personal significó un cambio muy fuerte. Una vez me preguntaron en una entrevista ‘¿Qué cambiarías del proceso?’ Y yo la verdad que **no cambiaría nada**, si lo tuviese que volver a hacer lo haría 100 veces más.”*(Cristina Pridez, da cooperativa El Molino, pertencente ao MOI)

“Yo antes no veía la política como herramienta, hoy si la veo.” (Analía e Ivana, cooperativa El Palomar)

*“Para vos ¿qué es la autogestión? **Hacer política sin ser político.**”* (entrevista com Lourdes, da cooperativa Alto Corrientes)

* * *

3

A AUTONOMIA EXPERIMENTADA

A partir da já apresentada experiência vivida no PVT e, posteriormente, do contexto histórico e do panorama atual da luta por moradia na cidade de Buenos Aires, com enfoque na política habitacional impulsionada pelos setores populares organizados, representada pela Lei 341 e pelo *Programa de Autogestión para la Vivienda*, neste capítulo será retomado o foco no Movimento de Ocupantes e Inquilinos (MOI), com especial atenção para suas estratégias organizativas e as características de suas cooperativas de *vivienda*.

Para isso, será apresentado o MOI e o contexto em que se conformou como Movimento Social. A história do movimento será contada a partir de dois momentos, distintos: a primeira fase, ainda com a inexistência de marcos normativos que permitissem o desenvolvimento de projetos autogestionários com recursos estatais, e a segunda fase, após a implementação da Lei 341.

Após o relato da trajetória histórica, serão analisadas as principais ferramentas utilizadas pelo movimento para lutar pelo direito à moradia digna e ao hábitat – a localização e as propostas arquitetônicas de suas cooperativas.

Por fim, serão analisadas e discutidas as estratégias e conquistas do movimento, bem como as contradições enfrentadas para levar a cabo processos contra hegemônicos como os apresentados nesta dissertação.

Contexto político e origens do movimento: redemocratização

A ditadura militar na Argentina (1976 a 1983) foi uma das mais violentas da América Latina. São contabilizados atualmente cerca de 30 mil pessoas entre mortos e desaparecidos pelo 'terrorismo de Estado', como a população relembra. Entre outros retrocessos, esse período foi marcado pelo desmonte das estruturas e organizações sociais, com o exílio de muitos intelectuais e militantes progressistas em outros países.

No final dos anos 1980, durante o período da redemocratização, vários professores retornaram às cátedras nas diversas universidades que foram afastados (ou se afastaram) para voltar a exercer seu ofício, agora livres dos olhos do regime. Em resposta aos anos anteriores de repressão, as disciplinas eram re-estruturadas para destacar e analisar as problemáticas sociais do período. Professores e alunos questionavam o papel da universidade e dos intelectuais para desenvolver outro modelo de sociedade. Segundo relatos em conversas informais realizadas para esta pesquisa, várias cátedras inclusive estavam associadas a determinado partido ou filiação política.

Neste contexto, professores da *Escuela de Arquitectura* da *Universidad de La Plata*, influenciados pelo teórico Marcos Winograd⁸⁶ regressaram à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Buenos Aires (FADU-UBA) e iniciaram uma experiência que seria, depois, considerada como a experiência fundacional do Movimento de Ocupantes e Inquilinos. Dentre esses professores, destacam-se os arquitetos Néstor Jeifetz e José Barbagallo, mais tarde fundadores do Movimento, e entre os estudantes se encontrava Marcelo Cataneo, posteriormente arquiteto da Equipe Técnica do MOI.

A primeira aproximação: Ex Padelai

No fim da década de 1980, a proposta da disciplina *Taller Vertical de Diseño* da FADU-UBA foi trabalhar com a ocupação no edifício do *Ex Padelai* (*Patronato de la Infancia*), localizado na área central da Cidade de Buenos Aires, no bairro histórico e turístico de San Telmo, que naquele momento abrigava 108 famílias⁸⁷.

O edifício do *Ex Padelai*, localizado entre as ruas Humberto Primero e Balcarte está localizado a uma quadra da famosa Praça Dorego, centro turístico do bairro de San Telmo. Ocupando uma área de meia quadra, a construção se deu entre 1887 e 1930 para abrigar crianças órfãs ou sem família, e foi desabilitada em 1978 durante o regime militar pelo então prefeito Osvaldo Cacciatore⁸⁸.

⁸⁶ WINOGRAD, Marcos. *Intercambios*. Buenos Aires: Espacio Editora, 1988.

⁸⁷ Fonte: CARBAJAL, Mariana: Una larga historia de desaciertos y promesas oficiales sin cumplir. Página12, Buenos Aires, 26 fev 2003.

⁸⁸ Fonte: <http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-173843-2011-08-05.html>

Imagem 48: Edifício do Patronato para la Infancia - Ex Padelai, 2013.

A primeira ocupação do *Ex Padelai* por famílias sem teto ocorreu em 1984, e o projeto de reabilitação do edifício foi formulado pelos arquitetos e estudantes da Universidad de Buenos Aires entre 1989 e 1991. O projeto consistia em promover a regularização dominial e a reforma do edifício por autogestão das famílias, para conversão em habitação social (118 unidades) e equipamentos comerciais e comunitários (60 locais comerciais e um jardim maternal).

Apesar do projeto não ter sido concretizado e depois do violento despejo realizado em fevereiro de 2003⁸⁹ durante o Governo de Aníbal Ibarra⁹⁰, o edifício foi expropriado pela *Legislatura* da Cidade de Buenos Aires em 2008, em nome da Cooperativa San Telmo, conformada por vários dos (novamente) ocupantes. Essa experiência ficou marcada como uma das primeiras aproximações entre universidade e setores populares, e essa aliança entre academia e população organizada inaugurava uma nova metodologia de ação sobre o território.

⁸⁹ Notícias em Clarín (26 de fevereiro de 2003), La Nación (26 de fevereiro de 2003), Página12 (26 de fevereiro de 2003).

⁹⁰ Advogado, procurador e político argentino, ocupou o cargo de Chefe de Governo da Cidade de Buenos Aires de 2000 até 2006, quando foi destituído mediante juízo político, devido ao incêndio na discoteca República Cromañón em 30 de dezembro de 2004, onde faleceram 194 pessoas.

Imagem 49: Perspectiva do projeto habitacional desenvolvido para o Edifício do Patronato para la Infancia - Ex Padelai. Arquivo de Marcelo Cataneo.

Da teologia da libertação à matriz cooperativista uruguaia

Em toda a América Latina, a Teologia da Libertação, movimento religioso vinculado às lutas populares através de preceitos socialistas e teorias marxistas⁹¹, atuava diretamente junto às comunidades e setores de baixa renda. No Brasil fez parte do surgimento de importantes movimentos sociais, como o MST⁹² e a União dos Movimentos de Moradia, e através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Teologia da Libertação acompanhou os processos de luta e consolidação dessas e de outras organizações populares.

A partir desta primeira experiência junto aos ocupantes do Patronato, um encontro foi fundamental para assentar as bases para a criação do MOI. O Padre José Maria Pichi Meisegeier, que deu continuidade às realizações ligadas à luta por moradia do sacerdote Carlos Mujica (ambos ligados à Teologia da Libertação), naquela ocasião conheceu a ocupação e os técnicos. Ele foi afastado de suas atividades durante a ditadura militar (Cravino, 2009: 21), e naquele momento trabalhava com a população das favelas centrais de Buenos Aires, como a Villa 31⁹³. María Cristina Cravino em *Entre el arraigo y el desalojo*⁹⁴,

⁹¹ LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

⁹² IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses. Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996.

⁹³ A Villa 31 é uma das maiores e mais antigas favelas argentinas e está localizada no bairro de Retiro, área portuária central da Cidade de Buenos Aires (Cravino, 2006; 2009).

transcreve a recordação de um dos moradores da favela sobre o Padre Pichi: *“Después de Mugica estaba el Pichi, el cura Pichi. Después se acercó mucho a los planes de vivienda y la construcción de viviendas.”* (Cravino, 2009: 31)

Naquela ocasião, início dos anos 90, Padre Pichi convidou o grupo a conhecer a experiência da FUCVAM – *Federacion Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*, que em setembro de 1990 faria um encontro latino-americano onde comemorava seus 20 anos de atuação com cooperativas de habitação.

Nesta ocasião, os técnicos conheceram a experiência da luta por moradia uruguaia, porém também entraram em contato com diversas outras organizações que estavam presentes no encontro, como a União Nacional de Movimentos de Moradia do Brasil (que igualmente foi influenciada pelas cooperativas de construção habitacional da Fucvam)⁹⁵.

A Fucvam mostrava para os visitantes uma nova forma de aliança entre técnicos e população organizada. Conheceram as cooperativas uruguaias em obra e finalizadas, e se influenciaram fortemente pelas linhas mestras da Fucvam – autogestão, ajuda mútua e propriedade coletiva. Assim, a partir da visita a esta experiência, consolidaram uma forma de atuar no território de maneira cooperativa e autogestionária, com parte do trabalho feito por ajuda mútua (que no Brasil se tornou o mutirão) e defendendo outro modelo de propriedade que não a individual tradicional, mas a propriedade coletiva ou cooperativa⁹⁶.

Em 1991 o movimento se configurou como Associação Civil Movimento de Ocupantes e Inquilinos. A partir de então, sua história se divide em duas etapas: a primeira desde as experiências fundacionais até o ano de 1998, e a segunda de 2000 até os dias de hoje.

Na primeira fase do movimento, sem amparo de políticas públicas, e com a finalidade de apoiar ocupações a edifícios abandonados na Cidade de Buenos Aires, inicialmente são os técnicos – arquitetos e uma socióloga – vindos da Universidade, que buscaram os ocupantes de edifícios para oferecer ajuda e conchamar a fazer parte da organização recém criada, conformando-se como cooperativas. Nesse momento, a ideia era contribuir na organização das ocupações para primeiro impedir os frequentes despejos, depois buscar de que formas regularizariam a situação da ocupação. Essa fase é marcada por não possuir marcos normativos que permitissem qualquer forma de regularização de ocupações de edifício ou a execução de projetos nessas construções, além de ser a fase sem amparo de políticas públicas. Portanto, a primeira fase foi caracterizada por uma resistência e impulso a ações,

⁹⁴ CRAVINO, Maria Cristina. *Entre el arraigo y el desalojo. La Villa 31 de Retiro*. Buenos Aires: General Sarmiento, 2009.

⁹⁵ BARAVELLI, José Eduardo. O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FAU/USP, 2008 e CHÁVEZ, Daniel. Fucvam, a história viva. São Paulo: Fase/Forja Editorial, 1988.

⁹⁶ A defesa pela propriedade coletiva do MOI, adquirida como um dos pressupostos da Fucvam, é uma forma de romper com o pressuposto da moradia como propriedade particular e individual, e questionar o caráter de mercadoria da moradia, atribuindo o valor de uso à unidade habitacional, e não o valor de troca. Como não há nenhuma cooperativa com a obra concluída, não é possível saber de que forma o movimento vai colocar em prática o ideal. Também é uma forma de buscar a continuidade da luta após a concretização das moradias.

ainda isoladas, marcando uma constante abertura de precedentes para futuras ações dirigidas ao direito à cidade e ao hábitat para os setores populares.

Com o passar dos anos, muitos limites se apresentaram a essa primeira forma de aproximação entre academia e setores populares. Quando os técnicos iam buscar nas ocupações de edifícios das áreas centrais uma possível aliança e formas de ação conjunta pelo direito ao habitat, observavam que havia resistências de diversas ordens entre as famílias. Muitas vezes estava relacionada com o caráter transitório da ocupação para os próprios ocupantes: aquela solução habitacional era vista como provisória, sendo uma maneira de economizar recursos para 'comprar'⁹⁷ um terreno na Província (fora da Cidade de Buenos Aires)⁹⁸.

Aquele edifício ocupado, por estar localizado no centro da cidade (lugar tradicionalmente ocupado pelos setores médios e altos da sociedade), e pelo fato de não haver até aquele momento marcos normativos de nenhuma ordem que possibilitassem a regularização daquela situação, era visto como impossível de ser acessado e garantido aos próprios moradores. Em outros casos, as ocupações eram dominadas por crises sociais profundas – como a presença e o comando do tráfico de drogas.

Com os limites desses primeiros anos, entre as duas fases estão vinculados os períodos de mudança interna do trabalho do MOI, a partir da segunda metade de 1998 e de impulso político à criação de uma normativa específica para a construção por autogestão de organizações populares⁹⁹.

A partir de 1996, o processo político de autonomização marcou uma etapa de abertura e recuperação da voz pública pela população (Rodríguez, 2009: 64) e em 1999 conformou-se a Mesa de Trabalho para elaborar um marco normativo para as organizações sociais de luta por moradia. Dessa Mesa faziam parte os integrantes do MOI, da *Mutual de Desalojados de La Boca*¹⁰⁰ (dirigida por Don Alberto Di Palma) e os delegados da Ex AU3¹⁰¹ (representados por

⁹⁷ O fenômeno da expulsão das cidades principais para as cidades vizinhas (no caso de Buenos Aires, para a Província) é a forma tradicional dos setores de baixos recursos acessarem solo para autoconstruir sua moradia com recursos próprios, originando os assentamentos informais, recorrentes em toda América Latina.

⁹⁸ CARMAN, Maria. *Una intrusa entre los intrusos*. Revista Etnia digital N° 44-45. Universidad de Olavarría. Provincia de Buenos Aires, 2002. HERZER, Hilda et al. Hábitat popular, organizaciones territoriales y gobierno local en el Area Metropolitana de Buenos Aires. Documento de trabalho, Área de Estudos Urbanos. Instituto de Investigación Gino Germani. F. CS. Soc. UBA. Buenos Aires, 1995.

⁹⁹ Este período foi marcado, como apresentamos no capítulo 2, por ajustes político-econômicos neoliberais nos anos 1990, sob o então Presidente Carlos Menem, e em resposta o surgimento de novos movimentos sociais que eclodiram nos piqueteiros, até a queda do presidente Fernando De la Rúa em 2002. Na cidade, a expressão de um modelo de urbanização baseado em Barcelona, representado por Puerto Madero, com fortes instrumentos gentrificadores, aumento da favelização e expulsão dos setores sociais empobrecidos para as periferias.

¹⁰⁰ A Mutual de Desalojados de la Boca é uma organização de bairro formada pela população que, com as obras de reforma das costas do Riachuelo no bairro de La Boca, passava por contínuas ameaças de despejo, a partir de 1996. Tinham ligação com a igreja local – congregação salesiana, que colaborou com a criação de diversas organizações de hábitat e moradia no bairro (Rodríguez, 2009: 65).

¹⁰¹ A Mesa de Delegados da AU3 é uma organização de ocupantes conformada na faixa limítrofe da autopista AU3, no início dos anos 1980. Semelhante a uma estrutura de delegados por quadra dos assentamentos da Grande Buenos Aires, a Mesa de Delegados, na década de 90, conseguiu agrupar um

José Acuña, um dos ocupantes da área por onde passaria a rodovia AU3) e durante todo o ano de 1999 as organizações se reuniam com a então *Comisión Municipal de Vivienda* (CMV, e que viria a ser depois o *Instituto de Vivienda de la Ciudad* – IVC – braço executor da política habitacional do Governo da Cidade de Buenos Aires) e com Legisladores para discussão dos termos da lei¹⁰².

Assim, a segunda etapa da organização, a partir de 2000, é marcada pelas conquistas normativas, sobretudo pelo impulso e concretização da Lei 341, pelos avanços relacionados à compra dos edifícios e início das obras das cooperativas dos, agora, ex-ocupantes e ex-inquilinos, e consequentemente pelas novas formas de ação entre técnicos e população organizada para construção do habitat.

Primeira fase: a abertura de precedentes ‘na marra’

Após as experiências com o *Patronato* e o contato com a Fucvam, o Movimento de Ocupantes e Inquilinos inicia sua atuação em ocupações já estabelecidas na área central da cidade de Buenos Aires. As primeiras experiências são relacionadas às ocupações nas ruas Peru e Azopardo, que deram origem (respectivamente) às cooperativas Peru e La Unión, ambas no bairro de San Telmo, local privilegiado na trama urbana da cidade. Apresentaremos a seguir as cooperativas que configuram atualmente o MOI: Peru, La Unión, Fortaleza, Yatay, La Fábrica e El Molino, todas na cidade de Buenos Aires.

conjunto heterogêneo de dirigentes de diversas filiações partidárias e independentes para trabalhar propostas para a área (Rodríguez, 2005).

¹⁰² É importante lembrar que a cidade de Buenos Aires passou a ter autonomia política somente a partir de 1994, quando foi implementada a Constituição da cidade, que passou a ser chamada de *Ciudad Autónoma de Buenos Aires*.

Imagem 50: Localização das cooperativas e edificações do Movimento de Ocupantes e Inquilinos.

- 1: La Unión
- 2: Peru
- 3: Fortaleza
- 4: Yatay
- 5: La Fabrica
- 6: El Molino
- 7: Casa Base e PVT 1
- 8: PVT 2
- 9: PVT 3

A Cooperativa La Unión está localizada na rua Azopardo, entre Puerto Madero e San Telmo, e sua história está intimamente ligada com o desenvolvimento e gentrificação desta área a partir da década de 90. O edifício era uma antiga fábrica de produtos químicos que estava vazia e havia sido ocupada, ainda na década de 80, por famílias com distintos problemas sociais e habitacionais ou em situação de rua.

Imagem 51: Pátio interno da Cooperativa La Union, 2013.

Cidade em disputa

Esta área (região de Porto Madero e San Telmo) foi o ícone dos projetos urbanos realizados pelas políticas neoliberais da década de 90. Em 1989 Carlos Menem é eleito presidente da Argentina pelo Partido Justicialista (peronista). Com o caos da situação financeira do país e das medidas impostas pelo FMI que condicionava empréstimos à implementação de determinados modelos de políticas públicas¹⁰³, sanciona duas leis que modificaram completamente a estrutura econômica nacional: a *Ley de Emergencia Económica* (Lei Nº 23.697) e a *Ley de Reforma del Estado* (Lei Nº 23.696). Através da Lei de Emergência Econômica, foram suspensos os regimes anteriores de promoção industrial, regional e de exportações, assim como todos os outros benefícios dados pelo Estado. Além disso, ficou estabelecido o início do processo de venda de imóveis do Estado que eram considerados desnecessários. A Lei de Reforma do Estado foi o marco legal para iniciar os processos de privatização que marcaram este período (Fair, 2008; Castellani, 2002; Corral, 2010)¹⁰⁴.

¹⁰³ ONU. Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado. Raquel Rolnik, agosto de 2012.

¹⁰⁴ Para mais informações sobre as reformas neoliberais na Argentina ver CASTELLANI, Ana Gabriela. "Implementaciones del modelo neoliberal y restricciones al desarrollo en la Argentina contemporánea". En: Schorr, et. al. Más allá del pensamiento único. Hacia una renovación de las ideas económicas en América latina. Buenos Aires: CLACSO-Unesco, 2002, CORRAL, María Manuela. Neoliberalismo, Reformas estructurales y grandes proyectos urbanos: Estado y actores económicos en el proyecto Puerto Madero.

Um dos projetos modelo deste período é Puerto Madero (1989), que previa a transformação de antigos galpões industriais e a construção de novos edifícios para abrigar escritórios, hotéis de luxo e resorts, restaurantes, cafés e bares, salões de eventos, imobiliárias e grandes corporações comerciais. A proposta foi utilizar a grande área portuária de Porto Madero e transforma-la em polo irradiador para o capital imobiliário, criando uma nova centralidade econômica e financeira.

Para isso, foi criada uma corporação, que teria como objetivo gerir completamente o projeto de Puerto Madero. A criação da Corporação como entidade jurídica encontra como marco as leis de Reforma do Estado e de Emergência Econômica que permitiram a criação de novas sociedades no interior do Estado (Corral, p. 197). Através destas leis também foram colocados à venda grande parte dos imóveis e terrenos da área, para a corporação (170 hectares de solo urbano foram vendidos, além dos imóveis existentes). A corporação poderia fazer o que quisesse com a área, que passava a ser sua propriedade, como qualquer empresa comercial. E antes mesmo de se abrir um concurso de projetos e ideias para a área, foram estabelecidos e fixados os novos padrões urbanísticos (as taxas de usos residenciais e comerciais, a volumetria dos prédios), garantindo a rentabilidade no negócio.¹⁰⁵.

Essa Corporação foi formada por membros do Governo Nacional e do Governo da Cidade de Buenos Aires. Ao Governo Nacional coube a transferência da propriedade dos 170 hectares do território de Puerto Madero e todos os edifícios existentes à entidade da Corporação e ao Governo da Cidade coube propor a legislação urbana para o desenvolvimento da área.

A ocupação da *Cooperativa La Union* estava justamente na área do projeto urbano de Puerto Madero, configurando uma verdadeira disputa com o capital por quem teria direito à cidade naquele setor específico. Durante a entrevista a uma das lideranças que esteve presente no processo desde o início, Maria Eugênia (conhecida como Kena) descreve o processo de compra do edifício como uma batalha com o capital imobiliário e com o Estado, onde o movimento foi vitorioso.

O contato dos trabalhadores ocupantes com o MOI foi através de uma das moradoras que havia conhecido, na escola de seu filho, outra mãe também ocupante, no *Ex Padelai*. Essa mulher contou à Kena que o grupo que havia ocupado um edifício enorme estava com uma espécie de assessoria, e que estavam em vias de regularizar a situação dominial. Nesse momento parte das famílias na rua Azopardo concluiu que através da organização poderiam '*ganar su lugar*' e convidam alguém desta ocupação para uma reunião.

Apesar do vislumbre com a possibilidade de regularização da ocupação, segundo o relato, o que as famílias queriam era '*aguentar un poco más ahí para juntar dinero y comprar un pedazo de tierra en la Provincia*'. Nas reuniões onde vinham Néstor e os dirigentes do Padelai contar a experiência que estavam desenvolvendo naquele edifício, '*nadie confiava en nadie*'. Assim,

Revista Sociológica de Pensamento Crítico. Vol. 4, 2010, FAIR, Hernán. El proceso de reformas estructurales en Argentina. Un análisis del primer gobierno de Menem. Revista OIKOS. Ano 12, nº 25, julho de 2008 e FAIR, Hernán. La globalización neoliberal: Transformaciones y efectos de um discurso hegemónico. Revista KAIROS. Ano 12, nº 21, junho de 2008.

¹⁰⁵ Trecho retirado do site puertomadero.com, site da empresa responsável por gerir o projeto urbano.

mesmo que ninguém acreditasse que poderia se estabelecer neste edifício, as famílias começaram a se organizar para que, ainda que fossem despejados, tivessem a chance de conseguir algum recurso ou lugar aonde ir.

Em 1993 conforma-se a *Cooperativa de Vivienda La Union* e se inicia a fase burocrática de compra e reforma do edifício, extremamente difíceis. Nesse momento não havia nenhum marco normativo que permitisse nem a compra do edifício, nem sua reforma. O edifício pertencia ao Estado Nacional e, como estava à venda grande parte dos edifícios estatais, as mesmas leis que permitiam a venda desses edifícios também abriram a brecha para a compra de um edifício pela organização. Havia, segundo a entrevistada, uma cláusula de que entidades sem fins lucrativos teriam preferência de compra, por onde conseguiram efetivar a compra com recursos próprios e empréstimo do Estado. A 'brecha' de que falava Kena foi fundamental para que a organização desse um importante passo tanto para sua consolidação quanto para a abertura de possibilidades quanto ao acesso à terra central pelos setores de baixos recursos. A compra desse edifício inaugurava a possibilidade de que vários outros também fossem comprados pelas organizações.

O uso do edifício, que originalmente estava demarcado como equipamento de saúde, foi então modificado e desafetado através de lei municipal específica, para ser destinado à Cooperativa, podendo então ser convertido em habitação social.

Em 1995, o Governo da Cidade de Buenos Aires, depois de um longo processo de negociação, decide vender o edifício por 150 mil pesos, através da Lei 24.146 - que financiava à Cooperativa a compra do imóvel com um prazo de devolução do montante total em 8 anos. Para a compra, as famílias que já estavam conformadas em cooperativa, utilizaram uma reserva que faziam desde a formação da entidade onde cada sócio depositava uma quantia todo mês (neste momento eram 24 sócios, e foi possível juntar a quantia de 15 mil pesos – equivalente a 15 mil dólares, que deram como entrada).

A cooperativa terminou de pagar o edifício em 2004, e o convênio firmado com o Governo da Cidade estabelecia que em dois anos a entidade deveria iniciar os reparos para comprovar que o edifício teria potencial para se transformar em habitação, contraditoriamente sem qualquer linha de financiamento ou recursos públicos para execução da obra.

Inicia-se então uma nova fase, de busca por uma composição de recursos para financiar a obra, através de distintos programas sociais. Através do Programa 17, da *Subsecretaria de Vivienda de la Nación*, a organização consegue 127 mil pesos para compra de materiais de construção. Parte da força de trabalho é contratada através do *Plan Trabajar* (recurso concedido individualmente a cada membro da cooperativa)¹⁰⁶, e outra parte dos serviços foi

¹⁰⁶ O *Plan Trabajar* (implementado em 1996 pelo governo Menem) era um subsídio transitório individual destinado a reduzir a pobreza dos desempregados. A ajuda oscilava entre 160 e 200 pesos (aproximadamente 40 dólares). Apesar do plano ser um benefício individual, era necessário a apresentação de projetos a cargo de organismos públicos ou ONGs, que financiavam 30% do plano (Chiara e Di Virgilio em Andrenacci, 2006: 134-135). Em 2001 foi substituído pelo Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados. RODRÍGUEZ BLANCO, Maricel. *Participación ciudadana no institucionalizada, protesta y democracia en Argentina*. Iconos. Revista de Ciencias Sociales [On-line] 2011, (Mayo): [Data de consulta: 10/10/2013] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50918792006>> ISSN 1390-1249.

executada através de mutirão – ajuda-mútua. As ferramentas foram compradas com economias das próprias famílias e o projeto feito pelo MOI. Começam a obra em 1997, e avançam até os anos 2000. Neste processo, por diversos motivos, alguns sócios saíram da cooperativa, restando 19 dos 24 sócios iniciais.

Em 2007 o edifício foi escriturado em nome da cooperativa, que atualmente pretende executar um projeto de ampliação, chegando até o gabarito máximo permitido pela legislação urbana da área, para melhor aproveitar o terreno e a privilegiada localização, incorporando mais famílias. Este é, portanto, um caso particular: não houve uma obra de reforma completa do edifício e sua mudança de uso para habitacional. O que houve foram pequenos reparos, pontuais, para tornar a antiga indústria habitável pelas famílias.

Já a ocupação na Rua Peru, nº 770, possui trajetória semelhante à Cooperativa La Unión, porém tomou caminho distinto.

Imagens 52 e 53: à esquerda, Cooperativa Perú, s/d (foto: acervo do MOI), à direita Cooperativa Perú, 2013.

Em 1987 o edifício público já encontrava-se ocupado, sobretudo por imigrantes de outras províncias da Argentina. Em 1989, após uma tentativa de despejo, várias famílias foram ao *Ex Padelai* para conhecer o grupo que assessorava a ocupação e como estavam trabalhando. Nesse momento conheceram a equipe técnica do MOI quando ainda estavam trabalhando com os estudantes da FADU no Padelai. Essa primeira aproximação tinha como objetivo obter instrumentos para frear o despejo, e de fato puderam permanecer no edifício, não tendo sido despejados. Apesar disso, nesse momento as famílias não quiseram fazer parte do

processo organizativo, pelo mesmo motivo relatado por Kena em La Unión: várias das famílias preferiam voltar para suas províncias, não viam segurança nas propostas apresentadas pelos técnicos. Neste momento eram 23 famílias.

Em 1991, após uma nova tentativa de despejo, os ocupantes voltam a contatar os integrantes do *Ex Padelai*, que nesse momento já estavam conformados como Movimento de Ocupantes e Inquilinos. Segundo Leonor Rojas, militante que está desde o princípio na ocupação, o MOI já estava trabalhando com as famílias das Cooperativas La Unión e Yatay. No ano de 1994, Leonor encontra-se pela terceira vez com Néstor Jeifetz, em uma das atividades na CTA. Segundo seu relato em entrevista, neste momento Néstor fala das realizações do MOI, concretas (a cooperativa Yatay já estava com o imóvel escriturado, a cooperativa La Unión estava em vias de escriturar-se). Segundo Leonor, esse momento foi fundamental para que os ocupantes de Peru decidam organizar-se para buscar as formas de regularizar sua situação habitacional.

A partir de então, muitos anos tardaram para iniciar o processo cooperativo. Somente em fevereiro de 2005 as famílias começaram a fazer a poupança coletiva (nos mesmos moldes de La Unión) e nesse momento apenas 6 famílias pagaram as primeiras *cuotas ahorro*. Quando fundaram a cooperativa em 13 de setembro de 2005, eram 20 famílias. Destas, 3 não concordaram em fazer parte da organização e apenas 15 pagavam o aporte.

Leonor fala de diversos episódios complexos, da presença de uma figura agressiva na cooperativa, envolvida com o tráfico de drogas, do necessário fortalecimento das mulheres frente a essa situação hostil com a figura do traficante. *“Se lo tenemos que pegar, lo pegamos todas juntas”*. Como conta Kena em La Unión, Leonor sublinha que eram dois processos, um interno e outro externo. A questão de fundo, mais complicada, era o processo interno, porque o externo, apesar da burocracia, teria resolução.

Como não havia instrumentos legais para regularizar a situação das famílias, lembra Leonor em entrevista, Néstor dizia que a cooperativa iria “abrir precedentes”, ser o primeiro caso de regularização dominial de um edifício ocupado na cidade de Buenos Aires. *“Nosotros pensábamos que no queríamos precedente, queríamos nuestra casa.”*

O edifício foi comprado pela cooperativa com créditos da Lei 341 no ano 2003, e atualmente está em obra.

A Cooperativa Yatay, também fruto de uma ocupação na rua Yatay no bairro de Almagro, foi o primeiro caso de terreno a ser escriturado em nome da Cooperativa, configurando a propriedade coletiva¹⁰⁷. O edifício ocupado pertencia ao Banco Central argentino, e era habitado por 42 famílias, que foram despejadas da ocupação original. Parte delas seguiu para organizar-se e buscar meios de resolver seu problema habitacional.

¹⁰⁷ A propriedade coletiva, apesar de ser reconhecida pelo INAES (*Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social*) não figura na legislação argentina. Neste caso, a escritura do terreno foi realizada em nome da Cooperativa. As unidades habitacionais estão sendo construídas com recursos da Lei 341, e ainda não estão finalizadas (2014).

Imagem 54: Cooperativa Yatay, 2013.

Após o despejo do edifício da rua Yatay, que segundo relatos deixou 89 crianças na rua, cerca de 10 famílias – que já estavam sendo acompanhadas pelos técnicos do MOI – decidiram consolidar-se através de processos organizativos. Buscaram através do mercado formal, por meio de uma imobiliária, terrenos para comprar e em 1993 as famílias conseguiram acessar um crédito individual e iniciam a compra de um terreno em Barracas, onde estava edificada uma antiga casa *chorizo*¹⁰⁸. As famílias, que já somavam 16, por não possuir outra solução habitacional possível, se mudam para o terreno e em 1995 se convertem em proprietárias do imóvel.

Em 2000, já com recursos do *Programa de Autogestión para la Vivienda* através da Lei 341, as famílias transferem a propriedade individual para a Cooperativa (como um dos critérios do MOI para se estabelecer como cooperativa dentro do movimento) e iniciam o acesso aos créditos do Programa para executar a obra, que ainda está em andamento.

Por fim, a Cooperativa Fortaleza foi a primeira a se conformar através do processo de *guardia*, e atualmente encontra-se estagnada por questões jurídicas. O edifício localizado na rua Chile nº 1979, no Bairro de San Cristóbal, foi comprado através da Operatória 525, em novembro de 1998. A propriedade tem a forma de condomínio e os proprietários deveriam transferir a propriedade à Cooperativa. Após a compra as 10 famílias se mudaram para a casa, aguardando os trâmites para começar a construir através da Lei 341. Por problemas internos – duas das famílias se mudaram e não estão mais acessíveis para a transferência da propriedade, porém seguem sendo proprietárias – o projeto da Cooperativa Fortaleza encontra-se parado, as famílias morando em condições precárias, e quase não participam das instâncias do MOI.

¹⁰⁸ As casas *chorizo* são antigas construções habitacionais comuns em Buenos Aires, construídas em lotes de frentes curtas porém profundos, que contavam com um pátio lateral (um corredor descoberto) e todos os cômodos distribuídos em fila e conectados através deste pátio.

Imagem 55: Cooperativa Fortaleza, 2013.

A partir destas experiências, destacam-se algumas questões. A primeira delas é o caráter “heróico” das propostas. Sem programas ou recursos destinados para o trabalho com a população ocupante dos edifícios no centro de Buenos Aires, os técnicos do MOI tinham como tarefa buscar quais eram as brechas na legislação, quais poderiam ser os recursos pleiteados pelas famílias ao Estado, buscando costurar uma composição de recursos e normativas que possibilitassem cada uma dessas ações. Trabalho artesanal, levando em consideração as particularidades de cada uma das ocupações. Estas experiências funcionaram como aberturas de precedentes para que o Movimento ajudasse no impulso pela criação de uma legislação específica para compra de edifícios e sua posterior reforma, ou construção pelos setores populares organizados.

Para que se concretizasse, devido às dificuldades em conseguir recursos suficientes, os projetos foram, em grande medida, executados com força de trabalho e recursos das próprias famílias. A Cooperativa La Unión, por exemplo, foi a primeira reforma de edifício por autogestão para habitação social da Cidade de Buenos Aires. Por um lado representou a abertura de possibilidades para o acesso e a luta por um marco normativo para operações dessa natureza, porém por outro representou um ato quase heroico dos participantes do processo, tanto famílias quanto técnicos. Questões complicadas eram resolvidas artesanalmente, caso a caso, muitas vezes levando muito tempo para que de fato avançassem. Assim, apesar das ações serem fundamentais e funcionarem como motores para a proposição de novas políticas públicas, fizeram com que muitas famílias ficassem longos períodos vivendo em condições precárias ou sob constantes ameaças de despejo e reintegração de posse.

Do ponto de vista da organização interna das ocupações, neste período observava-se que parte dos ocupantes escolhia não entrar na organização (no caso da cooperativa La Unión,

atualmente são 19 famílias pertencentes à cooperativa e 5 considerados “ocupantes”). Observa-se também que a organização interna sempre foi um ponto de conflito entre o MOI (como organização ‘de fora’ que tinha suas propostas e intenções) e as famílias, que estavam divididas entre os que queriam a entrada do MOI e os que não concordavam com a intervenção externa.

Estas experiências mostram uma característica do Movimento de Ocupantes e Inquilinos: não há ocupação proposta ou realizada pelo MOI. O movimento surge em prédios já ocupados, colaborando com instrumentos para sua organização interna e com ferramentas para sua permanência nos edifícios. Há uma busca pela via da legalidade na solução dos impasses fundiários, em relação à posse dos edifícios, evitando a saída por fora da institucionalidade. Assim, se analisamos os repertórios de protesto do movimento, encontramos as marchas, as reivindicações frente aos órgãos responsáveis pela política habitacional da cidade de Buenos Aires, mas não a ação direta de ocupar determinados edifícios – ao contrário do que pode indicar o nome.

Segunda fase: entre a institucionalidade estatal e a autogestão da base

A segunda fase é marcada pela presença da já citada Lei 341 e do *Programa de Autogestión para La Vivienda*, ou seja, nesta fase o movimento possuía instrumentos para acessar recursos do Estado para concretizar os projetos habitacionais das cooperativas.

A Cooperativa La Fabrica está localizada sobre o edifício da antiga fábrica têxtil Piccaluga e posteriormente o Editorial Amorrortu, que, como muitos outros galpões fabris no bairro de Barracas, estava vazio (Herzer, Di Virgilio e Imori, 2012: 131-165)¹⁰⁹.

As famílias que originam a cooperativa são provenientes das *guardias de autogestión*, ou seja, espaços de formação do movimento para que cada família ingressante entre em contato com os conceitos de cooperativismo, autogestão, propriedade coletiva, etc. Inicialmente se dá a conformação da Cooperativa América Unida, se somam integrantes da APA (*Asociación Personal Aeronáutico*), ocupantes de edifícios e hotéis e mulheres da AMAR - *Asociación de Meretrices* (que não continuaram no processo).

“La Fábrica se compra en diciembre de 2001, en el medio que todo, en el medio que dispara el dólar, en el medio de los saqueos (...). De un día para el otro, el peso se fue a 1,40. O sea, el Estado iba comprar a valor peso, 700 mil pesos, hasta ayer, era igual a 700 mil dólares, al otro día, era 1,40.” Entrevista com Sonia Freire, coordenação da Cooperativa La Fábrica.

¹⁰⁹ HERZER, Hilda, DI VIRGILIO, Mercedes e IMORI, Marcela. Transformaciones que se consolidan. Los procesos de renovación urbana en los barrios de San Telmo y Barracas. In HERZER, Hilda (comp). *Barrios al sur. Renovación y pobreza en la ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2012.

Sonia Freire relata que *“El tipo este [proprietário da fábrica e do terreno], aparte de vendernos la propiedad, había comprado el proyecto, si? Este señor, para mí, le había gustado el proyecto (...).”*

Como em todas as compras de terras com recursos da Lei 341, em meio à crise econômica, diversos edifícios/terrenos eram negociados via mercado – como apontamos anteriormente, não havia banco de terras ou qualquer forma de garantir que as cooperativas adquirissem os terrenos prioritariamente – e muitos foram perdidos pela mudança cambial. A realização da compra se dava tanto por fatores subjetivos (como apareceu na fala de Sonia, que afirmou que no caso da Cooperativa La Fabrica, e outros da Lei 341, os donos dos imóveis compravam a ideia por trás do projeto, e por isso vendiam as propriedades) quanto por fatores objetivos (devido à crise econômica, vários proprietários não tinham muitas opções para vender as propriedades, e acabavam vendendo às cooperativas).

O projeto da Cooperativa La Fabrica, atualmente em obras, prevê a construção de 50 unidades habitacionais, com áreas de 60 a 90 m², espaços comuns para geração de renda e salões para uso da cooperativa. Em relação ao projeto, que busca aproveitar ao máximo a estrutura existente da fábrica, os pilares e grande parte da fachada frontal, observamos diversos elementos que fazem com que a construção se torne uma tarefa dificilmente artesanal¹¹⁰.

Atualmente a Cooperativa La Fabrica se encontra em fase final da obra (aproximadamente com 80% de avanço de obra em julho de 2014), com a estrutura de todos os blocos finalizada, e iniciando a fase de acabamentos.

¹¹⁰ Para referências sobre a busca pela racionalização da produção de habitação de interesse social, ver POMPEIA, Roberto. Os Laboratórios de Habitação no Ensino de Arquitetura. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006. VILLÁ, Juan. A construção com componentes pré-fabricados cerâmicos. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: 2002.

Imagem 56: Unidade habitacional na Cooperativa La Fabrica, 2014.

Os longos tempos de execução das obras se dão tanto por fatores internos ao movimento quanto externos, relacionados à política habitacional implementada. Em relação aos fatores internos, a falta de racionalidade construtiva do projeto, que exige detalhamentos diversos para a construção, mão de obra especializada e um acompanhamento cotidiano dificulta a produção em série ou simplificada de componentes, aumentando o tempo da construção. Em relação à política habitacional, os valores por unidade habitacional do *Programa de Autogestión para la Vivienda*, apesar de não serem baixos se comparados a outras políticas habitacionais semelhantes, sofrem com as altas taxas inflacionárias da construção civil argentina. Além disso, a morosidade dos órgãos responsáveis pela liberação dos recursos castiga as cooperativas, demorando em média 2 meses entre a entrega de um certificado e a liberação da verba referente àquela etapa.

Imagem 57: Cooperativa La Fabrica, 2013.

A trajetória da Cooperativa El Molino é semelhante à da Cooperativa La Fabrica. O edifício, também comprado com recursos da Lei 341, era uma antiga fábrica de farinha com um moinho no coração do terreno, no bairro de Constitución, e também encontrava-se vazio. Grande parte das famílias da cooperativa vivia em hotéis, como relata Cristina Pridez (ex-presidente da Cooperativa El Molino):

“Nosotros éramos una familia de hoteles subsidiados por el gobierno de la ciudad donde teníamos una habitación. Dentro de esta habitación teníamos una cucheta de 5 pisos o 4 pisos donde dormían todos los chicos y bueno, yo tenía mi cama, todo dentro de la misma habitación. Y teníamos un baño para compartir, una cocina para compartir. En ese piso éramos 17 familias y todas tenían 4 o 5 hijos, imagínate para cocinar y bañarte. Un baño por cada piso, era un hotel de 4 pisos. Y había 17 en un solo piso, la mayoría de las familias tenía 2, 3, 4 o 5 hijos, habían entre 50 a 60 familias en el hotel entero.

En el año 2000, un domingo a la tarde, nosotros estábamos todas las familias viviendo en el hotel, nos llega una cédula el domingo, tipo a las cinco de la tarde, que decía que a partir del día lunes iba a haber una nueva operatoria y que las familias tendrían que ir a firmar una nueva resolución a un planyón que hay acá en la municipalidad. Llegó la cédula y entonces las todas las familias nos asustamos, porque también decía que ‘las familias que no se presentaren

automáticamente serán desalojadas'. Entonces imagínate toda la conmoción de la gente, de todas las familias. Lo que hicimos fue dejar nuestros hijos dentro de las habitaciones, y salimos a la calle. Empezamos a caminar, a caminar y encontrando con las familias - porque yo vivía en México con Chacabuco, en San Telmo, una zona donde hay muchos hoteles. Empezamos a caminar y nos empezamos a encontrar con los hoteles y las familias, y nos empezamos a armar en cadena, cruzar la Nueve de Julio, y vinimos hasta acá, hasta la Plaza Garay y allí se armó una asamblea gigantesca con familias de todos los hoteles de la Av. Corrientes, Belgrano, de todos lados."

A decisão municipal de interromper o apoio às famílias em situação de emergência habitacional através da política de hotéis se deu principalmente devido ao aumento das famílias que necessitavam o subsídio e à pressão dos proprietários dos hotéis em utilizar seus imóveis para fins mais rentáveis. O fato ocorrido em 20 de julho de 2000 fez com que diversas famílias se encontrassem e buscassem uma solução habitacional comum. Parte das famílias foi instruída, pela Secretaria de Desenvolvimento Social a formar cooperativas ou procurar grupos que os ajudassem. Parte foi procurar o MOI, outra parte formou outras cooperativas para acessarem créditos através da Lei 341, como Alto Corrientes e El Palomar. Outros, ainda, tentaram soluções individuais fora de Buenos Aires ou voltaram a ocupar outros hotéis.

"Nosotros, en total, éramos 1700 familias que les había llegado la cedula instantáneamente, en el mismo día. O sea, mapearon toda la ciudad donde estaban todos los hoteles o la mayoría pues seguramente hay más. Pero 1700 familias más o menos eran las que estaban todas con... había llegado la cedula."

Empezamos a hablar con estos funcionarios, y algunos de estos funcionarios que trabajaban acá en Desarrollo Social como Leandro, Marcela, tenían una experiencia de trabajo de villa. (...) Tuvimos reuniones y entonces cuando empezamos a hablar ellos empiezan a decirnos que, estos como tenían experiencia de villas que en algunos momentos conocían las cosas del MOI, nos empezaron a decir que nos deberíamos conformar como cooperativa."

Os funcionários do Governo da Cidade indicavam o que as famílias deveriam fazer, à medida que o problema aumentava. Nota-se que o que o estado faz não é prover soluções habitacionais para essa quantidade imensa de famílias proveniente dos hotéis, mas instruí-los para que fossem ao mercado e buscar edifícios ou terrenos para comprar, para então acessar a Lei 341.

“(...) nosotros sin experiencia, obviamente que empezamos a caminar y a buscar casa para alquilar, para comprar. Y sabíamos los metros que teníamos que comprar, los pulmones de manzana, o sea, en todas esas caminadas que hicimos que fueron como 3 o 4 meses de trabajo, aprendíamos el FOT que teníamos que tener, toda una cantidad de cosas.”

“(...) Entonces, decían, ‘ustedes que tienen que hacer’, decían, ‘tienen que conformarse como cooperativas y se tienen que organizar y por grupo tienen que empezar a buscar casas para reciclar. De los hoteles se tienen que ir, porque los hoteleros cobran muy caro al gobierno.’ Imagínate que una cama por familia, cobraban 350 pesos, por persona (...).”

Havia a possibilidade de contratar uma assessoria técnica, porém como ainda não tinham recursos, a assessoria teria que se dispor a trabalhar sem receber para auxiliá-los na busca por terrenos. No caso das famílias que originaram a cooperativa El Molino, a busca foi, a princípio, pelas próprias famílias, sem apoio técnico e tampouco institucional.

Uma das dificuldades da organização a partir das experiências vinda dos hotéis é que as famílias eram duramente reprimidas nesses espaços, não possuíam lugares comuns para se relacionarem, portanto não experimentavam instâncias coletivas de reprodução da vida. Isso causava, muitas vezes, uma fragilidade organizativa e coletiva, agravada pelo escasso trabalho social feito com as famílias – que não foi constatado através das entrevistas realizadas. Uma das cooperativas visitadas com famílias originárias de hotéis teve problemas durante a obra, como é comum, mas também problemas no pós-obra, originários de ausência de regras de convivência. No caso do MOI, das famílias de hotéis que encontraram o edifício onde estão sendo construídas as habitações, restaram apenas quatro.

“La peor experiencia de un ser humano creo que es vivir en un hotel, mas subsidiado por el gobierno de la ciudad. (...) Como experiencia, lo evaluó después de tantos años, en verdad que fue bastante difícil sostener esos años que uno vivió ahí.”

Diante da situação habitacional caótica, várias foram as não soluções habitacionais oferecidas pelo Governo da Cidade:

“Había propuestas que a vos te decían que te podías ir a la provincia, que te compraban el terreno y te daban la plata para financiar y hacías tu casita. Esa propuesta, que implicaba? Que tenías que ir lejos, lejos, donde todas las tierras se inundan, o sea, nunca una cosa de la buena fe, no? (...) Y la otra propuesta era que vos agarraras en ese momento 8.500 pesos y que vos te buscaras un alquiler

y que esos 8.500 pesos te van a requerir de 6 o 7 meses de pagar algún hotel, o alguna pensión, pero al mismo tiempo para alquilar un departamento tenía que tener alguna garantía y donde vamos a encontrar una garantía?

Entonces ellos decían ‘nosotros les damos esta plata y ustedes después lo tienen que resolver, nosotros ayudamos de 6 a 7 meses, mas no podemos ayudar porque nosotros tenemos nuestro presupuesto, bla bla’. Muchas de esas familias se agarraron en viaje a Glew, y a otros municipios de acá de Buenos Aires, que la mayor parte, claro, a los 5 o 6 meses las familias estaban todas haciendo piquete de nuevo porque las tierras se inundaban, les robaban los materiales, o sea, era un caos.”

Parte dessas famílias foi à CTA e naquela ocasião entraram em contato com o MOI. No início foram cerca de 150 famílias, depois permaneceram cerca de 80 famílias participando das *guardias* e reuniões da organização. Para muitos a noção de luta por moradia era apresentada naquele momento.

“Nosotros nos separamos en dos grupos: un grupo nos coordinaba un par de coordinadores, y al otro grupo otros coordinadores. Y empezamos a trabajar, empezamos a hacer cosas. Porque nosotros en el camino que veníamos caminando, en la trayectoria esta que íbamos a buscar terreno y todo, nosotros ya nos empezamos a nos agrupar, y a trabajar, a fortalecernos, habíamos armado una cajita chica, para los viáticos, para comprar los papeles, para escribir lo que tenías que escribir, la misma necesidad nos llevó a organizarnos.”

A partir dessa organização inicial, muitas famílias dos hotéis, frente à emergência habitacional, abandonaram o projeto. A compra do edifício foi realizada em 2001 e a construção das unidades habitacionais se inicia em 2008.

O projeto da Cooperativa El Molino compreende a construção de 100 unidades habitacionais, a partir da reciclagem da fábrica, e a reforma de um dos edifícios para a construção do Centro Educativo Integrado Autogestionário (que abrigará o Jardim Maternal e o Bachillerato Popular, que hoje ocupam uma parte do edifício que será demolida, e espaços para oficinas e atividades do Movimento). Parte do projeto – 21 duplex – foi concluído em dezembro de 2010.

Imagem 58: Cooperativa El Molino, 2013.

*

O lugar do movimento na Cidade: Direito à centralidade

O Direito à Cidade é uma das principais bandeiras de luta do Movimento de Ocupantes e Inquilinos. A importância do termo cunhado por Henri Lefebvre (1968) está em denunciar os impactos negativos da economia capitalista na organização das cidades, e indicar que só é possível garantir este direito através de uma atuação sócio-política para a recuperação social do ambiente urbano. Assim, o Direito à Cidade é o direito de toda pessoa a criar espaços construídos que respondam às necessidades humanas, e não as do capital (Lefebvre, 1968).

O direito à cidade, portanto, seria o direito:

*(...) à vida urbana, à **centralidade renovada**, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc. (...). A Proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) (Lefebvre, [1968] 2008, 139).*

Na Argentina, entre 1947 e 1960, a população urbana passou de 60% a 72% (Recchini de Lattes, 1973: 5). Os efeitos da acelerada urbanização, sentidos mais fortemente a partir da década de 1970, e que são fenômenos observados em grande parte das cidades da América Latina, é a progressiva degradação das condições de geração de emprego e das formas de inserção no mercado de trabalho, e consequente expulsão dos setores sociais desfavorecidos para as periferias ou nas franjas da cidade. Como afirmam María Carla Rodríguez e María Mercedes Di Virgilio¹¹¹ “[los efectos de la informalidad] parecen ser especialmente relevantes cuando se tiene en cuenta que la informalidad se alimenta de la desigualdad de dotación de equipamiento e infraestructura, la cual tiende a reforzar la diferenciación de la ciudad entre zonas mejor equipadas, que concentran a la población de mayores recursos, frente a zonas pobres, con una precaria base de equipamientos y espacios colectivos (Arraigada Luco y Rodríguez Vignoli, 2003), generando situaciones de exclusión social.” (Rodríguez; Di Virgilio, 2013: 174-175). Assim, consolidaram-se entre os anos 1940, 1950 e 1960, na cidade de Buenos Aires, amplas zonas de bairros autoconstruídos carentes de serviços e infraestrutura¹¹² (Torres, 1999)¹¹³.

¹¹¹ RODRÍGUEZ, María Carla; DI VIRGILIO, María Mercedes. Efectos de inclusion/exclusion: políticas y procesos de regularización em el área metropolitana de Buenos Aires (AMBA). In BOLÍVAR, Teolinda; ESPINOSA, Jaime Erazo (coord.). Los lugares del hábitat y la inclusión. Quito: FLACSO, 2013.

¹¹² Apesar da cidade de Buenos Aires ser planejada e a malha urbana ter sido desenhada em 1886 (Gorelik, 1998), a área ocupada permaneceu por muitos anos restrita à área central. Apenas após o período da industrialização argentina e a partir dos anos 1940, ocuparam-se todo o perímetro até a Avenida General Paes – limite do município.

¹¹³ TORRES, H. Procesos recientes de fragmentación socioespacial en Buenos Aires: la suburbanización de las elites. Texto apresentado no Seminario de Investigación Urbana: El nuevo milenio y lo urbano em Buenos Aires, Argentina. 1999.

Em resposta aos efeitos perversos da urbanização excludente das cidades latino-americanas, muitas organizações e instituições têm trabalhado para construir um sentido comum do que implicaria o direito à cidade. Neste sentido, a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, articulada pelo *Habitat International Coalition* (HIC) estabelece que *"todas las personas tienen el derecho de encontrar en la ciudad las condiciones necesarias para su realización política, económica, cultural, social y ecológica, asumiendo el deber de la solidaridad."* (HIC, 2006).

Apesar destes organismos internacionais não indicarem medidas objetivas de como se concretizam as diretrizes propostas, os movimentos sociais impulsionam a criação de marcos normativos, programas e políticas públicas para que se coloque em prática o Direito à Cidade, entendido como uma ferramenta para construir cidades mais justas, onde todos possam viver de maneira digna.

O edifício que abrigava o antigo *Patronato*, ex-*Padelaj*, em San Telmo, e a *cooperativa La Union*, são claros exemplos de como a cidade e a centralidade são entendidas como campo de disputa pelo Movimento de Ocupantes e Inquilinos. A localização das duas construções é quase impossível de ser concebida atualmente no contexto da luta por moradia. Os edifícios estão no coração de San Telmo, centro da cidade de Buenos Aires, em meio à forte disputa com o capital imobiliário e empresas construtoras para que as cooperativas deixem o local.

Neste sentido, a escolha dos terrenos pelas organizações sociais e assessores técnicos inseridos no *Programa de Autogestión para la Vivienda* permite que busquem-se áreas mais bem localizadas do que se os projetos fossem deixados à cargo de empresas construtoras ou elaborados pelo Estado. A principal contradição é que, apesar de possibilitar que a organização escolha onde quer construir o projeto habitacional, este é comprado via mercado formal, ou seja, devido aos altos preços do solo em localizações privilegiadas, às cooperativas e organizações sociais restam poucas opções bem localizadas, como o Bairro de La Boca por exemplo, que – conforme observamos no mapa apresentado no capítulo anterior – contem a maioria dos terrenos e edifícios que serão reformados com recursos da Lei 341.

No caso do MOI, a ida a Barracas é representativa desta disputa pela cidade. O bairro de Barracas sofreu nos anos 1970 e mais intensamente nos anos 1990 com a intensa desindustrialização que passava na Argentina. O bairro possui, atualmente, um grande parque vazio de edifícios que abrigavam antigas fábricas.

Barracas está localizado ao lado de Constitución, importante centralidade de transportes públicos – com a estação Constitución de metrô e trem – portanto importante centralidade popular.

Os bairros de Constitución e Barracas (onde estão localizadas, respectivamente, as cooperativas El Molino e La Fabrica), juntamente com La Boca e Parque Patricios, na última década, passam por diversas reformas e projetos urbanos localizados, no sentido de valorizar as áreas, devido à sua localização central.

Em La Boca a forte presença do turismo, com estímulo à presença de equipamentos e serviços destinados ao consumo, incluindo a construção de cenários artificiais como o Caminito, atrai milhares de viajantes todos os anos.

Já no Parque Patricios, onde localiza-se a maior construção do PAV (o Bairro Monteagudo da *Cooperativa de Vivienda Emetele*, pertencente ao *Movimiento Territorial de Liberación*) a proposta da gestão municipal é transformá-lo em um distrito tecnológico, com incentivo a empresas de tecnologia de ponta, e melhoramentos urbanos para atrair o público dessas empresas.

Em Barracas, neste sentido, foi criado o *Distrito de Diseño*:

La Legislatura sancionó la ley que crea un régimen de Promoción del Diseño como actividad productiva en la Ciudad de Buenos Aires en lo que respecta al diseño industrial, de indumentaria, textil y gráfico entre otras modalidades, en la zona oeste del barrio de Barracas.

Imagem 59: Localização dos bairros de Barracas, La Boca e San Telmo em Buenos Aires.

Promovida pelo poder Executivo, a iniciativa dispõe para empresas nacionais e estrangeiras, de acordo com a Lei Nº 21.382, que ali desenvolvam suas atividades, uma série de isenções fiscais e linhas especiais de crédito. O projeto, segundo o Prefeito da Cidade Maurício Macri, *"consiste en fortalecer la incorporación de diseño en la manufactura liviana haciendo uso intensivo de los servicios de diseños promovidos, como así también estimular el traspaso de emprendedores del rubro al Distrito"*. Ele afirma que *"pretende agrupar a los distintos actores del diseño en una zona que ya cuenta con el Centro Metropolitano de Diseño -CMD-, una institución con más de 10 años de trayectoria promoviendo políticas públicas de competitividad en base a la incorporación de diseño y el desarrollo del ecosistema del diseño en todos los tramos de la cadena de valor"*.¹¹⁴

Essas iniciativas demonstram o projeto de cidade que a gestão pública vem promovendo nos últimos anos, em confluência com os interesses privados e privatizantes, sempre para atrair empresas e capital, expulsando as classes sociais menos favorecidas desses espaços. Atualmente a zona sul da cidade de Buenos Aires vem passando por diversas ações neste sentido, expulsando a população pobre desses bairros, demonstrando o caráter gentrificador desse modelo urbano.

A fábrica comprada pela *Cooperativa de Vivienda La Fabrica* fazia parte de um complexo fabril maior e possuía um edifício do mesmo conjunto na quadra em frente. Nas duas fábricas foram propostos projetos habitacionais, após os anos 2000.

O destino dos dois projetos foi diametralmente oposto:

"El emprendimiento inmobiliario fue realizado por Baresa, que adquirió el edificio de la antigua fábrica textil Piccaluga y Cía., diseñado en 1920 por los arquitectos Donatti y Colomba en esta manzana triangular de 7000 m2 sobre tres fachadas, caracterizadas por el ritmo de sus pilastras, amplios ventanales de vidrio repartido y la cúpula central que remata el frente. Al anteproyecto de los arquitectos Rodríguez Etcheto-Rosas, que contemplaba la incorporación del espacio urbano (cuya calle Lanín fue intervenida por el artista Marino Santa María), se complementó el proyecto de las 70 viviendas, de entre 60 y 130 m2, seguridad, servicios comunes y 12 locales comerciales con acceso vehicular por medio de rampas hasta la entrada misma de las viviendas, pensadas por el arquitecto Arturo Beccar Varela. Resultaron con un costo promedio por metro cuadrado de US\$ 700, y a la fecha está vendido el 90% de las unidades." *Diário La Nación* ¹¹⁵.

¹¹⁴ Nota pública de 14 de novembro de 2013, acessível em: <http://www.diarioz.com.ar/TEST/#/nota/sesion-se-trata-la-creacion-del-distrito-de-diseno-en-barracas-29317/>.

¹¹⁵ Fonte: BARRETO, Juana Muniz: Una antigua fábrica en Barracas se recicló para viviendas. *La Nación*, Buenos Aires, 19 out 2005.

Os dois projetos habitacionais frente a frente refletem a disputa pela qual a zona sul da cidade de Buenos Aires está passando: de um lado, uma obra construída em menos de 2 anos, pensada por grandes arquitetos, combina a reciclagem da fábrica com a construção de *lofts* de luxo, rapidamente vendidos na tradicional forma 'propriedade individual'. Por outro, a cooperativa, cuja obra foi iniciada em 2008, anda a passos lentos, e combina a reciclagem da fábrica com a construção de novas unidades de habitação social, em propriedade coletiva.

Imagem 60: Edifício Barracas Central. Fonte: www.casafoa.com.

Imagem 61: interior do Edifício Barracas Central.

O condomínio Barracas Central foi sede do Casa FOA¹¹⁶ de 2005, evento ligado à decoração e arquitetura de interiores promovido pela elite de Buenos Aires desde 1985 para arrecadar fundos para uma fundação de oftalmologistas. O evento reúne arquitetos e decoradores do cenário burguês da cidade e do país, e cada ano “escolhe” um edifício para ser revitalizado, transformado, segundo os critérios dos propositores do evento:

[Casa FOA] es esencialmente un espacio para el libre desarrollo de la creatividad, un lugar de encuentro en el que diseñadores, arquitectos, decoradores y paisajistas seleccionados por su talento y prestigio comparten con el público sus búsquedas y sus hallazgos.

Durante a segunda visita de campo, entre julho e agosto de 2014, foi possível, com certa dificuldade, visitar o condomínio de *lofts* de luxo e perceber qual modelo de espaço estava sendo proposto ali. A presença intimidadora de câmeras de segurança, e da enorme guarita na entrada, assim como todas as janelas e portas com vidros negros não permitiam que os olhos curiosos dos transeuntes percebessem o que acontecia dentro daquele espaço.

No interior, até onde nos foi autorizado acessar, rampas e ruas internas levam os automóveis até a porta dos *lofts*. Uma piscina no terraço com um deck de madeira, de onde se podia observar as cooperativas La Fabrica e Yatay sendo construídas. Uma cascata artificial coroa aquela área ‘comum’, onde nenhuma pessoa transitava, apenas carros que subiam e desciam das grandes rampas.

Imagem 62: Interior do Edifício Barracas Central, terraço com piscina.

¹¹⁶ Do sitio www.casafoa.com : “Casa FOA surgió en 1985, como iniciativa de Mercedes Malbran de Campos y un grupo de señoras, con el propósito de recaudar fondos para la Fundación Oftalmológica Argentina “Jorge Malbran” (FOA).” “La Fundación Oftalmológica Argentina fue creada el 30 de noviembre de 1964.”

Imagem 63: interior do Edifício Barracas Central, acesso para automóveis em cada pavimento dos lofts.

Neste sentido, a localização urbana dos terrenos que abrigam os projetos inseridos na Lei 341 são mais centrais e muito distintos dos terrenos onde estão implantados os conjuntos habitacionais propostos pelo Estado, como Vila Soldati e Vila Lugano, por exemplo. Apesar da compra dos terrenos via mercado dificultar uma localização privilegiada devido aos altos custos da terra, a diferença de terrenos escolhidos por arquitetos e movimentos e de terrenos escolhidos por construtoras ou estado demonstra que a busca das organizações e de seus apoiadores é sempre a melhoria das condições urbanas para os moradores.

Também com relação à inserção na cidade, estabelecem-se pequenos condomínios, e não grandes conjuntos isolados. Os conjuntos desenhavam cidade, como os conjuntos propostos pela Fucvam. A relação que cada um desses edifícios busca estabelecer com a cidade, através da abertura das áreas livres e dos centros comunitários, evidencia o projeto de cidade que as organizações sociais defendem. Uma cidade dos trabalhadores e para os trabalhadores.

O lugar da arquitetura no movimento: Direito à beleza

Os grandes conjuntos habitacionais modernistas europeus, construídos no contexto do pós-guerra, delimitaram muitos dos preceitos utilizados até hoje a respeito do que se entende por habitação social. Naquele momento, a busca por sanar rapidamente o problema habitacional de vários milhares de pessoas, que viviam em cidades destruídas pelos bombardeios, ditava as regras da arquitetura e da tecnologia adotada para se adequar a este cenário.

Assim, foram propostos muitos conjuntos habitacionais em diversos lugares o mundo, que seguiam as mesmas lógicas de concepção: a produção em larga escala, portanto com necessário grau de industrialização de uma tipologia de moradia mínima, para que mais unidades pudessem ser produzidas em menos tempo. Eliminava-se tudo que fosse supérfluo, racionalizando a construção e economizando em materiais. Por fim, grandes conjuntos desenhavam uma paisagem homogênea e homogeneizante, geométrica e universal.

“No desenho do espaço autoritariamente homogeneizado, em que o poder do capital fez, de certo modo, ‘do meio, a mensagem’, vimos que as mais extravagantes disposições recebem nobres nomes: traçados harmônicos, proporção, modulação, modenatura, ritmo, equilíbrio, escala...” (Ferro, 2006: 181)

A habitação mínima e a racionalização da produção eram as premissas da arquitetura moderna. Na busca assídua por seguir produzindo uma quantidade cada vez maior de moradias, essa racionalidade mostrava que não havia lugar para outras dimensões da vida daqueles moradores. O mínimo se tornava, então, menos-que-mínimo. E observava-se a perda cada vez maior da qualidade urbana e arquitetônica, com áreas mal localizadas, decorrentes da busca por terrenos mais baratos. No limite, é uma economia para a produção – para o estado ou para as empresas construtoras/produtoras, porém uma deseconomia para os moradores e usuários daqueles espaços.

Este modelo de produção habitacional para a classe trabalhadora persistiu – e segue – como único modelo possível, já que cresce ao longo dos anos o problema habitacional, sobretudo nas grandes cidades.

Paradoxalmente, essa homogeneidade dos conjuntos habitacionais modernistas é inversamente proporcional à heterogeneidade dos modos de vida da população que o ocupa. O universal e abstrato dos conjuntos habitacionais modernistas é substituído pelo particular e pelo concreto da produção social de habitação pela própria classe trabalhadora.

Neste contraponto ganha espaço o invisível. O visível, ou os espaços materiais produzidos, são sobrepostos pelo invisível, ou seja, pelas relações sociais construídas naquele determinado espaço. A concepção desses lugares passa a levar em consideração as relações sociais construídas e, em particular, a construção daquele grupo organizado.

A geometria característica dos conjuntos habitacionais modernistas, nas experiências de projetos arquitetônicos autogeridos, é quebrada com alinhamentos desencontrados e volumes que saltam às fachadas. Os conjuntos das cooperativas não têm a monumentalidade expressa pela repetição dos conjuntos modernistas, ou expressa em altura.

Os detalhes, ou o supérfluo, neste caso, demonstram outra forma de produção, onde produtores livremente associados estão trabalhando para construir o que será seu. A beleza é, assim, uma premissa.

Essa beleza, porém, não é a beleza convencional das unidades habitacionais de luxo. Não se investe em revestimentos dispensáveis e que consomem absurdamente o orçamento das casas. Investe-se projeto, recursos e trabalho em aspectos coletivos da arquitetura, na criação de espaços generosos e ampliados, e nas unidades habitacionais busca-se a qualidade dos ambientes internos, através de esquadrias privilegiadas e ambientes confortáveis.

Há uma visível preocupação com os cheios e vazios, com os espaços privados e públicos. As passarelas, que poderiam ser simplesmente locais de passagem, ganham em dimensão e se tornam espaços de convivência. Deixam de ser corredores e se tornam lugares. Os espaços abertos em contraposição com os espaços fechados, principalmente através das varandas em cada uma das unidades, também reafirma a força e importância que se dá para o desenho.

A produção autogerida é concebida em oposição a este imaginário do que deve ser a habitação popular, feita para encaixotar os trabalhadores. Os conjuntos habitacionais construídos pelo Estado através de empresas construtoras não lhes confere vida e convivência, tampouco lazer, diversão ou contemplação no seu espaço de moradia. A proposta busca, em cada detalhe, a distinção entre a arquitetura proposta pelas organizações sociais e a arquitetura do capital.

Reafirma-se, através da arquitetura, uma ideia de habitação popular distinta. Através dos espaços abertos e livres, outra liberdade, a do trabalhador, é lembrada através do edifício. O devir e a sobra ganham importância política. O mínimo passa a ter outro significado. É o mínimo de convívio necessário, mínimo de prazer no habitar. “A necessidade de dizer, de comunicar, supera a de eficiência.” (Ferro, 2006: 42)

Além dos edifícios habitacionais em si, a provisão de equipamentos de serviços, comércio e lazer que servem à classe trabalhadora são sempre presentes nestes projetos.

Estamos diante de conjuntos produzidos pelo grupo social que irá habitá-lo, e isto, necessariamente, concede diferenciação no projeto. Muitas vezes são grupos que se conformaram com a finalidade de produzi-lo. Desde a busca pelo terreno, ou seja, a escolha do bairro onde vão morar. “A produção de um novo espaço se realiza mediante a produção de novas relações sociais.” (Petrella, 2012: 104)

O que é essa busca pelo distinto, pelo diferente, pelo visivelmente superior? O arquiteto Sérgio Ferro afirmou, sobre as mansões, no texto “A produção da casa no Brasil”:

“A sua casa, fruto de sua vontade, feita à sua imagem e semelhança, destinada basicamente a assinalar não somente a sua classe, mas sua posição dentro dela (...).” (Ferro, 2006: 73)

Para alguns, pode parecer um aburguesamento, onde a casa própria é objeto de consumo, é defendida como sonho, é símbolo de estabilidade – e realmente significa estabilidade. Por outro lado, o símbolo de distinção social e a casa como patrimônio, exige que as casas burguesas sejam únicas. E este não é o caso.

A dimensão da casa como patrimônio está presente, porém, ao contrário da casa burguesa, faz parte do patrimônio coletivo, de valorização das formas e processos daquela organização social. Nestes projetos, o que observamos é, como um grito, uma arquitetura-manifesto.

Imagem 64: União da Juta – União dos Movimentos de Moradia - SP.

Fonte: Acervo da Usina. Foto: Nelson Kon.

Imagem 65: Mutirão Paulo Freire – UMM - SP.

Fonte: Acervo da Usina. Foto: Eduardo Costa.

Imagem 66: Convimt 1 – Fucvam – Uruguai.

Fonte: Acervo da Usina. Foto: José Baravelli.

Não só da Cooperativa La Fabrica, mas também de Yatay, e, sobretudo de El Molino, as imensas varandas e aberturas nas fachadas caracterizam um modelo de projeto arquitetônico distinto. Em todos os projetos, o material aparente, os tijolos à vista, as esquadrias generosas. As fachadas são pensadas como elementos volumétricos, sendo que as varandas desenhavam esse jogo de cheios e vazios.

Imagem 67: Cooperativa Yatay, 2014.

Imagem 68: Cooperativa El Molino, 2013.

Imagem 69: Cooperativa La Fabrica, detalhe dos contramarcos das janelas, 2013.

O Direito à beleza é o termo recorrentemente utilizado por Néstor para caracterizar os projetos. Ana Gretel Thomasz busca suas origens:

“Del segundo tomamos la noción de “derecho a la belleza” (Amendola, 2000), introducida con el propósito de destacar que, actualmente, el mandamiento de resultar agradables, ofrecer espectáculos culturales, exhibir atractivos artísticos o alguna clase de riqueza histórica no son simplemente imperativos primarios que guían la estructuración de los espacios urbanos, sino que también regulan el acceso de los ciudadanos a los mismos. En consecuencia, a fin de usufructuar y/o apropiarse de dichos espacios, los ciudadanos deben ser capaces de valorar la belleza y el patrimonio que exhibe la ciudad, de consumir las actividades artísticas o culturales que brinda, o bien de generarlas y producirlas. De acuerdo con el autor, tales fenómenos no resultan ajenos a la lógica de mercado, pues la ciudad contemporánea debe gustar y seducir “para atraer personas y capitales y para estimular el consumo” (Amendola, 2000:131). En tal sentido, concluye que una “estética decretada” tiende a imponerse en las metrópolis y que el derecho a la ciudad ha quedado subordinado al derecho a la belleza: “el derecho a la belleza para todos, más allá del derecho a la vivienda, es el signo de la vida urbana contemporánea” (Amendola, 2000: 132).” (Thomasz, 2013: 4)

Ainda segundo a autora, “La frase “derecho a la belleza” pertenece al arquitecto francés Roland Castro, quien la utilizó en el primer número de una revista francesa dedicada a temas urbanos, en

donde publicó un editorial titulado “Du droit à la ville au droit à la beauté”. La revista nació en torno a un proyecto gubernamental conocido como “Lumières de la Ville”.

Neste sentido, o termo estaria associado a tornar a cidade atrativa para o consumo, atrair consumidores pela razão estética. A busca do movimento parece ser no sentido de tornar o que é belo, o que é para poucos, acessível para todos.

O Direito à Beleza é o direito a mais que o mínimo, mais que o básico ou essencial. Confere qualidade estética ao discurso sobre o significado de moradia digna. O invisível e o belo ganham funções políticas. Passam a ser buscados e promovidos nos projetos os espaços que permitam múltiplos usos, as áreas coletivas e comuns, as praças e áreas ajardinadas.

Outra diferença fundamental entre os projetos propostos por organizações sociais e os conjuntos habitacionais tradicionais está nos tamanhos das tipologias, assim como em sua variedade.

Guillermo Reppel, militante do MOI e que pertence à uma das cooperativas que ainda não está em obra, *Cooperativa Los Pinos*, afirmou em entrevista:

“El Plan Federal, al Estado le cuesta mucha plata comparado a lo que nosotros podemos hacer por autogestión. Plan Federal te hace viviendas de 42 m2, de mala calidad, y con lo que gasta el Estado para hacer éstas viviendas contratando empresas privadas, nosotros por autogestión hacemos vivienda digna, más grande, etc. Nuestro proyecto, para darte una idea, la unidad más pequeña tiene 67 m2 con dos dormitorios. Después tenemos unidades de 91 m2, de 98m2 y 8 unidades de 111m2. Fundamental eso, el hecho de poder pelear esos recursos es la única que nos queda y con algún referente que sea afín a estos procesos. Generalmente desconocen todo, a nivel nación no saben cómo es la autogestión, no les interesa, tampoco, porque están esos intereses económicos, prendidos con la empresa privada. El gobernante de turno tiene, no sé, alguna relación con tal empresa, y, claro, eso lo pagamos todos.”

Na Cooperativa La Fábrica, as tipologias são ajustadas de acordo com as necessidades originais da antiga fábrica, observando-se perdas na racionalidade nas tipologias estabelecidas, e diversas unidades diferentes. Os apartamentos possuem metragem quadrada que varia de 60 a 90 metros quadrados, com espaços bem iluminados e ventilados, mostrando as preocupações técnicas em relação ao conforto dos espaços. Os espaços de produção se convertem em espaços de reprodução.

Imagem 70: Planta pavimento térreo da Cooperativa La Fabrica.

Imagem 71: Planta 2º Piso da Cooperativa La Fabrica.

Imagem 72: Planta 3º Piso da Cooperativa La Fabrica.

Imagem 73: Corte Geral da Cooperativa La Fabrica.

Nos projetos concebidos pelos movimentos organizados também é uma premissa a participação (de diferentes maneiras) da própria comunidade na formulação da proposta. Neste momento, saberes técnicos e acadêmicos se aliam com saberes populares e desejos para um objetivo em comum: a produção integral de um pedaço da cidade, cuja lógica se pretende distinta de seu entorno.

Para Maurício Tragtenberg, a participação autêntica é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (Tragtenberg, 2008: 30). Neste sentido, é fundamental que a participação colabore para uma crescente direção do processo de trabalho.

Também é importante pontuar que a participação é fundamental à prática autogestionária.

“La autogestion significa, esencialmente, la participación de todos los miembros de una organización en la propiedad y en el control de la organización. En ella, la gente no es un nuevo objeto de la planificación y el control ejercidos por un grupo oligárquico, con la prerrogativa exclusivista de tomar las decisiones; en la organización autogestora la gente participa en la fijación de los objetivos que ella misma habrá de perseguir.” (Adizes, 1977)

A participação pode ser observada em diversos graus de profundidade, no caso do Movimento de Ocupantes e Inquilinos. Em relação à participação das famílias, esta começa com a formação da própria cooperativa, até a busca por terreno. Neste momento as pessoas aprendem e se familiarizam com questões técnicas como a taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento dos terrenos, além de aos poucos decifrar as burocracias para constituir legalmente a própria cooperativa.

Já no caso do projeto, a participação poderia se dar de distintas formas, também. Em artigo apresentado no 5º Seminario Iberoamericano de Ciencia y Tecnologia para el Habitat Popular, no ano de 2010 em Córdoba, na Argentina, foram apresentadas as metodologias desenvolvidas pela Assessoria Técnica Usina para o desenvolvimento de dois projetos com diferentes movimentos sociais¹¹⁷. Neste artigo são apresentadas as formas de se pensar o projeto em conjunto com os futuros moradores, de forma que cada processo se torna único, de acordo com as necessidades e urgências daquela comunidade.

A presença de técnicos orgânicos faz com que o envolvimento dos cooperados ou futuros moradores no desenho, na concepção do espaço, se dê de modo intrincado no caso do MOI. Observou-se que existem instâncias de participação, porém a definição do partido projetual e de suas principais diretrizes é feita pelos técnicos. Mesmo assim, a consciência em relação ao processo é observada através das falas dos cooperados.

“El IVC lo que te plantea es que lo máximo que te da por vivienda es de 230 mil pesos. Entonces vos vas a tener las otras vivienda, que por ahí tienen 55 m2, si? En cambio en el MOI tienes 230 mil pesos y con eso construís las viviendas que vos viste, con cosa que a su vez, también, digo, para mi tendría que ser más participativo el diseño. Yo no voy a poner a dibujar mi casita, pero si hay algunas cosas que tendrían que ser más participativas. Por ejemplo, los baños estaban

¹¹⁷ ARANTES, Pedro Fiori; HIRAO, Flávio Higuchi; LAZARINI, Kaya. Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo. A experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST), 2010. In V Seminario Iberoamericano de ciencia y tecnologia para el hábitat popular - ponencias presentadas en el seminario. Córdoba : Ceve-conicet, 2010.

solamente ahiba, y se propuso que hicizen también abajo, y ahora están dejando algunas esperas para que sean contruidos después.”

“Cuando mira el proyecto, consigue vizualizar lo que va ser la obra? O sea, que linea es una parede?”

“No, no. Yo lo más que me acerque fue cuando vi los render. Y ahora que yo veo, veo que tampoco es igual.” Entrevista com Sonia Freire, Cooperativa La Fabrica, em março de 2013.

Algumas instâncias poderiam ser mais participativas, como observa a entrevistada. À medida que as famílias se envolvem de forma crescente no processo de luta, percebe-se que aumenta o interesse em participar de todas as etapas decisórias, sobretudo relacionadas à decisão do desenho. E o projeto é fundamental, já que se materializará nas suas próprias casas.

Já na entrevista abaixo, pode-se notar que o entendimento da participação no projeto se dá de forma distinta, mais como uma consulta do que como protagonistas no projeto.

“¿Una última pregunta: ustedes participaron de la etapa del proyecto?”

Si, al inicio sí. Estas viviendas que están acá (las 21 ya inauguradas), fue todo reciclado. Y también discutimos, por ejemplo, había columnas que estaban dentro de los lugares y era muy bajo las cocinas, y se pidió mas alto, se levantaron, discutimos el proyecto. La mayoría de los compañeros no querían los balcones porque decían que es una cosa que está demás, que todo lo contrario, los arquitectos, como los nuestros, que quieren a la belleza, que quieren que la gente se dé cuenta de que porque son pobres no pueden querer tener esa belleza.” Entrevista com Cristina Pridez, Cooperativa El Molino, em março de 2013.

Ainda neste sentido, a limitada participação no desenho tem consequências e porquês profundamente hierarquizantes. Sérgio Ferro (2006: 282) afirmou, citando Brecht: “são as coisas que parecem mais evidentes, aquelas que as pessoas acham natural e de que nem é preciso falar, que devem ser criticadas com urgência.” Neste sentido, a participação efetiva no processo de projeto (e sua ausência) representam relações tensas entre técnicos e população organizada e, conseqüentemente, entre o saber e o fazer. “Desenhamos tranquilamente, mas a violência que existe naquele risquinho, que pode ser bonito ou feio, manifesta-se depois, quando é feito” (Ferro, 2006: 283). A distância entre quem desenha e quem executa, quanto maior for, mais alienação e exploração causa no momento da construção, da obra.

A limitação da participação é observada também nas decisões relativas ao processo da obra. Durante o campo observou-se que o planejamento da obra era feito essencialmente pelos arquitetos, e que a participação das famílias dependia muito do grau de organização do grupo. Em conversas informais, alguns cooperados afirmavam que na *Cooperativa El Molino*, onde as famílias possuem um grau de organização mais avançado, as decisões sobre o que deve ser feito e em que momento eram tomadas pelo coletivo, diferentemente da *Cooperativa La Fabrica*, onde observou-se um distanciamento maior entre os técnicos e as famílias. As consequências desses diversos graus de participação vão desde maior ou menor autonomia das famílias para requisitar informações aos técnicos até importantes decisões em relação ao andamento das obras (tanto em relação aos tempos de execução quanto aos custos) que nem sempre são compartilhadas.

Outro importante tema que permeia as práticas autogestionárias de produção de moradia é relativo à tecnologia empregada e ao modo de produção das edificações. Nestes processos está colocada a real possibilidade de se repensar a produção e a reprodução do ambiente habitado, elevando a ação técnica para além de seus limites instrumentais e resgatando-lhe o caráter de ação política.

A racionalidade buscada em grande parte dos projetos autogestionários, que pretendem diminuir ao máximo o tempo da obra – que geralmente é estendido pelas burocracias institucionais e pelas diversas instâncias decisórias que a autogestão exige – nos projetos do MOI dá lugar a complicadas soluções técnicas para se adaptar à construção existente. Através das plantas da cooperativa, observa-se que há diversas tipologias distintas de unidades habitacionais, fortemente condicionadas pela estrutura existente. Seria necessária uma avaliação minuciosa para verificar se o aproveitamento da estrutura existente é mais econômico do que alguns pontos de racionalização que o projeto poderia incorporar.

Neste sentido, outro aspecto comum a todos os projetos do MOI é o caráter artesanal das obras. Há diversas tipologias distintas, e a racionalização das soluções hidráulicas, de instalações sanitárias e outras, é visivelmente limitada. Devido ao caráter de parte dos projetos (sobretudo os dois maiores) serem reformas em edifícios de outros usos (industriais, no caso) a adequação das soluções aos componentes das fachadas ou à estrutura original dos edifícios dificulta a racionalização.

Os aspectos artesanais presentes na cooperativa La Fabrica estão presentes também na Cooperativa El Molino. Porém como a proposta da obra é que seja realizada em etapas, o projeto foi passando por sucessivas mudanças e adaptações conforme se observavam as necessidades do canteiro. Uma das etapas está prevista para a construção com painéis pré-moldados, visando diminuir o tempo de obra.

Em relação ao modo de produção, o MOI se destaca de outras organizações de luta por moradia, já que prioriza a execução de várias etapas da obra através da Cooperativa de Trabalho. Além de possuir uma oficina de produção de elementos construtivos de madeira (*carpintería*) e metal, como esquadrias e outros, os pedreiros, ajudantes e demais trabalhadores das obras são pertencentes às cooperativas de *vivienda*, e também associados da *Cooperativa de Trabajo*. Não há, portanto, empresas construtoras nessas obras. Assim,

ensaios de outro modelo de produção também colaboram para que se repense os próprios produtos.

Outras relações de trabalho são estabelecidas na obra, onde todos os trabalhadores são livremente associados, e possuem distintos graus de autonomia, muito diferente das relações de trabalho numa obra tradicional.

Quem trabalha livremente? É o pintor, o escultor, é o poeta, é o romancista, etc... Mas eles são os primeiros a reivindicar essa liberdade de criação, a autonomia de criação. Toda essa história hoje de que o artista não pode ser censurado e aquela coisa toda vem daí, né? É o único trabalhador, o artista, (...) livre na nossa sociedade. A gente pode até inverter: o trabalhador livre na sociedade capitalista chama-se artista. Porque o trabalho livre, se fosse livre em qualquer setor, poderíamos ser artistas em qualquer setor. Arte nada mais é do que trabalhar livremente. Entrevista com Sérgio Ferro para o filme Capacetes Coloridos, 2007.

O trabalho desenvolvido na Cooperativa de Trabalho busca diminuir as relações hierárquicas típicas dos canteirões de obra tradicionais. Porém este mesmo trabalho realiza o artesanato presente nos projetos. André Gorz, em *a Crítica da Divisão do Trabalho*, afirma:

" (...) O mecanismo específico do período manufatureiro é o próprio trabalhador coletivo – que é a composição de muitos trabalhadores parciais. As diferentes operações, que o produtor de uma mercadoria executa alternativamente e que vão se incorporando no conjunto de seu processo de trabalho, dele exigem capacidades diversas. Ele precisa mostrar às vezes mais força, às vezes mais habilidade, às vezes mais atenção; ora, o mesmo indivíduo não possui todas essas qualidades em grau idêntico." (Gorz, 2001)

Assim, a organização do trabalho no canteiro de obras das cooperativas reproduzia o artesanal dos projetos. Os trabalhadores, livremente organizados, realizavam diferentes tarefas (trabalhadores parciais), executavam tarefas simples, aparentemente sem uma organização serial do trabalho. Não foi possível perceber instrumentos ou técnicas que buscassem a industrialização ou (re)avaliação do modo de produção realizado, a fim de diminuir os esforços realizados no canteiro e os tempos das obras.

Se, por um lado, a cooperativa de trabalho é uma das características mais transformadoras do Movimento, a iniciativa também fica imersa em contradições estruturais, próprias do sistema capitalista, como a divisão social do trabalho e a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Os trabalhadores da cooperativa de trabalho não participavam da concepção dos projetos.

Teoria política e prática autogestionária: organização através do movimento social.

Autogestão, ajuda mútua e propriedade coletiva. Os três eixos que fundamentam o Movimento de Ocupantes e Inquilinos têm suas raízes na experiência uruguaia, e são determinantes para compreender a organização.

Partimos da conceituação de Movimento Social utilizada por Touraine (1973), Castells (1972) ou Souza (1988, 2006): “movimento” é um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público, relativamente duradouras e particularmente ambiciosas. “Um verdadeiro movimento social possuiria um elevado senso crítico em relação ao status quo (revelando capacidade de levar em conta fatores ‘estruturais’ e de articular com isso análises de conjuntura, e procedendo à denúncia de problemas profundos como exploração de classe, racismo, opressão de gênero etc.)”.

Assim, movimento social seria a organização que luta de maneira organizada por algo relativo aos direitos sociais e cujas lutas ou reivindicações persistem ao longo do tempo.

A autogestão é uma das ferramentas organizativas utilizadas por determinados movimentos sociais com propósitos específicos, cujas atividades têm objetivos ligados ao trabalho de base e à educação popular. É a busca pela realização de um trabalho onde as relações de exploração sejam diminuídas – buscando extingui-las, e onde os participantes tenham os mesmos direitos e responsabilidades.

A autogestão é entendida, assim, como ‘meio de organização produtiva e social’ (Singer, 2002), funcionando, portanto, como contribuição para uma nova cultura crítica.

“A autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como ‘meio de luta’, abrindo caminho, e, como ‘meio de reorganização da sociedade’, a transformação ‘de baixo para cima’ da vida cotidiana e do Estado.” (Lefebvre, 1966 apud Nascimento, 2007: 37)

Maurício Sarda de Faria em sua tese de doutorado¹¹⁸ expõe que “o antagonismo entre heterogestão e autogestão, próprio do modo de produção capitalista, longe de estar solucionado com a posse coletiva da propriedade, dá lugar a uma tensão entre as relações de produção e as relações de propriedade.” Da mesma forma, Henri Lefebvre define a autogestão: “É a abertura ao possível”. Ou seja, trabalhar através de uma organização autogestionária é trabalhar nas contradições, é o tempo todo se propor à reinvenção.

Claudio Nascimento (2009: 6) destaca que “para se generalizar, para se transformar em ‘sistema’, em escala de toda a sociedade – unidades de produção, unidades territoriais, instâncias e níveis superiores - a autogestão não pode evitar o choque com o ‘sistema estatal-político’, seja ele qual for. A autogestão não pode evitar esta difícil tarefa: constituir-se

118 FÁRIA, Maurício Sardá de. Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: UFSC, 2011.

em poder que não seja estatal". O "Estado da autogestão", isto é, o Estado no qual a autogestão se eleva ao poder, só pode ser de um tipo: um "Estado em extinção" ¹¹⁹.

O processo autogestionário é extremamente sensível em suas mais diversas experimentações. O trabalho em mutirão ou ajuda mutua para a construção das casas é criticado enquanto exploração da mão de obra e no seu aspecto contra produtivo, já que o ritmo das obras não é o mesmo das fábricas de casas. A expectativa em ter resultados rápidos às vezes exige uma linha produtiva que seja mais ágil, como se a autogestão pudesse ser feita em alguns momentos e em outros não. Até mesmo o mutirão é posto em xeque por simbolizar um tempo dedicado a outras atividades que não a política. Esta via, por vezes tortuosa, é desfeita e refeita todo o tempo, conscientizando as pessoas daquilo que está em questão, que é mais do que as casas.

Também fruto do contato com a experiência uruguaia, a ajuda mútua ou trabalho em mutirão é outro eixo do movimento. Pressupõe um regime obrigatório de horas de trabalho em obra dedicado por cada família – total de 3000 horas de trabalho em ajuda mutua ou mutirão -, sendo que apenas 30% do trabalho podem ser realizados por outras pessoas fora do círculo familiar.

A ajuda mutua é uma forma de trabalho coletivo onde todos concorrem com sua força de trabalho. Está ligada, de um lado, à produção de moradias por custos rebaixados e, de outro, à formas experimentais de emancipação social se conduzido sob regime de autonomia e autogestão, contribuindo para a criação de outros desdobramentos que não são estritamente as construções.

Há diversos problemas em tornar as atividades de ajuda mútua obrigatórias, como no caso em que os trabalhos foram iniciados antes de receber a verba do Estado, e as famílias passaram longo tempo trabalhando e executando tarefas na obra de forma dispersa, sem perspectivas de início ou finalização do processo.

"Nosotros habíamos seguido haciendo ayuda mutua, una locura total, lo que habíamos hecho era comprar ladrillos con fondos propios, con recursos propios, y nos pusimos a fabricar abobadillas. Otro gran error para mí, que se ve con el tiempo. O sea, si no tienes obra, no desgastemos más a la gente porque no tenemos gente." Sonia Freire, Cooperativa La Fábrica. Entrevista em 19 de março de 2013.

A defesa da ajuda mutua, sendo uma bandeira tão importante quanto a autogestão e a propriedade coletiva (que conceitual e politicamente são conceitos de outra natureza, ou

¹¹⁹ NASCIMENTO, Claudio. "Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende" (Autogestão, Poder Popular e Socialismo), Digit. 2009 e NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: palavra e ideia in MELLO, S; BARBIERI, E; SIGOLO, V. (org.) Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais, v.2. São Paulo. NESOL-USP/ITCP-USP, 2007.

seja, aludem à transformações estruturais diferentemente da ajuda mútua) se torna quase uma memória de uma tradição cooperativista uruguaia. O trabalho na obra autogerida possibilita experimentar relações de trabalho mais horizontais, diferentes do trabalho no canteiro de obras tradicional. Possui consequências interessantes, sobretudo ligadas à desalienação dos trabalhadores/usuários do produto que vão usufruir (ou desalienação do consumidor da mercadoria moradia). Porém observamos certa fragilidade no processo de trabalho em si e na maneira como ele é conduzido, que, algumas vezes, transforma-se em obrigação, não sendo pactuado por todos da mesma maneira.

“Así que nosotros hicimos nuestro primer intento en cuanto cooperativa de trabajo. Fueron los inicios también de la cooperativa de trabajo, que era tomar un grupo de personas para ver cómo se podía ir trabajando esas cuestiones. Eso fue para 2005, esperando que bajara el dinero mientras tanto empezamos a hacer ayuda mutua. La primera ayuda mutua que hicimos fue descubrir las bases - eso lo hicimos absolutamente por ayuda mutua. Otra ayuda mutua que hicimos primero, fue un gran congreso de la CTA en La Fábrica, creo que fueron 1000 personas, tirando cosas.” Sonia Freire, Cooperativa La Fábrica. Entrevista em 19 de março de 2013.

Além dos pontos apresentados acima, algumas questões surgem a partir da exploração dessa experiência: o que faz com que uma pessoa ingresse no movimento e permaneça por tanto tempo? O que faz com que uma família busque uma solução coletiva para seu problema? Quais os fatores que fazem com que o problema individual se transforme em consciência coletiva?

Muitos fatos levam certas pessoas a buscar uma solução coletiva ao seu problema habitacional. E muitas vezes o problema habitacional, que é a causa do ingresso ao movimento, depois se torna mais um motivo, sendo que a permanência se dá por distintos motivos, como a reestruturação de relações de vizinhança e convivência, solidariedade e militância política.

Em relação ao caso do MOI e ao contexto de crise política e econômica que a Argentina se encontrava, a criação da Lei 341 foi um incentivo para diversas famílias ingressarem no movimento após 2001. Lúcio Rennó explicita que certos “contextos institucionais criam redes de incentivos e restrições à participação em distintas formas de ação coletiva que não podem ser ignoradas (North, 1995; Rothstein, 2000) – não são só motivações pessoais, como supõe grande parte da literatura sobre capital social, que afetam decisões individuais sobre o envolvimento com entidades da sociedade civil.”¹²⁰. Ainda assim, é importante diferenciar os militantes que entram no movimento em um contexto desfavorável às práticas de

¹²⁰ RENNÓ, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 21, p. 71-82, nov. 2003. Tradução da autora.

construção por autogestão, ou antes da Lei, e os militantes que ingressam já nos marcos da mesma Lei, ou incentivados por ela.

Outros vínculos, como os familiares, são também responsáveis pelo ingresso no movimento. Sonia Freire em entrevista afirma que *"En mi caso, en particular, yo ingreso porque mi hija era parte de la cooperativa La Fábrica. Mi hija sí, fue iniciadora de La Fábrica. Y el papa de mi hija estaba en Yatay."*

Um dos pontos controversos na organização interna do MOI se refere à questão da hierarquia e da autonomia. As diversas instâncias participativas possuem também algumas instâncias de autonomia¹²¹, em maiores ou menores graus de independência. Internamente entre as cooperativas, as instâncias de decisão são os conselhos e a assembleia semanal. Esses espaços possuem, em geral, elevado grau de autonomia em relação aos técnicos e em relação às demais cooperativas. Cada cooperativa pode decidir sobre a inserção ou expulsão de um sócio. Já a reunião semanal chamada de *Directiva*, reunião onde estão presentes os presidentes de cada cooperativa e os membros do conselho, juntamente com a equipe técnica, é um espaço menos fluido, geralmente iniciado pelas falas de Néstor e onde se observa que nem todos emitem suas opiniões. Na prática, não se estabelece como um espaço de tomada de decisões, mas de caráter informativo sobre a organização, principalmente em relação às questões institucionais e internacionais. Assim, podemos observar uma organização hierárquica no âmbito das direções e uma organização horizontal nas cooperativas e espaços complementares à moradia.

O papel das mulheres na organização é, como em grande parte dos movimentos de moradia, central. Devido ao caráter centralizador democrático da organização, ou seja, o espaço da reunião diretiva é altamente centralizado na figura de Néstor e os espaços das cooperativas são mais democráticos e autônomos transformando o papel das mulheres em um paradoxo. Por um lado, Néstor centraliza falas, informes, decisões e discursos durante as reuniões diretivas. São as mulheres, representantes de cada cooperativa, que de forma mais solta e informal pedem pra que ele não se alongue nos intermináveis discursos. Porém são elas também que pactuam com essa relação desigual, que centralizam na figura dele o debate. Nos outros espaços do movimento, como as assembleias das cooperativas, visivelmente mais autônomos, as mulheres têm papéis centrais, em todas as cooperativas. Em todas as cooperativas em obra são as mulheres as presidentes e em todas as cooperativas as mulheres são maioria nos Conselhos e Comissões, ou seja, assumem mais responsabilidades que os homens. Também em todas as cooperativas as pessoas 'referência' – a quem os dirigentes indicam para darem entrevista e relatarem o processo da cooperativa – são mulheres, pois são elas estão desde o início do processo e participaram ativamente da organização ao longo dos anos.

Notamos também um espaço social predominantemente feminino nas coordenações das cooperativas, dos PVTs, do Bachirelato, do Jardim, em contraposição ao espaço de produção técnica predominantemente masculino. Na Equipe Técnica todos os arquitetos são homens, somente a área social é ocupada por uma mulher - a socióloga Carla Rodriguez. Os

¹²¹ THWAITES REY, Mabel. La autonomía como búsqueda, el Estado como contradicción.

advogados também são homens, e a Cooperativa de Trabalho (Cooperativa de Trabajo Casa Base), com exceção de espaços administrativos e financeiros, todos os outros como a serralheria, carpintaria e o trabalho no canteiro de obras, são ocupados por homens.

Assim, notamos que apesar de possuir representantes em debates sobre as questões de gênero, alguns elementos culturais e sociais são mantidos e de difícil transformação no interior do movimento.

As relações com o Estado e com as instituições públicas, como o IVC, são de constante tensão entre a dependência financeira do Estado e a necessidade de pressão para atendimento das exigências. É um constante embate entre o quanto o movimento deve reivindicar e pressionar por melhores condições da política pública e o quanto deve ser diplomático para continuar sendo ouvido e respeitado pelas instituições.

As relações entre o MOI e os outros movimentos de luta por moradia são permeadas tanto por ações de apoio quanto por contradições. Não há uma unidade – como ocorre com alguns movimentos no Brasil e como funciona a Fucvam no Uruguai – de movimentos ou uma federação que agregue todos os movimentos. A partir da Lei 341 surgiram diversas cooperativas para acessar os recursos estatais, porém não se vinculavam ao MOI, pois o movimento tem como uma das premissas a propriedade coletiva, e muitas cooperativas não estão de acordo. De fato, se esse não é um ponto exigido pela legislação e não há formação política sobre as diversas formas de propriedade e como cada uma dessas formas afeta as famílias, a decisão tomada pela maioria é de que querem algo que seja seu, querem a garantia de poder amanhã vender sua propriedade no mercado. A maioria sequer compreende os motivos da propriedade coletiva ou cooperativa, as questões sobre direito de uso ou de posse dos imóveis, o direito de vender e a questão da mercantilização da moradia.

Em relação às idiossincrasias do movimento, as questões ligadas ao poder são centrais. As relações de produção e de convivência são permeadas por relações intersubjetivas de reconhecimento e poder. A forma hierárquica de organização interna - centralismo democrático nas reuniões diretivas e espaços de decisão e a autogestão cotidiana nos espaços de trabalho das cooperativas de moradia nos faz questionar se a rigorosa cotidianidade da autogestão possibilita realmente a experimentação de dimensões de autonomia.

Organização atual

Uma das características dos movimentos sociais é que são organizações populares que definem suas próprias regras internas, linhas de atuação e prioridades políticas. No caso do MOI, apresentaremos as linhas de atuação – que estão ligadas às prioridades políticas – a fim de compreender como funciona o movimento.

Pontuação

Como em grande parte dos movimentos de moradia em diversos países, onde a luta leva a uma conquista material e no limite individual – mesmo considerando a busca por instituir

formas alternativas de propriedade, como no caso uruguaio e argentino, a casa ainda é habitada por uma única família, estabelecida socialmente, mononuclear, portanto individual – é necessário estabelecer alguns critérios e acordos para que a organização atue de forma transparente e não clientelista com as famílias.

O critério utilizado pelo MOI, vindos da tradição cooperativista uruguaia, e utilizados também pela UMM e outros movimentos de moradia brasileiros é a pontuação por participação. Cada família vai acumulando pontos conforme sua participação nas diversas instâncias organizativas do movimento – nas reuniões periódicas da organização, nas assembleias, em marchas ou atos, sendo que a quantidade de pontos depende de cada atividade e é definido e acordado coletivamente.

Ao longo do processo as famílias mais pontuadas tem prioridade na escolha de qual unidade vão ocupar.

As *Guardias* de Autogestão

A partir de 1998 e após extensas avaliações sobre o funcionamento do movimento, foi instituído por seus membros que o ingresso às cooperativas seria através das *Guardias*, o que em português poderia ser traduzido como incubadoras. As “*Guardias* de Autogestão” passam a constituir um processo de formação cooperativista antes da entrada formal do grupo familiar a alguma das cooperativas do Movimento. O período de *guardia* dura aproximadamente 6 meses, quando as famílias passam a frequentar semanalmente reuniões em algum espaço ligado ao Movimento. Nesses encontros, cooperativistas e militantes apresentam aos ‘novos’ os conceitos (ou bases ideológicas) que são as linhas mestras do trabalho do MOI: autogestão, ajuda-mútua, propriedade coletiva, cooperativismo, etc. Explica-se o funcionamento da organização, tanto internamente a cada cooperativa (assembleias, comissões, trabalhos que deverão ser realizados) quanto externamente à cooperativa, ligados ou à organização em geral (como as comissões para o funcionamento da organização, as atividades complementares à moradia, como a saúde, a educação, etc) ou à construção política mais ampla (o pertencimento à CTA, as marchas, o sentido ampliado da luta por habitação, etc).

As *guardias* constituem, portanto, o primeiro espaço de educação popular na organização. É a partir daí que começam a ser apresentados os novos conceitos que deverão fazer parte do cotidiano da luta ao longo dos próximos anos. A *guardia* é, por excelência, um espaço de boas vindas. Mas também espaço que separa o cidadão que está buscando apenas uma casa, daquele que está buscando uma organização política, sua condição de militância. O tempo que as famílias ficam em *guardia*, cerca de seis meses, não são incorporados depois no processo daquela família à cooperativa. Ou seja, é um período unicamente de formação, e depois desse processo se inicia de fato a vida cooperativa – incluindo a contagem de pontos, só a partir da entrada da família na cooperativa de fato.

Apesar disso, a *guardia* não garante que ingressem na organização apenas pessoas que estejam de acordo com todos os eixos políticos explicitados. Na teoria, todos antes de entrar sabem das regras, sabem que no MOI a propriedade é coletiva, a autogestão é a forma de se organizar, e a ajuda-mútua é parte obrigatória do processo, com horas a cumprir

semanalmente. Mas nem sempre os eixos são incorporados por todos da mesma forma, sendo que convivem, com certo grau de conflitividade, grupos que não estão de acordo com determinado eixos, sobretudo com a propriedade coletiva.

Uma das questões interessantes é que, apesar da *guardia* e do longo período de formação que passam as famílias antes de ingressar, outras formas de ingresso podem ser avaliadas como mais efetivas. Um dos principais problemas na Cooperativa La Fábrica foi o longo período sem ser alimentada pela *guardia* (longo período sem o ingresso de novos sócios na cooperativa, ao mesmo tempo que naturalmente saíam sócios, ou seja, um esvaziamento por um período), pela necessidade de que as famílias formadas pela *guardia* em um longo período (cerca de 4 anos) fossem para a Cooperativa El Molino (que é a mais numerosa do MOI, com 100 famílias), e a entrada posterior de um grande grupo novo.

“Al tiempo que nosotros empezamos, entró El Molino, que era más grande, todavía, con lo cual, había que alimentar ese gigante y una de las cosas que para mí fue uno de los problemas que después tuvimos como Cooperativa, fue que como organización nos planteamos que había que coordinar para El Molino, entre 2 y 3 años no entró ninguna persona en La Fábrica. Obviamente eso solo se ve después. Lo que sucedió es que, imagínate: yo ingreso en 2000, hasta 2003 entró gente, fines. Los que estamos seguimos caminando, coordinando. En 2003 para el ingreso de gente y la guardia se empieza alimentar El Molino, solamente. Por lógica, empieza caer gente, y vos te reunís semanalmente. (...) Y seguimos laburando, ayuda mutua, comisiones de obra, seguir reuniendo para la cooperativa, hasta 2007. Hasta 2007 no volvió a ingresar gente. Qué pasó? Cuando se abre de vuelta el ingreso en la cooperativa, vos ya tenías un grupo, que éramos nosotros, los viejos, y te ingresa otro grupo. Cuál era la mejor manera que los grupos se consoliden? Teniendo un enemigo.” Sonia Freire, Cooperativa La Fábrica. Entrevista em 19 de março de 2013.

Nesse caso, mesmo tendo passado pelo processo de *guardia*, o grupo novo questionava os métodos de trabalho da cooperativa e os conceitos do movimento, principalmente a propriedade coletiva. Observamos ao longo da pesquisa de campo que não foi feito um trabalho social constante e cotidiano com a Cooperativa, com o objetivo de construir o sentido do novo sem destruir o que já havia sido conquistado.

Equipe Técnica orgânica

Uma característica do MOI é que sua equipe técnica é parte integrante e originária do movimento. Mais que arquitetos, sociólogos e advogados orgânicos ao movimento, o que se observa é uma complexa forma de atuação e interação entre técnicos e base.

Frutos do desenvolvimento do modo de produção capitalista, os intelectuais caracterizam-se por organizar e dirigir o saber das massas:

“Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc...” (Gramsci, 2000a: 15).

Para Gramsci, o papel dos intelectuais orgânicos¹²² está intrinsicamente ligado a questões políticas, pois a formação e toda forma de conhecimento tem efeito direto na organização. Esta é fundamental, já que as pessoas, para superar os interesses individuais, devem discutir a dialética entre teoria e prática, reconhecendo os interesses coletivos.

Parte da complexidade do Movimento de Ocupantes e Inquilinos está no fato de que um dos fundadores do MOI é o arquiteto Néstor Jeifetz, e ele permanece como seu presidente desde então. Sua companheira é a socióloga Carla Rodriguez, que é a única responsável pela parte social da organização. Fazem parte da equipe técnica outros arquitetos (atualmente todos homens) e dois advogados. Geralmente os técnicos não participam das assembleias das cooperativas e não estão diariamente nas obras (que geralmente são acompanhadas pelos respectivos mestres de obras), ou seja, os demais técnicos são apoiadores quase externos ao movimento.

Da mesma forma, os projetos são realizados em grande parte com a consulta das famílias, mas foram observadas limitadas instâncias de participação ou oficinas para discutir com profundidade a arquitetura. Assim, há um componente pessoal em cada um dos projetos que é de difícil superação, inclusive de difícil percepção pelas famílias. Durante as entrevistas, quando o assunto era a elaboração e as características do projeto e a participação das famílias, a maioria considerava que havia participado, mesmo que essa participação se desse através de simples e breves consultas. Relatavam que ‘o projeto era muito bom’, e que ‘não mudariam muitas coisas’ (apesar de, ao longo das observações de campo, perceber que muitas pessoas tomariam decisões diferentes em relação ao projeto, proporiam outros desenhos). Outra observação recorrente durante as entrevistas quando o assunto era o projeto era de que ‘os arquitetos faziam o projeto porque eles possuíam o saber técnico’, sendo que ‘as pessoas não tinham tido formação específica para propor uma discussão’.

¹²² Apesar deste não ser um tema que abordaremos nesta dissertação, os intelectuais orgânicos para Antonio Gramsci estão relacionados a uma questão de classe.

Observamos, assim, um claro limite no compartilhamento e democratização do saber e nas decisões de projeto.

Isso fazia com que a obra tivesse vários complicadores e elementos de trabalho alienado, como por exemplo, a partir do acompanhamento em alguns dias nas obras, observamos que famílias que tinham que estar presentes na obra para realização da ajuda mútua e que seriam os futuros moradores dos apartamentos que estavam construindo não compreendiam informações importantes sobre o projeto (a leitura técnica das plantas havia sido pouco trabalhada pelos técnicos, aumentando a distância entre os técnicos e as famílias), e algumas vezes não sabiam o que estavam fazendo ou o motivo de seu trabalho. Evidentemente o entendimento do processo era distinto dependendo do envolvimento de cada membro e militante, mas o que se observou foi a realização de grande parte do trabalho de arquitetura unicamente pelos técnicos no escritório, retirando das famílias a possibilidade de se empoderar de mais uma ferramenta para a construção do poder popular. O projeto ia nascendo ao longo da obra, e ao mesmo tempo as pessoas iam se apropriando e compreendendo como seriam as casas¹²³.

Programa de Vivienda Transitória

Fundamentais dentre os programas complementares às atividades das cooperativas de moradia, os *Programas de Vivienda Transitória* (PVT) são edifícios alugados ou cedidos pelo Estado que funcionam como moradia transitória para as famílias ao longo do processo de construção das unidades habitacionais. Como apresentamos no primeiro capítulo, o MOI possui 3 lugares onde funcionam os Programas de Vivienda Transitória: são 4 unidades na Casa Base, construídas como apoio emergencial à moradia (PVT 1), aproximadamente 20 unidades num edifício alugado onde antes era residência de operários (chamados *conventillos*) (PVT 2) e aproximadamente 30 unidades num edifício estatal, onde funcionava uma antiga clínica no bairro de San Telmo (PVT 3). Como o PVT 2 é uma casa alugada, e para que as 20 famílias residentes não tenham que arcar sozinhas com os custos do aluguel, o valor é dividido entre todos os moradores de todos os PVTs, resultando num valor mensal de aluguel muito baixo.

Os programas de moradia transitória tem a dupla função de, por um lado, apoiar aquelas famílias que estão em situação de emergência habitacional, despejo ou desempregadas e não conseguem mais pagar os alugueis e, por outro, funcionar como um ensaio à vida coletiva na futura construção da cooperativa. Nos PVTs são feitas assembleias todas as semanas, onde se realizam os pagamentos (cobrar é uma tarefa rodiziada entre todos) e se decidem as questões relativas à convivência, às reformas necessárias nos edifícios, ao recebimento de visitantes de outros locais na organização, etc. Os edifícios se encontram em condições precárias de habitabilidade, sendo que os pequenos reparos na construção são feitos pelos próprios moradores.

¹²³ ARANTES, Pedro Fiori; HIRAO, Flávio Higuchi; LAZARINI, Kaya. Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo. A experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST), 2010.

Existe uma dificuldade de fazer uma grande reforma – necessária – nesses edifícios, justamente por seu caráter transitório de moradia. Cada família nova que entra tem a esperança de que esta seja uma estadia curta – já que as cooperativas estão em obra – porém devido aos longos tempos em obra, o que seria transitório chega a durar muitos anos.

São muitas as semelhanças dessa forma de vida coletiva com as ocupações nos edifícios nas áreas centrais das grandes cidades por movimentos organizados. A limpeza é feita coletivamente e rodiziada entre as famílias. Há regras quanto à entrada e saída de pessoas de fora, conversas na calçada (no PVT 3, localizado na Av. Independencia em San Telmo, a preocupação com a aceitação dos vizinhos faz com que seja proibido tomar vinho ou cerveja na calçada e ficar conversando até tarde), horários para festas, etc.

A existência desses programas também é responsável por boa parte da militância do movimento, porque permite que algumas pessoas trabalhem meio período ou em horários flexíveis (pois não estão comprometidas com valores exorbitantes de aluguel) e essas pessoas ficam liberadas para participar das reuniões e marchas do movimento.

Nestes espaços também são construídos laços de solidariedade e o sentido real de comunidade, como apontados no capítulo 1 desta dissertação.

Educação Popular

O MOI desenvolveu duas instâncias organizativas ligadas à educação popular, que são o jardim infantil (que surge como uma necessidade das mães cooperativistas que não tinham onde deixar os filhos durante as reuniões e obra) e o *Bachillerato Popular*, educação regular de jovens e adultos que não iniciaram ou concluíram os estudos secundários. O *Bachillerato* do MOI nasceu em 2006, e atualmente é reconhecido pelo Estado (os egressos possuem o diploma do curso secundário) e os educadores são trabalhadores da *Cooperativa de Trabajo*, ou seja, o MOI recebe os recursos do Estado e repassa para os trabalhadores.

Atende estudantes que são das cooperativas, mas também vizinhos do bairro onde está localizado. Aspectos interessantes são relativos à proposta político pedagógica: como é decidida pelo coletivo, várias das aulas são distintas de uma formação bancária tradicional (nos termos de Paulo Freire). Aulas de cooperativismo, autogestão, Hábitat e Cidade fazem parte do currículo ao longo dos três anos. Assim, o *bachillerato* funciona como formação política para os cooperativistas e militantes do movimento, e também funciona como uma forma de disseminação do movimento e da luta para a população em geral. Várias das pessoas que fazem o *bachi* e que não conheciam a construção por cooperativa depois passam a conhecer, entender o processo e por vezes se envolver de forma mais orgânica ao movimento.

Saúde e gênero

O Programa de Inserção Comunitária (PIC), anteriormente chamado de Programa de Externados também faz parte do conjunto de atividades complementares à moradia desenvolvidas pelos militantes durante o processo todo da construção das casas. Tanto a Casa Base, sede do movimento, quanto as Cooperativas La Fabrica, Yatay e o Programa de

Vivienda Transitória 2 estão localizados próximos a dois dos maiores hospitais psiquiátricos da Argentina, o Borda e o Moyano.

A proposta do PIC é promover atividades de acompanhamento aos ex-internados dos hospitais psiquiátricos, para que estes depois se tornem cooperativistas, já que depois que deixam o hospital a situação laboral e habitacional de quase todos é semelhante à saída de uma penitenciária, ou seja, não há apoio social ou apoio para reinserção no mercado de trabalho, e muitas vezes não possuem mais vínculos familiares.

O programa constitui em dar apoio à saída dos internados dos hospitais através da inserção à formação cooperativa. Fazem parte do PIC sócios das cooperativas diversas, entre eles uma assistente social. Não há trabalhadores contratados ou apoio institucional ao Programa. Os voluntários trabalham com pouco mais de 10 ex-internos, sendo que 8 já estão em alguma cooperativa e, destes, 4 vivem em algum dos PVTs.

Outros participantes cooperativistas fazem parte da área de gênero, junto à CTA, que é responsável por organizar discussões e eventos e trazer à superfície as questões de gênero. Os cooperativistas fazem parte do espaço de reflexão proposto pela CTA e levam as questões para o MOI através de informes, debates, etc.

*

Podemos ressaltar várias questões em relação aos programas que acabamos de descrever. A primeira delas é que, frente a um crescente desmantelamento do Estado e da ausência do poder público na provisão de diversos serviços, a organização se incumbe da função de sanar certas deficiências, com todos os limites visíveis. Assim, a organização popular trabalha no limite entre propor ao Estado novas formas de ações e políticas públicas, e executar da forma que pode, já que o Estado não cumpre com todas as necessidades, ou seja, entre a gestão da precariedade e a construção da autonomia.

Outro aspecto importante dessas experiências, sobretudo das educativas, é quando o movimento cumpre o papel de sujeito educativo. Raul Zibech (2007: 32) destaca quatro critérios que fazem dos movimentos sociais sujeitos pedagógicos: o movimento entendido como tal, não como uma instituição, mas justamente por sua capacidade de mover-se; o ambiente de fraternidade comunitário; a produção como aspecto central da transformação da nossa sociedade e as formas de vida que emergem dessas novas práticas cotidianas.

Assim, o movimento possui um caráter autoeducativo, em transformação, não estático como os métodos educativos tradicionais. Está presente como parte da política pedagógica do Bachirellato, por exemplo, a pedagogia de Paulo Freire, da construção de uma educação popular com moldes diferentes dos tradicionais, e em constante transformação. Para isso é necessário criar vínculos mais estreitos entre os participantes, com uma espécie de “pedagogia de enraizamento em uma coletividade”, segundo define Roseli Salete (2000: 204). Daí a importância de trabalhar os aspectos mais afetivos dentro da organização.

Ainda segundo Zibech (2007: 33) o ‘trabalho produtivo é educativo se é transformador’. Isso quer dizer que os trabalhos encarados pelos movimentos sociais não devem reproduzir as relações hierárquicas e a divisão tradicional do trabalho, mas sim produzir outras relações, como as de cooperação. Não deveria se vincular à eficiência, tanto econômica quanto politicamente. Dessa forma, a vida cotidiana no movimento social deveria estar ‘impregnada por atitudes e valores que permitam aflorar um clima que faz com que as pessoas que o integrem se tornem sujeitos criativos de suas vidas’. Este seria o sentido emancipatório.

Na prática, a criação desse sentido emancipatório enfrenta diversas dificuldades, tanto coletivamente, já que estamos rodeados por um contexto opressivo e autoritário, quanto individualmente, pois aprendemos a viver dependentes e individualmente. Uma emancipação (do precariado) paradoxal, que mostra inclusive os limites da própria autogestão inserida no sistema capitalista. A experimentação de atividades emancipatórias, implica, portanto em redefinir as relações individuais (Zibech, 2007: 43).

Todas essas atividades complementares à moradia, por um lado, são em grande medida responsáveis para que muitos militantes sigam no movimento, em movimento. A coletividade ocupa o espaço de criação de uma comunidade, de uma noção de grupo ou vizinhança que foi excluído pelo sistema capitalista ao longo dos anos e sobretudo na formação das metrópoles. Gramsci¹²⁴ afirma:

“Dir-se-á que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro apenas até um certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível” (Gramsci, 1999: 414).

O constante rol de atividades contra hegemônicas entre iguais parece ser fator determinante da permanência de muitas pessoas, durante os longos anos da construção autogestionária da casa, no movimento social.

“A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual a teoria e a prática finalmente se unificam” (Gramsci, 1999: 103).

¹²⁴ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

Dessas novas práticas cotidianas surgem novas formas de vida. Os sujeitos desse processo percebem que outra forma de se relacionar é possível, que outra cotidianidade regida por outras lógicas – mais solidárias, menos mercantilizadas, menos capitalizadas – são possíveis pois são constantemente experimentadas. A integralidade ganha força e sentido.

No mesmo sentido, Marx afirma, no prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política:

“(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008: 47).

Assim, o ser social não pode ser entendido fora das relações de classe.

Para concluir, neste capítulo foram apresentadas as principais estratégias políticas do Movimento de Ocupantes e Inquilinos, tanto em relação à luta pelo direito à cidade e à centralidade, ou por maiores e melhores conjuntos habitacionais, quanto políticas e organizativas, no sentido de buscar preencher integralmente as lacunas sociais dos trabalhadores precarizados. Apresentamos, na mesma medida, as contradições que o movimento enfrenta cotidianamente. Porém não podemos perder de vista que estas experiências, longe de serem ideais ou utópicas, são a abertura ao possível, são parte de um longo caminho que está sendo trilhado *por* e *para* o trabalhadores.

Nos termos de João Bernardo: “o máximo a que podemos aspirar para já é o desenvolvimento de lutas que *tendam* à autonomia, em que a participação de todos tenda a ser cada vez maior, em que a rotatividade nas funções tenda a ser crescente, em que o leque das remunerações – se for caso para existirem – tenda a reduzir-se. Este *tenda a* não se consegue sem luta. Trata-se de uma luta dentro da luta, e só o processo permanente de luta interna pode garantir que **as experiências de libertação não se convertam, como até agora tem sucedido, em novas experiências de opressão.**” (Bernardo, 2005).

4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Com efeito, se o indivíduo, para mudar, tem necessidade de que toda a sociedade mude antes dele, mecanicamente, por meio de sabe-se lá qual força extra-humana, nenhuma mudança jamais aconteceria. Ao contrário, a história é uma contínua luta de indivíduos e de grupos para mudar aquilo que existe em cada momento dado.” (Gramsci, 2001: 54-55).

Esta dissertação procurou descrever e avaliar a produção habitacional autogerida pelas cooperativas habitacionais de Buenos Aires pós-crise de 2001 e observar as consequências dessa organização em questões *para além* da moradia. Neste sentido, busca-se com este trabalho expandir e fortalecer a luta pelo Direito à Cidade, à moradia digna e de qualidade para os trabalhadores e produzida com recursos públicos. Mais do que os resultados, o que buscamos foi *“ampliar nuestros registros analíticos, desnaturalizar nuestras propias perspectivas de investigación académica, de cuestionar nuestras certezas gestadas en el marco de un saber académico autocentrado (...)”* (Svampa, 2009a: 13). Buscar estas experiências, sobretudo vinculadas a outro contexto e em outro país, permite fornecer subsídios e novos parâmetros às reflexões e debates acerca da produção autogestionária do hábitat no Brasil.

Com a Argentina em crise econômica, política e social, os movimentos populares e a população organizada passaram a reivindicar mais fortemente a recuperação dos direitos perdidos durante o período neoliberal, e a Lei 341 é uma iniciativa fruto destas ações. As *asambleas barriales* e as fábricas recuperadas são exemplos de como a população via a possibilidade de contornar a situação de crise: através da gestão direta e descentralizada, com participação real e efetiva dos trabalhadores. Apenas com a gestão dos recursos do Estado pelas próprias organizações é que se poderia transformar a situação caótica que a cidade expressava. Por outro lado, as medidas de enfraquecimento do Estado e das gestões públicas fizeram com que políticas de atendimento à classe trabalhadora, como os serviços de saúde e a provisão habitacional para baixa renda, fossem reduzidas ou simplesmente excluídas das agendas de governo.

Assim, foi possível perceber que a iniciativa de criar uma lei de construção por autogestão, onde o Estado deveria direcionar recursos para que as organizações sociais decidissem e efetivassem a construção de suas moradias foi das próprias organizações, mas também contou com a abertura da possibilidade pelo Estado: a lei funcionaria como um despressurizador da panela de pressão popular, como colocou uma das lideranças entrevistadas do *Movimiento Territorial de Liberación* (MTL).

De outra perspectiva, o surgimento da Lei fez com que organizações sociais existentes, com trajetórias distintas, porém com dificuldades estruturais (já que a inexistência de política pública para as entidades organizadas fazia com que cada experiência fosse consequência de atos de "heroísmo" – individuais ou coletivos) se fortalecessem e passassem a acessar recursos públicos para seus projetos de construção autônomos, fortalecendo os grupos, como observamos no caso do MOI. Mesmo que a lei tenha o propósito de ser um

despressurizador da panela de pressão popular no momento da crise social de 2001, também possibilitou que organizações se fortalecessem e novos grupos se formassem, ampliando o debate em torno do direito à moradia e à cidade¹²⁵ e a luta por autogestão.

Para que não nos tornemos “viciados em virtude”¹²⁶, porém, é necessário observar e analisar a dimensão política dessas experiências, dimensão complexa, não homogênea nem estanque. Acompanhar a evolução da Lei 341 e do *Programa de Autogestión para la Vivienda* nesses mais de dez anos de sua implementação permitiu realizar alguns apontamentos em relação aos projetos, às obras e às próprias cooperativas.

As *cooperativas* têm origens sociais distintas, desde hotéis e pensões até ocupações. Sua organização também é diversa, tendo grupos mais organizados e articulados, nos quais a luta por moradia é apenas parte de uma luta mais ampla. Também permitiu o surgimento de grupos onde a conquista da casa encerra uma etapa, e a cooperativa existia enquanto a obra estava em andamento, e quando era concluída acabava minando a organização do grupo. Este aspecto provoca uma reflexão para as próximas investigações sobre esse tema: apesar da situação de crise social e política, da necessidade imediata de organização para efetivar a construção da moradia e da criação de uma lei e de um programa que garantissem recursos públicos para essas obras, sem uma metodologia de formação política de base, sólida e estruturada, o alcance político dessas ações é reduzido. Quando as ações são limitadas à construção do conjunto e as cooperativas deixam de funcionar após a conclusão das obras, os objetivos originais de quando a lei foi pensada pelos movimentos sociais são distorcidos. Utilizar a lei para fomentar uma organização concreta da sociedade, sólida, que seja capaz de fazer frente à luta por moradia de forma ampliada, ainda é um desafio a ser conquistado.

O protagonismo das organizações sociais na compra dos terrenos, garantindo a escolha da localização, portanto ganhos em relação aos terrenos periféricos comumente direcionados para a habitação de interesse social, é afogado pela própria política fundiária: a compra de terras no mercado não lhes permite muitas escolhas, já que o preço dos terrenos define o acesso à cidade. Sem uma política fundiária efetiva, colocando em prática a função social da propriedade, implementada pelo Estado através de desapropriações e da criação de um banco de terras significativo, essas experiências passam a ser mais limitadas.

Em relação aos *projetos*, estes são pensados e desenvolvidos de acordo com as necessidades e desejos daquele grupo específico, gerando conjuntos de qualidade superior aos normalmente concebidos e executados por empreiteiras, além de unidades maiores e melhores que os conjuntos geralmente destinados às famílias de baixa renda. Em todos os conjuntos havia variação de tipologias, espaços coletivos agradáveis e de recreação para as crianças, e uma preocupação com os materiais empregados na obra, para que a qualidade da construção fosse garantida desde o projeto.

Por outro lado, em relação aos *processos de projeto*, ainda se verifica uma distância entre técnicos e famílias, que acaba por se configurar como um dos limites no avanço organizativo

¹²⁵ Lembrando que o maior levante operário da história argentina, o *Cordobazo* (1969), foi uma revolta que surgiu no chão de fábrica e ampliou-se para o urbano.

¹²⁶ OLIVEIRA, 2004 in Novos Estudos-CEBRAP, 2006: 72.

na luta por moradia. A separação entre técnica (projeto de arquitetura, escolha e crítica aos terrenos e as políticas urbanas, reflexões sobre a técnica construtiva empregada, sobre os materiais, sobre o trabalho e o que o projeto implica na construção) e política (a luta das organizações junto à institucionalidade, marchas e reivindicações para melhoria/evolução das políticas públicas, atualização/correção dos valores, ampliação da política local para o nível nacional) provoca um déficit organizativo e um enfraquecimento da luta que deverão ser analisados com maior profundidade em outros trabalhos. Técnica e política são, portanto, indissociáveis¹²⁷.

As *obras*, em geral, avançam em ritmo lento e a *burocracia* para liberação dos recursos e operacionalização do Programa colaboram para que os resultados sejam ínfimos frente ao problema habitacional como um todo.

Observou-se também que um dos aspectos conflitivos da Lei 341 é o fato de unificar no mesmo marco normativo dois processos diferenciados: a emergência habitacional e a autogestão como forma de organização coletiva para construção do hábitat. Ao longo da análise dos processos, notou-se que nem todas as famílias em situação de emergência habitacional estavam preparadas (e efetivamente se prepararam) para envolver-se na luta por autogestão ou em processos coletivos de construção habitacional, e vice-versa.

Em outras palavras, o uso da Lei para garantir o acesso à moradia (entendendo a unidade habitacional como fim em si, no modelo atual de provisão habitacional), é contraditório à proposta das organizações que a impulsionaram. Há uma tensão constante entre a ação política ou politizadora e a institucionalidade. Se por um lado a regulamentação dá instrumentos de fortalecimento da luta, por outro também permite ou dá abertura para outros tipos de intervenções. Neste sentido, o texto buscou mostrar a partir das descrições das cooperativas e de sua forma de organização que este procedimento institucional não foi sempre usado para fins politizantes ou emancipadores, muitas vezes se reduzindo a uma luta pela mercadoria moradia.

O texto também mostrou como experiências filiadas à mesma origem uruguaia, ou seja, as cooperativas ligadas ao *Programa de Autogestión para la Vivienda* de Buenos Aires e as experiências ligadas aos movimentos de luta por moradia de São Paulo, principalmente no início dos anos 1990, através do Programa Funaps Comunitário. Apesar de se originarem da mesma experiência, possuem importantes diferenças. Em relação aos aspectos institucionais, o caso argentino inaugura, como exemplo os uruguaios, um marco normativo que regule a construção por autogestão. Local, portanto restrito à cidade de Buenos Aires. Porém garante que a política pública se estenda para além de um programa ou de uma gestão.

Também são fundamentais as diferenças entre os aspectos localizacionais das obras, bem como quantitativos. Em São Paulo, apesar de alguns projetos centrais e bem localizados, a maioria dos mutirões eram construídos nas franjas da cidade, nas bordas da periferia, em glebas, formando conjuntos habitacionais fechados. Em Buenos Aires a localização dos

¹²⁷ LOPES, João Marcos de Almeida. MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO técnica e arquitetura como prática política apresentado à Escola de Engenharia de São Carlos, Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. São Carlos, março 2011.

conjuntos e sua inserção urbana merece destaque inclusive quando comparada às cooperativas ligadas à Fucvam, também em sua maioria vezes periféricas, com poucas exceções centrais.

Em relação aos aspectos quantitativos, a experiência uruguaia da Fucvam demonstra que, quando em âmbito nacional, as iniciativas de auto-organização ganham força, mesmo que se apresentem em maior número na capital. Já no caso brasileiro, apesar do Funaps-Comunitário ser um programa da Prefeitura de São Paulo (gestão de Luisa Erundida [1989-1992]), devido à grande mobilização social por parte dos movimentos de moradia e apoio institucional por parte dos técnicos engajados que ocupavam a gestão pública, os mutirões foram responsáveis pela construção de mais de dez mil unidades habitacionais. Já o caso argentino mostra que, apesar do *Programa de Autogestión para la Vivienda* estar regulamentado por uma lei, isso em nada garante a destinação de recursos nem ao montante de recursos que serão destinados a este programa. Isso faz com que os números relativos à produção, nestes mais de dez anos de existência da lei, seja tão pequeno que este se coloca como um dos grandes desafios enquanto programa de provisão habitacional.

Em relação aos aspectos ligados à organização popular e à capacidade de enfrentamento por parte das organizações e movimentos sociais vinculados à construção autogestionária do hábitat, também podemos apontar diferenças importantes entre as experiências uruguaia, brasileira e argentina. Enquanto a Fucvam se tornou uma agremiação de mais de 300 cooperativas habitacionais e fazia frente aos embates com o Estado para reivindicar mais recursos para as cooperativas, e em São Paulo a União dos Movimentos de Moradia se consolidou como guarda-chuva dos movimentos e associações de bairro que buscavam realizar seus projetos, em Buenos Aires, apesar do Movimento de Ocupantes e Inquilinos ser uma federação de cooperativas, não houve uma figura que agremiasse as cooperativas ligadas à 341. Isso fazia com que a organização para o enfrentamento e a capacidade de pressão das organizações sociais ficasse restrito à reivindicações locais ou pontuais. Os fatores que definiram esta diferença de organização, no caso argentino, estão ligados à propriedade coletiva (que não é regulamentado pela Lei 341), já que as cooperativas para fazerem parte do MOI devem defender – e buscar colocar em prática – a propriedade coletiva.

Ainda em relação aos aspectos que diferenciam as experiências brasileiras da argentina, a presença de edifícios que abriguem moradias transitórias, como é o caso do Programa de Vivienda Transitória (PVT) do MOI, faz com que as organizações coloquem em prática a cultura cooperativista cotidiana e ensaiem a vida comunitária e a organização autogestionária. Este é um espaço formativo fundamental para o movimento, e que não possui equivalente nas experiências observadas no Uruguai, nem em São Paulo.

“Os envolvidos na produção social do espaço nessas áreas enfrentam, paradoxalmente, uma situação de duplo atraso que, não obstante, surge como favorável à invenção de novas práticas: primeiro, a possibilidade de tirar partido

da forma de produção relativamente elementar da arquitetura (ela guarda o sentido experimental da autonomia produtiva melhor do que outros setores da economia); segundo, a grande maleabilidade dessas áreas “liberadas”, uma vez que o capital pouco se interessa por elas. Se sua condição de não inclusão ou ligação frágil com os circuitos de acumulação é, evidentemente, parte do fim de linha a que chegou a sociedade contemporânea, ela é também a chance para a invenção de novas formas de organização social e do espaço.”¹²⁸

Assim, observamos que mesmo com os limites em relação à formação política das cooperativas inscritas no programa, o fato desta ser uma política minoritária e não estimulada pelas gestões públicas, permite que novas relações sejam testadas no interior das experiências. “(...) o principal campo de experimentação (...) não está no interior da produção dita convencional, das empreiteiras (...), mas em territórios “liberados socialmente” pelas organizações populares (...)” (Arantes *in* Ferro, 2006: 30). Neste sentido, a formação de importantes cooperativas de trabalho no interior dos dois principais movimentos sociais (Movimiento de Ocupantes e Inquilinos e Movimiento Territorial Liberación - MOI e MTL) provavelmente só foi possível nestas condições, de políticas periféricas. As cooperativas de trabalho substituíam a construção através da contratação de empresas construtoras ou empreiteiras privadas, fazendo com que o lucro das construções fosse revertido para as próprias obras ou para os trabalhadores participantes das cooperativas de trabalho dos movimentos, fortalecendo a organização social dos trabalhadores.

Também mostramos que o Movimento de Ocupantes e Inquilinos sofreu modificações fundamentais desde sua criação (no início dos anos 90), onde empregamos a expressão ‘abertura de precedentes na marra’, até os dias atuais, após a implementação da Lei 341/00. Apesar do observado distanciamento entre dirigentes e base - distância entre o movimento e quem o movimenta - sendo observada uma tensão constante entre os interlocutores oficiais e a base ativa do movimento, este é um dos principais impulsionadores da ampliação das políticas públicas de habitação e autogestão na América Latina. Junto com os uruguaios da Fucvam e os brasileiros da UNMP - União Nacional dos Movimentos Populares - o MOI é, na Argentina, o movimento social responsável por criar e impulsionar propostas de ampliação da luta junto à Selvihp - *Secretaria Latinoamericana de Vivienda y Habitat Popular* - impulsionando a formação de novas organizações de base nos demais países latinoamericanos.

Assim, este texto busca ser ainda um estímulo para se imaginar alternativas à produção habitacional pelas organizações sociais e às diversas formas de organização dos trabalhadores. Apresentamos, tanto no contexto da Lei 341 quanto no interior do Movimento de Ocupantes e Inquilinos, os territórios “liberados socialmente” pelas organizações populares, onde seria possível experimentar outras formas de organização social do trabalho e, assim, outro modo de produção. Em distintos graus de organização e

¹²⁸ Apresentação de Pedro Fiori Arantes em FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

autonomia, observamos que os processos desencadeados pela luta política por moradia permitem a criação de sujeitos críticos, que experimentam a prática da gestão direta de recursos do Estado e reconhecem sua luta como contrária à lógica capitalista implementada nas cidades como única solução existente. Estas experiências mostram que novas soluções devem ser inventadas em todo momento, contrapondo-se à lógica perversa e excludente de organização das cidades.

Para encerrar, tomamos emprestadas as palavras de Maurício Tragtenberg no livro "Reflexões sobre o Socialismo":

"(...) procura-se definir um otimismo revolucionário: as lutas sociais podem tender à burocratização e à perda de suas finalidades iniciais, mas há sempre alguém – a classe trabalhadora – que reage a isso, criando suas entidades igualitárias e novas relações sociais antagônicas à burocratização. Se o leitor conseguir entender essas tendências, o objetivo deste trabalho terá sido atingido." (Tragtenberg, 2008: 9).

* * *

"Mas toda crítica, mesmo radical, que não conduz a uma prática modificadora, é um exercício acadêmico de pouco interesse."

Sérgio Ferro

BIBLIOGRAFIA

ADIZES, Ichak. *Autogestión: la practica yugoslava*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1977

ALMEYRA, Guillermo. *La protesta social en la Argentina (1990-2004). Fabricas recuperadas, piquetes, cacerolazos, asambleas populares*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2004.

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.

ARANTES, Pedro Fiori. *O ajuste urbano: As políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FAU/USP, 2004.

ARANTES, Pedro Fiori; HIRAO, Flávio Higuchi; LAZARINI, Kaya. *Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo. A experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST), 2010*. Apresentação de artigo no V Seminário ibero-americano de Ciencias Y Tecnologia para el Habitat Popular, em Córdoba, Argentina.

BARAVELLI, José Eduardo. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FAU/USP, 2008.

BARBAGALLO, José. *MOI Movimiento... en movimiento: la lucha por la casa en la ciudad de Buenos Aires: una experiencia autogestionaria*. – 1ª ed. – Buenos Aires: Asociación Civil MOI, 2007.

BARRETO, Juana Muniz. *Una antigua fábrica en Barracas se recicló para viviendas*. La Nación, Buenos Aires, 19 out 2005.

BERNARDO, João. “A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas” em Piá Piou! nº 3, São Paulo, 2005.

BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema*. In: MARICATO, Ermínia (Org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. 2a edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

BOLÍVAR, Teolinda; ESPINOSA, Jaime Erazo (coord.). *Los lugares del hábitat y la inclusión*. Quito: FLACSO, 2013.

BONDUKI, Nabil. *Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

BOOKCHIN, Murray. *Textos Dispersos*. Lisboa: SOCIUS, 1998.

CABRAL, João de Pina. “Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa”, in *Análise Social*, vol. XIX. 1983.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHÁVEZ, Daniel. *Fucvam, a história viva*. São Paulo: Fase/Forja Editorial, 1988.

- CICCOLELLA, P. y VECSLIR, L., 2010: "Nuevos espacios del terciario y transformación metropolitana en Buenos Aires" en *XI Seminario Internacional de la Red de Investigadores en Globalización y Territorio*, Mendoza.
- CICCOLELLA, P, 2009, "Buenos Aires: una metrópolis postsocial en el contexto de la economía global" en Pérez, P (Editor), *Buenos Aires, la formación del presente*, OLACHI, Quito.
- CRAVINO, Maria Cristina. *Entre el arraigo y el desalojo; La Villa 31 de Retiro. Derecho a la ciudad, capital inmobiliario y gestión urbana*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.
- DEL RÍO, Juan Pablo e DUARTE, Juan Ignacio. *La gestión del suelo y la distribución de la ciudad. Una articulación compleja para la política habitacional en el Conurbano Bonaerense*. In CRAVINO, M. (org). *Construyendo barrios. Transformaciones socioterritoriales a partir de los Programas Federales de vivienda en el Área Metropolitana de Buenos Aires: 2004-2009*. Buenos Aires: Fundacion CICCUS, 2012.
- DELAMATA, Gabriela. *Ciudadania Y Territorio. Las Relaciones Politicas De Las Nuevas Identidades Sociales*. Buenos Aires: Espacio, 2005.
- DI VIRGILIO, María Mercedes (et. al.). *La problemática habitacional en la Ciudad de Buenos Aires: Sociales en debate*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2011.
- DONGHI, Túlio Halperin. *A História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. "Obras escolhidas". São Paulo: Alfa-ômega, s.d. pp. 313-321. ("Marx: *Manifesto de lançamento da Associação internacional dos trabalhadores*")
- FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese de Doutorado em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil: 2005.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. (1990), *Être Affecté*. In Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie, 8. Pp. 3-9.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FURTADO, Celso. *A Economia Latino-Americana*. 4ª. Edição. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- GAGGERO, Horacio; GARRO, Alicia. *Del trabajo a la casa: la politica de vivienda del gobierno peronista: 1946-1955*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 1ª ed., 13ª reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta por moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GORELIK, Adrián. *La grilla y el parque: Espacio publico y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

GORELIK, Adrián. *Miradas sobre Buenos Aires. Historia cultural y crítica urbana*. Buenos Aires: Sigo Veintiuno Editores, 2004.

GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 4, 2001.

GUILLERM, A. e BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HERZER, Hilda. *Barrios al Sur. Renovación y pobreza en la ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2012.

LAGO, Luciana C. (Org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

LAZARINI, Valeria M.; NAVATTA, Jimena L.; RODRÍGUEZ, María F.; ZAPATA, María C. La Ciudad de Buenos Aires y el derecho a la Ciudad. Un abordaje a las políticas urbanas de la gestión local de la última década. In MARÍN, Javier (comp.) *La ciudad empresa: espacios, ciudadanos y derechos bajo la lógica de mercado*. Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 1 ed. São Paulo: Moraes, 1991.

Ley 341 de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires año 2000 y su modificación del año 2003, Ley 964. Buenos Aires, 24 de fevereiro de 2000.

LOPES, João Marcos de Almeida, RIZEK, Cibele Saliba. *O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica*. In Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda Rede de Pesquisa PROGEST. São Paulo: FINEP / Usina / Cenedic, 2005.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Rev. bras. Ci. Soc.[online]. 2002, vol.17, n.49, pp. 11-29.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo, Editora Abril Cultural, coleção Os Pensadores, 1978.

MARICATO, Ermínia T. M. *Metrópole da periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARÍN, Javier (comp.) *La ciudad empresa: espacios, ciudadanos y derechos bajo la lógica de mercado*. Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2013.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. (1984), "*De Mauss a Claude Lévi-Strauss*". Textos Seleccionados, São Paulo, Editora Abril Cultural, coleção Os Pensadores.

MUXÍ, Zaida. *La arquitectura de la ciudad global*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili AS, 2004.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: palavra e ideia. In MELLO, S; BARBIERI, E; SIGOLO, V. (org.) *Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais*, v.2. São Paulo. NESOL-USP/ITCP-USP, 2007.

OCAMPO, Rubén Sepúlveda; WAGNER, Raúl Fernández. *Un análisis crítico de las políticas nacionales de vivienda en América Latina*. San José de Costa Rica: Centro Cooperativo Sueco, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil* in Novos Estudos CEBRAP. Março, 2006. Pp. 67-85.

OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado Argentino*. Buenos Aires: Belgrano, 1982.

OSZLAK, Oscar. *Merecer la ciudad. Los pobres y el derecho al Espacio Urbano*. Buenos Aires: Cedes Humanitas, 1991.

PÍREZ, Pedro. "La privatización de la expansión metropolitana en Buenos Aires" in Pérez, P. (Editor), *Buenos Aires, la formación del presente*, OLACHI, Quito, 2009.

POMPEIA, Roberto. *Os Laboratórios de Habitação no Ensino de Arquitetura*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

RAUBER, Isabel. *Revoluciones desde abajo: gobiernos populares y cambio social en Latinoamérica*. Buenos Aires: Continente, 2012.

RENNÓ, Lúcio R. *Estruturas de oportunidade políticas e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 21, p. 71-82, nov. 2003.

RIZEK, C. S.; BARROS, J. BERGAMIM, M. A. *A política de produção habitacional por mutirões autogeridos. Construindo algumas questões.* Artigo apresentado na Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais, Volume 5 , N. 1. Maio 2003.

RODRIGUEZ, María Carla. *Autogestión, políticas del hábitat y transformación social.* Buenos Aires: Espacio Editorial, 2009.

RODRÍGUEZ, María Carla. *Como en la estrategia del caracol... Ocupaciones de edificios y políticas locales del hábitat en la ciudad de Buenos Aires.* Buenos Aires: El Cielo Por Asalto, 2005.

RODRIGUEZ, María Carla; VIRGILIO, María Mercedes Di; VIO, Marcela. *Política del hábitat, desigualdad, y segregación socio-espacial em el Área metropolitana de Buenos Aires.* Buenos Aires: El autor, 2007.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.* São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

ROMERO, José Luis. *América Latina: As Cidades, as Idéias.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve Historia Contemporanea de la Argentina.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.

RONCONI, Reginaldo. *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o Programa Funaps-Comunitário.* Dissertação de Mestrado. São Carlos: EECSC, 1995.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena.* São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SARLO, Beatriz. *La ciudad vista. Mercancías y cultura urbana.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os apoiadores acadêmicos dos movimentos sociais: seu papel, seus desafios.* Disponível no site passapalavra.info e acessado em 21/05/2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro?* Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SVAMPA, Maristella. *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009a.

SVAMPA, Maristella. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras.* Buenos Aires: Biblos, 2009b.

SVAMPA, Maristella. *Los que ganaron. La vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

THOMASZ, Ana G. *Historia y etnografía de una normativa polémica: la Ley 341 y el Programa de Autogestión para la Vivienda*. Cuadernos de Antropología Social Nº 28, pp. 127–149, 2008.

THOMASZ, Ana G; CARMAN, María; VIEIRA, Neiva; SEGURA, Ramiro. Derecho a la vivienda y derecho a la belleza en la ciudad de Buenos Aires. Construyendo el derecho a la ciudad. In *Ciudad, cultura y segregación*. Quito: Programa Editorial de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Colección Desbordes, 2013; p. 61 – 82.

THWAITES REY, Mabel. *La autonomía como búsqueda, el Estado como contradicción*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

TOURAINE, Alain. *Production de la société*. Paris, Editions du Seuil, 1973.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Ed. Moderna, 2008.

VILLÁ, Juan. *A construção com componentes pré-fabricados cerâmicos*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: 2002.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WINOGRAD, Marcos. *Intercambios*. Buenos Aires: Espacio Editor, 1988.

YUJNOVSKI, Oscar. *Claves políticas del problema habitacional argentino 1955-1981*. Grupo Editor Latinoamericano: Buenos Aires, 1984.

YUJNOVSKY, Oscar (1974) "Políticas de vivienda en la ciudad de Buenos Aires, 1880-1914" en *Desarrollo Económico*, No. 54, vol. 14.

ZAPATA, Maria Cecília. *El Programa de Autogestión de la Vivienda: ¿una política habitacional habilitante del derecho a la ciudad?* Dissertação de mestrado em Administração Pública apresentada à Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, 2012.

ZIBECHI, Raúl. *Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos*. Em: *Observatorio Social de América Latina*. No. 9 (janeiro de 2003). Buenos Aires: CLACSO, 2003.

ANEXOS

ANEXO I: Transcrição das primeiras entrevistas realizadas com Cooperados participantes do MOI – Movimiento de Ocupantes e Inquilinos.

Entrevista com Cristina Prides da Cooperativa El Molino, em 16 de março de 2013.

Yo soy Cristina Prides, tengo 46 – pero parezco de 15. Soy de nacionalidad uruguaya, hinch de Boca, tengo 5 hijos, 4 nenas y 1 nene. Hoy en día tengo 2 que son casados, y tengo 2 nietas por parte de mi hija Ángela y después 3 nietos de parte de Hernán. Ellos ya se fueron a vivir en otras viviendas, no son cooperativistas lamentablemente, lamentablemente. Que uno de nuestros hijos sigan los mismos caminos pero a veces no se dan.

Yo estoy desde el año 2000. Nosotros éramos una familia de hoteles subsidiados por el gobierno de la ciudad donde teníamos una habitación. Dentro de esta habitación teníamos una cucheta de 5 pisos o 4 pisos donde dormían todos los chicos y bueno, yo tenía mi cama, todo dentro de la misma habitación. Y teníamos un baño para compartir, una cocina para compartir. En ese piso éramos 17 familias y todas tenían 4 o 5 hijos, imagínate para cocinar y bañarte. Un baño por cada piso, era un hotel de 4 pisos. Y había 17 en un solo piso, la mayoría de las familias tenía 2, 3, 4 o 5 hijos, habían entre 50 a 60 familias en el hotel entero.

En el año 2000, un domingo a la tarde, nosotros estábamos todas las familias viviendo en el hotel, nos llega una cédula el domingo, tipo a las cinco de la tarde, que decía que a partir del día lunes iba a haber una nueva operatoria y que las familias tendrían que ir a firmar una nueva resolución a un planyón que hay acá en la municipalidad. Llegó la cédula y entonces las todas las familias nos asustamos, porque también decía que ‘las familias que no se presentaren automáticamente serán desalojadas’. Entonces imagínate toda la conmoción de la gente, de todas las familias. Lo que hicimos fue dejar nuestros hijos dentro de las habitaciones, y salimos a la calle. Empezamos a caminar, a caminar y encontrando con las familias - porque yo vivía en México con Chacabuco, en San Telmo, una zona donde hay muchos hoteles. Empezamos a caminar y nos empezamos a encontrar con los hoteles y las familias, y nos empezamos a armar en cadena, cruzar la Nueve de Julio, y vinimos hasta acá, hasta la Plaza Garay y allí se armó una asamblea gigantesca con familias de todos los hoteles de la Av. Corrientes, Belgrano, de todos lados. Fue un domingo, a la noche, estaba lloviznando, no me acuerdo la fecha de este domingo. Fue en julio porque era invierno, si mal no me acuerdo.

Vinimos y concentramos todas acá y empezamos a hablar, bueno, cada familia. Primero que nadie... personalmente yo, ninguna experiencia, cero, porque yo toda la vida... Yo llegué acá en el año 90, en Argentina, y automáticamente vine a la casa de mi mamá que alquilaba en una pensión humilde. Y en seguida me puse a trabajar y me alquile a una habitación. Y ahí me quede a vivir y ya empecé a trabajar. Después más adelante, bueno, uno va mejorando y se alquila un departamento, y venían más chicos, y así sucesivamente. En el año 99 no te querían renovar los alquileres, así vos te quedabas en la calle. Y yo me había separado de mi

esposo también, entonces me vine a casa de mi mamá, llamé el desarrollo social, en 108 que te dicen que si vos tenés emergencia de calle que llames, y de esa forma yo conseguí la habitación. Me fui acá a Pavón y Entre Ríos, me hicieron una entrevista, con mis chicos, y me dieron la habitación. Allí me quedé a vivir hasta que ocurrió esto, un año después.

Nos empezamos a juntar cuando llegamos a esa reunión grande, amplia, que era una asamblea gigante, y bueno, había mucha gente que tenía experiencia de poder hablar y animarse, nosotros, más que nada, escuchábamos, todas las familias que veníamos la mayoría nadie hablaba, pero estábamos con la oreja abierta. Entonces se propuso que, al otro día que teníamos que venir, que era lunes, que veníamos acá para Pavón y Entre Ríos, que íbamos a exigir saber por qué de la nueva operatoria y porque nos van a dejar en la calle así en la noche, en la mañana. Entonces nos mandaran acá a Martín Fierro, un polideportivo, y las familias veníamos todas en banda, veníamos muchas familias, entonces nos cerraran las rejas, nos dejaran allí a dentro y querían que nosotros, como familia teníamos que firmar esa operatoria. Y las familias no querían, ya habíamos acordado en esa asamblea que tuvimos acá en Garay de que nadie firmaba un papel. Nadie podía firmar un papel, porque firmar un papel era tu desalojo. Y era una cantidad de trabajadores sociales, en ese momento estaba Mónica de Pero Vasque en el gobierno, estaba Figueroa, fue con esa gestión que nosotros tuvimos todo este quilombo. Como éramos tantos, empezamos todos a gritar y nos abrieron, y nos fuimos.

Empezamos a juntarnos y nos fuimos a la jefatura del gobierno, donde está Macri hoy. Empezamos a tener reuniones con Mónica de Pero Vasque, con Figueroa, con Víctor Columbano, con Leandro, con Marcela, todos esos eran funcionarios de Desarrollo Social y de jefatura del gobierno. Se acordó en la asamblea general donde estaban todos los grupos de las familias que teníamos que salir uno o dos por hotel para poder ir a esa reunión con estos funcionarios. Los compañeros esperaban afuera (...) porque éramos como 50 o 60 familias.

¿Cuántos hoteles eran?

Muchos. Nosotros, en total, éramos 1700 familias que les había llegado la cédula instantáneamente, en el mismo día. O sea, mapearon toda la ciudad donde estaban todos los hoteles o la mayoría pues seguramente hay más. Pero 1700 familias más o menos eran las que estaban todas con... había llegado la cédula.

Empezamos a hablar con estos funcionarios, y algunos de estos funcionarios que trabajaban acá en Desarrollo Social como Leandro, Marcela, tenían una experiencia de trabajo de villa. Pero ellos, obviamente, que estaban bastante aliados con Figueroa, como jefe de gobierno. Tuvimos reuniones y entonces cuando empezamos a hablar ellos empiezan a decirnos que, estos como tenían experiencia de villas que en algunos momentos conocían las cosas del MOI, nos empezaron a decir que nos deberíamos conformar como cooperativa.

Ah! ¿Ellos del gobierno?

Los funcionarios de Desarrollo Social. No Figueroa, Figueroa escuchaba, no entendía un carajo. Entonces, decían, 'ustedes que tienen que hacer', decían, 'tienen que conformarse

como cooperativas y se tienen que organizar y por grupo tienen que empezar a buscar casas para reciclar. De los hoteles se tienen que ir, porque los hoteleros cobran muy caro al gobierno.' Imagínate que una cama por familia, cobraban 350 pesos, por persona, donde vos tenías que dormir con la luz prendida por las cucarachas, dentro de esas habitaciones, la cocina, en el baño, por todo lado habían cucarachas, un asco. Las camas, unos colchones así que te dolían los huesos contra la madera. O sea cada uno que vivió, y aparte del maltrato que los encargados hacían con nosotros como, por ejemplo, mi habitación era justamente arriba de la oficina de los encargados, entonces si yo me movía, abajo retumbaban. Entonces llamaban por teléfono los de desarrollo social y los de desarrollo social te llamaban, te decían que como no sos agradecida y no cuidas donde vivís, etc. Y claro, uno sin experiencia y con la necesidad, que estaba en la calle, o que hacía en este momento era callarse. Y los encargados te venían, te gritaban, te rompían la puerta y decían que 'no va hacer nada que no sea únicamente la tele' y tener solamente heladera, nada más, ningún electrodoméstico porque no te permitían, te lo sacaban. Para cocinar te buscabas una ollita con los vecinos. La peor experiencia de un ser humano creo que es vivir en un hotel, mas subsidiado por el gobierno de la ciudad. Existe mucha discriminación, maltrato. El convencimiento de tu cabeza que vos sos un negro, de que vos no servís para nada, que sos un inútil. Como experiencia, lo evaluó después de tantos años, en verdad que fue bastante difícil sostener esos años que uno vivió ahí.

Bueno, volviendo a la gestión con estos funcionarios, nosotros claro ellos nos dicen eso, nosotros sin experiencia, obviamente que empezamos a caminar y a buscar casa para alquilar, para comprar. Y sabíamos los metros que teníamos que comprar, los pulmones de manzana, o sea, en todas esas caminadas que hicimos que fueron como 3 o 4 meses de trabajo, aprendíamos el FOT que teníamos que tener, toda una cantidad de cosas.

¿Pero, todavía eran uno de cada hotel, o ya era una organización?

No, éramos todas familias de hoteles, todas sueltas. No había ninguna organización. Allí estábamos solitos. Y estábamos procurando cómo retener para que no nos desalojen. Nosotros teníamos que trabajar para que no nos desalojen.

¿Pero procuraban edificio cómo? Mirando los que estaban vacíos o junto con los funcionarios de la jefatura?

No, solos. Íbamos de inmobiliaria en inmobiliaria y nos sacaban cagando. Y conseguíamos algo, entonces al lunes siguiente presentábamos a la mesa todas las carpetas con los lugares y con las propuestas de las inmobiliarias, pero para ellos era todo 'no, no, no, no, no'. Una cantidad que encontrábamos - imagináte que éramos muchas familias. Entonces que hicimos, un compañero nos dice 'lo que vamos hacer es pedir un recurso amparo'. Entonces nos fuimos al poder judicial, y ahí hicimos un amparo para todas las familias de los hoteles. Entramos, nos recibió un juez, un abogado de niñez, un abogado de adulto y nos explicó que con ese amparo el gobierno no nos va sacar, no nos podía sacar, hasta darnos una solución definitiva. Entonces nosotros no nos quedamos tranquilos, porque nada es seguro y seguimos transitando. Hicimos el recurso de amparo todo, perfecto, teníamos nuestro papel, nuestra cedula, ahí, como un documento de identidad. Los abogados hablaban con

Desarrollo Social, fueron a la jefatura del gobierno. Aparte, por suerte, en ese momento, el abogado nos atendió muy bien, nos dio mucha esperanza. (...)

Eso, ayudaba, a que nosotros como familias nos fuéramos organizando, que fuéramos pensando en todas las propuestas que nos habían hecho. Había propuestas que a vos te decían que te podías ir a la provincia, que te compraban el terreno y te daban la plata para financiar y hacías tu casita. Esa propuesta, que implicaba? Que tenías que ir lejos, lejos, donde todas las tierras se inundan, o sea, nunca una cosa de la buena fe, no? siempre el lugar donde la gente pobre se entierra y muere, no era una solución. Y la otra propuesta era que vos agarraras en ese momento 8.500 pesos y que vos te buscaras un alquiler y que esos 8.500 pesos te van a requerir de 6 o 7 meses de pagar algún hotel, o alguna pensión, pero al mismo tiempo para alquilar un departamento tenía que tener alguna garantía y donde vamos a encontrar una garantía?

Entonces ellos decían 'nosotros les damos esta plata y ustedes después lo tienen que resolver, nosotros ayudamos de 6 a 7 meses, mas no podemos ayudar porque nosotros tenemos nuestro presupuesto, bla bla'. Muchas de esas familias se agarraron en viaje a Glew, y a otros municipios de acá de Buenos Aires, que la mayor parte, claro, a los 5 o 6 meses las familias estaban todas haciendo piquete de nuevo porque las tierras se inundaban, les robaban los materiales, o sea, era un caos.

Entonces nosotros en ese camino, habiendo hecho el recurso de amparo, en una de las reuniones amplias, nos dice un compañero Alejandro Mayor, que también vivía en el hotel Cevallos, nos dice: Miren, compañeros, también tenemos otra alternativa acá, hay una organización en la CTA que también trabaja las viviendas. Se ustedes le interesan también pueden ir ahí. Si quieren, podemos acompañar las familias que quieran, pueden ir a escuchar esa reunión a ver como se trabaja en esa organización y a quien quiere se puede quedar. Bueno, y así llegamos nosotros, atrás de este muchacho fuimos a la CTA y conocimos el MOI. Y entonces nos pusimos todos en ronda y el MOI empezó a contarnos, cuál era la historia, cuál era la propuesta de trabajo, cuales eran las banderas del MOI. Muchos nos quedamos, 75 familias de todas las que éramos, o sea, no éramos tantos. En el primer día habremos ido como 150 familias a escuchar. Y después en el segundo encuentro éramos 75, 80 familias, de las cuales, empezamos a creer, un poco, a escuchar a los compañeros, cero noción, el ser humano tiene la cabeza dormida cuando no practica nada de estas cosas, que vive en lo individual, que vive y trabaja para pagar su alquiler y para sus hijitos, en el caso mío, personal. No teníamos nociones de la lucha de la vivienda. Para nosotros era: trabajar, tenías que pagar tu alquiler, tu servicio, y lo quedaba era para la comida y la ropa de los chicos. Esa era la noción de uno. Y llegar a un lugar como el MOI con todas las propuestas que tienen de trabajo, las banderas, nosotros, claro, los mirábamos y decíamos donde estábamos. No sé cuantos meses Néstor contándonos, llevándonos a hacer el recorrido por las cooperativas los compañeros contando la historia. Y ahí nosotros, obviamente, escuchando a cada compañero, obviamente que uno lo cree.

Se armaron dos grupos de todas esas familias de hoteles, y el resto de esas familias de hoteles seguirán en los hoteles y actualmente hay familias que están atadas, todavía que no se van, que están con otra operatoria, no la operativa que estábamos, y firmaron una

operatoria que todos los meses se van a firmar. Seguir dentro del hotel y vos todos los meses tienes que llevar el certificado de salud, a que colegio van los chicos, donde comen los chicos - si en un comedor o en la casa, o sea todos los meses tenía que llevar eso acá en Desarrollo Social.

Nosotros, nos separamos en dos grupos: un grupo nos coordinaba un par de coordinadores, y al otro grupo otros coordinadores. Y empezamos a trabajar, empezamos a hacer cosas. Porque nosotros en el camino que veníamos caminando, en la trayectoria esta que íbamos a buscar terreno y todo, nosotros ya nos empezamos a nos agrupar, y a trabajar, a fortalecernos, habíamos armado una cajita chica, para los viáticos, para comprar los papeles, para escribir lo que tenías que escribir, la misma necesidad nos llevó a organizarnos.

¿Había cuantas cooperativas en el MOI, en ese momento?

Eran 4: La Unión, Yatay, Fortaleza, La Fábrica... La cuestión es que ya había cuatro cooperativas en el MOI en Capital Federal y en Provincia no había ninguna, todavía. Bueno, y nosotros nos fuimos creyendo en las de capital, donde fuimos a hacer la recorrida. Nos armamos como grupo y empezamos a trabajar, dos grupos. Entonces, todos grupos que hicieron? Empezaron a buscar otra vez el camino que habíamos hecho allá: a buscar vivienda, lugares para alquilar para hacer una vivienda transitoria, primero. O para poder ir construyendo la vivienda. Entonces nosotros, por ejemplo, uno de los grupos donde yo estaba conseguimos acá en Avenida Caseros, acá cerquita. Y el otro grupo conseguía acá en Constitución y O'Brien. Pero cuando estalla lo del dólar que se va en 2001, se fueron los precios de esos dos edificios, de esas dos fábricas que íbamos a comprar, se fue al doble, entonces nosotros los perdimos, porque el IVC no iba comprar en ese valor. Por ejemplo lo que nosotros habíamos conseguido era para 50 familias y creo que la otra para 60 familias, pero era imposible.

En ese mismo marco, también cuando nosotros buscamos esos dos ya teníamos El Molino, la tierra de El Molino, esto, como propuesta también para comprar. La encontró un compañero que se fue, no llegó ni a ser pre cooperativista, hizo poquito proceso, caminó con nosotros mucho en la búsqueda, en las reuniones. Y éste estaba encarpetao en Casa Base, esta dirección, este lugar. Cuando explota todo eso lo que hace primero que a La Fábrica (cooperativa) no le querían comprar La Fábrica (el edificio), y ellos estaban mirando para quedarse con esta cooperativa, con esta tierra. La llevaron a un área que nosotros trabajamos que se llama autogestión, en Sarandí y Belgrano, pusieron los mapas y los planos en el piso los compañeros de La Fábrica decían 'bueno, vamos construir acá, hacer acá'. Nosotros nada, bueno, la búsqueda había sido nuestra pero era para la organización, así que se podía quedar con ese terreno quien lo necesitaba primero.

Bueno, como se arregló lo de La Fábrica, vinimos nosotros a hacer la recorrida, a mirar esto. Bueno, mucho de nosotros no nos gustaba, decía: esta porquería, este galpón gigante, porque era enorme! Entrábamos en la recorrida y entrábamos por acá y salimos en 15 de noviembre. Era todo galpones, todo cosa, decíamos: que vamos construir, es un monstruo, que vamos hacer acá. Esta organización está todos locos.

¿Pero cómo iban comprar si el dólar estaba alto?

Pero este se salió 800 mil pesos, este terreno se compró por 800 mil pesos. No sé porque.

¿Y el IVC que pago?

Sí, el IVC pago.

¿En marco de que programa?

Ninguno. La 341 estaba, pero estaba encajetada, cuando nosotros entramos en el MOI. La ley, o sea, se había hecho la 341, pero ellos no le querían dar la exigencia, nadie quería, vos lo sabes. Bueno, después con la demanda de las familias impulso fuertemente lo que es la ley, o sea, ayudó a que se destrabe, por la necesidad de las tantas cooperativas que se armaban en el marco de la ciudad.

Y ahí conformamos dos grupos y cuando teníamos ese terreno el IVC nos exigió como era un proyecto tan grande que formáramos dos cooperativas. Entonces nos armamos como dos cooperativas: una 20 de Julio y Los Invencibles, se llamaban.

¿Porque 20 de Julio?

Eso le pusimos nosotros, porque como nosotros habíamos tenido el conflicto el 20 de julio... ahí está la fecha! El 20 de julio fue el tema de la cedula de desalojo. Entonces le pusimos el nombre en nuestra cooperativa.

¿Y eran cuantas familias en 20 de julio y Los Invencibles?

En total eran como 75, 80 familias, todos de hoteles- pensiones.

Bueno, una vez que nos conformamos, entramos acá en el edificio, los dos grupos. Imagínate que eran dos grupos, cero capacidad de nada, cero experiencia, o sea, la experiencia que habíamos hecho en ese año, de 8 meses, 7 meses, porque no fue mucho el tiempo que estuvimos solos. Hicimos unos tantos meses caminando y después la alternativa del MOI, por eso tanta experiencia no teníamos, no sabíamos. Por suerte, el MOI siempre acompañó con una coordinación, con algunos compañeros del equipo técnico siempre, nos empujó, siempre nos acompañó. Y ahí nosotros fuimos aprendiendo, porque todo lo que sabe cada persona, cada individuo de las cooperativas del MOI es porque vos le adquirís de otro compañero. No es que uno llega acá y se sabe todo.

¿Y desde cuando este predio estaba vacío?

No sé. Acá estaban los caseros. Era una industria de harina. Era de 1810 la construcción de este edificio, porque ahí afuera tenía una placa que decía 1810.(...)

¿Entonces, el IVC compro este edificio en 2001?

El precio que valía esto se evaluó y nuestra organización, Néstor, armó un anteproyecto, lo presentó al IVC, y el valor era 800 mil pesos. Bueno se acordó que sí, el MOI fundamentó cuantas familias serían, rápidamente la organización actuó rápido en eso.

¿Y fue rápida esta negociación?

Si, fue rapidísima. Primero se firmó como un acuerdo de gestión de negocio, entre IVC (que era CMV) y el MOI.

¿Quién era la presidencia del IVC?

Ya te le voy decir, no me recuerdo, pero hicimos marcha y todo para que se quede. Que ayudo mucho el MOI, todas las cooperativas.

Las cosas que pasaban eran ciertas, las cooperativas tenían dos presidentes, dos secretarias, dos tesoreras, dos síndicos, era un quilombo. Uno de los grupos impulsaba que teníamos que pagar, otro grupo decía que no, entonces empezó a generar el conflicto. Entonces nuestra organización dice, bueno compañeros, acá no importa lo que diga el IVC, acá vamos hacer una sola cooperativa. Así vamos hacer cara moneda¹²⁹ y va salir una de las matriculas va a ser la que quedó. Se tiró la moneda y ganó la otra (Los Invencibles) que es 24170 que es la matricula que existe en la cooperativa. Fui cambiando el consejo y todo pero la matricula quedó de nacimiento.

Entones nos consolidamos en una sola cooperativa. Como se conformó, los dos grupos existentes y una tercera parte que seguían ingresando a la cooperativa. Entonces se conformó el consejo en 3 partes: las dos cooperativas y más el otro grupo. Y se armó un consejo y ahí se empezó a trabajar todo lo que tiene que ver. El MOI nos empezó a enseñar a trabajar en comisiones, que teníamos que hacer nuestras asambleas mensuales, empezamos a crear nuestras comisiones de trabajo. Y siempre entraba gente: teníamos una guardia también acá, recibíamos la gente para alimentar la cooperativa. O sea, en la función, de las dos cooperativas, la mayoría se fueron todos. Quedó solamente lo que hoy no está más en el MOI, la familia Díaz, que no participa más de los espacios del MOI y que vive acá, quedo Graciela y yo. Los únicos 3 de la Cooperativa 20 de Julio que quedamos de todos los iniciadores. De Los Invencibles no quedo nadie. Hoy hay una de las fundadoras de la cooperativa también, hizo el proceso y quiere entrar acá en la cooperativa y los compañeros no la quieran dejar entrar, por diferentes cuestiones, y mucho de nosotros decimos que si puede entrar. Aparte que nosotros no somos los dueños de quien tiene... quien es mejor que otro y quien somos nosotros para negarle el derecho a la vivienda. Entonces nosotros peleamos que tiene que entrar y deberemos ayudar se tiene algún problema en la familia. (...) Acá no hay nadie mejor que nadie, nosotros somos todos iguales, no importa la nacionalidad, no importa los colores, somos todos iguales. Todos tenemos los mismos objetivos, la mayoría. En inicio, uno empieza por la vivienda. Pero después es una cantidad de trabajo, que te toma el rol o la pertenencia, y te gusta y te engancha, tienes una pila de cosas a hacer. Y siempre de forma ordenada y orgánica de trabajo.

Una última pregunta: ¿ustedes participaron de la etapa del proyecto?

Si, al inicio sí. Estas viviendas que están acá (las 21 ya inauguradas), fue todo reciclado. Y también discutimos, por ejemplo, había columnas que estaban dentro de los lugares y era muy bajo las cocinas, y se pidió mas alto, se levantaron, discutimos el proyecto. La mayoría de los compañeros no querían los balcones porque decían que es una cosa que está demás,

¹²⁹ Cara ou coroa.

que todo lo contrario, los arquitectos, como los nuestros, que quieren a la belleza, que quieren que la gente se dé cuenta de que porque son pobres no pueden querer tener esa belleza. Porque como uno tiene en la cabeza (...) Se discutió mucho los balcones. Lo que era la claraboya. (...)

* * *

Entrevista com Sonia Freire, da Cooperativa La Fábrica, em 19 de março de 2013.

Yo estoy en la cooperativa desde antes que la compraran. Pero la cooperativa se inicia un tiempo antes que yo. En principio el edificio ese es visto anteriormente a la cooperativa. Antes que se planteaba la cooperativa La Fabrica, el edificio ya estaba visto. Porque hay una cooperativa lindera que ya está ahí. Nosotros somos la primera cooperativa que compra con la ley 341. Y somos también una de las primeras cooperativas que tiene como modalidad de ingreso la guardia. El MOI, si vos los miras desde el inicio vas a tener distintas etapas. Una primera etapa la cual está la gente de ocupación, una segunda etapa que el MOI se plantea como organización parte del proceso autogestionario que sean los mismos interesados los que se acerquen, eso no importa si sos inquilino, lo único que importa es que no tengas vivienda propia. El único requisito que tenemos. No hay requisito de religión, ni de nacionalidad, ningún requisito.

En ese momento, había una cooperativa anterior, que se llamó América Unida. Bueno, igual que América tuvo algunos intentos fallidos, así que se desunió.

¿Cuándo fue?

Eso fue anterior. Vos tenes que plantear que la cooperativa La Fabrica estás hablando de 2000. América Unida es anterior, no se exactamente, yo no estaba. De esa América Unida quedaron algunos compañeros que fueron los que siguieron. A esos compañeros le sumaran los compañeros del APA, que fue uno de los intentos del MOI, de unir compañeros de un mismo sindicato. APA es aeronáutico, es de CTA. Una de las primeras direcciones de la cooperativa estuvo integrada por gente de APA. Después tiene parte de la gente que viene de experiencias de ocupaciones, de hoteles, pero después se da el proceso de la guardia. Y tuvieron compañeras de AMAR - Asociación de Meretrices. Lamentablemente las compañeras de AMAR no quedaron, ninguna.

Nosotros habíamos empezado a que la guardia fuese un poco más estructuradita. Empezamos a tener 3 momentos: el inicio, el desarrollo donde se van contando los distintos ejes que transita el MOI, los ejes que importan, autogestión, propiedad colectiva, ayuda mutua, cooperativismo y por último el proceso pre cooperativo. O sea, el grueso de las familias de La Fabrica ingresa por ese proceso.

Entonces tenemos ese primero momento, donde no hay edificio, hay gente. Los que inician son los compañeros de América Unida, de APA y algunos que empiezan entrando en la guardia. En mi caso, en particular, yo ingreso porque mi hija era parte de la cooperativa La Fábrica. Mi hija sí, fue iniciadora de La Fábrica. Y el papa de mi hija estaba en Yatay. Y yo estaba con un problema que me quedabas sin casa, quede 'entre la Pampa y la vía'. Y tuve la suerte que mi hija me planteo la posibilidad de que se podía llegar a conseguir un lugar para vivir, estoy hablando del año 2000. Porque a pesar de no haber ninguna cuestión institucional que tuviera que ver con el Programa de Vivienda Transitoria, el MOI tenía Casa Base, que actuó como vivienda transitoria. Con lo cual yo fui y planteé mi problemática, mandé una nota y obviamente tenía a mi favor que mi hija, en ese momento, era parte de la dirección. Tienes que imaginar un MOI bastante más chico que esto, tá?

Entonces, de alguna manera, a mí no me hicieron ningún inconveniente, y lo que vos ves como Casa Base, tampoco es lo que vos ves hoy, o sea, toda la parte de allá atrás no estaba, había una serie de habitaciones. Yo termino ingresando ahí a una habitación, que es la que donde, todavía, estoy a 10 años. Pasaron más de 10 años que yo vivo, digo que está hecha pedazos, yo tuve que hacer piso, poner electricidad, porque el lugar ese que vos ves, no tiene nada que ver con lo que era. En esa Casa Base también hubiera muchos compañeros que pusieron trabajo de ayuda mutua, muchos compañeros que ni siquiera están. Son de las cosas que si uno lograra que los compañeros que van a tener su casa logran la conciencia de eso sería genial, porque la mayoría de los que van a tener su casa, van a tener su casa porque quedaron en el camino un montón, y cada uno puso algo.

Yo a partir de ahí, ya se había visto La Fábrica y se empezaron a hacer las tratativas. En ese momento estaba en el Gobierno un tipo que es peronista, lo que hoy es IVC antes era CMV, y la verdad que ese tipo trató de ver de qué manera hacía para que termináramos comprando. En ese momento en el país tenías un país que se caía a pedazos, 2000, 2001. La Fábrica se compra en diciembre de 2001, en el medio que todo, en el medio que dispara el dólar, en el medio de los saqueos, en el medio de todo eso estaba Néstor, obviamente, y otros compañeros habían hecho todas las tratativas el dueño de ese lugar era Editorial Amorrortu, un editorial bien conocido que tenía todos los textos de Freud, no sé qué. Ese editorial se había ido al demonio con lo cual lo que había era vender el edificio, ese. Y ese tipo tenía hermanos en España, o sea, para venderlo tenía que firmar, creo que eran 4 hermanos. Uno que estaba acá y los otros 3 que se planteaban peso igual dólar. De un día para el otro, el peso se fue a 1,40. O sea, el Estado iba comprar a valor peso, 700 mil pesos, hasta ayer, era igual a 700 mil dólares, al otro día, era 1,40.

El tipo este, aparte de vendernos la propiedad, había comprado el proyecto, si? Este señor, para mí, le había gustado el proyecto, con lo cual puso sus mejores artes y fuimos 3 veces para ver si se terminaba de hacer la venta. Entonces, a la tercera vez, cuando ya creo que había ido Néstor y la presidenta, y alguna persona, terminaron vendiendo La Fábrica. Eso fue fines de 2001.

Entramos a una cooperativa que era un edificio enorme, que nada que ver con los que vos viste, tampoco, ni con lo que vinieron siquiera, la mayoría de los compañeros que están ahí. De los que entramos, yo no estuve desde los inicios, pero quedamos, yo estuve cuando se compró, debemos de quedar 4 compañeros, más o menos.

Lo cierto es que nos encontramos con el edificio enorme y que se suponía que en algún momento nos iban a dar el otro dinero. Compramos por la ley 341, y se suponía que teníamos que empezar a hacer algo, esperando bajar la otra parte del crédito, pero la ley tenía algunas cuestiones que eran problemáticas. La ley se reformula, y la modificatoria, la 964. Ahí uno de los impedimentos que se tenía es que el edificio estaba hipotecado, ahora, para empezar a construir se no te daban un adelanto financiero, desde donde carajo vas a construir?

¿Pero el proyecto ya estaba listo?

El proyecto estaba pensado, por lo menos, un pre proyecto, planteado obviamente con todos los planteos que tiene el MOI, o sea, después hay que ver lo que de todo eso se puede terminar de llevar. Yo tengo allá, el ideal. Proyecto de 50 familias, de que fueran en esta forma, obviamente sabía todo el barrio, se plantea un gran patio central, de que está la callecita lateral, uno se plantea que tenga algo que tenga que ver con la necesidad del barrio, y algún lugar para poder solventar gastos, que sería uno o dos negocios. Eso está pensado desde los inicios.

Bueno, así que nos encontramos con un gran edificio grande, seríamos creo que más de 30 compañeros, que seguimos ahí, o sea, yo hace que me estoy juntando una vez por semana desde hace 13 años, (risas) más otros, no? Claro, más otras reuniones.

No teníamos ninguna herramienta, no teníamos nada. Las primeras herramientas que tuvimos, que ni siquiera sabíamos muy bien para qué, pero bueno, uno esperaba que bajara el dinero. No es que uno esperara ahí sentado, pero bueno... Las reuniones se hacían. Fueron herramientas que fuimos trayendo cada uno de nosotros.

Para el 2003 una de las cosas que se trataba de implementar tenía que ver con subsidios, o sea, si te vienen materiales, no te dan para mano de obra. Una de las cosas que se laburó fue lo que se llamó experiencia piloto, que también se habrían visto en El Molino, que fue una primera instancia con lo cual nosotros hicimos 4 dúplex, cáscara, como la estructura. Que lo que estaba pensado era más que nada para poder empezar a ver cómo era, si? Esa experiencia piloto para las 4 cooperativas fue hecha desde el MOI, o sea, te dan materiales y te dan mano de obra. Así que nosotros hicimos nuestro primer intento en cuanto cooperativa de trabajo. Fueron los inicios también de la cooperativa de trabajo, que era tomar un grupo de personas para ver cómo se podía ir trabajando esas cuestiones. Eso fue para 2005, esperando que bajara el dinero mientras tanto empezamos a hacer ayuda mutua. La primera ayuda mutua que hicimos fue descubrir las bases - eso lo hicimos absolutamente por ayuda mutua. Otra ayuda mutua que hicimos primero, fue un gran congreso de la CTA en La Fábrica, creo que fueron 1000 personas, tirando cosas.

Y mientras tanto, nosotros, los que estaban y los que cambiaban, porque nosotros seguíamos con el proceso de guardia, con lo cual había gente que se iba, otras personas que entraban, yo fui coordinadora de guardia. Y como si fuéramos los testigos de jehová, nos poníamos en las plazas y en las puertas de los supermercados, explicando: "si está interesado y tiene necesidad de vivienda, escuche..." eso hicimos los viejos.

¿Y muchas personas entraron así?

Sí, fueran entrando, la guardia se alimentó tiempo largo así. Si los procesos fueran realmente con tiempo razonables, uno podría plantearse que cada 3 compas queda 1, con ese proceso no se puede plantear eso.

Al tiempo que nosotros empezamos, entró El Molino, que era más grande, todavía, con lo cual, había que alimentar ese gigante y una de las cosas que para mí fue uno de los problemas que después tuvimos como Cooperativa, fue que como organización nos planteamos que había que coordinar para El Molino, entre 2 y 3 años no entró ninguna

persona en La Fábrica. Obviamente eso solo se ve después. Lo que sucedió es que, imagínate: yo ingreso en 2000, hasta 2003 entró gente, fines. Los que estamos seguimos caminando, coordinando. En 2003 para el ingreso de gente y la guardia se empieza alimentar El Molino, solamente. Por lógica, empieza caer gente, y vos te reunís semanalmente. Al mismo tiempo, en 2004, 2005, está la experiencia piloto, va a hacer ayuda mutua. Y seguimos laburando, ayuda mutua, comisiones de obra, seguir reuniendo para la cooperativa, hasta 2007. Hasta 2007 no volvió a ingresar gente. Que pasó? Cuando se abre de vuelta el ingreso en la cooperativa, vos ya tenías un grupo, que éramos nosotros, los viejos, y te ingresa otro grupo. Cuál era la mejor manera que los grupos se consoliden? Teniendo un enemigo (risos)! Y que enemigo tenías ahí? Obviamente, viejos y nuevos. Los viejos creíamos que las cosas se tenían que hacer como a nosotros se parecían que tenían que hacer, si? Yo estoy hablando de 2007. En 2008 baja la plata del crédito. La zanahoria estaba muy cerca. O sea, los que veníamos de antes, para nosotros era el MOI. O sea, la casa sí, pero era el MOI. Los otros, era la casa, les faltaba todo el camino.

¿Pero, pasaron por la guardia?

Sí, pero que pasen por la guardia. Por eso te digo, si vos vas entrando de a poco al grupo, tienes un periodo de adaptación, el grupo te acepta, o te terminas yendo. Ahora si vos tenés un grupo consolidado, y que teníamos todo claro, y que el MOI era... el Papa Francisco era un poroto, y por otro lado tenés un grupo de gente que ingresa porque, mira, van a salir estas casas, El Molino ya estaba avanzando, entiendes? (...) Los compañeros que llegaban, obviamente, querían descubrir la pólvora, y teníamos del otro lado a nosotros, (...) porque teníamos que haber sido bastante más inteligentes. Acá éstos empezaron a reformular cosas, modificar la cosa de ayuda mutua, convenio de participación, los viejos nos dábamos contra la pared. Y después de eso hay otra cooperativa, que es Mate Amargo, si? Que es una cooperativa que no había logrado comprar vivienda, ni tierra, y eso que sucede ahora de que el IVC es obvio que no quiere que avance la 341 ya se veía en ese momento. Parte de los compañeros de Mate se plantean la posibilidad de hacer una experiencia por fuera de Capital - eso tiene que ver a su vez con la organización, que va planteándose que hay que ser federal, que hay que avanzar, que la única manera de profundizar la 341 es ampliándonos, con lo cual, la primera experiencia, Mate, de no conseguir tierra, lo que sucede es que algunos compañeros pasan a La Fábrica y otra cantidad de compañeros siguen en Mate, en Avellaneda. Mate Amargo era una cooperativa que iba ser de Capital, que es de una radio que llama Mate Amargo, esa cooperativa decide que los compañeros que quieran pasan a La Fábrica, y otros compañeros deciden que no, que ellos van a seguir siendo Mate.

Nosotros habíamos seguido haciendo ayuda mutua, una locura total, lo que habíamos hecho era comprar ladrillos con fondos propios, con recursos propios, y nos pusimos a fabricar bovedillas. Otro gran error para mí, que se ve con el tiempo. O sea, si no tienes obra, no desgastemos más a la gente porque no tenemos gente.

Cuando llega el momento en 2008 que baja el dinero nosotros teníamos una fábrica prácticamente tirada abajo, o sea, todo que había para romper, levantar, picar, había mucho que ya estaba hecho. Había una cantidad de bovedillas que ya estaba hecha, para colocar. Y ahí baja el dinero. Ya teníamos un poco de experiencia con cooperativa de trabajo y se

empieza de vuelta con cooperativa de trabajo. Y ahí funcionamos durante todo un tiempo, pero las certificaciones no funcionaban como tenían que funcionar. La Fábrica, entonces, construye con Cooperativa de Trabajo durante más de un año. Llega hasta comprar el techo, el techo lo volvemos a comprar con fondos propios, o sea, ya no hay más fondos del IVC, no nos están pasando fondos desde el IVC, y nosotros, con fondos propios, que había en este momento 50 mil pesos, logramos comprar el techo, toda la parte de la chapa.

¿Pero porque el IVC cerro la plata?

Porque vos tenés que plantear que el IVC te da una X cantidad de plata, te la da, mal y salteada, o sea con los problemas que tienes las certificaciones, termina la plata pero nunca termina de llegar. O sea, o que tuvimos que hacer era una ampliación de crédito, porque con la plata que teníamos aunque todavía quedaba un poco, ahí descubrimos una palabra que se llamaba calzado que es un reaseguro del IVC, o sea, en ese momento te daban 165 mil pesos por vivienda, y vos de los 165 mil pesos resulta que todavía te quedan nada. Así que teníamos que hacer una ampliación de crédito. Igual quedamos con un par de compañeros. A su vez, la cooperativa de trabajo, la manera que encontró, fue endeudarse en principio, en impuestos, con lo cual las cooperativas pagaban, pero nosotros como cooperativa de trabajo no les dábamos factura, porque eso implicaba que teníamos que dar impuesto. O sea la cooperativa de vivienda debía plata a la cooperativa de trabajo, y la cooperativa de trabajo mientras pudo remarla, la remó, y a su vez el crédito se terminó. Eso fue en 2010. Bueno, todo eso trae desgaste dentro. Hubo una crisis bien importante dentro de cooperativa de trabajo y cooperativa de vivienda, que lo que hizo es poner al frente que si queremos construir vamos a tener que poner más cabezas en la cooperativa. En medio de todo eso nosotros seguíamos avanzando y se sigue construyendo casa. Yo que sé, la mejor manera que uno puede llegar a ver es ver lo que hay hecho.

El tema es como cada uno de nosotros podemos tomar un poco de distancia. Normalmente cuesta mucho tomar esas distancias, porque estamos en el día a día, tá? Yo me doy cuenta de lo que se hizo, porque yo te hablo de mi cooperativa, pero mi cooperativa no está por fuera, separada, de la organización. Digo, si hubiese sido una cooperativa por fuera yo te puedo asegurar que no había más nada. De esto yo estoy absolutamente convencida. No había casa, no había un grupo humano. Entre medio de todo eso hay un grupo humano y las casas son lo que vos viste, tá? O sea, después uno puede decir todo lo que está mal, como estoy diciendo yo, pero lo otro es lo que está ahí.

Por medio de la organización logramos un acuerdo con el IVC de otra vez reactivar. La cooperativa de trabajo también, con todas idas y vueltas, tiene una carpintería metálica, tiene una carpintería de aluminio, de madera, que son de parte de nuestros compañeros. Por ejemplo las carpinterías hermosísimas de madera que vos ves son de un compañero de La Fábrica. Y se vos me plantea, en función de conciencia revolucionaria, el compañero no debe tener. Ahora, es un buen compañero, es un compañero que labura, y sigue en La Fábrica, por suerte.

¿Hasta hoy las viviendas cuestan 165 mil pesos?

No, son 230 mil pesos. El IVC lo que te plantea es que lo máximo que te da por vivienda es de 230 mil pesos. Entonces vos vas a tener las otras vivienda, que por ahí tienen 55 m2, si? En cambio en el MOI tienes 230 mil pesos y con eso construís las viviendas que vos viste, con cosa que a su vez, también, digo, para mí tendría que ser más participativo el diseño. Yo no voy a poner a dibujar mi casita, pero sí, hay algunas cosas que tendrían que ser más participativas. Por ejemplo, los baños estaban solamente ahí, y se propuso que hicieran también abajo, y ahora están dejando algunas esperas para que sean construidos después.

¿Ustedes ya propusieran eso?

Nosotros en algún momento, algunas cosas se modificaron, pero después, hay otras que las cuales uno es más pelotudo que otro... Pero participativo desde el empezó? Si, se discutió, se mas o menos, Por ejemplo, nosotros queríamos que las cocinas tuvieran para delante y queríamos patio, que no es poca. Ahora hay otras cosas que no, hasta poquito se terminó modificando el Durlock¹³⁰ por no sé qué carajo, en verdad que a mí, después del cacho de vivienda que tenemos, meterle Durlock a mí me da ganas de rómpele.

¿Cuándo mira el proyecto, puedes visualizar lo que va ser la obra? O sea, que linha es una parede?

No, no. Yo lo más que me acerque fue cuando vi los render. Y ahora que yo veo, veo que tampoco es igual. (...)

¿Cuáles son las mayores dificultades?

Las mayores dificultades? Para mí es sostener el grupo. Me parece que la mayoría de nosotros no somos militantes, o sea, aunque no sea mi caso, normalmente a mí me gusta militar, pero el grueso nos es militante. Y sostener en el tiempo, grupos desde lugares más ideológicos, cuesta bastante laburo. Como cuestión personal, mía, me parece que es como aceptar la diferencia. Yo normalmente, si creo tener razón, creo tener razón y me cuesta bastante laburo acercar posiciones, y en el grupo de La Fábrica creo que tenemos algunos con esa característica, muy autoritarios. La cuestión diaria hace con que se pierda el objetivo. Te embarrás con la cuestión diaria. Por ejemplo, cosas que yo haría: la ayuda mutua se haría únicamente cuando hay obra. Lo otro me parece que tiene que ser jornada solidaria - hay que hacer un trabajo, no tener la obligación que tienes que cubrir tantas horas de ayuda mutua, pero sí, tienes que hacer cosas, ahora cual es la mejor manera de hacer cosas? Sería hacer jornadas. La jornada, consensuamos, una vez por mes, y que esa jornada termine en un asado. Para mí serviría para dos cosas: reforzar el grupo, desde un lugar más ameno, más de confraternizar, y al mismo tiempo hacer el trabajo. Otra de las cosas es que en procesos tan largos no podemos darnos el lujo de cortes, o sea, las reuniones tienen que tener más sustancia. La obligación de juntarte por juntarte, no me parece que termine siendo provechosa. Yo creo que sí hay que juntarse, por ahí tratando de ir clarificando. Si los procesos son tan largos, porque cuando vos tenés el planteo de que es para la casa, si la casa está a 10 años aunque uno no lo sepa, los 10 años te los pelás igual en el cuerpo. No nos

130 Durlock é a marca registrada da empresa privada de mesmo nome que fabrica e comercializa placas de gesso – às quais se refere a entrevistada – e outros materiais e assessorios para acabamento de obra.

podemos dar el lujo de estas particiones de grupo, para mí fue bien problemático. Cuando uno hace acuerdos o convenios, que nosotros los hacemos, una de las cosas que me parece que tendemos es ser muy estrictos. Y lo que sucede es quien pondría el cascabel al gato? O sea, es como decir, en PVT se entra de tal hora a tal hora, si vos no implementás cosas para que eso suceda así, o para que sea más relajado, más suave, no tan estricto, lo que sucede es que la norma no la cumplís, cosa que no está mal, digo, no es terrible que uno no cumpla la norma, en algún lugar la norma tiene que estar. Como hacés para encontrar un lugar justo entre esa norma y ser flexible? La mayoría de nosotros no tenemos las cosas clarísimas.

¿Piensa que los demás compañeros comprenden por lo que están luchando?

Yo creo que hay gradaciones, como grados. En el camino se van viendo más cosas. Acá si vos te planteas en nuestra organización, cuando vos te planteas propiedad colectiva, asumir la propiedad colectiva, te requiere un camino en la cabeza largo, si? Pero bien largo. O sea para que a uno le termine de caer la ficha que es a su favor, te digo, yo me considero militante, y me considero que soy de izquierda, si? A mí cuando hablaron de propiedad colectiva me parecía que estaba bien, bla bla. Llegó un momento que yo me dije, si a mí me pasa algo, con mi hija, que pasa? Eso es razonable. Entonces me parece que hay grados. Me parece que en los compañeros hay eso también. Creo que cuando entran, entran porque necesitan la casa, muchos, eh? no estoy diciendo todos. Y en el camino, hay algunas cosas que ven, hay otros que no van a cambiar nada porque no quieren cambiar nada.

¿Cambió tu vida?

Yo creo que los que terminamos entrando, entrando... En mi caso yo soy militante. Había renegado de los partidos políticos. Y acá de una u otra manera encontré algo que tenía que ver con una necesidad, con algo que yo necesitaba, y al mismo tiempo me daba otra cuestión que tenía que ver con algo que yo también necesitaba. Políticamente, con 56 años, yo sigo queriendo cambiar el mundo. Y la verdad que si en el camino, yo me tengo que terminar planteando que no, que los partidos políticos no... Son como dos cuestiones, por un lado está lo que necesito, desde lo más práctico, lo más material, que es lo que busco cuando busco la casa, y por otro lado está esa otra cuestión que también es lo que busco, que es modificar, que es encontrarse de otra manera, tengo que aceptar lo diferente.

Y desde otro lugar, creo que también hacia algo esencialmente humano, tenía que ver con el sentimiento de comunidad. Cuando yo era sola por lo menos estaba el barrio, entonces vos vivías en tu casa, pero estaba la vecina, vos sabías lo que le pasaba al otro. Ahora todo ese universo conforma mi universo. En estos lugares, en la ciudad, una de las cosas que creo que es parte esencialmente del capitalismo, o sea, quien sos vos? Eso lo que hace es destruirte como persona. En esos lugares, esos lazos se modifican. Yo me encontré con alguna de esas cuestiones, digo en cosas muy chiquititas, cuando yo llegué, yo venía de estar recién separada, una separación de estas que te hacen pelota, y me había quedado sin casa, había que dormir en una pieza, que era en el MOI, donde caminaban las batitas así, obviamente en un lugar que prácticamente no conocía. Una vez no llegué, no fui a dormir a la noche, cuando vuelvo, al otro día, pasa Zabaleta y me dice, no estuviste vos ayer a la noche, no? Y yo dije no, no estuve. Y algo que a algún otro por ahí le molesta, a mí no me molestó para nada,

o sea, para mí era simple, había alguien que había registrado que yo no estaba, tá? Así que a mí estas cosas yo creo que me modificaron. Absolutamente me modificó.

* * *

ANEXO II: LEY 341/00 E LEY 964/02

Em anexo, as Leis 341 e sua modificatória 964, na íntegra e em língua de origem (espanhol), para que o leitor não seja prejudicado com possíveis erros de tradução. Ambas foram extraídas do sítio <http://www.cedom.gov.ar/es/legislacion/normas/leyes/> em janeiro de 2013.

Buenos Aires, 24 de febrero de 2000.

La Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires sanciona con fuerza de Ley:

Artículo 1º.- El Poder Ejecutivo, a través de la Comisión Municipal de la Vivienda, instrumentará políticas de acceso a vivienda para uso exclusivo y permanente de hogares de escasos recursos en situación crítica habitacional, asumidos como destinatarios individuales o incorporadas en procesos de organización colectiva verificables, a través de cooperativas, mutuales o asociaciones civiles sin fines de lucro, mediante subsidios o créditos con garantía hipotecaria.

Artículo 2º.- Se considerará "hogar" al grupo de personas, parientes o no, que vivan bajo un mismo techo, de acuerdo con un régimen familiar, compartiendo gastos de alimentación. Quienes viven solos constituyen un hogar.

Artículo 2º bis.- Los beneficiarios deben presentar Documento Nacional de Identidad y acreditar residencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires con una antigüedad no inferior a los 2 (dos) años. *(Incorporado por Art. 5º de la Ley Nº 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 3º.- Los créditos podrán ser solicitados por:

Personas Físicas, para cada hogar.

Personas Jurídicas, para cooperativas, mutuales y organizaciones civiles sin fines de lucro, creadas por familias enmarcadas en procesos de organización colectiva verificables, a los efectos de satisfacer la necesidad de vivienda de sus miembros. El financiamiento deberá garantizarse con escritura hipotecaria a favor de la Comisión Municipal de la Vivienda.

Integrantes del servicio activo de las Entidades de Bomberos Voluntarios o que hayan logrado el subsidio mensual y vitalicio descripto en el Artículo 14º de la Ley Nº 1240. *(incorporado por Art. 18 de la Ley Nº 1240, BOCBA 1863 del 22/01/2004).*

Artículo 4º.- Los créditos con garantía hipotecaria estarán destinados a financiar total o parcialmente, las siguientes operatorias:

compra o construcción de viviendas económica unifamiliar o multifamiliar.

compra de vivienda económica unifamiliar o multifamiliar y obras destinadas a ampliación o refacción.

obra destinada a ampliación o refacción.

compra de edificio y obras destinadas a su rehabilitación.

Artículo 4º bis.- A todos los efectos, las viviendas que se construyan o refaccionen en el marco de la operatoria dispuesta por la presente Ley deben tener el mismo tratamiento fiscal y arancelario que la operatoria más beneficiosa que desarrolla la Comisión Municipal de la Vivienda a la fecha de sanción de la presente Ley. *(Incorporado por Art. 6º de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 5º.- Son beneficiarios de la presente ley, aquellos hogares que hallándose en algunas de las situaciones previstas en el Artículo 1º de la presente, cumplan, los siguientes Requisitos:

no sean propietarios de inmuebles aptos para vivienda.

acrediten, mediante los mecanismos que el Poder Ejecutivo determine, no haber recibido indemnización originada en la expropiación por causa de utilidad pública.

no hayan sido adjudicatarios de créditos o subsidios para la compra o construcción de vivienda en forma individual o mancomunada en los últimos diez años.

No encontrarse el solicitante inhibido para contraer crédito.

Artículo 6º.- Tendrán prioridad para acceder a los beneficios dispuestos por la presente, los hogares que se encuentren en algunas de las siguientes circunstancias: a) Pérdida de vivienda a causa de siniestro. b) Desalojo con sentencia judicial debidamente documentado. c) Estado de salud de uno de los integrantes del grupo familiar que requiera el cambio de las características de la vivienda. d) Situaciones de violencia familiar comprobada que pusieren en riesgo la integridad de alguno de los componentes. e) Habiten inmuebles afectados a obra pública. f) Familias enmarcadas en procesos de organización colectiva verificables. g) grupo familiar monoparental con hijos menores de edad. h) Pareja joven unida por lazos matrimoniales o consensuales con una edad promedio que no supere los 30 años. i) Ex soldados conscriptos que acrediten su condición de combatientes en el teatro de operaciones de las Islas Malvinas y Atlántico Sur. j) Integrantes del servicio activo de las Entidades de Bomberos Voluntarios o que hayan logrado el subsidio mensual y vitalicio descripto en el Artículo 14º de la Ley 1240. *(Inciso j) incorporado por Art. 18 de la Ley 1240, BOCBA 1663)*

En aquellos supuestos en los que no esté expresamente mencionado, se dará prioridad a los hogares integrados con niñas, niños y adolescentes contemplados en los incisos anteriores. El Poder Ejecutivo, a través del organismo que corresponda y en un plazo no mayor de 180 días de promulgada la presente, será el responsable de reglamentar los criterios de ponderación para el otorgamiento de la vivienda, crédito o subsidio u otra prestación habitacional que incluya a los beneficiarios establecidos en el presente artículo.

(Conforme texto Art. 1º de la Ley N° 4.042, BOCBA N° 3863 del 01/03/2012)

Artículo 7º.- El monto de los créditos a otorgar no podrá superar la suma de pesos cuarenta y dos mil (\$ 42.000) por grupo familiar destinados a financiar desde el 80% hasta el 100% de las

operatorias previstas en el Art. 4°. La tasación oficial del bien a adquirir es suministrada por el Banco de la Ciudad de Buenos Aires. Facúltase a la autoridad de aplicación de la presente Ley a incrementar el límite establecido en este artículo en aquellos casos en que la variación de la situación económica general o modificaciones a las normativas edilicias vigentes así lo ameriten. *(Conforme texto Art. 1° de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 7° bis.- Al momento de reglamentar las condiciones de financiación el Poder Ejecutivo debe adoptar la matriz financiera que obra como Anexo I. Las cuotas cancelatorias de los créditos no deben superar el veinte por ciento (20%) del ingreso total del hogar. *(Incorporado por Art. 7° de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 8°.- En el marco de las operatorias implementadas por procesos de organización colectiva verificables, a través de cooperativas, mutuales o asociaciones civiles sin fines de lucro, las organizaciones solicitantes deberán acreditar la contratación de los equipos profesionales y/o técnicos interdisciplinarios correspondientes, integrados por profesionales y/o técnicos de las áreas social, contable, jurídica, de la construcción y de cualquier otra área que haga a los fines de la presente Ley. Las solicitudes presentadas para el financiamiento de las operatorias previstas en el Art. 4° incluirán el programa de asistencia técnica interdisciplinaria con definición de metas cuyo cumplimiento en tiempo oportuno será condición necesaria a los fines de las certificaciones correspondientes. *(Conforme texto Art. 2° de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 8° bis.- Créase en el ámbito de la autoridad de aplicación el Registro de profesionales y equipos técnicos interdisciplinarios. Todos los profesionales y/o técnicos interesados en asesorar a las diferentes organizaciones, a solicitud de las mismas o por iniciativa propia, deben inscribirse en el presente Registro el cual debe ser de carácter público. La elección de dichos equipos interdisciplinarios es atribución exclusiva de las entidades solicitantes. *(Incorporado por Art. 8° de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 8° ter.- La Autoridad de aplicación debe verificar la idoneidad de los profesionales y/o técnicos considerando únicamente sus antecedentes profesionales. Los honorarios correspondientes a los mismos deben ser incluidos en la financiación de la operatoria y no podrán superar en conjunto el 10 % del monto total del crédito destinado a obra. *(Incorporado por Art. 9° de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 9°.- La Comisión Municipal de la Vivienda aplicará los siguientes criterios en la definición de la solución habitacional para los diferentes beneficiarios: a) Cuando los beneficiarios percibieran ingresos mensuales por debajo de la línea de la pobreza, se promoverá la ampliación o refacción de vivienda propia, la compra, construcción u rehabilitación edilicia de vivienda económica en forma colectiva. Podrán disponerse subsidios cuando fuera indispensable para completar la cuota mensual correspondiente. b) Cuando los beneficiarios percibieran ingresos mensuales y superiores a la línea de pobreza, podrán acceder a los distintos programas considerados en el Art. 4° de la presente Ley.

Artículo 10°.- Créase en el ámbito de la autoridad de aplicación, la Comisión de Control, Evaluación y Seguimiento de la Operatoria instrumentada por la presente Ley. El Poder Ejecutivo en las disposiciones reglamentarias de la presente norma garantizará la

participación de las organizaciones, sólo en calidad de observadoras, en la mencionada Comisión. La misma tendrá por funciones:

llevar el registro de quienes reciban o pretendan recibir un subsidio o crédito destinado a financiar el acceso a la vivienda.

confeccionar un padrón de antecedentes de los beneficiarios según lo dispuesto en el artículo 2° de la presente Ley.

disponer las tasaciones de los inmuebles a través del Banco de la Ciudad de Buenos Aires.

disponer el asesoramiento técnico y social a los beneficiarios que así lo requieran.

supervisar el cumplimiento del otorgamiento del crédito.

establecer las situaciones de prioridad establecidas en el artículo 6° de la presente Ley

(Conforme texto Art. 4° de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)

Artículo 11°.- La autoridad de aplicación debe establecer dentro de los sesenta (60) días de sancionada la presente Ley el conjunto de procedimientos a desarrollarse en el marco de la operatoria estableciendo claramente los plazos máximos de duración de cada etapa. *(Conforme texto Art. 3° de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 11° bis.- La CMV o el organismo que la reemplace debe efectuar anticipos financieros a favor de las entidades previstas en el artículo 3° Inc. b, siempre que el monto total de los mismos no supere el 15% del total determinado para la obra. Los anticipos financieros podrán ser desembolsados a solicitud de la entidad, previéndose su desacopio en forma proporcional a la certificación del cumplimiento de las distintas etapas de obra, conforme plan de trabajos y curva de inversión aprobados. Las mencionadas etapas objeto de certificación comprenderán no sólo el avance físico, sino también la conformidad de las mismas a la normativa edilicia vigente, así como el cumplimiento de las metas sociales comprometidas en el proyecto. *(Incorporado por Art. 10° de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 11° ter.- En caso que existiesen incumplimientos por parte de las entidades en la ejecución de los anticipos, el organismo de aplicación debe dar intervención a la Comisión de Control, Evaluación y Seguimiento, la que analizará las causas que produjeron los mismos, así como las alternativas que permitan continuar con el proyecto por parte de la entidad, considerando el principio de conservación del emprendimiento y continuidad de la obra. La autoridad de aplicación establecerá las normas de procedimiento aplicables en los supuestos incumplimientos, en la reglamentación correspondiente. *(Incorporado por Art. 11 de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)*

Artículo 12°.- En caso de que el grupo familiar se viera afectado por la pérdida temporaria de trabajo podrá ser beneficiado con un plazo de gracia de hasta seis meses. Las cuotas que se devengaren en su transcurso, con sus intereses, serán satisfechas a la conclusión del término original, también en cuotas cuyo importe no supere el de la última abonada.

Artículo 13°.- En los casos de desalojos o pérdidas de la vivienda por desastre natural, el beneficiario tendrá derecho a una solución habitacional transitoria subsidiada total o parcialmente por el Gobierno de la Ciudad, hasta tanto se brinde asistencia financiera destinada a la vivienda definitiva. Este hábitat transitorio será provisto, en tanto existan vacantes, por asociaciones sin fines de lucro dedicadas a la prestación de este tipo de servicios. Dicha situación podrá extenderse por un plazo no mayor a seis (6) meses.

Artículo 14°.- Anualmente el Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires deberá fijar en la Ley de Presupuesto la partida correspondiente, a los fines de financiar el cumplimiento de la presente ley.

ANEXO I

Deciles de Ingreso	10 años	15 años	20 años	25 años	30 años
Sexto	0%	1%	2%	3%	4%
Quinto	0%	0%	1%	2%	3%
Cuarto	0%	0%	0%	1%	2%
Tercero	0%	0%	0%	0%	1%
Segundo	0%	0%	0%	0%	0%
Primer	0%	0%	0%	0%	0%

(Conforme texto Art. 7° de la Ley N° 964, BOCBA 1606 del 10/01/2003)

ANIBAL IBARRA / RUBÉN GÉ

LEY N° 341: Sanción: 24/02/2000 Promulgación: De Hecho del 16/03/2000

Publicación: BOCBA N° 928 del 24/04/2000

Buenos Aires, 05 de diciembre de 2002.

La Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires sanciona con fuerza de Ley

Artículo 1°.- Modifícase el Art. 7° de la ley N° 341, el que quedará redactado del siguiente modo: "El monto de los créditos a otorgar no podrá superar la suma de pesos cuarenta y dos mil (\$42.000. -) por grupo familiar destinados a financiar desde el 80% hasta el 100% de las operatorias previstas en el art. 4°. La tasación oficial del bien a adquirir es suministrada por el Banco de la Ciudad de Buenos Aires. Facúltase a la autoridad de aplicación de la presente ley a incrementar el límite establecido en este artículo en aquellos casos en que la variación de la

situación económica general o modificaciones a las normativas edilicias vigentes así lo ameriten.

Artículo 2º.- Modifícase el art. 8º de la ley Nº 341, el que quedará redactado del siguiente modo: "En el marco de las operatorias implementadas por procesos de organización colectiva verificables, a través de cooperativas, mutuales o asociaciones civiles sin fines de lucro, las organizaciones solicitantes deberán acreditar la contratación de los equipos profesionales y/o técnicos interdisciplinarios correspondientes, integrados por profesionales y/o técnicos de las áreas social, contable, jurídica, de la construcción y de cualquier otra área que haga a los fines de la presente Ley. Las solicitudes presentadas para el financiamiento de las operatorias previstas en el Art. 4º incluirán el programa de asistencia técnica interdisciplinaria con definición de metas cuyo cumplimiento en tiempo oportuno será condición necesaria a los fines de las certificaciones correspondientes.

Artículo 3º.- Modifícase el Art. 11º de la ley Nº 341, el que quedará redactado del siguiente modo: "La autoridad de aplicación debe establecer dentro de los sesenta (60) días de sancionada la presente ley el conjunto de procedimientos a desarrollarse en el marco de la operatoria estableciendo claramente los plazos máximos de duración de cada etapa"

Artículo 4º.- Modifícase el Art. 10º de la ley Nº 341, el que quedará redactado del siguiente modo: "Créase en el ámbito de la autoridad de aplicación, la Comisión de Control, Evaluación y Seguimiento de la Operatoria instrumentada por la presente ley. El Poder Ejecutivo en las disposiciones reglamentarias de la presente norma garantizará la participación de las organizaciones, sólo en calidad de observadoras, en la mencionada Comisión. La misma tendrá por funciones:

- llevar el registro de quienes reciban o pretendan recibir un subsidio o crédito destinado a financiar el acceso a la vivienda.
- confeccionar un padrón de antecedentes de los beneficiarios según lo dispuesto en el artículo 2º de la presente ley.
- disponer las tasaciones de los inmuebles a través del Banco de la Ciudad de Buenos Aires
- disponer el asesoramiento técnico y social a los beneficiarios que así lo requieran
- supervisar el cumplimiento del otorgamiento del crédito
- establecer las situaciones de prioridad establecidas en el artículo 6º de la presente ley

Artículo 5º.- Incorpórase como Art. 2º bis de la Ley 341 el siguiente artículo: "Los beneficiarios deben presentar Documento Nacional de Identidad y acreditar residencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires con una antigüedad no inferior a los 2 (dos) años".

Artículo 6º.- Incorpórase como Art. 4 bis de la ley Nº 341 el siguiente artículo: "A todos los efectos, las viviendas que se construyan o refaccionen en el marco de la operatoria dispuesta por la presente Ley deben tener el mismo tratamiento fiscal y arancelario que la operatoria

más beneficiosa que desarrolla la Comisión Municipal de la Vivienda a la fecha de sanción de la presente Ley.

Artículo 7º.- Incorpórase como artículo 7 bis de la Ley 341 el siguiente artículo:" Al momento de reglamentar las condiciones de financiación el Poder Ejecutivo debe adoptar la matriz financiera que obra como anexo I. Las cuotas cancelatorias de los créditos no deben superar el veinte por ciento (20%) del ingreso total del hogar.

Artículo 8º.- Incorpórase como Art. 8 bis de la ley N° 341 el siguiente artículo: " Crease en el ámbito de la autoridad de aplicación el Registro de profesionales y equipos técnicos interdisciplinarios. Todos los profesionales y/o técnicos interesados en asesorar a las diferentes organizaciones, a solicitud de las mismas o por iniciativa propia, deben inscribirse en el presente Registro el cual debe ser de carácter público. La elección de dichos equipos interdisciplinarios es atribución exclusiva de las entidades solicitantes".

Artículo 9º.- Incorpórase como Art. 8 ter de la Ley 341 el siguiente artículo: "La Autoridad de aplicación debe verificar la idoneidad de los profesionales y/o técnicos considerando únicamente sus antecedentes profesionales. Los honorarios correspondientes a los mismos deben ser incluidos en la financiación de la operatoria y no podrán superar en conjunto el 10% del monto total del crédito destinado a obra.

Artículo 10º.- Incorpórase como Art. 11bis de la Ley 341 el siguiente artículo: "La CMV o el organismo que la reemplace debe efectuar anticipos financieros a favor de las entidades previstas en el artículo 3 inc. b, siempre que el monto total de los mismos no supere el 15 % del total determinado para la obra. Los anticipos financieros podrán ser desembolsados a solicitud de la entidad, previéndose su desacopio en forma proporcional a la certificación del cumplimiento de las distintas etapas de obra, conforme plan de trabajos y curva de inversión aprobados. Las mencionadas etapas objeto de certificación comprenderán no sólo el avance físico, sino también la conformidad de las mismas a la normativa edilicia vigente, así como el cumplimiento de las metas sociales comprometidas en el proyecto".

Artículo 11.- Incorpórase como artículo 11 ter de la Ley 341 el siguiente artículo: "En caso que existiesen incumplimientos por parte de las entidades en la ejecución de los anticipos, el organismo de aplicación debe dar intervención a la Comisión de Control, Evaluación y Seguimiento, la que analizará las causas que produjeron los mismos, así como las alternativas que permitan continuar con el proyecto por parte de la entidad, considerando el principio de conservación del emprendimiento y continuidad de la obra. La autoridad de aplicación establecerá las normas de procedimiento aplicables en los supuestos incumplimientos, en la reglamentación correspondiente.

CECILIA FELGUERAS / JUAN MANUEL ALEMANY

LEY N° 964: Sanción: 05/12/2002

Promulgación: De Hecho del 30/12/2002

Publicación: BOCBA N° 1606 del 10/01/2003

ANEXO III: Tabela com as Cooperativas que compraram terreno/edifício, por ano.

ANO	ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO	QTD FAM.
2001	DESALOJADOS DE LA BOCA	NECOCHEA 1051	8
	DESALOJADOS DE LA BOCA	SUAREZ 469	4
	DESALOJADOS DE LA BOCA	MAGALLANES 987	3
	LA FÁBRICA	ICALMA 2001/5	49
	LOS PIBES	LAMADRID 1053	6
2002	CAMINITO	PALACIOS 902/10	10
	COPITOS	NECOCHEA 775	5
	EL MOLINO	SOLÍS 1967/81	100
	EMERGENCIAS	SANTA MAGDALENA 325	15
	EMERGENCIAS	HERNANDARIAS 885	22
	LA LECHERÍA	DERQUI 4053	9
	LA LECHERÍA	DERQUI 4057	9
	LA LECHERÍA	ECHEANDIA 4158	9
	LA LECHERÍA	P. MONTES CARBALLO 1674	31
	LA LECHERÍA	MORETO 1675	27
	LA LECHERÍA	P. DE LA PAMPA 4552	8
	MANOS SOLIDARIAS	BRANDSEN 439	9
	MANOS SOLIDARIAS	PALACIOS 1051/53	4
	TRES CUARENTA Y UNO	COSQUÍN 2169	14
	USPALLATA	USPALLATA 2750	27
	ALFA Y OMEGA	CONSTITUCIÓN 1339	10
	ALTO CORRIENTES	A. ALCORTA 1601/07	14
	ARGENTINA PUEDE	JUFRÉ 602/10	23
2003	C.A.S.	FEIJOO 1077	3
	CEVALLOS	LEIVA 4535	12
	CONSTRUYENDO	CABOTO 829/35	5
	COVISO	HUMBOLDT 248	12
	DEL SUR	IRALA 822	12
	EMERGENCIAS	VIEYTES 1428/36	21
	EMETELE	MONTEAGUDO 597	326
	LA RIBERA	ALTE. BROWN 742/8	15
	MANOS SOLIDARIAS	SUAREZ 1036	35
	NUESTRO HOGAR	MELO 529/35	10
	NUESTRO HOGAR	PALACIOS 865	6
	NUESTRO HOGAR	RIO CUARTO 2423	2

2004	28 DE JUNIO	CASTAÑARES 2171	10
	CONSTRUYENDO	ALVARADO 2137	6
	CONSTRUYENDO	ALVARADO 2181	6
	CONSTRUYENDO	ALVARADO 2185	6
	CORRALITO	MOMPOX 1662	21
	DULCE HOGAR	MONTE 5865	14
	FAMILIAS DE LA RIVERA	ALVAR NÚÑEZ 50	12
	HUMANISTA FÉNIX	USPALLATA 2944	24
	LA CARPA DEL AGUANTE	ALBARIÑOS 2392	8
	LA CARPA DEL AGUANTE	1 ° JUNTA 5365	6
	LA CARPA DEL AGUANTE	ALBARIÑOS 2388	6
	LOS PIBES	PINZÓN 954	5
	LOS PIBES	NECOCHEA 1316	2
	LOS VECINOS LUCHADORES	LANÍN 8	27
	LUZ Y PROGRESO	POLA 2048	12
	NUESTRO HOGAR	BRANDSEN 638/640	3
	NUESTRO HOGAR	MARTÍN RODRÍGUEZ 565	4
	VOLVER A EMPEZAR	MONTEAGUDO 492/94	7
	VOLVER A EMPEZAR	CORTEJARENA 2989/99	8
	YATAY	ICALMA 2007/9	15
2005	6 DE MAYO	J.B.JUSTO 2372/74	53
	ARGENTINA PUEDE	HUMBOLDT 295	10
	CENTRO DE ESTUDIOS JAUTRECHE	BALBASTRO 3291/99	3
	COFAVI	MORENO 3249	22
	CONSTRUYENDO	BRANDSEN 995/999	11
	CRECER	VIRREY CEVALLOS 953	28
	EL OBELISCO	EINSTEIN 250	12
	EL PALOMAR	CHICLANA 2856	55
	INDEPENDENCIA	JUAN DE GARAY 324	26
	LA COLMENA	CRUZ 873/75	38
	LA NUEVA ESPERANZA	PAVÓN 1394	14
	LA NUEVA FAMILIA	SUAREZ 562/64	36
	LOS HORNEROS	AZARA 1360	12
	LOS PIBES	LAMADRID 208	33
	MARÍA DEL ROSARIO	MIRAVE 2737	12
	NUESTRO HOGAR	MTRO. BRIN 1149	12
	NUESTRO HOGAR	SUAREZ 201	11

2006	NUESTRO HOGAR	MAGALLANES 959	12
	NUESTRO HOGAR	GARIBALDI 1975	9
	NUESTRO HOGAR	OLAVARRÍA 1015	23
	SARAZA	SARAZA 5661	17
	SEMBRAR CONCIENCIA	VIRREY LORETO 3761	8
	ASAMBLEA 1º DE MAYO	CARLOS CALVO 2803/13	21
	BUSCANDO ESPACIO	CARACAS 2766	51
	CAMINO A CASA	CALIFORNIA 1014	14
	CENTRO DE MADRES 27 DE MAYO	LARRAZABAL 2476/78	12
	CONSTRUYÉNDONOS	BELÁUSTEGUI 958	21
	CREANDO CIMIENTOS	SANTIAGO DEL ESTERO 1345	12
	DESDE EL PIE	IGUAZÚ 732	15
	DESPERTARES	CHICLANA 2868	34
	DOMINGO 7	VIRREY CEVALLOS 1179	20
	EL CARACOL	CARLOS ANTONIO LÓPEZ 3573	31
	GARIBALDI	PINZÓN 487	12
	LA POSITIVA	HUMBERTO PRIMO 2056/60/62	31
	NUEVA IMAGEN MANOS A LA OBRA	AV. SAN MARTÍN 2847	28
	NUEVO HOGAR	MOMPOX 1670	18
	PERÚ	PERÚ 770	11
	PUKA LLAJTA	FAMATINA 3351/55	12
	SAN JUDAS	SALVIGNY 1687	24
	SANTA ROSA DE LIMA	SANTIAGO DEL ESTERO 1909	36
	SEPTIEMBRE	REMEDIOS 5051	12
	SOLIDARIA SUAREZ	AV. PATRICIOS 715/53	61
	COLONIA SOLA	AUSTRALIA 2757	71
	TRABAJO, EDUCACIÓN Y CULTURA	FRAY CAYETANO 600	13
	URITORCO	POLA 2238	12
2007	CASA DE AMIGOS	LUIS SÁENZ PEÑA 1775	36
	CONVIVIMOS	ALTE. BROWN 1242/44	26
	COVIPRO	RINCÓN 1562	18
	EL PROPÓSITO	F. CRUZ 3247	34
	LA UNIÓN DE SAAVEDRA	REG. PATRICIOS 957	34
	LOS BAJITOS	BASUALDO 1737	85
	OCTUBRE	BENEDETTI 159	22
	SENSIBLES EN CRECIMIENTO	LAUTARO 1496	14
	TUPAC AMARU	AMANCIO ALCORTA 1931/33	12

2008	LA RUCA	CNEL. SALVADOR 927	22
TOTAL			2409

Fonte: RODRIGUEZ, Carla.: Elaboración propia en base a información aportada por el IVC.

ANEXO IV: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Guia de entrevistas em profundidade semi-estruturadas **para militantes dos movimentos de moradia, cooperativistas ou ex-cooperativistas.**

A seleção das pessoas a serem entrevistadas foi baseada no grau de participação e envolvimento que elas ou eles declararam durante o processo de luta pela moradia e se participaram ativamente do processo de construção dos edifícios habitacionais. Não necessariamente dirigentes, mas aqueles que tiveram uma participação relevante no processo como um todo. Foi dada preferência para pessoas que estiveram desde o início do processo.

Eixos das perguntas:

1 – **trajetória habitacional:** onde nasceu, se é (i) migrante, como veio para Cidade de Buenos Aires e por qual motivo. Lugares de residência, condições habitacionais prévias à chegar na cooperativa/movimento.

2 – **momento de inflexão ou mudança:** momento histórico ao qual teve acesso ao movimento ou à formação de cooperativa (causas: despejo, situação de rua, expulsão dos hotéis, etc). Como ficou sabendo do movimento ou da possibilidade de formação de uma cooperativa? Como ficou sabendo do PAV – Programa de Autogestión para la Vivienda e da Lei 341? Quais foram os atores sociais que intervieram nesse processo (dirigentes de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, organismos estatais ou funcionários públicos)?

3 – **processo de luta:** como se deu a formação da cooperativa? Quanto tempo levou? Quais as origens dos núcleos familiares? Quais as mudanças nos núcleos ao longo do tempo? Como conseguiram terreno (como escolheram, como foi o processo de compra, quanto custou, quanto tempo levou)? Como escolheram a equipe técnica? Como se deu o processo de projeto? Houve acompanhamento social? Como foi? Houve formação em cooperativismo e autogestão? *Observar sobretudo aspectos gerais da organização social, rastreando os momentos e níveis de participação social, e suas consequências no processo do grupo.*

4 – **aspectos da moradia:** (a) Desenho da tipologia, tamanho, relação entre os ambientes, iluminação e ventilação, conforto. Existe relação entre a tipologia e o tamanho do grupo

familiar? Foram feitas mudanças no projeto original? Custos de construção e qualidade dos materiais. Aspectos de pertencimento (seguridade jurídica, importância do título de propriedade). *Observar como estão dispostos os ambientes, os móveis, aspectos internos à moradia.*(b) Desenho do conjunto: existem áreas comuns? Áreas de lazer, espaço para crianças, áreas verdes? Quem cuida desses espaços? Como é a relação com os vizinhos do prédio? *Observar aspectos da coletividade, internas à cooperativa. O processo cooperativo contribuiu em alguma medida para a construção de alguma outra forma de relação social de convivência?* (c) Inserção no bairro: quando chegaram, compraram terreno e começaram a obra, como foi a recepção do bairro, dos vizinhos? Quais as características desse bairro, possui serviços públicos, infra estrutura, comércio?

5 – **problematização do processo:** quais foram as maiores dificuldades e as principais conquistas de toda a luta? Como está a situação atual da organização, seguem em algum tipo de luta (ajudam outros grupos a conseguir a moradia, lutam por melhorias no bairro etc). Você, se te oferecessem uma casa em qualquer outro lugar que queira, iria daqui? Mudou algo na sua vida a participação no movimento/na cooperativa? *Observar aspectos da percepção política do processo pelos entrevistados.*

* * *